

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Mestrado

CAROLINA FARNETANI DE ALMEIDA

**A REDE URBANA A OESTE DO RIO
SAPUCAÍ EM MEADOS DO SÉCULO XVIII
ATÉ 1833: CONFLITO ENTRE AS
CAPITANIAS, PROVÍNCIAS E BISPADOS
DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira

CAMPINAS
2019

CAROLINA FARNETANI DE ALMEIDA

**A REDE URBANA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ EM MEADOS DO
SÉCULO XVIII ATÉ 1833: CONFLITO ENTRE AS CAPITANIAS,
PROVÍNCIAS E BISPADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira

Campinas
2019

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423 Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4
A447r Almeida, Carolina Farnetani de.
A rede urbana a oeste do Rio Sapucaí em meados do século XVIII até 1833: conflito entre as capitânicas, províncias e bispados de Minas Gerais e São Paulo / Carolina Farnetani de Almeida.- Campinas: PUC-Campinas, 2019.
188 f.: il.

Orientadora: Renata Baesso Pereira.
Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Cidades e vilas. 3. Urbanização. 4. Minas Gerais - Limites. 5. São Paulo (Estado) - Limites. I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 711.4

CAROLINA FARNETANI DE ALMEIDA

**“A REDE URBANA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ EM
MEADOS DO SÉCULO XVIII ATÉ 1833: CONFLITO
ENTRE AS CAPITANIAS, PROVÍNCIAS E
BISPADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

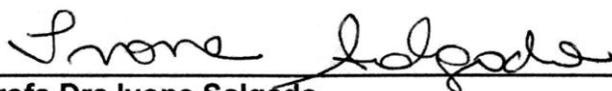
Orientador: Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 19 de Fevereiro de 2019 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



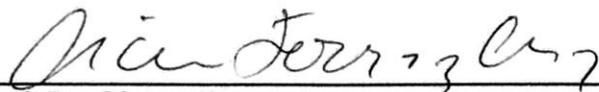
Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ivone Salgado

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Cícero Ferraz Cruz

Escola da Cidade

Aos meus pais, Wolney e Marina

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Nesses dois anos de trabalho intenso, tive o privilégio de conhecer lugares e pessoas magníficas que, com muita generosidade, me atenderam, me ensinaram e me incentivaram. Assim, pude realizar minha pesquisa.

Sendo assim, agradeço a minha orientadora, Renata Baesso, um presente que recebi no mestrado. Obrigada pela forma amorosa e cuidadosa com que me orientou, por respeitar minhas limitações e por agregar tanto conhecimento.

Agradeço também à professora Ivone Salgado e ao Cícero Ferraz Cruz, que gentilmente aceitaram o convite a participar da qualificação e da defesa. Foram valiosas as sugestões e críticas para o amadurecimento da dissertação.

Aos professores da PUC Campinas, em especial ao Luiz Augusto, que, através de suas aulas, mostrou caminhos que me tiraram da minha zona de conforto.

Agradeço aos amigos da pós e em particular a Ana Beatris. Obrigada por eu ter podido dividir com você todas as minhas aflições e conquistas. Obrigada pelo companheirismo, ensinamentos e amizade.

Quando iniciei a pesquisa, não tinha o tema definido. Sendo assim, iniciei minha jornada na cidade de Alfenas. Foram várias pessoas que me atenderam e me mostram caminhos, dentre elas agradeço: Juvenal, Guilherme, Ademir, ao professor Mário Danieli, além das pessoas na UNIFAL, biblioteca municipal e câmara de Alfenas. Em Carmo do Rio Claro, ao Adauto Leite e à Suzana, que me receberam de portas abertas no Museu de Arqueologia Indígena Adauto Leite, onde fazem um trabalho maravilhoso. Nesse momento ainda tinha dúvidas sobre meu tema. Ainda em Carmo do Rio Claro agradeço ao Tássio. Ao Gilberto em Alterosa. Em Jacuí, a Ana Paula e à prefeitura municipal, obrigada pela atenção e por toda ajuda que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Em Ouro Fino, gratidão a Bárbara. Agradeço ao Padre Hiensen Vieira Franco

de Poços de Caldas. Às pessoas de Silvianópolis, agradeço imensamente a recepção que tivemos (meu pai e eu). Maria José, Enilda, Homero, Andressa, ao pessoal da escola e da prefeitura.

Aos arquivos; Cúria Metropolitana de São Paulo, ao Jair que foi muito solícito. À Arquidiocese de Pouso Alegre. À Casa dos Contos em Ouro Preto, a Ângela que também me recepcionou de forma generosa, como todos no arquivo.

E agora, com todo meu amor, agradeço a meus pais por acreditarem e apoiarem minhas escolhas. Pelo amor incondicional, pela educação e ensinamentos. Por não medirem esforços para que não faltasse nada, pelas orações, por comemorarem comigo cada vitória. Se eu pudesse escolher, eu escolheria mil vezes vocês! Pelo muito que sempre fizeram e continuam a fazer por mim.

Aos meus irmãos, Gabriela e Pedro, que também comemoram comigo cada conquista. Como é bom saber que tenho vocês, com certeza não me sinto só.

Lolita e Thor.

A minha avó, Maria José, eu te amo, obrigada por tudo que faz por mim.

E a todos os meus familiares e amigos.

Muito Obrigada!

“Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região — que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província, Formosa Província. O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas — a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas — a gente não sabe.”

Guimarães Rosa

RESUMO

O objetivo da pesquisa é investigar como se deu a ocupação do território que hoje corresponde à parte do sudoeste do estado de Minas Gerais, tendo como referência o processo de formação de seus núcleos urbanos. O recorte temporal inicia-se em meados do século XVIII, a partir da análise de documentos que comprovam a fixação dos primeiros pontos urbanizados nestes então sertões, e finaliza em 1833, quando há o primeiro desmembramento da Comarca do Rio das Mortes, circunscrição judiciária a que a região de estudo pertenceu. O recorte espacial, em um primeiro momento, abrange os termos de quatro freguesias: Jacuí (1762), Cabo Verde (1765), Ouro Fino (1748) e Santana do Sapucaí, atual Silvianópolis (1748), povoações cuja origem está relacionada à descoberta de ouro nessas terras. A delimitação espacial se justifica pelo fato de que estes territórios adjacentes foram os primeiros arraiais fundados a oeste do rio Sapucaí. A pesquisa visou levantar diversos conflitos pois esse território estava subordinado na esfera civil à Capitania de Minas Gerais, e por um longo período pertenceu ao Bispado de São Paulo, sendo cenário de diversos conflitos, que perduraram por muitas décadas, e se relacionaram com a disputa pelos limites entre a Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo e os Bispados de Mariana e São Paulo. Outro ponto abordado foram os diversos tipos de ocupação, como: vilas, freguesias, arraiais, fazendas, pousos, ranchos, quilombos, registros. Esses núcleos de povoamento se relacionavam uns com os outros, de forma hierárquica, contemplando questões civis, judiciárias, religiosas, comerciais e sociais, através de uma rede de caminhos. Essas ligações remetem à ideia de rede. Portanto, a região de estudo foi nomeada como a “Rede Urbana a Oeste do Rio Sapucaí” e esses núcleos são estudados para assim compreender o complexo e extenso território.

Palavras Chave: Bispado de São Paulo, Capitania de Minas Gerais, Rede urbana, Séculos XVIII e XIX.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate how the occupation of the territory that currently corresponds to a portion of the southeast region of Minas Gerais State (MG) happened, having as reference the formation process of its urban nuclei. The selected period for this research begins in the mid Eighteenth century, starting with the analysis of documents that corroborate the settlement of the first urbanized places in these so called backlands, and finishes in 1833, when the first dismemberment of Rio da Marca County occurred, the judicial district where the studied region belonged. The selected place, initially, comprises the area of four parishes: Jacuí (1762), Cabo Verde (1765), Ouro Fino (1748), and Santana do Sapucaí (1748), currently known as Silvianópolis, MG, settlements whose origins are related to the discovery of gold in these lands. The spatial delimitation is justified by the fact that these adjacent territories were the first camps founded to the West of Sapucaí River. The research sought to study several conflicts because these territories were subordinate to the Captaincy of Minas Gerais in the civil sphere, and for a long period belonged to the Bishopric of São Paulo, being the scenario of a large number of conflicts which lasted for many decades, and were related to the dispute over the limits between the Captaincy of Minas Gerais and the Captaincy of São Paulo and the Bishoprics of Mariana and São Paulo. Another topic of study was the several kinds of occupation, such as: villages, parishes, camps, farms, lodgings, ranches, quilombos, and registers. These settlement nuclei were related to each other, hierarchically, comprising civil, judiciary, religious, commercial and social issues through a net of paths. Such connections refer to the idea of a net. Hence, the studied region was named as “Urban Net to the West of Sapucaí River” and these nuclei were studied in order to comprehend the complex and broad territory.

Key Words: Bishopric of São Paulo, Captaincy of Minas Gerais, Urban net, Eighteenth and Seventeenth centuries.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa da Capitania de Minas Gerais de 1778. 9
- Figura 2:** Divisão das primeiras comarcas no território mineiro destacadas em vermelho. 30
- Figura 3:** Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”. 34
- Figura 4:** Recorte sobre a Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. 37
- Figura 5:** Carta corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. 51
- Figura 6:** Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”. 53
- Figura 7:** Recorte da legenda do “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”. 53
- Figura 8:** Mapas da exportação dos produtos e manufaturados que saíram da Capitania de Minas pelos registros de Jacuí. 55
- Figura 9:** Carta Chorografica da Capitania de São Paulo..., 1766, encomendada pelo Morgado de Mateus. 58
- Figura 10:** Recorte sobre a Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. 59
- Figura 11:** Recorte sobre a Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. 60
- Figura 12:** Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas. 64
- Figura 13:** Novo Mappa Topografico orientado, e geograficamente exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d’elRey antes da criação da de Campanha. 65
- Figura 14:** Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes. Demonstra a extensão da Vila na parte rosa, em amarelo está o Termo de Lavras do Funil que foi disputado entre São João del-Rei e Campanha para compor seu termo. 67
- Figura 15:** A divisão eclesiástica do Brasil, com a criação do Bispado de Minas Gerais (Mariana) e de São Paulo. 80
- Figura 16:** Recorte do Mappa da Provincia de Minas Gerais. Levantado pelo Coronel Barão de Eschwege em 1821. 96

Figura 17: Recorte da legenda “Divisão Judiciária e População da Província de Minas Gerais em 1826 do Mappa da Província de Minas Gerais. Levantado pelo Coronel Barão de Eschwege em 1821.	97
Figura 18: O território sul-mineiro que pertenceu ao Bispado de São Paulo, de 1745 a 1900.	104
Figura 19: Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”.	117
Figura 20: Vetores e fluxos oitocentistas na Comarca do Rio das Mortes.	128
Figura 21: Fazendas. Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”.	132
Figura 22: Fazenda Pouso Alegre.	134
Figura 23: Cidade de Cabo Verde em 1939.	149
Figura 24: Base em DWG da cidade de Cabo Verde.	149
Figura 25: Cidade de Jacuí em 1939.	151
Figura 26: Base em DWG da cidade de Jacuí.	151
Figura 27: Cidade de Ouro Fino em 1939.	151
Figura 28: Base em DWG da cidade de Ouro Fino.	151
Figura 29: Cidade de Silvianópolis em 1939.	152
Figura 30: Base em DWG da cidade de Silvianópolis.	152
Figura 31 - Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Jacuí.	153
Figura 32 - Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Cabo Verde.	153
Figura 33 - Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Ouro Fino.	153
Figura 34: Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis).	154
Figura 35: JACUÍ: Praça com a antiga Igreja Mariz.	155
Figura 36: CABO VERDE: A Matriz de Nossa Senhora da Assunção.	156
Figura 37: OURO FINO. Vista de Ouro Fino.	156
Figura 38: SANTANA DO SAPUCAÍ (Silvianópolis).	157
Figura 39: Mapa do pedido de Elevação da Matriz de Cabo Verde à categoria de Vila.	161

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Linha do tempo elaborada pela autora com os principais acontecimentos descritos na dissertação.	74
Gráfico 2: Linha do tempo referente aos Bispados.	112
Gráfico 3: Organograma dos desmembramentos.	163
Gráfico 5: Desmembramentos de 1798 a 1911.	169
Tabela 1: Termo da Vila de Pouso Alegre de 1831.	160
Tabela 2: Comarcas e termos.	171
Tabela 3: População.	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo - Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo

APM - Arquivo Público Mineiro

ASM - Almanaque Sul Mineiro

BDLB - Biblioteca Digital Luso Brasileira

CPAB - Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

LTMSS - Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí

PIPPC - Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS A OESTE DO RIO SAPUCAÍ: CAMINHOS E OS CONFLITOS DE FRONTEIRAS ENTRE A CAPITANIA DE MINAS GERAIS E CAPITANIA DE SÃO PAULO	26
1.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO	27
1.2 OS CAMINHOS QUE LEVARAM À OCUPAÇÃO A OESTE DO RIO SAPUCAÍ	33
1.3 A OCUPAÇÃO DO OESTE DO RIO SAPUCAÍ E A DISPUTA DE FRONTEIRAS ENTRE AS CAPITANIAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO	38
CAPÍTULO 2: A FORMAÇÃO DA REDE ECLESIASTICA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ E OS CONFLITOS ENTRE OS BISPADOS DE MARIANA E DE SÃO PAULO	76
2.1 QUESTÕES ECLESIASTICAS	77
2.2 A QUESTÃO ECLESIASTICA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ	90
2.3 O PAPEL DAS FREGUESIAS E DAS IRMANDADES NO COTIDIANO DOS MORADORES	107
CAPÍTULO 3: A REDE URBANA DO OESTE RIO SAPUCAÍ: AS FREGUESIAS DE 1748 A 1833, OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS E OUTROS PONTOS DE URBANIDADE	115
3.1 ASPECTOS NATURAIS	116
3.2 A REDE URBANA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ	120
3.3 A MINERAÇÃO E O SURGIMENTO DE ARRAIAIS	124
3.4 AS ATIVIDADES DE AGROPECUÁRIA NA FORMAÇÃO DA REDE URBANA	127
3.5 AS FAZENDAS	133
3.6 OS BAIRROS	137
3.7 OS QUILOMBOS	139
3.8 OS REGISTROS	141

3.9 A FORMA DOS NÚCLEOS URBANOS A OESTE DO RIO SAPUCAÍ	144
3.10 OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS E EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	158
3.11 O FIM DE UM PERÍODO, O DESMEMBRAMENTO DA COMARCA DO RIO SAPUCAÍ	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172

INTRODUÇÃO

Minas Gerais: Campos dos Cataguás, Capitania de Minas Gerais, Província de Minas Gerais...

A origem da ocupação da imensa extensão de terras que compõe o presente estado de Minas Gerais está relacionada à descoberta de ouro e pedras preciosas no final do século XVII, que foi o impulso inicial para o surgimento de vários núcleos urbanos. As primeiras descobertas foram feitas por exploradores vindos em um primeiro momento de dois eixos, sul da Bahia e norte de São Paulo. As correntes migratórias para a região ao longo do século XVIII foram constantes, vários pontos urbanizados foram surgindo e possuíam como atividade principal a mineração.

A busca pelo metal originou vários conflitos que marcaram a história do atual estado. A Coroa portuguesa, perscrutando o quão aquele território era lucrativo para seus interesses, tomou medidas importantes para conseguir controlar toda a extensão, superando a antiga estrutura de catequização das missões jesuíticas. A Coroa prosseguiu com o seu dever de difundir a religião católica na região das minas do ouro e criou mecanismos de manejo por toda a capitania mineira.

A dissertação contempla o estudo da formação do extenso território estruturado a oeste do rio Sapucaí, que atualmente é parte da região sudoeste do atual estado de Minas Gerais. Tem como recorte temporal meados do século XVIII, a partir da análise de documentos que comprovam a fixação dos primeiros pontos urbanizados nestes então sertões, e finaliza em 1833, quando há o primeiro desmembramento da Comarca do Rio das Marcas, circunscrição judiciária a que a região de estudo pertenceu.

O estudo teve como objetivo fazer um levantamento dos pontos urbanizados na região a oeste do rio Sapucaí. Tais locais podiam ser classificados em: vilas, freguesias, arraiais, quilombos, fazendas, pousos, registros etc. As categorias de diferenciação desses locais, sobretudo no período colonial, foram trazidas pelos colonizadores portugueses, que aplicaram suas formas de denominar e de implantar núcleos urbanos para a colônia. Todos esses fragmentos urbanos, ligados por uma teia de caminhos, se relacionavam entre si e havia uma hierarquização. Portanto, vê-se uma ideia de rede. Em

vista disso, o levantamento desses pontos urbanizados, suas relações civis, religiosas, judiciárias, sociais, comerciais, estão inseridos dentro dessa rede, que foi nomeada de **“Rede Urbana a Oeste do Rio Sapucaí”**.

Esses núcleos urbanos não se desenvolviam isoladamente. A rede interliga as povoações, estabelece fluxos de pessoas, mercadorias, capitais, informações e, principalmente, reflete a interdependência religiosa exercida pelas freguesias e capelas; e a interdependência civil e judiciária exercida pelas vilas, julgados, registros e guardas. Desse modo, os núcleos de povoamento criam entre si vários tipos de relações.

A exploração do território em questão iniciou-se com a abertura de caminhos pelos paulistas. As primeiras fixações nessa região tiveram como indutor a descoberta de ouro em partes do território. Então, por conseguinte, arraiais mineradores foram se formando, concomitantes ao desenvolvimento das atividades agropecuárias para o abastecimento da rede, que propiciaram o surgimento de novos pontos urbanizados. Os principais limites geográficos que circundavam a extensa rede urbana a oeste do rio Sapucaí eram: a leste, o rio Sapucaí; ao norte, o rio Grande; ao sul, a Serra da Mantiqueira. A oeste não havia limites definidos, pois todo esse território a oeste do rio Sapucaí foi placo de disputas entre as Capitânicas e os Bispados de Minas Gerais e São Paulo.

O estudo teve então também como objetivo descrever os principais acontecimentos referentes às disputas entre as capitânicas e, com a criação dos Bispados de Mariana e São Paulo, em 1745, realizar o levantamento dos conflitos das dioceses no território a oeste do rio Sapucaí. Esses conflitos perduraram por muitas décadas, e durante grande parte do tempo a região foi governada pela Capitania de Minas Gerais, porém sob a jurisdição eclesiástica do Bispado de São Paulo. Esses conflitos refletiram-se diretamente nos núcleos de povoamento, tanto nas questões sociais e econômicas, como na forma de implantação de freguesias. A forma urbana dessas freguesias também foi analisada.

A rede eclesiástica, formada por capelas e freguesias, se organizava territorialmente através dos bispados. A rede civil, por sua vez, era formada pelas vilas e se organizava territorialmente pelas comarcas, que eram divisões administrativas das capitânicas. Durante os séculos XVIII e XIX o Estado e a Igreja atuaram de forma

imbricada na Capitania de Minas Gerais, seguindo o regime do Padroado (que iniciou no Brasil em 1500 até 1891), em que esses dois poderes colaboraram na fundação urbana e no controle da capitania. “A rede civil se superpunha à rede eclesial e a rede judicial se superpunha à rede civil. As três redes cresceram imbricadas na Comarca, mediante a ação conjunta do Estado e Igreja, durante o regime do Padroado” (CARVALHO 2015, p.147).

A historiografia sobre o processo de urbanização no Brasil, no período colonial, pautou-se, em geral, pelo estudo das vilas e cidades em detrimento dos demais núcleos de povoamento que pontuavam territórios, cumprindo diferentes papéis (BUENO, 2016).

Lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, aldeias indígenas, aldeamentos missionários, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios, currais e fortalezas ficaram obscurecidos em meio à rarefeita rede de vilas e cidades. A historiografia tampouco deu atenção à natureza da multifacetada teia de comunicação que articulava esses núcleos – rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos e calçadas – que permitiam ou dificultavam fluxos e contatos interregionais, em meio à difícil e plural geografia física e humana que até hoje caracteriza as nossas diversas paisagens culturais (BUENO, 2016, p.2).

As novas abordagens sobre a urbanização da capitania de Minas Gerais, desde a fundação das primeiras vilas até o fim do período colonial, vão além das vilas do apogeu da produção aurífera e trazem à luz uma série de povoações que surgiram somente na segunda metade do século XVIII, como é o caso da região a oeste do rio Sapucaí. Esses estudos contemplam a rede urbana, assunto pouco tratado nos trabalhos anteriores (FONSECA, 2011, p.36).

[...] nota-se predominância absoluta de estudos monográficos centrados em cidades específicas. Com isto, só as grandes cidades vêm sendo contempladas, o que se configura uma história urbana das capitais brasileiras, desconsiderando-se as outras cidades, o vasto interior do país, as relações entre cidades e suas respectivas áreas de influência. A tematização dos trabalhos em torno de eixos relacionados ao intra-urbano deixa assim de propiciar um desenvolvimento paralelo no que diz respeito à própria história da urbanização no Brasil (FERNANDES, GOMES, FILGUEIRAS *apud* SOARES, 2009, p.8).

O presente estudo, então, pode contribuir para o avanço das investigações sobre a constituição do meio urbano no território brasileiro, realçando suas especificidades inerentes e o modo como elas repercutem ainda hoje na dinâmica territorial. A pesquisa também se justifica pela necessidade de se empreender estudos sobre as pequenas

idades brasileiras e sobre as inter-relações que elas estabeleceram entre si à medida que o sistema urbano foi tomando forma (SOARES, 2009, p.8).

O DIÁLOGO COM AS FONTES PRINCIPAIS DA PESQUISA

Segundo Fonseca (2011, p.31) as cidades de pequeno porte foram raramente abordadas como um objeto específico de pesquisa pelos especialistas. Cidades e vilas mineradoras têm prevalência nos estudos quando se trata do estado mineiro, o que faz com que os demais núcleos de povoamento permaneçam à sua sombra, servindo, assim, somente como uma delimitação espacial cômoda para análises de demografia histórica ou como cenário para o estudo de história social e econômica.

Contudo, as novas abordagens sobre a urbanização da capitania de Minas Gerais, desde a fundação das primeiras vilas até o fim do período colonial, vão além das vilas do apogeu da produção aurífera e trazem à luz uma série de povoações que surgiram somente na segunda metade do século XVIII. A essência da presente pesquisa é o diálogo com importantes autores, que empreenderam significativos estudos sobre a história da urbanização em Minas Gerais. Esses estudos contribuem para a assimilação dos tempos coloniais, oferecendo embasamento a novas pesquisas, além de trazerem abordagens territoriais em diversas escalas, criando uma nova forma de fazer história, apropriando-se de novas percepções das fontes primárias, leituras cartográficas e fontes iconográficas. Deixam de lado a história contada por figuras emblemáticas, valorizando a história real de um período ou de uma sociedade que foram evidenciadas de formas positivistas.

Os novos estudos sobre a rede urbana têm considerado novas escalas e fragmentos que desempenham diversas funções em conjunto, deixando de lado a imagem de uma rede unicamente formada por poucas vilas e freguesias em um território vazio na cartografia. Nesse conjunto, inserem-se as fazendas, pousos, bairros rurais, capelas, povoados, patrimônios religiosos, registros, barreiras, passagens de rios, picadas, entre outros (SILVA, 2017, p.17).

A obra de Cláudia Damasceno Fonseca (2011), defendida como tese de doutorado em 2001, na França, e publicada no Brasil em 2011, aborda as relações de espaço e

poder em suas múltiplas escalas e dimensões, revelando novas facetas da história política, socioeconômica e religiosa das Minas setecentistas. Trabalhando na perspectiva de formação de uma rede urbana, toda a questão de como se originava uma povoação, até sua elevação à vila ou até mesmo à cidade, está presente nos estudos da autora que, através de sua obra, abriu novas possibilidades para estudos futuros, no sentido de detalhar especificidades desta rede e mesmo de detalhar a gênese e a forma dos núcleos urbanos. A autora faz uma análise importante do período e traz um referencial teórico-metodológico significativo. Portanto, o diálogo com a mesma no decorrer do trabalho foi imprescindível para o desenvolvimento e entendimento dos pontos principais do estudo.

A recente obra de Cícero Ferraz Cruz (2016), que investiga a formação da Vila de Campanha da Princesa (atual Campanha, MG) e seu termo, representa um desdobramento importante da obra de Fonseca. Cruz elabora a reconstituição conjectural da forma da vila de Campanha da Princesa no início do século XIX. Nesta obra, o autor elabora o conceito de “cidade difusa”, que contempla a relação da sede da vila com o seu vasto termo, cujo território, na passagem do século XVIII para o século XIX, correspondia a grande parte da região sul de Minas Gerais. É importante frisar que, a partir de 1798, a rede de freguesias que nosso estudo pretende investigar fazia parte do termo de Campanha. Dessa forma, pudemos dialogar diretamente com o pesquisador e tentar avançar a partir de seus estudos, os quais se concentraram na análise da forma urbana da sede da vila de Campanha, e que abrem portas para a investigação dos demais núcleos de povoamento que constituíam seu termo.

A tese de doutorado de Patrícia Vargas de Araújo (2008) trata da criação de vilas em Minas Gerais no final do século XVIII e também destaca, em particular, a Vila de Campanha. Ambas as teses citadas aqui foram pontos de partida importantes para o desenvolvimento da presente dissertação.

Além dos pesquisadores já mencionados, podemos citar outros dois trabalhos que abordam estudos urbanos em Minas Gerais e que nos auxiliaram na construção do método da presente pesquisa: Josarlete Magalhães Soares (2009), e sua dissertação “Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira” e Fernanda Borges de Moraes (2006), e sua tese “A rede urbana

das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço”. Ambas as pesquisadoras se dedicam ao estudo da rede urbana das Minas coloniais e abordam tanto suas articulações macrorregionais quanto os processos que caracterizaram a formação de assentamentos humanos. Tais pesquisadoras lançam um olhar importante sobre as características da administração portuguesa em relação aos núcleos urbanos que se formaram durante o século XVIII no território mineiro.

Outros trabalhos clássicos que nos orientaram na construção da pesquisa: Nestor Goulart (2013), que propôs estudar a questão em perspectiva histórica e sistêmica, enfatizando as lógicas da política de colonização e urbanização e seus produtos no tempo longo e conceituando o caráter de cada núcleo em meio à rede urbana, em escalas geográficas diversas. Sistema e rede urbana são, aliás, palavras-chave no trabalho do autor. Muito além de meros artefatos, encarados na sua dimensão puramente morfológica, a arquitetura, a cidade e o território são entendidos como configurações espaciais de relações sociais. Murilo Marx (1991), outro autor importante para esta pesquisa, estuda as relações e sobreposições da rede eclesiástica com a rede civil, discutindo os mecanismos de controle administrativo por parte da Igreja e do Estado em relação à instalação e ao desenvolvimento de arraiais, vilas e cidades.

O método construído por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno também é relevante para a pesquisa. A autora articula questões históricas, junto ao estudo da paisagem. Ela utiliza diversas fontes primárias, como décimas urbanas, dados estatísticos, cartografias, entre outras, e faz uma articulação que transforma esses dados em uma história mais próxima do real, demonstrando o que eram esses lugares urbanizados e as relações sociais que neles se estabeleciam.

Quanto à questão de litígios entre as Capitanias e os Bispados de Minas Gerais e São Paulo, a presente pesquisa se apoia no trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras Ivone Salgado e Renata Baesso Pereira, que avançaram no tema com o artigo desenvolvido por elas (2017). Nele é destacada a criação de vilas em Minas Gerais como estratégia de afirmação do poder da Coroa e de organização administrativa, e são descritas as manobras que a Capitania de São Paulo fazia para aprimorar estruturas que garantiriam os fluxos de pessoas e mercadorias no seu território, bem como para consolidar os limites entre as duas capitanias. O trabalho analisa os conflitos, práticas e

discursos envolvidos no processo de constituição da rede urbana na região de fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e São Paulo e destaca o papel dos agentes do poder civil e eclesiástico no estabelecimento dos núcleos urbanos. Esse estudo serviu como ponto de partida para compreender os conflitos citados e, desse modo, avançar mais na discussão.

Outro importante estudo que contribuiu para o avanço das questões de conflitos foi o livro do pesquisador Hiansen Vieira Franco (2003), que tem como ponto principal o papel do clero paulista na região sul de Minas Gerais. Nele foi descrito a história contada na visão dos párocos, dos seus deveres perante a igreja e a sociedade, além de narrar os conflitos entre os bispados de Minas Gerais e São Paulo. Outra importante obra que colaborou com as questões relacionadas aos Bispados, foi o livro organizado por Ney de Souza (2004), que faz uma compilação dos dados referentes ao catolicismo no período de 450 anos em São Paulo, percorre os primórdios até a atualidade utilizando a pesquisa arquivística, e faz uma análise histórica. O autor explora questões do período colonial e aprofunda a análise da criação de dioceses e seus conflitos.

Entre os trabalhos sobre a história da urbanização está a tese de doutorado de Marília de Fátima de Ávila Carvalho (2015), que faz uma investigação da expansão urbana dentro dos limites da Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais entre 1714 e 1891. A autora estabelece que a rede urbana da comarca é resultado da fusão de três redes: a rede eclesial, a rede civil e a rede judicial, que devem ser analisadas em conjunto. Descreve a ligação entre o Estado e a Igreja e identifica as regras do fenômeno da expansão urbana na comarca. Estado e Igreja colaboraram na fundação urbana; a expansão urbana da Comarca do Rio das Mortes acompanhou seu desenvolvimento econômico. O produto alcançado pela tese foi a classificação periodizada das ondas de expansão da rede urbana na Comarca do Rio das Mortes, no intuito de contribuir para fazer avançar o legado de pesquisas pregressas sobre diferenciação espacial urbana do território mineiro nos séculos XVIII e XIX.

O trabalho de Jéssica de Almeida Polito (2013), sobre a formação do binômio das Mogis (Mogi Mirim e Mogi Guaçu), forneceu ensinamentos para o desenvolvimento da pesquisa, pois a pesquisadora faz uma leitura da paisagem como estrutura de análise e retoma a discussão sobre o processo de urbanização brasileiro, buscando demonstrar

que na dinâmica existente entre o território administrativo e o território das vivências existiram momentos de intersecções demarcados pela própria rede urbana.

Outra importante pesquisa em que o estudo se apoia é de Cristiano Corte Restitutti (2006), tendo como tema o comércio interprovincial de Minas Gerais. O objetivo desse trabalho foi identificar e caracterizar as rotas deste comércio e revisitar a série de exportações totais de Minas Gerais no século XIX, inclusive de ouro e diamantes. O autor faz uma análise do comércio interprovincial e levanta as questões das repartições fiscais, guardas e registros.

Nesse sentido, a presente pesquisa se fundamenta nesses estudos que reconstroem o desenvolvimento dos aglomerados urbanos através dos seus agentes. Além de resgatar a formação territorial, tais obras também nos familiarizam com o léxico urbano no período em questão, elucidando os diversos estados que os núcleos de povoamento poderiam assumir. Tal instrumental é essencial nas leituras da documentação de ordem primária, parte fundamental da pesquisa.

Os historiadores e memorialistas locais ligados às cidades inseridas no recorte espacial proposto também são contemplados pela pesquisa, pois suas obras têm informações significativas e detalhadas sobre a constituição dos núcleos urbanos, bem como sobre os caminhos que levaram à ocupação territorial. Entre estes historiadores estão: Paulo Sérgio da Silva (2004), que fez um importante estudo sobre Jacuí; Pompeu Rossi (1981) e Aureliano Leite (1940), que escreveram sobre a história de Ouro Fino; Adilson de Carvalho (1998), que fez uma investigação detalhada sobre Cabo Verde; Reinaldo de Oliveira Pimenta (1998), que publicou seus estudos sobre Caldas e região; Carlina de Moraes Dutra (2006) e Amadeu Queiroz (2014) que têm obras sobre Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis). Este último autor construiu uma narrativa romantizada sobre a formação do núcleo urbano de Santana do Sapucaí, mas se apoiou em dados históricos.

Além da análise da formação da rede urbana, a pesquisa também se propôs a investigar a forma urbana de alguns dos núcleos, com o objetivo de compreender os princípios que orientaram sua gênese no século XVIII, a relação destes princípios com a tradição luso-brasileira de fundar núcleos urbanos, e os agentes envolvidos nesses processos. Para tanto, os métodos construídos por alguns autores são parâmetros para o

desenvolvimento da análise, como Nestor Goulart Reis Filho (1964), Manoel C. Teixeira (2012), Philippe Panerai (2014), Stael de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto (2014), Liliane de Castro Vieira (2016) e Maria Rosália P. Guerreiro (2001).

Os estudos citados se complementam no sentido de construir um método de análise da forma urbana. As questões vão desde a análise da geografia do lugar como suporte para a criação de núcleos urbanos, o que nos leva a compreender como a forma de implantação original das cidades está totalmente ligada às questões físicas do local; até as reflexões sobre a formação histórica das cidades e os elementos que as compõem.

Somente a partir do cruzamento de diferentes fontes - desde pesquisas de historiadores regionais, da historiografia sobre a cidade no século XVIII, junto às documentações de ordem primária - foi possível reconstituir a história da rede urbana a oeste do Rio Sapucaí.

É necessário levantar uma questão sobre o período que a dissertação abordou, pois muitos documentos, além de dispersos, se perderam, simplesmente não foram feitos ou foram feitos de forma diferente para cada núcleo urbano. Portanto, a dissertação não construiu um único método para tratar dos documentos relacionados aos diversos componentes da rede. A pesquisa foi construída a medida que os documentos primários foram encontrados, com a tentativa de articular um olhar mais detalhado para os núcleos mais antigos do território.

As fontes primárias utilizadas e os arquivos consultados para desenvolver a pesquisa foram:

Arquivo Público Mineiro (APM), “Sessão Colonial”: acervo onde se encontram documentos referentes à elevação de vilas e documentos avulsos que contêm diversos assuntos referentes aos locais pesquisados. A “Revista do Arquivo Público Mineiro” que narra fatos relevantes, como elevação de algumas vilas, os conflitos entre as capitanias e os bispados. A “Sessão Iconográfica” é composta por fotografias dos núcleos urbanos que compõem o estudo, porém no início do século XX. Apesar das imagens não corresponderem ao recorte temporal estabelecido, elas são válidas, pois refletem o que eram esses núcleos urbanos em um passado mais próximo, e com elas foi possível

compreender com mais clareza a forma dos mesmos. Vale destacar também que, no início do século XX, as cidades compreendidas no nosso recorte espacial ainda não haviam passado por processos de crescimento e de industrialização significativos. As fotografias do APM revelam, portanto, uma forma urbana que ainda guarda as características originais desses núcleos urbanos. O arquivo possui também uma “Sessão Cartográfica” valiosa, que compreende cartas geográficas da Capitania de Minas Gerais, suas Comarcas e seus limites no século XVIII, além da cartografia histórica relacionada à formação territorial, a série cartográfica da década de 1930. Esse material permite a interpretação de uma determinada dinâmica territorial, de suas peculiaridades, e mais do que isso, evoca a memória do espaço tal como era concebido num dado momento histórico. Nesse sentido, o uso da cartografia histórica como instrumento torna-se decisivo para a pesquisa.

A cartografia histórica nos permite fazer uma análise de maior amplitude do território, pois tal documento está longe de ser uma representação genuína do real. Ela é uma representação, e seus conteúdos podem ser interpretados de diversas formas, pois através de seus signos e estilos de representação, as informações podem ser extraídas de forma especulativa. Ela demonstra muito mais do que representa. Por exemplo: na colônia, os portugueses possuíam pouco conhecimento das áreas além da costa, porém o mapeamento dos sertões representava para eles uma questão de domínio. A cartografia também pode nos trazer questões de hierarquização dos sítios através das simbologias, cores, etc. Portanto, a análise cartográfica não deve ser averiguada de forma limitada, tem que ser feita compreendendo os aspectos sociais, políticos e religiosos do período, e assim, a leitura se torna mais eficaz e a forma de compreender um território se torna mais significativa (SANTOS, 2016).

Outro arquivo consultado que colaborou com o desenvolvimento da pesquisa foi o **Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo**, que abriga documentos referentes a freguesias do território em questão, pois a região pertenceu por muitas décadas ao bispado de São Paulo. São documentos de elevação dos arraiais a freguesias, e doações dos patrimônios para constituição das capelas. Além de contar com a documentação de ordem primária, o arquivo possui uma biblioteca com exemplares de livros que foram relevantes para o estudo.

Na série **Documentos Interessantes para a História de São Paulo**, publicada pelo Arquivo de Estado de São Paulo¹, o Volume 11 trata do conflito das divisas da Capitania de São Paulo e Minas Gerais. Trata-se da compilação e transcrição de documentos que descrevem esses conflitos, não só entre as capitanias, mas também entre os bispados. Essa reunião de documentos foi a principal fonte primária utilizada para compreender as questões de disputas entre as capitanias, pois os assuntos estão muito bem organizados e são de fácil acesso.

Outra documentação importante consultada foram **As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, que é uma coletânea de normas produzidas nos primeiros anos do século XVIII, considerada um dos documentos mais importantes de cunho religioso nos tempos coloniais e que serviu como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colônia. Através dela foi possível compreender as normas da igreja católica e cruzar com os fatos históricos levantados na pesquisa.

O **Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí**, consultado na Arquidiocese de Pouso Alegre. Esse livro contém os principais acontecimentos da freguesia e seu termo, além de procedimentos administrativos de maior relevância. O Livro Tombo, além de servir como documento histórico, é uma peça importante na elaboração do relatório de atividades anuais dos párocos. Contém o decreto de criação da paróquia, de capelas filiais, limites da paróquia, inventário dos bens da igreja, além de informações sobre o vigário, pároco ou administrador paroquial, visitas etc. Através dele, foi feito o levantamento dos processos mais importantes que ocorreram no período descrito no livro.

Foi usado como apoio para a descrição de fatos históricos o **Almanach Sul Mineiro**, que contém um acervo extenso de todo o sul de Minas Gerais e foi produzido na segunda metade do século XIX.

A **Biblioteca Nacional e a Biblioteca Digital Luso Brasileira** possuem em seus acervos manuscritos valiosos, com temas variados, referentes a arraiais e vilas do Brasil

¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP (1896). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Divisas de São Paulo e Minas Gerais. Vol. 11. São Paulo: Typografia Espindola Siqueira e Comp.

colônia. Neles foram consultados alguns manuscritos, além de cartografias que auxiliaram no entendimento do território.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi dividida em três capítulos:

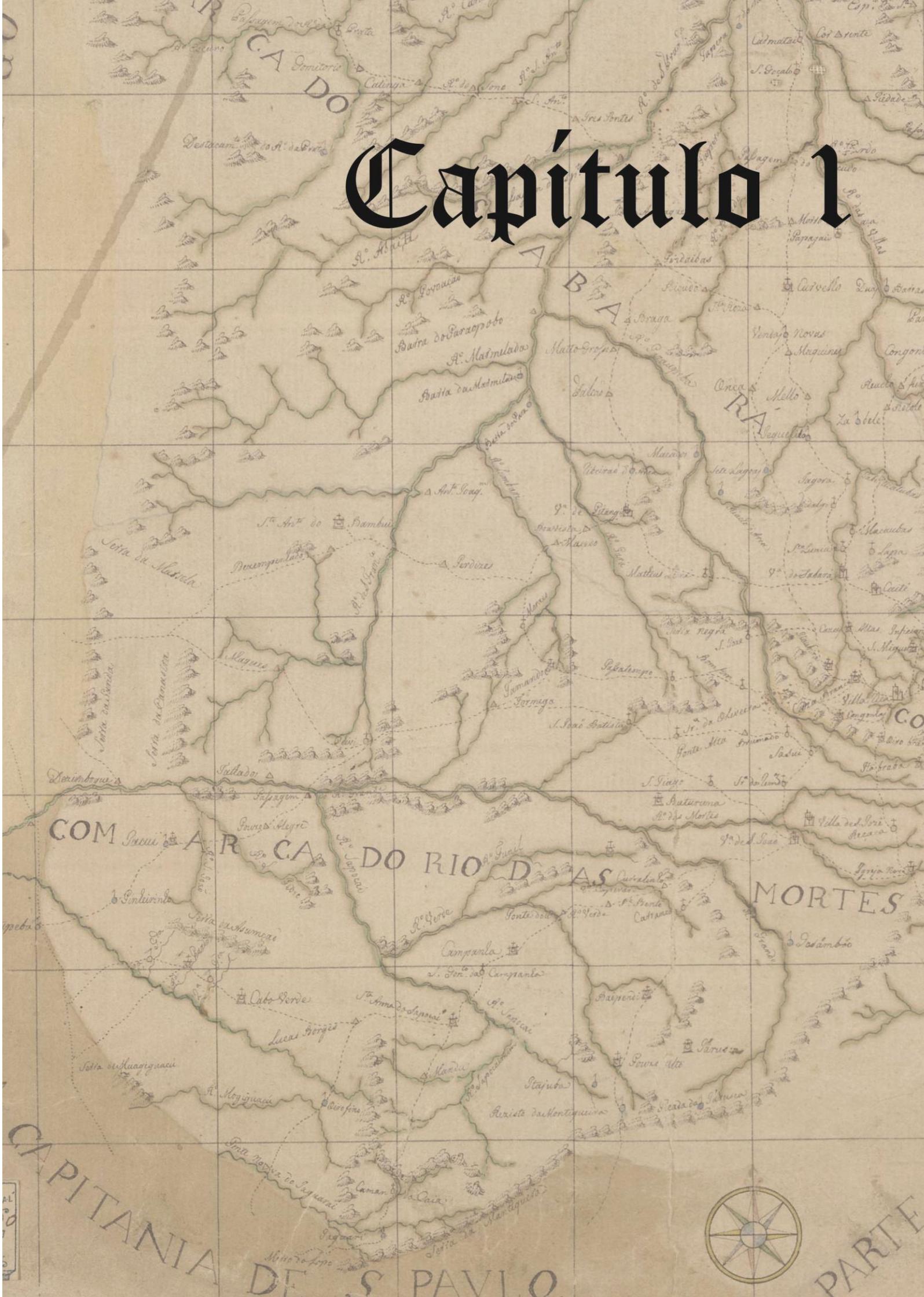
O objetivo do primeiro capítulo foi o levantamento histórico da formação dos primeiros núcleos urbanos no território a oeste do rio Sapucaí, relatando desde o início de sua ocupação, em meados do XVIII – momento em que são encontradas as primeiras jazidas de minerais que se relacionam com o início da exploração do território. Nesse contexto, foi analisada a constituição da rede de caminhos, mapeados os lugares existentes, tais como: arraiais, capelas, freguesias, julgados, quilombos, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios, entre outros, relacionando-os e investigando questões de dependência entre esses lugares. O ponto principal do capítulo foi o levantamento da questão das disputas de fronteiras entre as Capitanias de Minas Gerais e São Paulo, onde foram pesquisados os fatos principais que demonstram estratégias por parte dos governantes em defender os interesses das capitanias que administravam. A Coroa portuguesa fez diversas manobras para que a resolução desses conflitos fossem favoráveis a ela, questões que foram relatadas no decorrer do capítulo, como a divisão das comarcas, a elevação de alguns núcleos de povoação à vila, a instituição de freguesias e julgados, instalações de registros, a abertura ou fechamento de caminhos, além de demarcações dos limites entre as capitanias, que foram se modificando conforme o território foi sendo ocupado.

O segundo capítulo visou analisar o papel da Igreja no período, suas relações com o Estado seguindo o regime do Padroado, bem como a constituição da rede eclesiástica no território em questão. Conforme as terras mineiras iam sendo ocupadas, a rede eclesiástica ia se ampliando, e então se relacionando com outros pontos urbanizados, como: os arraiais, vilas, pousos, fazendas etc. Pretendeu-se levantar o processo que levou o oeste do rio Sapucaí a pertencer, na esfera eclesiástica, ao bispado de São Paulo e em alguns momentos ao bispado de Mariana e, na esfera civil, à capitania de Minas Gerais. O estabelecimento de freguesias no território foi um importante instrumento de

urbanização. A Igreja era a grande responsável pela fixação de povoações no território, pois a religião católica estava presente no dia a dia das pessoas. As povoações seguiam as regras e costumes ditados pela religião. Desse modo, a rede eclesiástica teve grande importância na formação dos núcleos urbanos, nas relações sociais; sobretudo, foi um grande instrumento utilizado pela Coroa de controle do território. Foi feita uma análise do papel dos núcleos urbanos em questão nas disputas das circunscrições eclesiásticas, o mapeamento das capelas e das freguesias do território. Foi comentado também a respeito das irmandades que estiveram presentes na região.

O terceiro capítulo buscou compilar todos os fragmentos urbanos que compunham a rede urbana a oeste do rio Sapucaí, primeiro compreendendo os aspectos geográficos do território, que serviram como partido para abrir novos caminhos e instalar novas urbanidades, passando pelo conceito de rede urbana, que é o cerne do trabalho, bem como pelo entendimento das relações entre os lugares que tiveram algum tipo de ocupação e que se relacionam. Também foram levantadas algumas questões sobre a mineração. Tal atividade foi o impulsionador da formação dos primeiros arraiais, atraiu novas povoações para a região e assim o sertão ao oeste do Sapucaí teve suas primeiras ocupações de colonizadores fixadas. As atividades de agropecuária, que sempre foram praticadas na região, junto aos arraiais de mineração, e que permanecem até os dias atuais, também são abordadas nesse capítulo. Além disso, também foram levantados outros pontos urbanizados, como as fazendas, os bairros, os quilombos, os registros. A compreensão e comparação dos traçados dos núcleos urbanos mais antigos no território, também foram investigadas, pois neles são ressaltadas características que se repetem para os demais núcleos, analisando também a aplicação de princípios e práticas orientadores da definição da forma urbana e suas relações com os elementos físicos do território. Para melhor compreensão, houve o levantamento dos desmembramentos do território, junto a organogramas, tabelas e mapas; e por fim, o término de um período, o primeiro desmembramento da Comarca do Rio das Mortes. Desse modo, o oeste do rio Sapucaí passou a pertencer à outra circunscrição judiciária.

Capítulo 1



A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS A OESTE DO RIO SAPUCAÍ: CAMINHOS E OS CONFLITOS DE FRONTEIRAS ENTRE A CAPITANIA DE MINAS GERAIS E CAPITANIA DE SÃO PAULO

1.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO

Antes de adentrarmos no recorte territorial da pesquisa, é necessário recordar como foram as primeiras ocupações dessa imensa e complexa extensão de terra que corresponde hoje ao atual estado de Minas Gerais. A busca pelos primórdios é necessária para compreender que todo lugar explorado, seja hoje ou em outros séculos, incluindo as cidades de pequeno porte, cujo desenvolvimento foi limitado, contribuiu para compor uma extensa rede que se comunica e que não se desenvolveria sem seus componentes (vilas, freguesias, arraiais, entre outros).

As primeiras ocupações no Brasil colônia ocorreram na costa atlântica; tudo antes era sertão, as matas e campos eram territórios ocupados pelos povos indígenas. No final do século XVII, têm-se as primeiras notícias de descoberta de ouro no atual estado de Minas Gerais e assim, iniciam-se as primeiras explorações no multifacetado território mineiro, principiando as primeiras concentrações humanas, o que originou diversos núcleos urbanos, distribuídos espaçadamente pelo território. Vale acentuar que a principal razão do afluxo repentino de grandes levas humanas foi a mineração.

No final do século XVII, quando principiou a atividade mineradora, a Coroa portuguesa ainda não possuía o controle do território². A ocupação e descoberta de extensos territórios auríferos acabam despertando na Coroa o interesse de dominá-los. As primeiras décadas do século XVIII foram marcadas por uma série de contestações por parte dos colonos, que desafiaram as autoridades da colônia. A Guerra dos Emboabas, por exemplo, foi um conflito que iniciou em 1707 e perdurou até 1709, marcou a

² “O território, com contornos e limites precisos é uma categoria histórica, construída socialmente. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionalizada por alguns”. (BUENO, 2009, p.251)

confrontação entre diferentes grupos sociais no interior da região mineradora e que fez com que a Coroa intervisse de forma permanente na região.

A chegada em massa dos portugueses da metrópole e de pessoas vindas da Bahia e também de outras regiões do Nordeste colocaria fim à supremacia dos paulistas, que até então eram os principais ocupantes das zonas mineradoras. Isso porque os paulistas se tornaram minoria e os novos recém-chegados, os “emboabas”, conseguiram dominar o comércio e cobravam preços exorbitantes pelas mercadorias, como por exemplo, a carne bovina, além de conseguir investir mais na mineração em relação aos paulistas, pois tinham créditos para a compra de escravos junto aos seus compatriotas. Por isso os “emboabas” conseguiam obter as maiores datas para praticar a mineração (FONSECA, 2011, p.136).

O crescimento do poder econômico dos recém-chegados gerou diversos conflitos com os paulistas nas zonas de mineração, pois estes reivindicaram serem os “descobridores” daquelas terras, e, portanto possuiriam direitos sobre elas. Desse modo, em 1707, iniciam-se conflagrações que deram início à chamada “Guerra dos Emboabas”. Toda a região mineradora, até 1709, era governada pela capitania do Rio de Janeiro. Neste ano, a Coroa portuguesa interviu para que esses conflitos findassem.

Uma das estratégias utilizadas pela Coroa foi a criação da nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com sede na vila de São Paulo dos Campos de Piratininga. A concessão do título de vila a certos arraiais também foi um dos procedimentos adotados pela Coroa e, para um melhor controle administrativo e fiscal das regiões mineradoras, em 1714 o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Brás Baltazar, divide, administrativamente, o território em quatro comarcas: Comarca de São Paulo, Comarca de Ouro Preto, Comarca do Rio das Velhas e Comarca do Rio das Mortes. É nesta última comarca, que tinha como sede o Concelho Municipal da vila de São João del-Rei, que está inserido o território da rede urbana em questão. Os limites do termo da vila de São João del-Rei coincidem com os da Comarca do Rio das Mortes. Posteriormente, em 1720, a Comarca do Rio das Velhas foi desmembrada e assim criada a Comarca Serro do Frio, a quinta comarca.

Segundo Fonseca (2011, p.141), “comarca” era um território de jurisdição do corregedor, magistrado que tinha atribuições jurídicas, políticas e de polícia. Tinha

também a tarefa de inspecionar os equipamentos públicos de toda a comarca (estradas, pontes, fontes, casa de câmara, pelourinho etc.), impedir o contrabando de ouro, dinheiro ou cereais; enfim, a comarca funcionava como uma circunscrição fiscal.

Na cartografia apresentada na Imagem 1, produzida pelo Engenheiro Militar José Joaquim da Rocha³, em 1778, estão mapeadas as comarcas mineiras. O engenheiro e cartógrafo utilizou das técnicas mais modernas da época, apresentando uma adequada proporção com o espaço real. Destacou os pontos principais e também utilizou simbologias pertinentes para destacar cidades, vilas, estradas, registros, rios etc. Porém, os limites das comarcas não foram destacados neste mapa, mas isso se justifica porque suas fronteiras ainda não estavam estabelecidas. Portanto, a cartografia de 1810, apresentada na Imagem 2, demonstra uma grande importância, pois nela já havia uma tentativa de mapear esses limites.

³ José Joaquim da Rocha chegou às Minas Gerais quando Luís Diogo Lobo da Silva era governador (1763-1768), e aí ficou até morrer (1804), tendo permanecido solteiro. Quando da Inconfidência Mineira, residia em Vila Rica e, apesar de ter declarado junto aos Autos da Devassa que vivia de seus negócios, ele também fizera carreira militar e servira no Regimento de Cavalaria – os famosos dragões. Em 1778, alcançou a patente de cabo-de-esquadra, quando então se desligou do serviço militar nas tropas regulares. Até essa época, como engenheiro militar, trabalhara em vários planos para fortificar pontos-chave da capitania (FURTADO 2009, p.161).

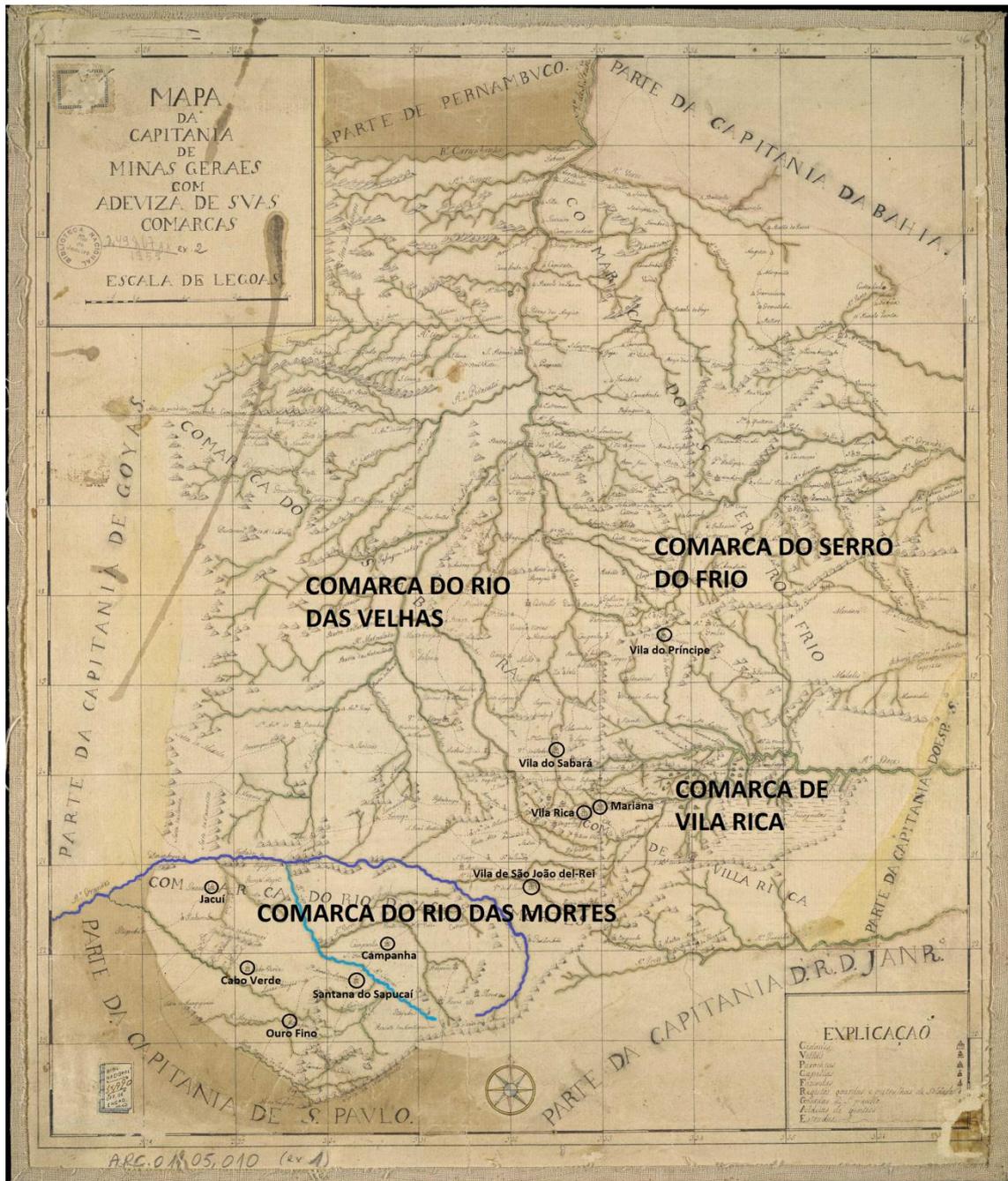


Figura 1: Mapa da Capitania de Minas Gerais de 1778. Autoria de José Joaquim da Rocha. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução de Tibério França. O traçado azul escuro é o rio Grande, azul claro é o rio Sapucaí e foram destacados alguns dos núcleos que compreendem a Rede Urbana do rio Sapucaí: Freguesia de Jacuí, Freguesia de Cabo Verde, Freguesia de Ouro Fino e Freguesia de Santana do Sapucaí. Além das sedes das Comarcas: Vila Rica, Vila de Sabará, Vila de São João del-Rei, Vila do Príncipe a Cidade de Mariana e a Vila da Campanha da Princesa. Os destaques foram sobrepostos pela autora sobre o mapa original de 1778. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro.



Figura 2: Divisão das primeiras comarcas no território mineiro destacadas em vermelho. O traçado azul é o rio Sapucaí e foram destacados alguns dos núcleos que compreendem a Rede Urbana do Rio Sapucaí: Freguesia de Jacuí, Freguesia de Cabo Verde, Freguesia de Ouro Fino e Freguesia de Santana do Sapucaí. Além das sedes das Comarcas: Vila Rica, Vila de Sabará, Vila de São João del-Rei, Vila do Príncipe a Cidade de Mariana e a Vila da Campanha da Princesa. Os destaques foram sobrepostos pela autora sobre o mapa original de 1810 que apresenta os limites da então Capitania de Minas Gerais e suas comarcas. Fonte: Biblioteca Nacional. <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.jpg>. Acesso em: outubro de 2017.

Todas as comarcas possuíam vilas como sedes: a Comarca de Ouro Preto tinha como sede a Vila Rica (Ouro Preto - elevada a vila em 1711); a Comarca do Rio das

Velhas tinha como sede Sabará (elevada a vila em 1711); a Comarca do Rio das Mortes tinha como sede São João del-Rei (elevada a vila em 1712); e a Comarca Serro do Frio tinha como sede Villa do Príncipe (elevada a vila em 1712). É interessante ressaltar a proximidade das sedes das comarcas e compreender que a maior concentração de ocupação do território correspondia à área das sedes das vilas e que na vasta extensão de seus termos, a ocupação ia ficando rarefeita. Deste modo, as vilas eram implantadas onde havia maior interesse de controle por parte da Coroa Portuguesa. Apesar da cartografia já mapear alguns sertões, muitos ainda não haviam sido ocupados efetivamente pelos colonizadores, porém os portugueses entendiam que o mapeamento da região tinha um caráter de domínio.

Um dos objetivos da cartografia colonial era a comprovação da ocupação da terra, como forma de obter a posse legítima em negociações diplomáticas. Por essa razão, era necessário produzir mapas da colônia que contivessem denominações comprovadamente portuguesas para localidades e regiões em disputa com a Coroa espanhola (SANTOS, 2016, p.81).

A vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, elevada à condição de cidade em 24 de julho de 1711, foi escolhida como sede da nova capitania (PEREIRA, SALGADO, 2017, p.219). Neste período, a Coroa cria novas vilas, além das sedes das comarcas já citadas, localizadas no presente estado de Minas Gerais; a estratégia de urbanizar foi adotada com a finalidade de melhor comandar o território. As novas vilas foram: Nossa Sra. do Carmo (Mariana), Vila Nova do Infante (Pitangui), Vila Nova da Rainha do Caeté (Caeté) e São José del-Rey (Tiradentes). Elas foram elevadas no período de 1711 a 1718.

Em dezembro de 1720, a Capitania das Minas do Ouro foi desmembrada da Capitania de São Paulo, o que conferiu ao território mineiro maior controle administrativo. Com a descoberta de ouro no amplo território da colônia, era necessário implantar uma estratégia administrativa para redefinir os direitos sobre as terras coloniais e, conseqüentemente, ampliar a autoridade real, o que levou os administradores da Coroa a traçarem um plano de desenvolvimento:

O mecanismo pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior. Assim, o planejamento e o desenvolvimento desses novos núcleos interioranos orientariam o processo de urbanização durante todo o século (DELSON, 1979, p. 10).

O deslocamento intensivo de pessoas vindas de todas as partes da colônia e do reino em busca do “eldorado” nas regiões das minas no final do século XVII foi responsável pela formação dos primeiros núcleos de povoamento do Sul de Minas (DELFINO, 2010, p.33). Cada vez mais, os sertões iam sendo ocupados pelos colonizadores:

O progresso de dispersão da população do centro em direção às periferias de Minas Gerais iniciou-se no ano de 1730, intensificando-se na segunda metade do século. Apesar das grandes distâncias que separaram dos antigos centros de poder da capitania, os novos estabelecimentos mineradores e agrícolas foram rapidamente integrados às circunscrições eclesiásticas e civis existentes (FONSECA, 2011, p.329).

Segundo Araújo (2008, p.99), a Comarca do Rio das Mortes, ao longo da segunda metade do século XVIII, foi tornando-se uma das regiões de maior destaque, responsável pelo abastecimento de gêneros das Minas Gerais e também de outras regiões. Houve um deslocamento populacional considerável em direção à comarca devido às mudanças que ocorriam na economia, provocando, com relação à riqueza, uma concentração de recursos econômicos nessa região. Em termos populacionais, a Comarca do Rio das Mortes cresceu 29% entre 1776-1788, o que representou um movimento migratório de cerca de vinte e cinco mil pessoas ao longo de mais de uma década. Enquanto a população da Comarca de Vila Rica diminuía, a Comarca do Rio das Mortes viu sua população triplicar no final do período colonial, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821.

1.2 OS CAMINHOS QUE LEVARAM À OCUPAÇÃO A OESTE DO RIO SAPUCAÍ

A vasta rede de caminhos surgiu, em um primeiro momento, das trilhas indígenas. Nesses caminhos transitavam, além dos exploradores, viajantes e tropeiros. Existiam dois eixos principais que propiciaram a exploração e povoamento das terras mineiras: pelo norte, saindo pelo atual estado da Bahia, e pelo sul, partindo do presente estado de São Paulo. Os paulistas foram os agentes principais quando se trata da exploração da região em foco nesse estudo. A primeira grande expedição paulista em

busca de valiosos minerais ocorreu em 1673, feita por ordem do Rei e tendo à frente Fernão Dias Pais Leme. Essa expedição facilitou a penetração pela serra da Mantiqueira, pois novos caminhos e passagens foram abertos e foram encontradas grandes riquezas minerais.

Foram descobertas na região do Vale do Sapucaí, em meados do século XVIII, grandes jazidas auríferas, responsáveis pelos primeiros indícios de urbanização do território. Os principais trajetos que se relacionam com a ocupação do território em questão são o Caminho de Fernão Dias e o Caminho do Anhanguera, ou Caminho dos Goiasés⁴; esse último tinha a finalidade de atingir as minas de Goiás. Existiam algumas ramificações partindo dele em direção ao território sul mineiro, uma das quais passava por Cabo Verde e uma outra por Jacuí.

Brioschi estabelece a relação entre a formação dos caminhos, a topografia e a hidrografia existente:

Se a abertura da estrada dos Goiasés foi condicionada pelas regiões de relevo plano, localizadas ao sopé de montanhas e regiões de várzeas, que por sua vez deram suporte à passagem do caminho através de rios e ribeirões, originando verdadeiros entrepostos de passagem; a hidrografia teve papel fundamental na concessão de sesmarias e formação dos pousos pelo trajeto (BRIOSCHI, 1999, p.46 *apud* FERREIRA, 2017, p.65).

⁴ “O chamado caminho do Anhanguera, ou Caminho para Goiasés, foi aberto, em 1722, por Bartolomeu Bueno, o filho, seguindo a rota iniciada por seu pai. Partia de São Paulo e Santana do Parnaíba, seguindo trilhas indígenas, dirigia-se para Jundiá. Desse ponto, seguia em direção ao norte, cruzando os rios Atibaia, Jaguari, na região em que, a partir de pousos, foi fundada a Vila de São Carlos (atual Campinas, SP). A partir desses pousos, o caminho cruzava os rios Mogi, Pardo e seguia em direção ao norte, até cruzar o Rio Grande, e daí ao local das minas de Goiás. A partir de Mogi Mirim (freguesia elevada a vila em 1769), este caminho desenvolvia variantes para as regiões de Jacuí e Cabo Verde (...)” (SALGADO, PEREIRA, 2017, p.221).

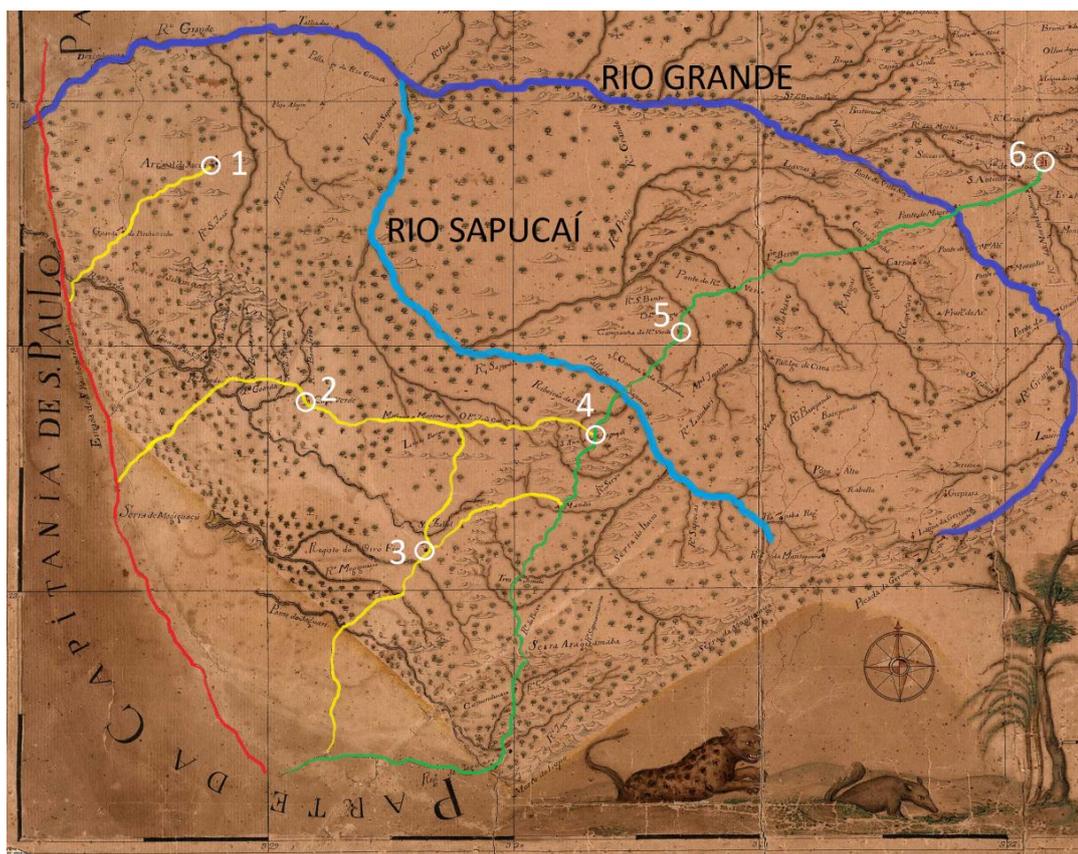


Figura 3: Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, de 1778. Nele foi destacado em “vermelho” o Caminho dos Goiases, em “amarelo” a ramificação de caminhos transversais conectando o Caminho dos Goiases ao de Fernão Dias, destacado em “verde”. Os caminhos transversais originaram-se dos caminhos principais, interligando a Capitania de Minas Gerais à Capitania de São Paulo. Número 1: Jacuí; 2 Cabo Verde; 3 Ouro Fino; 4 Santana do Sapucaí; 5 Campanha da Princesa; 6 São João del-Rei. FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em 12/05/2018.

A abertura de caminhos propicia o surgimento de pontos de urbanização. Segundo Fonseca (2011, p.51), em qualquer tempo, a acessibilidade e a situação favorável em relação à rede de caminhos eram qualidades importantes para o desenvolvimento das povoações. Os lugares podiam ser arraiais⁵, fazendas, pousos, entre outros. Esses pequenos pontos implantados nos percursos dos caminhos davam o

⁵ Na colônia, a palavra “arraial” podia designar uma espécie de galpão rústico – um simples telhado apoiado em pilares de madeira – que servia para abrigar, durante as paradas, as mercadorias dos viajantes. De maneira mais abrangente, a palavra referia-se, também, a um “pouso”, um ponto de parada – significado que os colonos da América também atribuíam a palavra arraial [...] No século XVIII, quando o foco das bandeiras já não era mais o índio, e sim o ouro, o termo “arraial” tornou-se cada vez mais associado aos povoados das zonas mineradoras da colônia: Minas Gerais, mas também Goiás e Mato Grosso (FONSECA 2011, p.63, 64).

suporte necessário para a exploração de novos sertões. Em sua dissertação de mestrado, Ferreira (2017) faz uma compilação de definições de autores para refletir sobre o conceito de sertão e território:

Os conceitos de Sertão e Território estão intrinsecamente ligados, no período colonial, com a conquista e o estabelecimento de povoações em locais ainda incultos e desabitados. Podemos falar de um processo de conversão do Sertão em Território, pois o Sertão é, nesse sentido, um lugar de constante transição; vai se modificando à medida que avança o povoamento pelo interior da colônia, a partir da criação de novas aglomerações, arraiais e sítios (SILVA 2017, p.39).

Para Fonseca (2011, p. 52), o sertão pode ser descrito como uma superfície de contornos imprecisos, mas contínua, homogênea – e, na perspectiva do colonizador, como uma folha em branco sobre o qual virão se inscrever as marcas da dominação.

O sertão a oeste do rio Sapucaí teve sua ocupação ligada à mineração; pequenos pontos de urbanidade se instalaram próximos ao rio, que teve grande importância para a região, se apresentando como grande referência, pois ajudava a orientar os percursos. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí (1998), o nome “Sapucaí” quer dizer rio das sapucaias, isto é, rio que canta, rio que grita. O nome foi dado pelos índios em alusão às lecitidáceas que, quando fustigadas pelos ventos, frequentes no vale, produziam silvos semelhantes a gemidos.

Pimenta (1998) detalha os quatro caminhos na região (imagem 3): 1 – A picada de Mogi Guaçu ao Registro de São Matheus, na bacia do ribeirão das Antas; 2 – A estrada de Ouro Fino a Cabo Verde, pelos campos do Capivari; 3 – O caminho de Santana do Sapucaí ao Registro de Caldas, cortando o Rio Pardo; 4 – A estrada de Santana a Cabo Verde, pelo vale do rio Machado:

A primeira vinha de Mogi Guaçu. Partindo da “Estrada de Goiazes” derivava para nordeste alcançando o Jaguari Mirim. Subia o planalto para chegar no ribeirão das Antas, passando perto da “Água Santa” e atingindo o Rio Pardo pelo vale do Lambari. Ia para o Registro de São Mateus (Caconde). Tinha 22 léguas. Era paulista. Foi aberta em 1774. A segunda, rumo norte, partia de Ouro Fino, subia a “Serra do Feijoa”, alcançava os campos “de cima” e finalizava em Cabo Verde. Era longa de “18 legoas” e riscava entre os rios Capivari e Machado. Era mineira. Foi aberta em 1760 por Veríssimo João. A terceira saía de Santana do Sapucaí (Silvianópolis) e buscava o Registro de Caldas. Os caminhos anteriores se fizeram rumo ao norte, este foi lançado na direção oeste. Tinha 18 léguas. Era mineira e foi feita depois de 1785. A quarta começando em Santana subia ao Planalto e pelos “campos” ia ao Arraial

de Assunção, buscando como as primeiras o “ouro do Cabo Verde”. Entroncando-o com a de Ouro Fino na altura da curva do rio Machado. Tinha 17 léguas (PIMENTA, 1998, p.65).

Pimenta (1998) descreve também com precisão o caminho que ligava Ouro Fino a Cabo Verde. Esse caminho é aberto por volta de 1760, em pleno ciclo do ouro, quando Veríssimo João encontrou ouro no Riacho Assunção:

O Caminho Mogi-São Matheus cruzava os “campos das Antas”, este cortava os “campos do Capivari”. Aquele ligando dois núcleos paulistas, este dois arraiais mineiros. Ambos com a mesma finalidade: buscar o ouro do novo “descoberto”. De Ouro Fino o caminho investia, depois de légua e meia, aproximadamente, sobre a “Serra do Feijoa” alcançando o Planalto. Rumo nordeste, então, num trecho de quatro léguas mais ou menos, passando próximo à paragem chamada São Bento e Rio Pardo, cujas nascentes contornavam as terras de Veríssimo João, entre os rios Capivari e Machado, sempre procurando “campos” e afastando-se da mata espessa do rio Pardo, no divisor das águas. Seguiu agora num estirão de cinco léguas, rumo norte, sempre no “campo” e afastando-se da mata espessa do rio Pardo, no divisor das águas. Seguiu agora num estirão de cinco léguas, rumo norte, sempre no “campo”, cruzando a estrada de Santana ao Registro das Caldas. Chegava, deixando o Tripuí à esquerda, à “Fazenda do Pouso Alegre”, de Lucas Borges. Mudando de rumo procurava Cabo Verde (PIMENTA, 1998, p.74).

Esse caminho era de grande importância. Saía de Ouro Fino em direção ao norte, quando chegava à fazenda “Pouso Alegre de Lucas Borges” se ramificava em duas estradas: uma em direção a Santana do Sapucaí, e outra em direção a Cabo Verde, fazendo ligações entre os núcleos urbanos; passava também por outros pontos que ajudavam na localização, como a serra do Feijoa, Rio Pardo, pelas terras de Veríssimo João (imagem 4).

Aproximava-se então da Estrada de Mogi-São Mateus: separa-as “huma légoa” de campo aberto que tem três legoas de distancia. Daí se dirigia, por uma dezena de quilômetros, rumo noroeste, buscando a fazenda de Matheus Martins e o Campestre. Descia então por mais duas léguas o rio Peixe e chegava ao Taquaral e depois por outras quatro léguas, passando o Palmital, terminava no Cabo Verde. Tudo na extensão de dezoito ou dezenove léguas. Por ela passou, em 1764, o Governador da Capital Luíz Diogo Lobo da Silva. (PIMENTA, 1998, p.83).



Figura 4: Recorte sobre a Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. Data incerta: 1767 - 1895. "Extrahida da Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes Anno 1767. Em destaque: Caminho de Ouro Fino a Cabo Verde em "amarelo". APM - Documentos Cartográficos - Fundo Secretaria do Interior SI. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=775> Acesso em: 10/03/2018.

1.3 A OCUPAÇÃO DO OESTE DO RIO SAPUCAÍ E A DISPUTA DE FRONTEIRAS ENTRE AS CAPITANIAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO

A ocupação da região a oeste do rio Sapucaí - que desde a década de 1730 era margeada pelo caminho dos Goiaes - foi mais lenta devido à presença de populações hostis: os índios caiapós e os negros quilombolas. Os paulistas foram os principais exploradores da região, que corresponde hoje ao sudoeste do presente estado de Minas Gerais, pois acreditavam que naquelas terras havia grandes minas de ouro. Antes de implantarem novos núcleos urbanos a oeste do rio Sapucaí, a região que fica do lado leste do rio, próximo ao rio Verde, mais precisamente o território que abriga atualmente a cidade de Campanha, MG, começou a ser sondado.

A região de Campanha do rio Verde foi explorada pelos paulistas por volta de 1720. Em 1737, uma expedição militar sob o comando do ouvidor da Vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, com a incumbência dada pelo governador da Capitania de Minas, Dom Martinho de Mendonça de Pina e Proença, deveria reconhecer a região, desbravar os sítios desconhecidos ao longo da bacia dos rios Verde, Sapucaí e Palmela, e tomar posse do território em nome do rei (ARAÚJO, 2008, p.105).

Importante ressaltar que quando Cipriano José da Rocha funda o núcleo urbano, já o faz como “um arraial em forma de vila” e o nomeia de São Cipriano. De acordo com Cipriano José da Rocha, o arraial “está povoado com praças e ruas em boa ordem e muitas boas casas e ficava-se entendido em fazer igreja”. O ouvidor fez toda a distribuição das datas minerais, além de tomar todas as providências necessárias durante dois meses em que permaneceu no arraial. O nome logo foi substituído por Campanha (BARBORA, 1995, p.70). Com o crescimento e a prosperidade do arraial, foi criada, por volta de 1741, a freguesia, pelo bispado do Rio de Janeiro, com o nome de freguesia de “Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde” (ARAÚJO, 2008, p.107).

Saindo de Campanha em direção a oeste da Capitania, atravessando o rio Sapucaí, foi encontrado ouro na margem oeste deste rio. Existem diversos relatos sobre os primeiros que passaram pela região a oeste do rio Sapucaí; evidentemente, antes da exploração já havia os primeiros moradores, os índios. Segundo CARVALHO (1998, p. 23), o povoamento, de fato, na região, iniciou-se quando José Pires Monteiro, natural de da vila de Jacareí, na Capitania de São Paulo, junto com alguns homens que saíram de Campanha do Rio Verde, descobriram ouro na sua margem esquerda. Com a circulação da notícia de haver ouro abundante no vale do rio Sapucaí, muitos vieram ocupar a região. Em meados do século XVIII, se inicia a formação dos arraiais e outros pontos de ocupação que estruturam paulatinamente o território, como pousos, sítios, fazendas, guardas e registros.

Entre os muitos que vieram para a região, estava o português Francisco Martins de Lustosa⁶, que foi o fundador de todos os primeiros arraiais no sul de Minas, do Rio

⁶ Francisco Martins de Lustosa era português, nasceu em 1700 na Vila de Santiago Lustosa, arcebispado de Braga. Ao vir para o Brasil, passou a residir na Vila De Mogy das Cruzes, norte de

Verde a Ouro Fino. Lustosa, juntamente com José Pires Monteiro e Veríssimo João de Carvalho, passou a explorar as primeiras minas descobertas na região, a de Santana do Sapucaí e posteriormente de Ouro Fino.

No ano de 1746, os paulistas exploravam cada vez mais a região do vale do Sapucaí em busca de novas jazidas, pois se supunha que a riqueza mineral no território era abundante. E foi assim que Francisco Martins Lustosa, junto com Veríssimo João de Carvalho e José Pires Monteiro, funda o arraial de Santana do Sapucaí. No mesmo ano, o descoberto⁷ de Santana do Sapucaí, foi informado por Lustosa ao governador de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas. Grandes debates e confrontos entre as Capitanias de Minas Gerais e São Paulo já haviam acontecido em virtude da discussão do limite entre elas; com a apropriação do novo descoberto pelos paulistas, as disputas perduraram.

A câmara da vila de Santana das Cruzes de Mogi (atual Mogi das Cruzes – SP) tomou posse do recém-criado arraial de Santana do Sapucaí, nomeando Lustosa como guarda-mor para administrar as concessões de terrenos auríferos:

Termo de Posse de Santa Anna do Sapucahy, 1746

Aos trinta dias do mez de Outubro de mil setecentos quarenta e seis annos neste Arraial do Descuberto do Sapocahy e na parte mais publica delle onde se achava presente o Guarda-mór Regente Francisco Martins Lustosa comigo escrivão ao diante nomeado, e sendo ahy em presença dos abayxo assignados e mais Povo que presente se achava foi tomada posse pelo dito Guarda-Mór Regente em nome dos Juizes, Vereadores, e Procurador da Camara, e Senado desta Villa de Santa Anna das Cruzes de Mogi pelo poder e faculdade que apresentou ter-lhe concedido e dado o dito Senado, e Camara e se empossou o dito descuberto, e seus Certões, que ao presente tinha descuberto, e adiante se forem o todo o tempo descobrindo aqui no dito descuberto do Sapocahy para as partes da Cidade de S. Paulo, dentro dos seus limites e Termos, declarando o dito Guarda-mór Regente tomava posse do referido Judicial e pessoal, actual e corporalmente tanto quanto em direito pode, e pelo dito Senado lhe foi comeditado, fazendo-se todas as solemnidades necessárias e devidas quebrando paos e atirando terra para o ar, tudo publica e manifestamente, Dizendo com alta e intelligivel vós: - POSSE, POSSE, - sem a ella se oppor, nem contradizer, nem embargar pessoa alguma, e

São Paulo. Lustosa troca seu ofício de tabelião pela aventura de descobrir minas, embrenhou-se no Sul de Minas Gerais (CARVALHO, 1998, p.27).

⁷ Quando um pequeno agrupamento urbano formava-se ao lado do ribeirão aurífero, o lugar das explorações – assim como “o sertão” circunvizinho, pouco conhecido e explorado – era, com frequência, chamado de “descoberto” ou “descobrimento” (FONSECA, 2011, p.76).

fazendo todos os mais autos possorios sem violecia, nem contradicção alguma, e assim mandou dito Guardamór Regente, empossar em nome dos seus constituintes os Senhores do Nobre Senado da Villa de Santa-Anna das Cruzes de Mogi, fazer este termo de posse para a todo o tempo constar, e que se nelle faltava alguma coisa por explicar, ou clareza alguma a bem da dita posse tomada, a nenhum tempo lhe prejudicasse, pois havia aqui por posta, expressa e declarada, como se della dizesse expreça e declarada menção, e para que se registase nos livros da Camara da dita Villa [...] (APESP, 1896, p.26-27).

Quando uma capitania legitimava um território, eram feitas as nomeações do capitão-mor, de oficiais, do intendente e do escrivão para o arraial. O guarda-mor, no Brasil colônia, era a principal autoridade dos distritos de mineração; embora fosse nomeado pelo governador da capitania, era funcionário real. Em suas atribuições estavam incluídas funções administrativas, civis, criminais e de polícia; além disso, ele demarcava as datas, áreas concedidas a mineradores, e substituía, no território da sua jurisdição, o posto do superintendente, quando ali não houvesse (ROSSI, 1981, p 89).

É importante compreender como era a distribuição de terras em tempos de Brasil colônia antes de dar prosseguimento, pois as terras não tinham donos, e os povos indígenas que as habitavam não eram vistos como proprietários (PINTO, 2014, p.24). Os primeiros sesmeiros na colônia, responsáveis por distribuir as sesmarias, foram os donatários das capitanias hereditárias. Mais tarde, coube aos capitães-generais das capitanias essa prerrogativa, em nome do rei de Portugal. A palavra “sesmeiro” na colônia, com o passar do tempo, passou a designar aquele que recebia a terra, não mais quem a distribuía. O espírito da legislação previa que as sesmarias fossem dadas àqueles que fossem capazes de cultivá-las. Todavia, há notícias de doação de grandes extensões a uma só família. (PINTO, 2014, p.26).

Uma das exigências fundamentais das doações de sesmarias era o cultivo da terra e a necessidade de confirmação dos títulos pelo rei, através do seu Conselho Ultramarino, após cumpridas todas as obrigações prescritas na carta. Em Minas Gerais, menos de 15% dos sesmeiros requereram e receberam a confirmação de seus títulos. Quanto ao cultivo, torna-se mais difícil mensurar [...] era humanamente impossível cultivar as enormes glebas dadas em sesmarias [...] a posse da terra era símbolo de distinção social e de poder, não era dada a qualquer um (PINTO, 2014, p.33, 34).

Segundo Pinto (2014, p.35) a legitimação da posse de terra no aparato jurídico português era complexa e ao mesmo tempo ambígua, pois, quando ocorria, havia pouquíssimas cartas de confirmação de sesmarias existentes para as sesmarias doadas

em Minas Gerais. Para muitos sesmeiros – e talvez para as autoridades que administravam a justiça - medir e demarcar, no âmbito das comarcas, já era suficiente para considerar a posse legítima, não cumprindo a obrigatoriedade da confirmação.

Os peticionários da terra teriam que ser portadores de, no mínimo, algum título ou algum cargo, possuir relações clientelares ou de parentesco com as autoridades ou ter prestado serviços à Coroa pelos quais cobravam a retribuição (PINTO, 2014, p.36). Também, segundo Pinto (2014, p. 37) não era incomum acontecer que os colonos pobres se estabelecessem nas franjas e indefinições das sesmarias imprecisamente medidas e demarcadas. Havia brechas na legislação que favoreciam os posseiros que provassem estar cultivando as terras, aos quais os tribunais costumavam assegurar a posse das mesmas.

Em carta do governador de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas (1739-1748), ao capitão-mor de Santa Ana do Sapucaí, Francisco Martins Lustosa, em 1746, fala-se do atentado que os oficiais da câmara de São João del-Rei cometeram e de como Lustosa rebateu “com ânimo” os que vinham espoliar a posse da capitania de São Paulo sobre o descoberto de Santana do Sapucaí. O governador paulista aprova a forma como Lustosa se defendeu e recomenda a mesma atitude caso os oficiais mineiros insistissem em lutar pelo território. Diz que vai pessoalmente ao descoberto com alguns soldados para conduzir os presos para a Fortaleza da Barra Grande (APESP, 1896, p.22).

[...] teve ele repellir duas tentativas de posse por parte da Câmara de São João d'El rei, das quaes uma tomou a proporções de um assalto naval com uma flotilha de canoas especialmente construidas para este fim. Outras noticias de testemunhas oculares dão Lustoza com uma força armada de 200 homens (APESP, 1896, p. XLIV).

Essa passagem foi conhecida como a “Guerra das Canoas”, relatada por Dutra (2006, p. 19). Lustosa e seus homens, que foram antecipadamente avisados, aguardavam os mineiros - que queriam tomar posse do descoberto - na margem esquerda do rio Sapucaí, munidos de armamentos e preparados para expulsá-los. As canoas tinham sido retiradas das águas, apenas duas ficaram, pois estavam separadas para o capitão e seus homens. As autoridades mineiras, ao alcançarem à margem direita do rio Sapucaí, tentam intimidar os paulistas em nome do governador de Minas a fornecer-lhe passagem.

Lustosa e seus homens não atenderam e diziam cumprir ordens do governador de São Paulo. Os mineiros retrocederam para Campanha do Rio Verde quando perceberam que a outra parte dispunha de melhor equipamento para barrá-los.

O governador de São Paulo recebe uma carta dos Oficiais da Comarca do Rio das Mortes em 1746, a respeito da intenção dos oficiais em estender seus os limites, incluindo nela o novo descoberto que está sob a guarda de Francisco Martins Lustosa. O governador assegura que vai defender toda a posse da Comarca de São Paulo, pois a Comarca do Rio das Mortes, com passo lento, quer introduzir todo o território do Sapucaí na sua comarca. O governador diz também que mandará demarcar os limites, para cada um saber qual é o seu (APESP, 1896, p.21).

Para conter a ofensiva, o então governador de Minas, Gomes Freire de Andrade, envia ao local o ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o Dr. Domingos Luiz da Rocha, pedindo para que ele passasse pelo novo descoberto do Sapucaí, para que nele fossem dadas as providências necessárias para administração de justiça, e cobrança da capitação do ouro. Pede também a nomeação de um intendente, fazendo a instrução do modo pelo qual se deve fazer a arrecadação dos quintos de sua Majestade (APESP, 1896, p.22).

E assim se iniciou a formação do arraial. O governador de São Paulo, além da nomeação de Lustosa como guarda-mor do descoberto de Santana do Sapucaí, fez também a nomeação de oficiais, intendente e escrivão para o arraial. Organizaram os pagamentos de dízimos dos moradores e também o pagamento de capitação⁸, arrecadado pelo intendente Veríssimo João de Carvalho. A mineração era praticada em dois lagos: o Velho – Lago do Alvarenga, e o Novo – Lago dos Bandeirantes⁹.

Concomitante com a fundação do arraial de Santana do Sapucaí, foi a fundação de Ouro Fino. O sertanista Ângelo Batista, natural de Pindamonhangaba (SP), descobriu

⁸ Era um imposto cobrado, principalmente, dos colonos da região aurífera. O imposto era cobrado com base no conjunto de propriedades (imóveis e escravos, por exemplo) que a pessoa possuía. Negros forros e trabalhadores livres também tinham que pagar a capitação, sob pena de castigos físicos e até prisão. A capitação foi criada no começo da década de 1730.

⁹ Informação extraída no site da prefeitura de Silvianópolis (antiga Santana do Sapucaí). Disponível em: <<http://www.silvianopolis.mg.gov.br/historia.cfm>> Acesso em: 10/04/2018.

ouro nos ribeirões de Ouro Fino, Santa Izabel e São Paulo. Segundo Rossi (1981), além de Ângelo Batista, outros nomes também participaram da fundação do arraial, como Bartolomeu Correya Bueno, Padre João Rabelo e Veríssimo João de Carvalho, mas o autor coloca como nome principal o de Francisco Martins Lustosa. Segundo o mesmo autor, é possível admitir como marco inicial de Ouro Fino a elevação de sua humílima capela à freguesia, em 1748, embora, antes disso, em 1745, a rigor já existisse o arraial. Podemos considerar o surgimento de um arraial quando se anuncia a descoberta de ouro no território.

Após ter sua nomeação ratificada no descoberto de Santana do Sapucaí, Lustosa foi o primeiro guarda-mor de Ouro Fino. Depois dele outros ocuparam o cargo, como Bento de Sá e Tomé de Souza – este foi designado a exercer suas funções no arraial de Ouro Fino e também em Campanha e Santana do Sapucaí. Veríssimo João de Carvalho foi o quarto que passou pela função, nomeado pelo Governador da Capitania de Minas Gerais para ser o guarda-mor dos distritos de Cabo Verde, Ouro Fino e Santana do Sapucaí. Antônio Simões Gomes foi o quinto guarda-mor, depois Constantino de Paiva Pereira e, por último, em 1802, Manoel Antônio Alves.

Aos olhos da Coroa Portuguesa, o que parecia mais conveniente aos seus interesses era que o território dos novos descobertos fosse parte da Capitania de Minas Gerais, pois suas fronteiras¹⁰ eram fechadas e não tinham acesso aos portos marítimos; dessa forma seria mais fácil controlar o extravio aurífero. Porém, as disputas entre o governador da Capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade - o Conde de Bobadela -, e o governador da Capitania de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, continuavam até que, em 1748, a Capitania de São Paulo perde sua autonomia administrativa, sendo anexada à Capitania do Rio de Janeiro, por Provisão Régia de 9 de maio de 1748. Gomes Freire de Andrade ficou encarregado provisoriamente do Governo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

¹⁰ [...] limite movente que separa as regiões povoadas das que ainda não são, que marca a extremidade do avanço da sociedade civilizada [...] linha que separa zonas povoadas e vazias, como ponto de encontro da “selvageria” e da “civilização” [...] porções de terras, de tamanho variado, situadas para além das regiões ocupadas por colonos brancos, que são ocupadas progressivamente por pioneiros a partir da expulsão ou submissão das populações indígenas (FONSECA, 2011, p.55).

Gomes Freire de Andrade, para solucionar a questão dos limites de fronteiras entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, confia ao Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o Dr. Thomaz Rubin de Barros Barreto, a demarcação planejada por ele. A necessidade de se realizar ações precisas nos territórios só se fazia sentir quando surgiam conflitos de jurisdição, resultantes da progressiva ocupação dos sertões residuais (FONSECA, 2011, p.270).

Armado com a ordem de 27 de Maio de 1749 e acompanhado por seu escrivão e, no dizer do informante de 1765, por 60 homens armados, elle se apresentou, não no marco alto da Serra da Mantiqueira, mas no arraial de Santana do Sapucahy. O guarda-mór Lustoza o recebeu em termos que provocariam as iras do Governador, recusando, diz o informante paulista, os offerecimentos de conciliação e de vantagens que lhe foram feitos; porém afinal retirou-se pacificamente com seus adherentes deixando o campo livre para o processo instantâneo de demarcação [...] a divisa devia seguir do marco do alto da Serra da Mantiqueira pelo cume da mesma serra até o morro do Lopo, morro este situado não no tronco principal da Mantiqueira, porem n'um esporão entre os rios Jaguary e Atibaia e sómente conhecido do demarcador por informações colhidas em Santa Anna do Sapucahy. Para sahir dahi foi necessário abandonar inteiramente as instruções de Gomes Freire de Andrade e sua Serra de Mogyguassú, e lá foi lançada a phrase "até chegar ao Rio Grande accompanhando por um lado a estrada que vai de São Paulo para Goyazes" susceptível de interpretações mil vezes mais diversas e desencontradas [...](APESP, 1896, p. XLVIII).

A divisão das capitanias feitas por Rubin então seria uma linha que saía do Morro do Lopo, passava pela serra de Mogi e acompanhava o Caminho dos Goyases até chegar ao Rio Grande. Mas tal demarcação ainda foi objeto de várias contestações. Então os mineiros tomam posse de Santana do Sapucaí.

Certificamos mais que na ausencia do Exmo. Sr. D. Luiz Mascarenha Capitão General desta Capitania depois que largou o seu Governo veio naquellas minas o Dr. Ouvidor Geral do Rio das Mortes, Thomaz Ruby de Barro, e violentamente passou o rio para parte d'aqnem, intimando os moradores dizendo que como nesta Capitania não havia General que por isso por ordem daquellas Minas Geraes vinha tomar a dita posse, que como General tão bem desta Capitania assim lhe ordenara, he a noticia que temos de pessoas fidedignas que se acharão nas ditas Minas naquelle tempo (APESP, 1896, p. 38).

Com a posse definitiva da Capitania de Minas Gerais sobre as terras de Santana do Sapucaí, e com sua nomeação ratificada no descoberto de Santana do Sapucaí, Lustosa foi nomeado o primeiro guarda-mor de Ouro Fino, porém não ficou no cargo muito tempo, pois as disputas das fronteiras entre a Capitania de São Paulo e Minas Gerais

tinham tomado uma desmedida proporção e os interesses mineiros sobressaíam. Então, Lustosa, que sempre defendeu os interesses paulistas, se viu acuado. O mesmo mudou-se para Curitiba - após rondar por mais algumas partes do sertão - quando Ouro Fino ficou sob jurisdição da capitania mineira.

Durante sua retirada, em 1750, Lustosa refugiou-se no norte, mais precisamente no território que hoje corresponde à cidade de Jacuí, onde possivelmente descobriu ouro. A partir desse momento, as minas de ouro desse novo descoberto passaram a ser de conhecimento de uma vasta gama de pessoas. Foram montados os acampamentos iniciais e o ouro minerado passou a ser contrabandeado por alguns paulistas que ali se instalavam. A origem de Jacuí está relacionada à constituição de um núcleo minerador nas proximidades das minas de São Pedro de Alcântara e Almas, localizadas nas imediações do sítio primário onde se situa a atual cidade de Jacuí¹¹ (SILVA 2004, p186).

Silva (2004, p.47) relata o depoimento de Francisco Xavier Bezerra, que atesta, enfaticamente, que os arraiais de Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Jacuí foram “descobertos” por Lustosa. Já nos Documentos Interessantes, no Auto de Posse do Sertão do Rio S. João (de Jacuí) em 1755, há a informação de que Pedro Franco Quaresma era o descobridor de ouro na região de São Carlos de Jacuí e que a posse do território foi tomada pela Câmara de Jundiá:

Auto de Posse do Sertão do Rio S. João (de Jacuhy), 1755

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos cincoenta e cinco annos aos sete dias do mez de Outubro do dito anno neste Certão do Rio Grande paragem chamada BORDA DO MATTO descuberto de Pedro Franco Quaresma de Minas de Ouro em o qual anda elle dito em deligencia de Descuberto de Ouro em cuja paragem e achava presente o Juiz de Orfãos trienal Martinho da Silva Prado com comissão do Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de S. Paulo, Intendente de Ouro, Superintendente das terras Mineraes da mesma Comarca João de Souza Filgueiras commigo e escrivão do seu cargo ao diante nomeado, e sendo ahy tão bem presente João Monteiro das Neves, Procurador do Conselho da Villa de Jundiahhy em virtude do mandado retro do dito Senhor Doutor Ouvidor Geral foi requerido ao dito Juiz que em nome da Camara da dita Villa vinha tomar posse de

¹¹ São Pedro de Alcântara e Almas – sítio populacional primário onde se localiza atualmente a cidade de Jacuí. Santa Ana – possivelmente junto ao que hoje domina-se Ribeirão Santana, em parte desconhecida no interior do Município. São João do Jacuhy – provavelmente aglomerado minerador situado nas proximidades do que fora o quilombo Zundum, nas imediações do Rio São João – atual bairro rural do Zundum (SILVA 2004, p.75).

todo o Certão onde anda Pedro Franco Quaresma em deligencia de descobrir ouro a saber: -do Rio de São João que faz barra no dito Rio Grande, e por elle acima té onde finalizar o dito Pedro Franco com a sua deligencia, e tão bem de todo o Certão além do dito Rio S. João até o Rio de Sapocahy das Campanhas de Itajubá, e por elle acima até onde se reparte o districto elas mesmas Campanhas) e sendo ouvido pelo dito Juiz o seu requerimento por bem da Camara e elo mandado elo dito Senhor Doutor Ouvidor Geral por um rapaz ladino que fez as vezes ele Porteiro foi mandarlo a posse que requeria o dito Procurador e satisfazendo este disse tres vezes: - POSSE JUDICIAL, POSSE REAL E POSSE ACTUAL TOMADA POR MANDADO DA JUSTIÇA NESTA PARAGEM DO MATO AO PÉ DO RIO GRANDE E RIO DE SÃO JOÃO E SUAS VERTENTES DADA A CAMARA DA VILLA DE JUNDIAHY A REQUERIMENTO DO DITO PROCURADOR; HA AQUI QUEM CONTRA ESTA POSSE SE OPPONHA? E apregoando tres vezes assim na forma da ley [...] (APESP, 1896, p.63-64).

A implantação das atividades mineradoras ocasionou um aumento constante e significativo da população negra e escrava na região. Na medida em que houve esse aumento, as fugas de escravos tornaram-se cada vez mais frequentes por conta da presença de matas circundando as áreas de mineração, e também pela precariedade dos caminhos e trilhas. Em decorrência das fugas generalizadas, formaram-se muitos quilombos (ver próximo mapa), agrupamentos de escravos fugitivos (SILVA, 2014, p.57).

Quando os mineiros tiveram notícias do novo descoberto, a Capitania de Minas Gerais logo se apossou do território. O Governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, por ordem de Sua Majestade, através das queixas feitas pela população da região a respeito dos insultos, roubos que faziam os negros fugidos, envia quatrocentos homens para conquistar os negros aquilombados no sertão de Jacuí e Campo Grande. Em 1759, foi organizada a grande expedição comandada por Bartolomeu Bueno de Prado¹², para eliminar os quilombos¹³. Prado embrenhou-se pela região do Sul de Minas Gerais, onde passou a combater os quilombos localizados entre os rios Sapucaí e Pardo, tendo ao centro o Ribeirão da Conquista e o Rio Jacuí.

[...] feita a conquista assistiu o povo naquele lugar donde se edificou um arraial denominado Nossa Senhora da Conceição de São Pedro de Alcântara e Almas do Jacuí, no qual se acha registro donde se trocam os

¹² Bartolomeu Bueno de Prado era o primeiro neto do capitão-mor e governador comandante Bartolomeu Bueno do Prado, o Anhanguera (MARTINS, 2012, p.1).

¹³ Segundo Silva (2004) Bartolomeu encontrou quilombos nessas cidades do sul do estado de Minas Gerais: Guapé, Alpinópolis, Conceição da Aparecida, Carmo do Rio Claro, Capetinga, São Sebastião do Paraíso, Alterosa, Guaxupé e Jacuí.

dinheiros da Real Majestade que Deus guarde, com vezes de intendência comissária como se faz certo da certidão junta [...] naquele lugar houve descoberta de ouro no ribeirão de São Pedro, Rio de São João e paragens adjuntas, nas quais houve repartição ao povo, com assistência do capitão-mor geral e do avô do justificante (*Bartolomeu Bueno de Prado*) a fim de evitar as desordens que costuma a mover entre os povos em tais casos (MARTINS, 2012, p.4).

Prado conquista os seguintes quilombos: Pinheirinho, Santa Ana, Desemboque, Quilombo da Pedra, do Campo Grande, Quilombo Queimado, Talhados, Muzambo, Quilombo de Angola, Zundum, Caité, do Maribondo, Quilombo das cabeceiras do Rio Pardo, em que se acharam 197 casas, todas barreadas e, assim também, o quilombo do Bambuí, que está feito Arraial, e o da Indaiá, havendo em cada um destes quilombos grande número de negros (Martins, 2012, p.19). A eliminação dos quilombos, particularmente o combate ao quilombo do Zundum, teve para Jacuí um efeito muito maior, que foi a descoberta das minas da região pelas autoridades mineiras, veios que, até então, eram explorados clandestinamente pelos paulistas (SILVA, 2004, p 58). Martins levanta um documento que diz que:

[...] logo que se concluiu a dita partilha de Jacuí, rompeu o avô (*Bartolomeu Bueno de Prado*) do justificante dito capitão a sua custa o Sertão de Cabo Verde, onde também descobriu minas de ouro, que também foram repartidas ao povo onde se edificou uma povoação ou arraial que ate ao presente se acha extraindo ouro em utilidade do real erário, e mais não disse desta (MARTINS, 2012, p.4).

Veríssimo João de Carvalho¹⁴ foi um dos homens que acompanhavam Lustosa em suas empreitadas. Após a descoberta de ouro em Jacuí, Lustosa parte em definitivo para Curitiba e Veríssimo de Carvalho assume as explorações em busca de ouro a favor da capitania mineira. Primeiramente foi nomeado pelo governador de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas, Intendente de Santana do Sapucaí e, seguidamente, quando se acorda com a Capitania de Minas Gerais, passa a ser guarda-mor de Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Cabo Verde.

Veríssimo de Carvalho se instalou em terras ao longo do caminho entre Ouro Fino e Cabo Verde, mais ou menos na posição da atual cidade de Caldas. Lá residiu com fazenda de criação e de mineração, de onde fazia suas incursões para o norte à procura

¹⁴ Nasceu em 1709, na Freguesia de São Salvador, Conselho de Ribeira de Pena, Arcebispado de Braga, Província de Trás – os Montes, Portugal (CARVALHO 1998, p.99).

de córregos auríferos. Foi numa dessas entradas pelo sertão ainda não explorado que desbravou a região do Rio Cabo Verde e descobriu ouro no Ribeirão Assunção, em 1762. A partir dessa data passou a residir com a família, esposa e filho, no novo descoberto do Cabo Verde (CARVALHO 1998, p.99), onde fundou o arraial. O território que igualmente margeava as duas capitanias também foi alvo de disputa. A capela, em 1766, foi elevada a curato ¹⁵ pelo Bispado de São Paulo e o local recebeu o nome de Arraial de Nossa Senhora da Assunção.

A cota do ouro até 1762 era atingida (cota reservada pela Coroa). Nos anos seguintes, a meta anual não pôde ser cumprida; foi então que começou uma nova fase na gestão de Minas, na qual a preocupação com as fronteiras da capitania tornou-se política sistemática, conduzida por Dom Luiz Diogo Lobo da Silva e seus sucessores (FONSECA, 2011, p.197).

Um importante período que é indispensável mencionar foi o governo de José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Após a morte do rei Dom João V, em julho de 1750, seu filho, Dom José I, assumiu o reinado de 1750 a 1777, e nomeou Pombal para secretário de Estado dos Negócios do Reino (1755 a 1777). O ministro Pombal fez um amplo movimento de reforma política e administrativa e foi o principal artifício do processo de centralização do poder que se verificou no reinado de Dom José I (SANTOS 2003, p.118).

Com a finalidade de assegurar uma maior ingerência da Coroa em face de seus súditos americanos, bem como intensificar os lucros da metrópole com o trato colonial, procedeu-se a um conjunto variado de medidas que tiveram como um de seus resultados mais visíveis o redesenho das fronteiras internas e externas da colonização portuguesa na América. (ADAN, 2009, p.10).

As mudanças foram muitas. Portanto, só serão apontadas as que são pertinentes para a presente dissertação. A crise financeira que rondava o Império Português, depois da queda da produção aurífera no Brasil, entre outras questões, fez com que fossem

¹⁵ Curato ou curado era uma zona geográfica eclesiástica da Igreja Católica provida de um cura residente para cuidar das atividades religiosas sob a dependência de uma paróquia, mas com ampla autonomia. O curato normalmente era dotado de uma igreja menor ou de uma capela com um batistério. Fonte: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Curato> > Acesso em 26/12/2018.

tomadas algumas medidas. A política pombalina agiu para que a Coroa tivesse maior controle nos assuntos do Estado, o que resultou em grandes reformas que garantiram o fortalecimento do poder real. A Igreja foi submetida ao controle do Estado.

As primeiras notícias de grandiosas jazidas de minérios no presente estado de Minas Gerais acarretaram uma grande fiscalização do território feita pela Coroa, sendo ali inserida a maior parte das ações reformistas implantadas por Pombal, com finalidade de controlar o comércio do ouro. Pombal transferiu a capital da Bahia para o Rio de Janeiro para assegurar maior domínio na parte sul da colônia. Restaurou a Capitania de São Paulo em 1765, como já mencionamos, e proferiu instâncias jurisdicionais por toda colônia, a exemplo das ouvidorias e julgados (ADAN, 2009, p.72).

[...] este período caracteriza-se também pela significativa ampliação no número de vilas e cidades existentes na América Portuguesa, sobretudo naquelas áreas onde a ocupação colonial não se havia processado por completo, ou nas quais a mesma havia sido feita à revelia dos desígnios da Coroa. Este fenômeno tem sido entendido como uma deliberada política urbanizadora da Coroa, inscrita no bojo de uma tradição de agentes destinados à promoção e execução de um saber sobre as cidades, marcado por seu caráter programático e estratégico, e com impactos significativos sobre o ordenamento urbano em Portugal e no desenho territorial das possessões portuguesas no Ultramar. Tem sido considerado, ainda, um importante fator de modificação das relações entre súditos e metrópole, pelos novos espaços de representação institucional que ofereceu à população da colônia. Dimensionar o papel desempenhado por estas vilas e cidades enquanto estratégia de conquista das possessões coloniais e de ingerência sobre suas populações é fundamental para compreender as novas dinâmicas de apropriação do território luso-americano e suas riquezas, e os novos sentidos que informaram a experiência colonial a partir de então. (ADAN, 2009, p.80).

No caso das regiões litigiosas, como as fronteiras norte e oeste, a criação dessas vilas coube preferencialmente aos governadores das respectivas capitanias, dando a estas um caráter solene de afirmação da autoridade e soberania portuguesa sobre aqueles territórios (ADAN, 2009, p.81). Essas ações tinham finalidade de consolidação das fronteiras das possessões coloniais portuguesas na América, serviam para assegurar um controle maior sobre os súditos, facilitavam o bom governo nas partes mais remotas da colônia e estimulavam o aproveitamento econômico do território (ADAN, 2009, p.80). Havia uma evidente preocupação da Coroa Portuguesa no sentido de centralizar a atividade mineradora na região das Minas Gerais e de Goiás, de modo a assegurar a

eficácia dos mecanismos de transferência da produção aurífera da colônia para a metrópole (ADAN, 2009, p.127).

O novo governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, assumiu a administração em dezembro de 1763. Ele realiza uma viagem ao redor de toda Capitania de Minas Gerais, chamada de “o giro de Luiz Diogo”, a fim de aprimorar o controle sobre o território para que as metas de exploração do ouro voltassem a ser cumpridas. Já que não podia reduzir o peso do imposto diretamente, essas medidas foram tomadas de acordo com as ações de Pombal, que dizia que as fronteiras deveriam ser muito bem definidas. A viagem tinha por finalidade a tomada de posse das minas, a extinção dos quilombos e a abertura de caminho que estabelecesse comunicação direta entre a vila de São João del-Rei, onde se achava a casa de Fundação, e as minas de Jacuí, estabelecendo registros de modo a evitar o descaminho do ouro para São Paulo (Ottoni, 1960, p.26 *apud* SALGADO, PEREIRA, 2017, p.231).

Partindo de Vila Rica, dirigiu-se a comitiva a São João del-Rei, onde propriamente iniciou a viagem, em 1764, tomando o rumo noroeste, pela margem direita do Rio Grande, passando por Oliveira, Tamanduá (Itapecerica), Pium-í e atravessando o Rio Grande, junto a barra do Sapucaí, penetrou na região sul-mineira. Considerando toda região batida por Pedro Franco Quaresma compreendida na demarcação Rubin e considerando que a mesma região fora limpa dos quilombos pelas expedições mineiras de Bartolomeu Bueno do Prado, o General Luiz Diogo, chegando ao arraial de São Pedro de Alcântara e Almas do Jacuí, destituiu as autoridades paulistas e publicou um Bando, pelo qual revelou a posse mineira naquela localidade baixando também instruções para arrecadação de impostos e guarda da região (CARVALHO 1998, p.41).

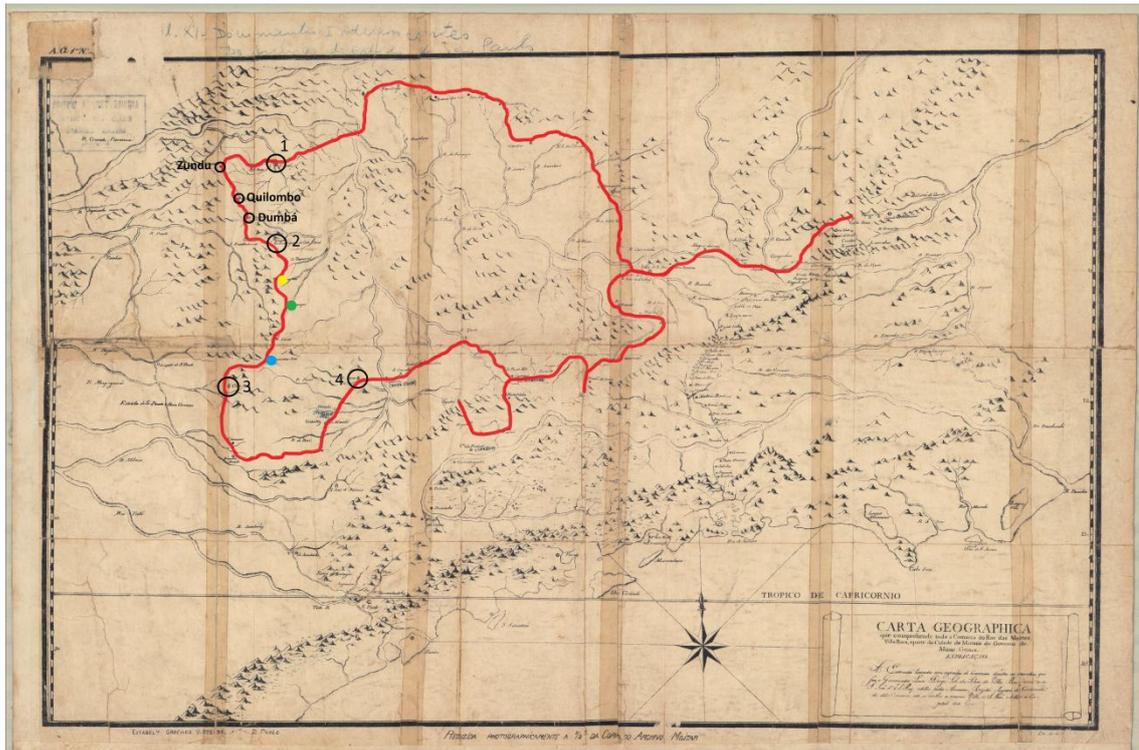


Figura 5: A cartografia reproduz o caminho percorrido pelo governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva. Destaque do percurso e numeração feita pela autora, sendo 1: Jacuí; 2: Cabo Verde; 3: Ouro Fino; 4: Santana do Sapucaí. Foram destacados três quilombos e também em “amarelo” a atual cidade de Campestre, em “verde” o bairro Campo – onde está inserida a fazenda de Lucas Borges (que será analisada em outro momento) e em “azul” a fazenda de Veríssimo João de Carvalho. Fonte: APM – Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI – Carta corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. SI – 003(07). Data 1827-1895.

Depois de tomada a posse de Jacuí, o governador também passa por Cabo Verde, Ouro Fino, Camanducaia, Capivari e Itajubá, estabelecendo registros em Jacuí, Cabo Verde, Ouro Fino, no Rio Jaguari próximo a Camanducaia e em Itajubá. Jacuí, Itajubá e Camanducaia estavam na posse da Capitania de São Paulo. Cabo Verde empossado pela capitania mineira, porém sobre o Bispado de São Paulo. Luiz Diogo regulariza os registros que tinham ficado nas imediações de Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Cabo Verde e define limites favorecendo os mineiros.

O registro era uma repartição fiscal, implantada em locais estratégicos, quase sempre na margem dos caminhos de penetração ou nas proximidades das balsas para travessia dos rios.

Os edifícios destinados ao funcionamento do registro, o mais das vezes apresentavam um aspecto lacustre, por isso construídos sobre estacas,

para enfrentarem as enchentes periódicas. Seu conjunto era construído pela casa onde funcionava a repartição, com varanda voltada para a balsa, pela residência do Fiel; pela casa da guarda e por um ranhão, para abrigar os visitantes (ROSSI, 1981, p. 98).

O registro tinha função de cobrar o quinto, combater o contrabando do ouro e também fiscalizar a entrada e saída de mercadorias na capitania, bem como de escravos e gado, arrecadando os respectivos tributos. O ouro arrecadado da região era levado para a Casa de Fundição da Comarca do Rio das Mortes. Os registros foram implantados nos principais pontos de entrada da Capitania de Minas Gerais.

A Capitania de Minas Gerais, após integrar os novos descobertos, passou então a implantar ações que possibilitam a definitiva incorporação na estrutura administrativa e fiscal, aprimorando a tributação do ouro. Segundo Silva (2004, p 67), em 1750, havia sido proibida a circulação de moedas cunhadas em ouro para evitar falsificações. Implantados então os registros nos principais pontos de entrada da Capitania de Minas Gerais, os viajantes eram submetidos a trocar o ouro em pó e as moedas de ouro por moedas provinciais de prata, já com a devida tributação. Era feito o controle da entrada e saída da população nas áreas mineradoras e era proibida a passagem de quem não possuísse uma guia especial. Eram taxados até mesmo os bens que eles portavam, tais como: mercadorias, escravos e animais.

Após o “giro de Luiz Diogo”, foram implantados sete registros: o Registro de Jacuí, o Registro de Caldas, o Registro de Toledo, o Registro de Jaguari, o Registro de Itajubá, o Registro da Mantiqueira, o Registro do Rio Pardo (entre Cabo Verde e Caconde, próximo a Barra de São Matheus, distância de duas léguas e meia de Cabo Verde). Para se chegar a Cabo Verde devia-se passar pelo Registro, que já existia em Bom Sucesso.

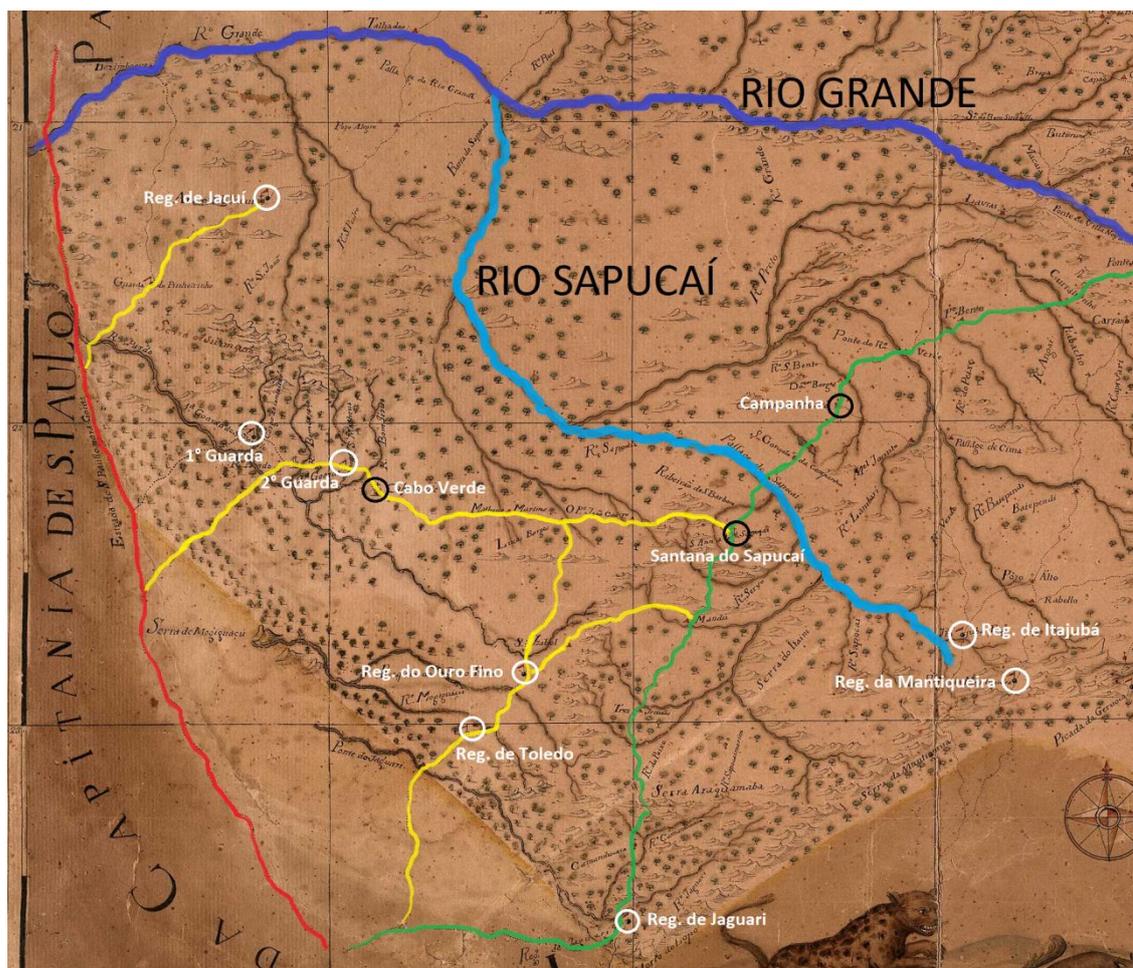


Figura 6: Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, em 1778. Nele foi destacado em “vermelho” o Caminho dos Goiaes, em “verde” o caminho do Fernão Dias e também foram destacados os registros em “branco”.
FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em 12/05/2018

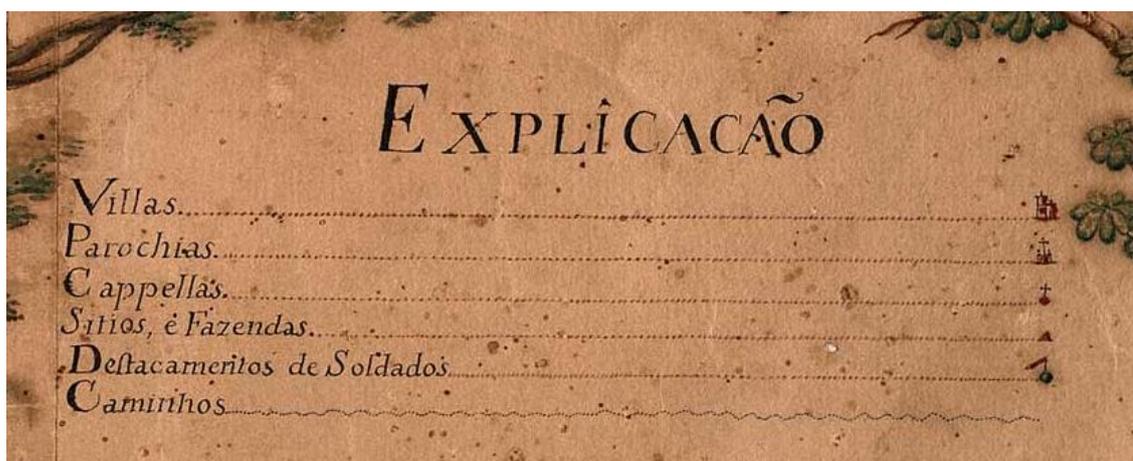


Figura 7: Recorte da legenda do “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, em 1778. A legenda do mapa representa diferentes hierarquias e níveis de urbanidade, evidenciando o papel não somente das vilas e freguesias, mas de capelas, fazendas, sítios e destacamentos de soldados (registros) dentro da rede urbana. A intenção do

cartógrafo ao representar esses pontos no território, evidencia sua importância na rede de caminhos.
FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em
12/05/2018.

Jacuí, incorporado à estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, tinha todo o ouro em pó permutado pelo funcionário encarregado do registro, chamado fiel. O ouro arrecadado passou a ser enviado para a casa de fundição em São João del-Rei. Segundo Silva (2004, p 76), em Jacuí não havia fundição de ouro ou cunhagem de moedas, no registro era feito apenas a captação e a fundição era feita em São João del-Rei, onde existia a Casa de Moedas.

O controle dos registros era muito bem feito pelo governador da Capitania de Minas Gerais. No documento abaixo o governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva escreve ao contageiro do Registro de Jacuí, ordenando que remetesse mapa em colunas abrangendo todos os gêneros que tivessem passando pelo dito registro nos anos de 1765 e 1766:

Logo que receber esta formará Mapa em columnas em que declare fardos, cargas de seca, molhados, escravos, gado vacum, cavalos, e os mais gêneros que passarão por esse Registro desde o 1º de jan de 1765 até o último de dezembro do mesmo anno [...]¹⁶.

A imagem abaixo é o Mapa produzido pelo contageiro¹⁷ do Registro de Jacuí que faz a tabela discriminando os itens dos produtos passados pelo registro. No título ele escreve: “importação dos productos e manufacturas que entraram pelo Registro de Jacuhy para a Capitania de Minas Geraes durante o anno de 1806. Procedencia: São Paulo. Os objetos de importação: Sal, Escravos, Vinho, Aço, Tecidos de Algodão e Lã,

¹⁶ APM: Ofício ao contageiro do registro de Jacuí ordenando que remetesse mapa em colunas abrangendo todos os gêneros que tivessem passado pelo dito registro nos anos de 1765 e 1766. Coleção/Fonte: Morgado de Mateus, 24 jan. 1767.

¹⁷ As “contagens” eram postos de fiscalização e arrecadação especializados na cobrança dos tributos incidentes sobre animais em trânsito de uma capitania para outra. Tratava-se de uma variante dos “Registros”, com a especificidades de tributarem animais em marcha. No entanto, cobravam impostos sobre outras mercadorias. Apesar da especialização, fiscalizavam e arrecadavam outros tributos dos contribuintes que por elas passassem (GARCIA, p.13).

Chapeos, Tecidos de Linho e seda, Linhas". Consta a quantidade, o valor em cruzados e em réis¹⁸.

Mapa

da importação dos productos e manufacturas que entraram pelo Porto de Jacuí para a Capitania de Minas Gerais durante o anno de 1765

<i>Procedencia</i>	<i>Objectos da importação</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor em cruzados</i>	<i>Valor em reis</i>
<i>S. Paulo</i>	<i>Sal</i>	<i>544 alqueires</i>		
	<i>Bestias</i>	<i>4</i>		
	<i>Escravos</i>	<i>2</i>		
	<i>Vinhos</i>	<i>2 barris</i>		
	<i>Ferro</i>	<i>14 arrobas</i>		
	<i>Ace</i>	<i>30</i>		
	<i>Tecido de algodão</i>	<i>5.000 covates</i>		
	<i>" lã</i>	<i>80</i>		
	<i>Chapeos</i>	<i>5 duzias</i>		
	<i>Tecido de linho</i>	<i>300 varas</i>		
	<i>" seda</i>	<i>45 covates</i>		
	<i>Linhas</i>	<i>30 maços</i>		
	<i>Reboul</i>	<i>7 1/2 libras</i>		

138 000 *55.200.000*

Figura 8: Mapas da exportação dos produtos e manufaturados que saíram da Capitania de Minas pelos registros de Jacuí. APM. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania. Título: Mapas da exportação dos produtos e manufaturados que saíram da Capitania de Minas pelos registros de Jacuí. Notação atual: SG-CX.68-DOC.52. Data: 09/12/1804

Mesmo com os registros, ainda existiam caminhos por onde era feito o extravio do ouro e de outros produtos. Em um documento de 1769, o capitão-mor, Veríssimo João de Carvalho, comandante de Cabo Verde, recebe uma ordem de José Luis Castelo Branco - o Conde de Valadares, que substituiu, em julho de 1768, Dom Luiz Diogo Lobo

¹⁸ APM. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania. Título: Mapas da exportação dos produtos e manufaturados que saíram da Capitania de Minas pelos registros de Jacuí. Notação atual: SG-CX.68-DOC.52. Data: 09/12/1804

da Silva no governo de Minas - para que faça o patrulhamento de todas as partes e matos da região:

Na presente ocasião escrevo ao Il^{mo} Ex^{mo} Snr. Governador de Sam Paulo sobre o Capitão com que ele porta aguarda que por capriço quer ter nas vizinhanças desse descoberto pertencente pela Repartição desta Cap^{nia} não cuidarem em evitar extravios picadas e caminhos por ellez se forem, ou se poderão fazer em grave dano e prejuízo não só de Real [ilegível], mas dos Povos desta Capitania; por cujo motivo [ilegível] e o Capitam Antonio Simões Gomes que [ilegível] serve de Juís Ordinário desse continente com a mayor vigilância, cuidado, e cautella fará [ilegível] todas as picadas, e caminhos que estiver notícia e a elas Respeito de fugir [ilegível] trancos, [ilegível] Recomendo encarrego [ilegível] deve patrulhar [ilegível] exquizitos desse [ilegível] dos movimentos ...acontecer, cobrar internamente te a Resolução das minhas providencias.

Conde de Valadares novembro de 1769

Snr. Cap^m Drag Aux^{ar} Veríssimo João de Carvalho Comandante desta Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção de Cabo Verde¹⁹ (APM, 1769).

Abaixo, um exemplo de documento que foi escrito ao Conde de Valadares, onde são informadas as contas dos rendimentos de Jacuí e Ouro Fino, e também os precatórios passados para a cobrança dos créditos do subsídio, no ano de 1771:

Ill^{mo} Ex^{mo} Senhor

Pela carta de V.Ex^a de 15 do corrente fico na intelligencia de informar as contas que fiz do rendimento de Jacuhy e Ouro Fino, [ilegível] o numero dos generos, de q procede; e de continuar com os demais Reg^{tr}os segundo a mesma a formalidade [ilegível] q V. Ex^a descobre meynos de suprir a falta dos [ilegível] q nesta [ilegível], de onde pellas remessas conste credito dos ditos Reg^{tr}os.

Pela relação inclua informo a V Ex^a dos Juizos, áque dirigião os precatórios que passei p^a acobrança dos creditos retardados, e como algum devedores conteúdos nelles depois de decontralidas as dividas me darão da assistência desta Com^{ca}, outros tem fiadores em devesa; esse o motivo porp se deprecou a cobrança dos m^{mo}: do estado, em que esta [ilegível], e da promoção q tem tido este procedimento so pode responder o [ilegível], q os [ilegível], que nelles legitima parte, e a quem os entreguei por ordem do Ministro: todos os mais creditos p^a cuja cobrança passei mais de um mandado executivo, hoje vê a [ilegível]

¹⁹ APM. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). Título: Ordem do Conde de Valadares ao Capitão Dragão Veríssimo João de Carvalho, comandante de Cabo Verde. Data: 04/11/1769. Assunto: ordem; patrulhamento.

entregues ao Sold^o Ant^o Dias Bicallo [ilegível] das ultimas ordens de N. Ex^a.

Deos g^{de} N. Ex^a de S. João Del Dey 21 de Dezbr^o de 1771

Ill^{mo} Ex^{mo} Sr Conde V.

Beja as mãos de V. Ex^a

O criado Bernardo da Silva Farião²⁰ (BDLB, 1771).

Junto ao documento está uma relação dos precatórios que passou para a cobrança dos créditos do subsídio até o ano de 1769; na lista consta o nome de quinze pessoas.

Voltando a 1765, quando a Capitania de São Paulo foi restaurada, esta teve como novo governador Dom Luiz Antônio de Sousa Mourão, o Morgado de Matheus. Ao se deparar com os limites de fronteiras feitos entre a Capitania de Minas Gerias e São Paulo, as demarcações de Thomaz Rubin deixadas pelo Conde de Bobadela, profundamente modificada pelos recentes atos do governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, o Morgado de Matheus trocou uma longa série de correspondências – protestando contra a demarcação de Thomaz Rubin - com o governo de Lisboa, com o vice-rei e com o governador de Minas, até 1775, quando chegou ao fim sua administração.

²⁰ Biblioteca digital Luso-Brasileira. Título: Carta ao conde de Valadares informando sobre as contas do rendimento de Jacuí e Ouro Fino, e sobre os precatórios passados para a cobrança dos créditos do subsídio. Disponível em <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/284256>> Acesso em fevereiro de 2018.

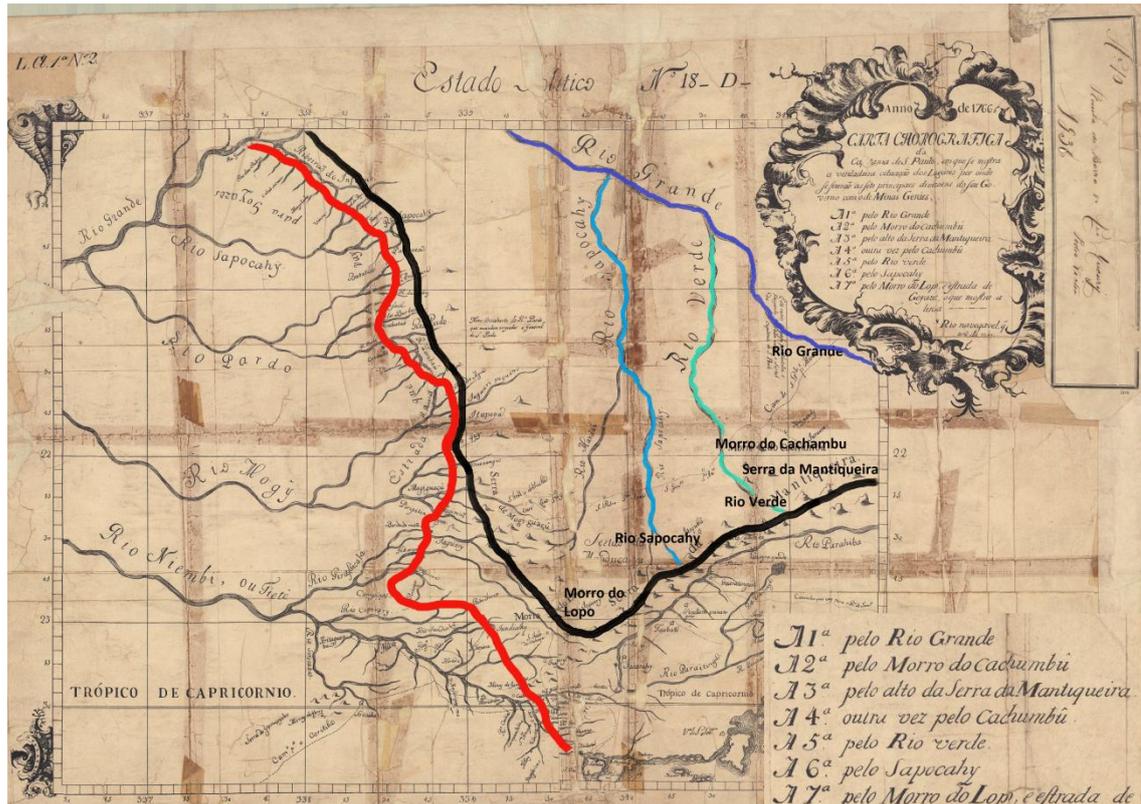


Figura 9: Carta Chorográfica da Capitania de São Paulo..., 1766, encomendada pelo Morgado de Mateus. A linha “preta” delimita a divisa entre Minas Gerais e São Paulo, seguindo a geografia como referência. A linha “vermelha” define o caminho de Goiás, partindo da São Paulo de Piratininga, passando pelo nordeste paulista, com destino a Vila Boa de Goiás. Abaixo, foi ampliada a legenda com as divisões feitas e mapeadas na cartografia: Rio Grande, Morro do Cachambu, Serra da Mantiqueira, Rio Verde, Rio Sapucahy e Morro do Lopo. Disponível em APM – Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI – Carta corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. SI – 003(01).

O conde da Cunha, vice-rei do Brasil, havia defendido os interesses de São Paulo. Mas os governadores de Minas Gerais não acataram a decisão, continuando a expandir as fronteiras e a reivindicar a posse dos estabelecimentos situados ao norte da serra da Mantiqueira (FONSECA, 2011, p.200). Em 12 de Outubro de 1765, foi convocada uma junta composta das principais autoridades do Rio de Janeiro e das pessoas que melhor conheciam a região em litígio. A junta define que a divisão fosse feita pela serra da Mantiqueira e pelo rio Sapucaí por seu braço principal, o Sapucaí-Guassú.

continuaram. Um questionamento apontado consistia na demarcação de Thomaz Rubin, pois como não havia marcos físico sobre sua delimitação, havia infinitas possibilidades de interpretação das fronteiras: “susceptível de interpretações mil vezes mais diversas e desencontradas” [...] (APESP, 1896, p. XLVIII). A cada sítio novo que era explorado surgia mais um motivo para a discussão dos limites.

Havia nas regiões limítrofes das duas capitanias, duas estradas que limitavam uma zona ainda não habitada: a estrada dos Goiaes, pelo lado paulista; e pelo lado mineiro, os antigos caminhos abertos por Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, do Desemboque por Jacuí, Cabo Verde, Campestre, Ouro Fino e Camanducaia para Santana do Sapucaí. Ligando estas duas estradas através da zona despovoada havia duas estradas transversais de Camanducaia a Atibaia e São Paulo e de Jacuí. O povoamento da zona havia naturalmente de estender-se de cada lado, fazendo com que os moradores pertencessem à jurisdição da capitania mais próxima.

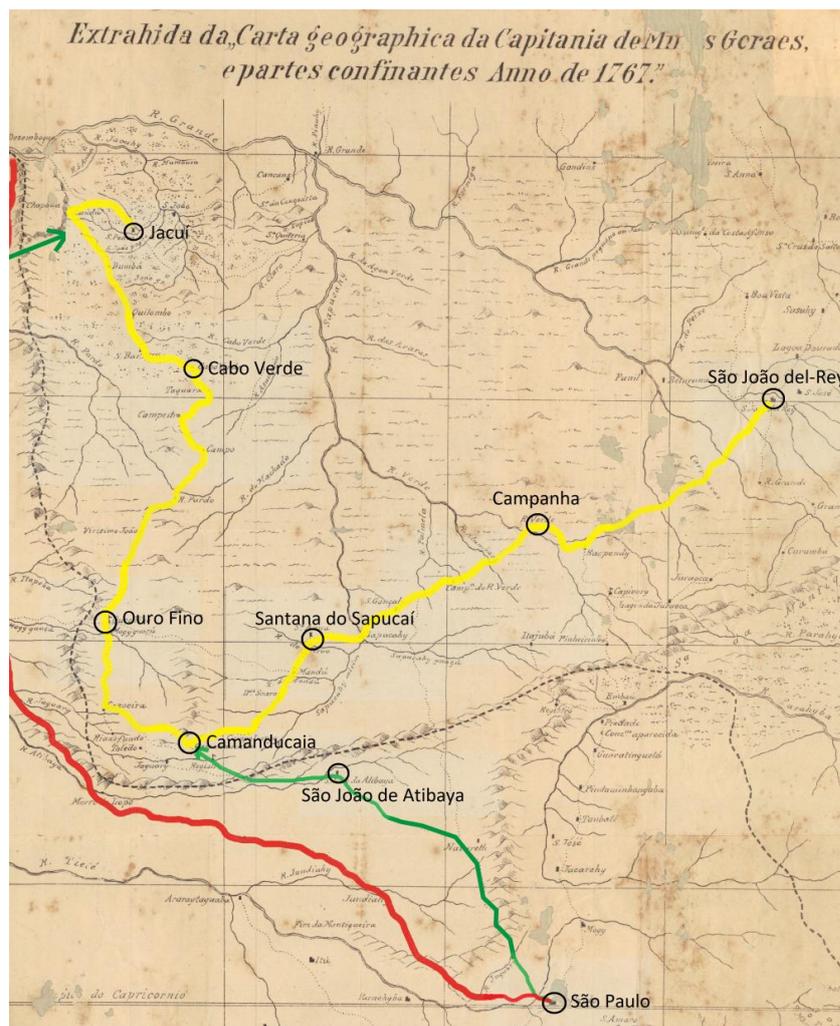


Figura 11: Recorte sobre a Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. Data incerta: 1767 – 1895. “Extrahida da Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes Anno 1767. Em destaque: em “vermelho” parte da Estrada dos Goiaes, em “amarelo” os antigos caminhos abertos por Luiz Diogo Lobo da Silva, em “verde” as ligações das duas estradas. Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=775> Acesso em: 10/03/2018.

Martim Lopes Lobo de Saldanha foi o sucessor de Dom Luiz Antonio de Souza no governo da Capitania de São Paulo. Logo em sua posse, reivindicou que a região a oeste do Sapucaí entrasse em conformidade com o Assento de 12 de Outubro de 1765. Porém, Antônio Carlos de Mendonça, que havia assumido a capitania mineira em maio de 1773, não considerou o pedido.

Como estratégia da Capitania de Minas Gerais, algumas modificações foram feitas: a guarda e o registro estabelecidos em Bom Sucesso e no Rio Pardo foram removidos para São Matheus, onde foi aberta uma estrada para Mogi Guassú que passava pela serra de Caldas. A estrada velha para Jacuí que partia do antigo registro de Itupeva foi fechada, assim como um novo caminho de Ouro Fino a Mogi Mirim. Deste modo, as únicas vias lícitas de comunicação entre as duas capitanias ficaram sendo a estrada de Jacuí pelo registro de São Matheus, que provavelmente passava por Cabo Verde, e a antiga estrada para Santana do Sapucaí, que ramificava para Ouro Fino partindo da freguesia de Jaguari, que corresponde hoje à cidade de Bragança Paulista. A leste permaneceu a antiga estrada de Guaratinguetá para São João del-Rei, com uma variante passando em Itajubá (APESP, 1896, p.LXVIII).

Muitas freguesias na Capitania de Minas Gerais pleiteavam a sua elevação ao estatuto de “Vila” com a justificativa de que precisavam de “justiça”; a maior parte das solicitações foi recusada, pois a Coroa entendia que podia ser prejudicial aos seus interesses. Para atenuar o ânimo dos solicitantes, e no final do seu mandado, Gomes Freire instituiu diversos julgados²¹ na capitania; em 1744 foi criado o julgado de Campanha, em 1746 o julgado do Sapucaí e em 1778 o julgado de Jacuí.

²¹ A criação de arraiais e as promoções urbanas no período colonial, como julgados, freguesias e vilas eram passos importantes no avanço sobre o sertão. Cada fundação e promoção funcionava como ponta de lança para novas explorações e ocupações (CRUZ, 2016, p.37). A criação de julgados constituiu a principal medida adotada pelos governadores para instalar estruturas

Segundo Damasceno (2011, p.188), a instituição dos juízes ordinários e de juízes pedâneos²² era uma medida capaz de remediar a “falta de justiças” dos arraiais e zonas agrícolas, e a criação de julgados foi a “principal medida adotada pelos governadores para instalar estruturas judiciárias nos locais onde não convinha criar vilas”.

Na administração de Francisco da Cunha e Menezes e de Francisco José Raymundo Chichorro da Gama Lobo (1782-1788), as autoridades de Cabo Verde abriram um caminho até o Rio Pardo e tentaram apoderar-se das minas neste rio e nos campos da serra de Caldas, porém foram barradas pelo vigilante comandante do registro de São Matheus. As autoridades de Ouro Fino trataram de estabelecer guarda e registro nos mesmos campos.

Em 1789, o governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, defendeu os interesses dessa capitania. Porém, em 1796, ele foi designado a governar Minas Gerais e mudou totalmente sua posição. Durante seu governo, é criada a vila de Campanha da Princesa (1798) e são confirmados os limites do seu termo²³, que compreendeu quase todas as terras situadas no sul do rio Grande.

A Vila tem ligação com o estatuto jurídico. O pedido para elevar o local muitas vezes era feito pelos homens bons do lugar. Quando o pedido é atendido, é delimitada

judiciárias nos locais onde não convinha criar vilas. Os julgados eram os territórios de jurisdição de um juiz ordinário – ou seja, de um juiz “leigo” (sem título de bacharel) de primeira instância. Suas atribuições podiam ser menos amplas que as dos juízes ordinários das vilas: diferentemente dos concelhos, os julgados eram circunscrições com autonomia judiciária parcial – ou seja, sem jurisdição completa (cível, crime, administrativa, o que os tornava dependente de um concelho vizinho, em um ou mais aspectos (FONSECA 2011, 189).

²² Tal como os juízes ordinários das vilas, estes não eram “juízes togados” (bacharéis), mas oficiais não letrados, que eram escolhidos entre os habitantes mais “capazes” das localidades. No entanto, os juízes pedâneos detinham uma jurisdição mais restrita do que a dos juízes ordinários (estabelecidos nas vilas e nos julgados), pois ela se limitava à aplicação de multas (coimas) e às causas cíveis de reduzido valor. Outra diferença entre os dois tipos de juízes dizia a respeito ao sistema de eleição: os ordinários eram eleitos pelos homens bons, que também elegiam os vereadores; já os pedâneos, eram diretamente escolhidos pelas câmaras (já constituídas) da qual dependiam (FONSECA, 2011, p.188).

²³ Corresponde ao território controlado pela câmara. A configuração dos termos das vilas mineiras apresenta variações no espaço e no tempo – devido às sucessivas criações e desmembramentos - mas, em qualquer caso ou situação, as superfícies são sempre consideráveis [...] no interior dos termos existiam diversos arraiais e fazendas, mas também sertões residuais mais ou menos extensos, que foram sendo progressivamente colonizados.

uma área cedida pela Coroa para construir o patrimônio da municipalidade; essa área era denominada rossio²⁴. Junto ao rossio era erigido o pelourinho, que era obrigatório quando se elevava a Vila, e sua implantação geralmente era feita diante da casa de câmara e cadeia. Nas Vilas eram implantados os concelhos:

Os concelhos eram as células básicas da organização político-territorial portuguesa, e foram, mais tarde, também chamados municípios. Eles eram agrupados em circunscrições maiores, as comarcas, que correspondiam à jurisdição dos ouvidores (FONSECA, 2011, p.27).

Toda a extensão da Rede Urbana do Rio Sapucaí fazia parte, até 1798 - ano de elevação de Campanha à vila - do termo de São João del-Rei, na Comarca do Rio das Mortes. Segundo Araújo (2008, p.100), pode-se dizer que a Comarca do Rio das Mortes se encontrava ainda mal representada politicamente, pois contava apenas com duas vilas: São João del-Rei e São José del-Rei (atual Tiradentes). Faltava à Comarca do Rio das Mortes estruturas administrativas que lhes permitissem o atendimento de suas demandas. A elevação à vila de alguns de seus arraiais era uma forma de afirmar, no plano político, sua força e vitalidade econômica (ARAÚJO, 2008, p.102).

O território de Campanha também havia sido alvo de disputas entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo. A câmara de São João del-Rei toma providências com relação à ratificação de posse da região porque a mesma é estratégica e de fácil acesso tanto para o Rio de Janeiro como para São Paulo.

No final do século XVIII, os mais influentes moradores do arraial passam a reivindicar a criação da Vila da Campanha da Princesa, pois, consideravam como relevantes para este fato o crescimento de sua população, que ultrapassava o número de oito mil habitantes, bem como o desenvolvimento econômico da região. Destacam também a distância de 35 léguas da Vila de São João del-Rei “e por outra os gravíssimos incômodos e perigos de vida a que se expunham”, os prejuízos que “sofriam na prática do intolerável abuso de serem constrangidos por seus credores a ir responder nas ações novas ao Juízo da Ouvidoria” daquela vila (ARAÚJO, 2008, p.109).

A câmara de São João discordou da reivindicação. Dentre outros argumentos, ressaltou que “os moradores daquele lugar [eram] a maior parte mulatos, escravos e mestiços” e não seriam “homens de nascimento e conceito”, como recomendavam as

²⁴ Rossio era o terreno atribuído pela Coroa, a fim de construir o patrimônio da câmara. Era delimitado a partir de um centro geométrico, que era situado, idealmente, sobre o pelourinho, ou seja, no coração da vila.

Leis, para que pudessem se eleger e exercer os cargos de juizes e de vereadores. Expunham ainda que não havia igreja decente e que, apesar de haver algumas boas lavras, “pouco ou nada” cuidavam do ornato das igrejas existentes. Além disso, o ouro que se extraía era quase todo extraviado (ARAÚJO, 2008, p.110).

A extensão do termo que Campanha pleiteava era de dez freguesias, sendo as de maior número de população: Campanha, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí. Incluindo os três Julgados, Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí. São João del-Rei perderia grande parte do seu termo, por isso suas contestações são compreensíveis.



Figura 12: Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas. Capitão de Ordenança Francisco Salles, (ca. 1800), 35 x 41 cm, manuscrito e aquarela, AHU, n. 263 / 1170, originalmente incluído no códice n. 2167, intitulado: “Livro de Creação da Campanha da Princeza” (Reproduzido em Costa 2003) Uma cópia fax similar feita em 1950 a partir do original no AHU encontra-se no Arquivo Museu Regional/Serphan. Destacado pela autora, em “azul escuro” o rio Grande, em “azul claro” o rio Sapucaí. 1- Vila da Campanha da Princeza; 2- Freguesia de Jacuí; 3- Cabo Verde; 4- Santana do Sapucaí; 5- Ouro Fino; 6- Camanducaia.

Segundo Cruz (2016, p.197) o mapa acima, elaborado por Salles, pode parecer ingênuo, pois ele era um capitão de ordenanças e não um engenheiro militar. O mapa não obedeceu às convenções cartográficas da época e nele foram feitos desenhos de igreja com torre marcada com a letra “F” para freguesias e uma igreja sem torres para os arraiais. Destaca os registros e os limites do termo que a Vila de Campanha pleiteava, deixando em evidência a Serra da Mantiqueira e o Rio Grande como barreiras naturais intransponíveis.



Figura 13: Novo Mappa Topografico orientado, e geograficamente exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d'elRey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle compreendidos dos quais a Camera daquela Villa de S. João percebia, e administrava as respectivas rendas, 61 x 54 cm, aquarela, Aatoria desconhecida (ca. 1803). A- São José del-Rei; B- Lavras; C- C- Aiuruoca; D-Baependi; E- Pouso Alto; F- Itajubá; G- Campanha; H- Santana do Sapucaí; I- Camanducaia; L-Ouro Fino; M- Cabo Verde; N- Jacuí; O- Lavras. *Apud* FONSECA, 2010.

O mapa acima foi produzido pela câmara de São João del-Rei, demonstrando grande conhecimento do seu termo, com o objetivo de barrar que a nova Vila de Campanha, que caso desmembrada, levasse consigo grande parte de seu território. Segundo Fonseca (2010, p.8) o desenho da fênix se explica, porque, “São João del-Rei foi uma das câmaras mineiras que utilizou nos seus discursos a imagem do território arruinado ou “incendiado” pelos sucessivos desmembramentos, e a possibilidade de “renascer das suas cinzas” caso se retornasse à situação anterior”.

Todas as freguesias da comarca acham-se assinaladas, mas ao invés de indicar somente as povoações-sede com os símbolos convencionais, coloca-se em evidência a extensão territorial das paróquias, através do uso de cores diferenciadas para cada circunscrição. O recurso a este tipo de representação explica-se facilmente: ao apresentar tal mapa, o objetivo de São João del-Rei era demonstrar as perdas territoriais imensas sofridas com a criação da Vila de Campanha - e a diminuição drástica de suas rendas municipais. De fato, o termo da cabeça da Comarca ficara apenas com a freguesia da vila de São João del-Rei (em rosa, letra “A”) e com a freguesia de Lavras do Funil (em amarelo, letra “B”) (FONSECA, 2010, p.8).



Figura 14: Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes. Demonstra a extensão da Vila na parte rosa, em amarelo está o Termo de Lavras do Funil que foi disputado entre São João del-Rei e Campanha para compor seu termo. 1 - Jacuí, 2 - Cabo Verde, 3 - Ouro Fino, 4 - Santana do Sapucaí, 5 - Campanha da Princesa. Uma importante observação é que as barreiras naturais servem de demarcação do território, que vai do Rio Pardo ao Sapucaí e ao Sul até a Serra da Mantiqueira. Anônimo, Acervo APM, Fundo Seção Colonial, séc. 1701-1800 (data provável).

O objetivo da cartografia acima era convencer a Coroa de que os limites do termo da Vila de Campanha pelo rio Grande e pelos registros construídos sobre a serra da Mantiqueira eram os mais adequados por serem os mais “naturais, perenes e visíveis”. O argumento para conseguir o desmembramento era forte e reforçava a ideia de ser um território “seguro” e de fácil controle de extravios e fraudes fiscais. A tentativa da câmara de São João del-Rei de impedir a elevação de Campanha não vigorou.

Então, Campanha foi elevada a vila. Por alvará de 20 de outubro de 1798, D. Maria I concede o título de vila ao arraial, apesar dos protestos da Câmara de São João del-Rei, nomeando-a de “Vila da Campanha da Princesa” (ARAÚJO, 2008, p. 114). Depois de

elevada a vila, restava ainda a confirmação dos limites do termo, que foi feita em 1800 (CRUZ, 2016, p. 75). O termo da vila São João del-Rei passava ser a própria sede da vila e a freguesia de Lavras do Funil, enquanto Campanha passa a ser composta pela vila de Campanha, todo o oeste do rio Sapucaí junto às freguesias de Aiuruoca, Baependi, Pouso Alto e Itajubá.

O Termo da Vila da Campanha da Princesa se estenderá feita da parte nordeste e leste pelo Rio Grande, desde sua origem no espigão da Serra da Mantiqueira pelas suas vertentes, e descendo por ele abaixo seguir em volta do dito Rio, até o seu encontro com o Rio Pardo aos fins desta Capitania: e da parte sul pelas divisas das mesmas fechada pelos Registros, que defendem os seus limites²⁵ (CRUZ 2016, p. 13).

No fim do século XVIII, os limites de Minas e São Paulo eram bastante confusos, principalmente no trecho entre Itajubá e Jacuí, sendo todo o oeste do Sapucaí incluso no conflito. As terras que estão ao poente do rio Sapucaí sempre foram vistas como pertencentes à Capitania de São Paulo, e só no Governo do Conde de Bobadela e depois que Dom Luiz Mascarenhas se afastou, é que os governantes de Minas pleitearam alguns descobertos, Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Camanduacaia, expulsando Lustosa. São Paulo, sendo a mais antiga de onde vieram os primeiros exploradores da Capitania de Minas Gerais, tem seu território limitado, carecendo que a divisão das capitanias seja pelo rio Sapucaí (APM, 1906, p. 445). Em carta de 1801, o Conego Silvério Horta fala da questão da grande perda do território paulista:

[...] a dita Capitania de S. Paulo quase deserta de moradores, e esses pobríssimos, digo, pobrissimos, que se farão opulentos havendo minas no seu districto, que só conseguirão effectuando-se a divizão pelo dito Rio Sapucahy, e d'outra sorte resultará um prejuízo inevitavel e quase certo ao Estado, ao Reino e aos seus interesses: pois não tendo o Governo gente, nem dominios uteis, não o tera o Governador de S. Paulo para oppôr á força do Inimigo, por lhe faltar a jurisdição nos moradores visinhos, porque pertencentes ao Governos de Minas, a quem pela grande distancia [...] Sendo, pois, feitas todas as refferidas ponderações na presença do Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Vice Rei, disse que elle as approvava e se conformava com ellas e com a dita divisão, mesmo que esta se fizesse da forquilha para o sul, por Sapucahy-guassú [...] Marianna, 26 de outubro de 1801 Conego Silverio Horta²⁶.

²⁵ Esta documentação completa se encontra no Arquivo Público Mineiro – Demarcação do Termo da Vila de Campanha da Princeza, de 20 de fevereiro de 1800. Citada em Memórias Municipais – V. Camapanha, Revista do APM I, p. 485

²⁶ Revista do APM Documentos Eclesiásticos sobre divisas do Bispado de Mariana, p. 445

No final do ano de 1814, o Conde de Palma, que tinha governado a Capitania de Minas, passou a administrar a de São Paulo; conhecendo a questão de ambos os lados, faz um apelo ao governo geral para fixar limites certos e invariáveis. Durante sua administração, a questão central foi a dos limites entre Ouro Fino e Bragança, Franca e Jacuí, as duas últimas tinham solicitado a elevação de freguesia à vila.

[...] o Capitão Hipólito Antonio Pinheiro iniciou campanha para a elevação da Freguesia de Franca a Vila. Em 1809, o Capitão, juntamente com um grupo de moradores, apresentou-se perante o Governador Franca e Horta solicitando a elevação da Freguesia, apresentando alguns argumentos, tais como: os mineiros estavam povoando aquele sertão que durante muito tempo permaneceu inconquistado; nas terras eles estavam criando gado e cavalo; os habitantes aumentavam a cada dia [...] (PICCINATO JÚNIOR, 2012, p.109).

Em 1814, Dom João VI, o príncipe regente, manda instituir as duas últimas vilas de Minas do período colonial: São Carlos do Jacuí e Santa Maria do Baependi. O Rei alega o incremento da administração da Justiça a um número crescente de cidadãos na região. Dessa forma, São Pedro de Alcântara do Jacuí, termo da Vila de Campanha da Princesa, é elevado à condição de Vila:

Eu o príncipe Regente Faço Saber aos que este Alvará virem [...] Hey por bem crear tambem em Villa o Arrayal de Jacuhy com a denominação de – Villa de Sam Carlos de Jacuhy – edificará pertencendo ao Termo o territorio actual da Freguezia de Jacuhy, eo Territorio da Freguezia de Cabo Verde pelos seus actuaes limites [...]²⁷

Na elevação para o status de Vila, Jacuí muda sua denominação, que passa de São Pedro de Alcântara de Jacuhy, para Vila de São Carlos de Jacuhy. Quanto à questão do seu termo, ele incorpora a Freguesia de Cabo Verde.

[...] Regulando o Termo da Villa da Campanha da Princeza: Sou Servido Ordenar que este fique constando dos Territorios da Freguezia da mesma Villa da Campanha da Princeza, da Freguesia de Itajubá, e dos Tirritorios, que pertencem a Freguezia de Sapucahy Camandocaya, e Oiro Fino, athé os limites, por onde actualmente parte, ou para o futuro deva partir, e confinar osobre dito Termo com os Districtos da Comarca da Cidade de São Paulo [...]²⁸

²⁷ O documento referente a elevação de vila foi publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro, com o título: CREAÇÃO DE VILLAS NO PERÍODO COLONIAL, subtítulo: BAEPENDY; JACUHY, data de publicação: 1896.

²⁸ Revista do APM Documentos Eclesiásticos sobre divisas do Bispado de Mariana, p. 445

Jacuí e Cabo Verde então se desmembram do termo da Vila da Campanha da Princesa, no qual ainda permanecem a Freguesia de Itajubá, a Freguesia de Camanducaia e a de Ouro Fino, até os limites da comarca da cidade de São Paulo.

[...] Nas duas referidas Villas novamente Creadas (Jacuí e Baependi), Hey por bem crear em cada huma dellas os Cargos de respectivos dois Juizes Ordinarios, hum Juiz de Orphãos, tres vereadores, hum Procurador do Conselho, dous Almotacez, e os Officios em cada huma dellas dous Tabeliaes do Publico Judicial, e Notas, hum Alcaide, e hum Escrivão do seu officio: ficando anexos ao primeiro Tabelião o Oddicio de Escrivão dos Orphãos, Os quaes todos Servirão seos cargos, e officios na forma de Ordenação, e Leys do Reyno – Acadahuma das referidas Villas no seu respectivo Territorio ficarão pertencendo as Rendas, Direitos, e Contribuições, que estava em posse decobrara Camara da Campanha da Princeza, e que legitimamente lhe pertencião: com a declaração que não será prejudicado o Donativo offerecido pelos Povos a Princeza Minha sobre todos muito amada e Prezada Mulher [...]se fará levantar Pelourinho, Cazas da Camara, Cadêa, e Officinas do Conselho a custa dos Moradores d'ellas, e debaixo das Ordens da Mêza do Dezembargo do Paço. E onde houver Terrenos volutos no seu respectivo Territorio poderá pedir para seu Patrimonio as Sesmarias com as mesmas Clauzulas.²⁹

E assim, então, marca-se o início da autonomia administrativa de Jacuí. Segundo Silva (2004, p 81), a elevação de uma freguesia à categoria de vila significava a implementação de um arcabouço administrativo e judiciário que permitia a sua afirmação enquanto unidade política, administrativa e judiciária independente. Foi determinado que fossem criados e providos os cargos e funções necessários à implantação e funcionamento administrativo, judicial e fiscal da nova vila, segundo as disposições do reino. No campo administrativo, a função do Alcaide, que é equivalente às funções do cargo de prefeito, que já existia desde a elevação a Freguesia, foi somado ao estabelecimento da Câmara de Vereadores, três cadeiras. Para compor a esfera judicial, foi determinada a presença de dois juízes ordinários e um juiz de órfãos. No que diz respeito à esfera fiscal – escrivão e tabeliães.

Um fato curioso foi a declaração do príncipe que afirma que o desmembramento da vila não prejudicaria os donativos dos povos oferecidos à Princesa. Cruz³⁰, em sua

²⁹ Ibidem

³⁰ Cidade difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX. Cícero Ferraz Cruz faz uma investigação sobre a formação da Vila de Campanha da Princesa (atual Campanha, MG) e seu termo, que representa um desdobramento importante da obra de

tese de doutorado, analisa os documentos de elevação da Vila de Campanha da Princesa; como argumento final, Campanha propõe uma contribuição anual que seria destinada diretamente para os cofres da princesa Carlota Joaquina. Em seu Ato de Consignação Voluntária, o juiz propunha que um terço das rendas da câmara fosse destinado aos “alfinetes da Princesa” (CRUZ, 2016, p 75).

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e quinze ao primeiro dia do mês de novembro do ditto ano neste Arraial de Jacuhy minas e Comarca do Rio das Mortez aonde foy vindo o Doutor Manoel Ignacio de Mello e Souza Cavaleiro Professo na Ordem de Chisto do Dezembado de Sua Alteza Real O Principe Regente Nosso Senhor que Deus guarde seu Dezembargador Ouvidor geral e Corregedor da dita Comerca comalçada no cível e crime, commigo Escrivão do seu cargo ao adiantes nomeado, ahy nas cazas da aposentadoria do dito Ministro pellas des horas da manham presentes o Clero Nobreza, e povo do dito Arraial e parte do da Freguesia de Cabo Verde desta mesma Comarca convocados para aqui se acharem neste dia por Editaes do ditto Ministro, por este foy mandado ler por mim escrivão, comeffeito ly em alta vós o Alvará de dezanove de Julho do pretterito anno, deque vai copia ao diante pela qual foi S. Alteza Real servindo criar em Villa este Arrayal com a denominação de – Villa de São Carlos do Jacuhy – assignando-lhe para extenção do seu termotodo o território desta mesma Freguesia, e da de Cabo Verde e as que dellas se tem desmembrado ficando a diviza deste termo, com a da Villa da Campanha da Princeza pellos limites das Freguezias que comprehendem o seu termo, e se declarão no Alvará da criação desta Villa: e igualmente com o termo da Vila de São João de El-Rey pellasua diviza antiga, e das Freguezias de que se compoem, que he o Rio Sapucahy: e bem assim com a da Villa de Tamanduá pello Rio Grande nesta Capitania efilnalmente com as da Capitania de São Paulo pelo seus limites, elinha divizoria com esta en parte que finalizão as Freguezias asima declaradas [...] ³¹

Após a elevação a Vila e demarcado seu termo, é feito o Auto de Levantamento do pelourinho da nova Vila de São Carlos do Jacuí, lugar que antes era arraial de Jacuí na Comarca do Rio das Mortes.

Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e quinze ao primeiro dia de Novembro [...] a colocação do Pelourinho, que he na Praça dominada – de São Carlos – estando junto e entorno do dito lugar o Clero Nobreza e Povo desta mesma Villa e seu termo foy mandado pello dito Ministro levantar O Pelourinho da dita Villa o qual comeffeito selevantou no lugar com as solemnidades do estillo entre

Fonseca. Cruz elabora a reconstituição conjectural da forma da vila de Campanha da Princesa no início do século XIX.

³¹ Revista do APM Documentos Eclesiásticos sobre divisas do Bispado de Mariana, p. 445

repetidas aclamações de todos que dizem altamente – Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor [...] E acabando esta legal cerimônia declarou publicamente o dito Ministro que no dia seguinte pelas oito horas da manhã havia a proceder a Eleição das Justiças na forma das Leis do Reyno, e com as Solemnidades recomendadas por elas para o que, assim como já fizera publico por Editais chamava toda a Nobreza, e Povo, que se achava concorrer as casas da sua aposentadoria [...]³²

O Desembargador, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, instalou o Pelourinho num prédio escolhido e indicado para tal. Silva (2004, p. 85) salienta que o local, na atualidade, corresponde ao prédio onde se situa a Casa de Cultura e Cadeia Pública, na Praça Presidente Vargas. Instalou no seu primeiro pavimento os órgãos pertinentes à administração da Justiça, e o seu pavimento térreo foi ocupado pela tropa militar e passou a corresponder à função de Cadeia Pública, emprego que permanece até a contemporaneidade. A Câmara Municipal, no período colonial, tinha função administrativa, judicial, fazendária e política. Somente quando um local era elevado a Vila era possível a implementação de uma Câmara.

Com a criação da vila de Jacuí efetivada, os mineiros puderam obter melhor controle sobre o território, pois o termo da Vila de Campanha da Princesa e agora da Vila de Jacuí englobava grande parte da região conflituosa. Quanto à Freguesia de Franca, ela seria anexada dentro do termo da Vila de Jacuí, ou seja, a Província de São Paulo perderia essa parte de seu território. Sem dúvida, dentre todos os argumentos, o mais forte e decisivo foi o último. “A Freguesia de Franca foi ereta em Vila para se evitar que o vasto território contornado pelo Rio Pardo passasse a pertencer à Capitania de Minas Gerais”. (JÚNIOR, 2012, p. 109).

A independência do Brasil não modificou o quanto era de se esperar as condições da questão dos limites. A questão ficou entregue ao jogo dos interesses e caprichos individuais dos moradores e autoridades locais da região. As oscilações constantes da linha divisória escaparam muitas vezes à atenção do governo e na maior parte, deixaram de ser documentadas (APESP, 1896, p. XCII).

A questão foi levantada pela primeira vez na Assembleia Geral pelo deputado paulista, N.P. de C. Vergueiro, que apresentou em 1827, um projeto cuja divisa deveria seguir o Assento de 12 de Outubro de 1765. A comissão Estatística deu parecer favorável

³² Ibidem

com uma emenda fazendo a divisão pela parte superior do Sapucaí-guassú (vide a imagem 9), passando a São Paulo grande parte do distrito de Itajubá. O projeto, depois de discordâncias, ficou adiado indefinidamente.

Apesar de todas as manobras de ambos os governantes, as últimas questões de limites entre São Paulo e Minas Gerais, a oeste do rio Sapucaí, só foram resolvidas em pleno século XX, com o Governo de Getúlio Vargas.

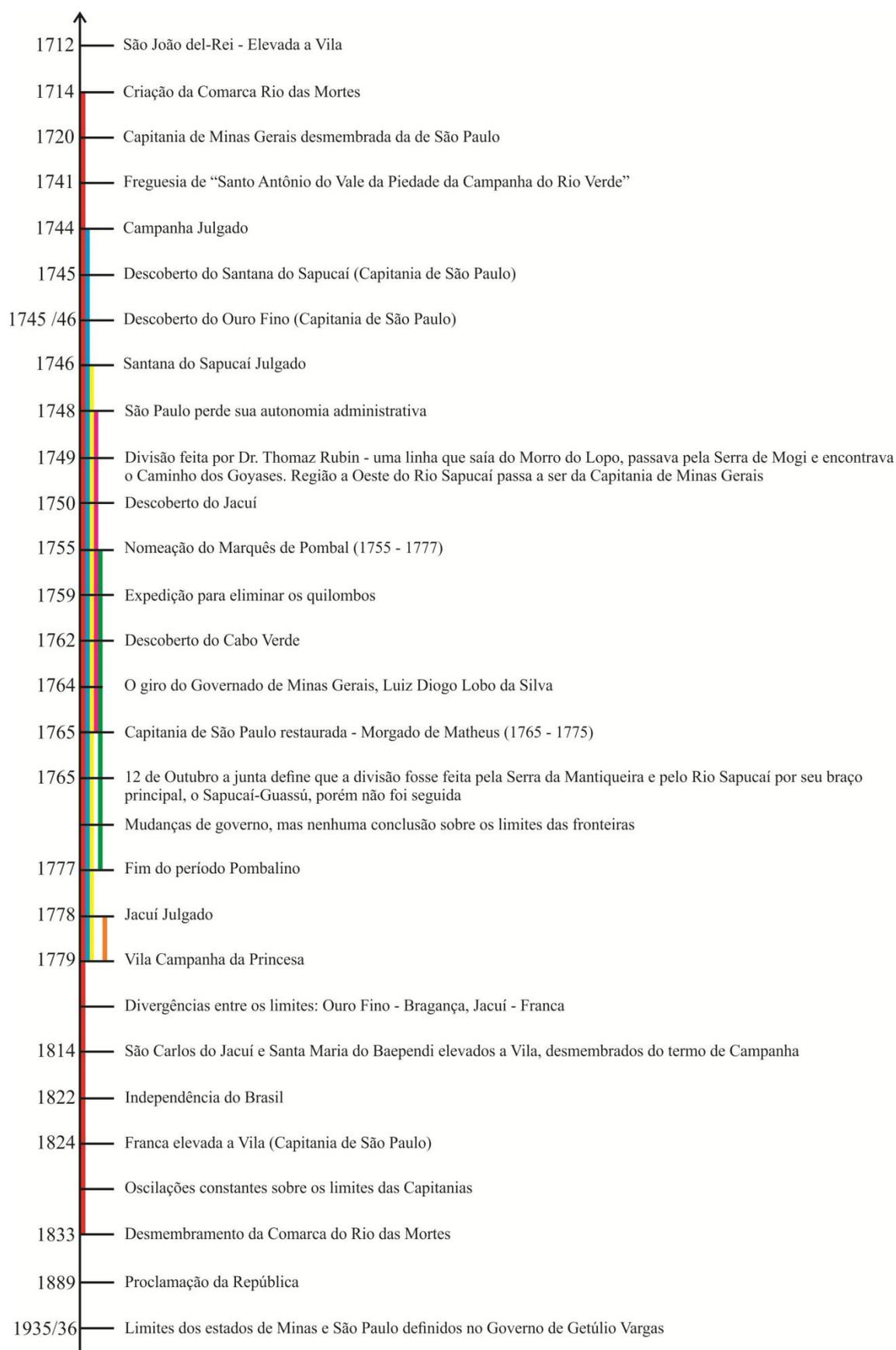


Gráfico1: Linha do tempo elaborada pela autora com os principais acontecimentos descritos na dissertação.

10485
104850

85A

Capítulo 2

TOM. II

A FORMAÇÃO DA REDE ECLESIAÍSTICA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ E OS CONFLITOS ENTRE OS BISPADOS DE MARIANA E DE SÃO PAULO

2.1 QUESTÕES ECLESIAÍSTICAS

Quando começou, de fato, a ocupação do Brasil pelos portugueses, foi instituída a primeira diocese na capital da colônia, a Diocese de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1551, pelo Papa Júlio III, tendo como primeiro bispo brasileiro Dom Pero Fernandes Sardinha. O objetivo era atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas e dar assistência religiosa aos colonizadores. O poder civil era aliado ao poder religioso. Nas palavras de Marx: “a religião católica foi no Brasil a religião do Estado [...] uma lei fundamental e constitucional do Estado” (MARX, 2003, p.24). Essa associação de poderes foi estabelecida através do regime do padroado³³ - concedido desde 1456 para a Ordem de Cristo - o qual consistia em um conjunto de privilégios dados pela Santa Sé aos reis de Portugal, em que se possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, financeiros, jurídicos e administrativos. Os bispos deviam atuar sempre como súditos fiéis da monarquia lusitana. A hierarquia católica devia transmitir a fé e zelar pela sua ortodoxia, e, ao mesmo tempo, garantir, por meio da religião, a fidelidade política dos súditos (SOUZA, 2004, p. 26).

No sistema do Padroado o rei, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo, tinha a prerrogativa na gestão dos negócios espirituais e eclesiásticos, o que, de certa maneira, teve continuidade mesmo depois de 1824, pois, a partir de então, o Imperador podia indicar os cargos eclesiásticos mais importantes (nomeação de bispos, responsáveis pelas dioceses brasileiras e colação de vigários), sob confirmação do Papa (CARVALHO 2015, p. 148).

O papa pede ao rei que se preocupe com o aumento da cristandade e com a exaltação da fé [...] O rei de Portugal deveria erigir igrejas,

³³ O regime do Padroado dava aos funcionários eclesiásticos o direito de criar ou dividir paróquias e dioceses, com fixação ou modificação de seus respectivos limites. O termo de uma vila podia abarcar até dez freguesias e vários julgados. O título de cidade era dado a uma vila que fosse sede de Bispado (CARVALHO 2015, p. 63).

oratórios e outros lugares de culto; com consentimento das autoridades eclesiásticas, poderia enviar sacerdotes, seculares ou regulares, para aí residirem e administrarem sacramentos; pertencendo ao rei o monopólio comercial nesses territórios, e quem neles exercer comércio ilícito incorre em excomunhão. (SOUZA, 2004, p. 24).

No período colonial, os padres e bispos eram funcionários da Coroa portuguesa, motivo pelo qual os assuntos religiosos e do estado se misturavam. A religião era um instrumento para manutenção da ordem pública. As atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino português: o Conselho Ultramarino³⁴ e a Mesa de Consciência e Ordens³⁵, essa última além de outras funções:

³⁴ O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que fossem relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as mais partes ultramarinas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar. Era composto por um presidente, quatro conselheiros, um secretário e dois porteiros. Pelo Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754, verifica-se que à composição primitiva foi acrescentado um lugar de procurador da Fazenda, um de tesoureiro privativo com um escrivão e fiel, um executor das dívidas ativas, um solicitador da Fazenda e um contador dos Contos do Ultramar. O Conselho Ultramarino foi extinto por Decreto de 30 de Agosto de 1833, passando as suas atribuições contenciosas a pertencer aos competentes juízes, as de administração da Fazenda ultramarina ao Tesouro Público, e as de jurisdição voluntária e graciosa à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Por decreto de 23 de Setembro de 1851 (publicado no Diário do Governo de 18 de Outubro) foi criado um novo Conselho Ultramarino, o qual foi extinto por Lei de 23 de Setembro de 1868, tendo-lhe sucedido a Junta Consultiva do Ultramar. (Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4167269>> Acesso outubro de 2018).

³⁵ O tribunal da Mesa de Consciência e Ordens era um instrumento do padroado português, foi criado por dom João III em 1532. Os reis de Portugal tinham reunido varões idôneos e peritos, que, como juízes ordinários ou vigários do mesmo grão-mestre, julgariam, por autoridade apostólica, as causas e litígios, quer contra, quer entre irmãos clérigos ou militares das ditas ordens. A Mesa também era composta por delegados que pudessem delegar ou subdelegar como juízes em qualquer causa benéfica e outras causas do foro eclesiástico. O tribunal foi criado para cuidar dos casos de consciência do rei, foi depois ampliado pelos papas até o ponto dos clérigos poderem ser nomeados juízes no foro eclesiástico. A maioria dos negócios eclesiásticos passou a depender do arbítrio do tribunal de Mesa de Consciência e Ordens. A Mesa de Consciência e Ordens pode ser considerada como equivalente à do Conselho Ultramarino, constituindo-se num instrumento do poder real para os assuntos relativos ao padroado, em virtude da concessão espiritual de todos os territórios ultramarinos à Ordem de Cristo e da incorporação do mestrado dela à Coroa. Avaliava e propunha à decisão régia os candidatos para aqueles benefícios eclesiásticos mantidos pela Coroa com os recursos da cobrança dos dízimos, como vigários colados e dignidades dos cabidos (SOUZA, 2004, p.27).

[...] examinava as súplicas de leigos e clérigos sobre a situação do culto, o que englobava os pedidos de criação de novas freguesias, a ereção de capelas e ermidas filiadas, a falta de condições materiais para o exercício das obrigações religiosas, as questões relativas às irmandades, os conflitos entre a população e os representantes da Igreja e os destes últimos entre si. (SOUZA, 2004, p.27).

Enfim, é o rei quem dirige os destinos da Igreja no Brasil nos primeiros séculos, por força do padroado.

Os bispados eram divididos em comarcas eclesiásticas, nas quais eram instaladas vigararias nas sedes e implantava-se a justiça eclesiástica com suas varas. Cada vigário de vara tinha poder sobre as paróquias e os paroquianos de sua comarca em assentamentos administrativos e judiciais. A paróquia se articulava com a vigararia. Nas paróquias em regiões periféricas, o sacerdote podia receber provisão do prelado para atuar como se fosse vigário de vara, mas sem ter sob sua jurisdição uma comarca eclesiástica. Os bispos eram responsáveis pela diocese. Quanto mais se expandiram os núcleos urbanos na fase da colonização, ali os bispos aproveitavam para enraizar suas dioceses, eram criadas igrejas com a justificativa de diminuir a distância entre uma igreja e outra e conforme a quantidade de pessoas que receberiam atendimentos espirituais (CARVALHO 2015, p. 156, 157).

Conforme as terras brasileiras eram ocupadas, a rede eclesiástica ia se ampliando, de tal modo que foram criadas novas dioceses: São Sebastião do Rio de Janeiro, prelazia em dezanove de julho de 1575, diocese em dezesseis de novembro de 1676, desmembrada da Bahia. Olinda, prelazia em quinze de julho de 1614, diocese em dezesseis de novembro de 1676, desmembrada da Bahia. São Luis do Maranhão, administração dependente de Olinda, desde quinze de julho de 1614, diocese em trinta de agosto de 1677, desmembrada de Olinda. Belém do Grão-Pará, criada em quatro de março de 1719, desmembrada do Maranhão. São Paulo e Mariana, ambas criadas em vinte e dois de abril de 1745 e desmembradas do Rio de Janeiro. Goiás, prelazia em 1745, diocese em quinze de julho de 1826, desmembrada do Rio de Janeiro. Cuiabá, prelazia em seis de dezembro de 1745, diocese em quinze de julho de 1826, desmembrada do Rio de Janeiro (SANTOS, 2005, p.110).

Em 1710, o governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, solicitou à Corte portuguesa a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade e, se possível, também a criação da diocese. Esta proposta do governador à Corte portuguesa foi o primeiro passo para a estruturação de ambos. São Paulo foi elevada à vila em 1711. Os governantes da Capitania de São Paulo e Minas Gerais sempre traziam à tona a ideia de

criação do bispado. O Conde Assumar propôs a criação de uma diocese em Minas separada de São Paulo. Em 1720, o rei comunicou que havia pedido o parecer do Arcebispo da Bahia e do Bispo do Rio de Janeiro, para que fossem favoráveis às criações desses bispados antes de enviar a proposta à Sé Apostólica. Porém, a criação desses novos bispados foi procrastinada (SOUZA, 2004, p.104, 105).

O Marquês de Angeja, quando vice-rei do Brasil, o governador Dom Braz Baltazar da Silveira e finalmente o Conde de Assumar, então responsável pelos dois governos, em 2 de dezembro de 1720, conseguiram ser atendidos, tornando São Paulo e Minas Gerais duas administrações autônomas, pois havia dificuldade administrativa da unificação das duas regiões. Esta separação foi um processo importante para a criação dos dois bispados (SOUZA, 2004, p.105).

Segundo Fonseca (2011, p.341), o rei de Portugal percebeu que, para melhor controle das ricas terras mineiras, a melhor solução seria também instituir uma cidade; a escolha levou alguns anos e estava entre Vila Rica (Ouro Preto) e Vila do Carmo (Mariana). O rei não parecia ter pressa. A competição entre duas vilas se revelava um negócio altamente lucrativo para a Coroa nessa época, pois o ouro ainda era abundante na Comarca de Ouro Preto.

Em 22 de abril de 1745, D. João V assina o decreto criando os bispados de São Paulo e Mariana e as prelazias de Cuiabá e Goiás, comunica sua decisão à Roma e aguarda a sanção do papa Bento XIV. As Dioceses de Mariana e São Paulo foram criadas em 6 de dezembro de 1745, pela Bula *Candor Lucis Aeternae* do Papa Bento XIV. No dia 23 de dezembro de 1745, foram expedidas as bulas e entregues ao comendador Manoel Pereira Sampaio, embaixador de Dom João V em Roma (PEREIRA, SALGADO, 2017, p.109).

A Vila do Carmo, enfim, foi escolhida para ser sede da nova diocese de Minas Gerais, promovida ao estatuto de cidade e rebatizada de Mariana como homenagem a rainha. “A Diocese de Mariana foi solenemente instalada em 17 de setembro de 1748, com a posse canônica do seu primeiro bispo, Dom Frei Manoel da Cruz” (PEREIRA, SALGADO, 2017, p.109). A jurisdição metropolitana dos novos bispados pertenceria ao Arcebispo de São Salvador.

“Já Dom Bernardo Rodrigues Nogueira teve sua nomeação régia para bispo da Diocese de São Paulo no dia 22 de abril de 1745, antes da ereção canônica da diocese,

que aconteceu no dia 6 de dezembro de 1745” (PEREIRA, SALGADO, 2017, p.109). O novo bispado era composto por um extenso território, que nos dias atuais corresponde ao estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e ao território mineiro, que corresponde à atual arquidiocese de Pouso Alegre, onde a rede urbana foco da presente dissertação está inserida.

Com a criação dos novos bispados, surgiram alguns problemas relacionados aos limites das dioceses de Mariana, São Paulo e Rio de Janeiro. Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo de São Paulo, solicitou que todos os párocos fizessem um levantamento de suas freguesias, laçando no livro tombo de cada paróquia seus limites. A definição do limite das paróquias gerou descontentamentos, pois os párocos colados não consideravam perder nenhuma parte de seus territórios. Então, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antonio do Desterro, reivindica seus limites ao assumir sua diocese em 1º de janeiro de 1747 (SOUZA, 2004, p.156).

O território da diocese de São Paulo, durante o extenso período de 1749 a 1968, perde grande parte da extensão do seu termo. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que pertenciam ao Bispado de São Paulo desde sua criação, em 1745 voltaram a depender da jurisdição do Rio de Janeiro, enquanto Paraná continuou pertencendo ao Bispado de São Paulo³⁶. Em 1900, a diocese paulista perde o território do Sul de Minas com a criação da diocese de Pouso Alegre (SOUZA, 2004, p.13, 14).

³⁶ A 27 de abril de 1892, através da Bula “*Ad Universas Orbis Ecclesias*” do Papa Leão XIII, foi criada a Diocese de Curitiba, que abrangia todo o Estado do Paraná e o de Santa Catarina, até 1908, quando foi ereta a Diocese de Florianópolis. Disponível em: <<http://diocesepontagrossa.org.br/fundacao.php>>. Acesso janeiro de 2019.



Figura 15: A divisão eclesiástica do Brasil, com a criação do Bispado de Minas Gerais (Mariana) e de São Paulo (neste período Rio Grande do Sul e Santa Catarina já havia voltado a pertencerem ao Bispado do Rio de Janeiro) e as prelazias de Mato Grosso e Goiás. Fonte: SOUZA, 2004, p.135.

As trajetórias urbanas confundem-se com a história religiosa, econômica e política da Capitania de Minas como um todo. A cronologia e a distribuição geográfica das fundações eclesiásticas constituem uma variável importante para o estudo da formação do desenvolvimento dos núcleos de povoamento. (FONSECA, 2011, p.556). Estado e Igreja colaboraram nas fundações urbanas, e a rede eclesial foi a que mais contribuiu na expansão urbana da Comarca do Rio das Mortes.

Na maioria dos núcleos urbanos da comarca, a Igreja católica conclamava o povo a erigir capelas (e se possível, posteriormente, igrejas e matrizes) consagradas aos santos de sua fé e devoção. O arraial ia se reorganizando em torno da capela, os construtores procuravam se pautar pelas orientações emanadas de Cartas Régias de Fundação de Vilas e Autos Camaristas, para que o arraial tivesse condição futura de vir a ser emancipado. Na emancipação urbana, havia um duplo caminho

a ser percorrido: o atendimento às normas civis e às normas eclesiásticas (CARVALHO 2015, p. 64).

As normas eclesiásticas mencionadas na citação estão compiladas nas Constituições do Arcebispado da Bahia, que serão discutidas mais a frente, com a finalidade de explicar alguns preceitos que a Igreja exigia para emancipação dos arraiais.

As paróquias ou freguesias eram as bases da organização eclesiástica na colônia. No âmbito das freguesias, desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa, mas elas também serviam de administração civil, em particular, ao fisco - a paróquia sendo a unidade territorial adotada para os diversos atos da natureza administrativa, como recenseamento e a cobrança de impostos, como o dízimo³⁷ (FONSECA 2011, p.85). Apesar de usarmos as palavras “freguesia” e “paróquia” como sinônimos, existe uma sutil diferença entre elas:

A palavra freguesia pode ser delineada através do jogo sutil de oposições que a liga à palavra paróquia [...] a palavra paróquia é mais antiga. O seu uso remonta aos primórdios do cristianismo. Podem, aliás, ser encontradas palavras derivadas do termo latino *parochu* na maioria das línguas europeias. Segundo Miguel de Oliveira, os primeiros documentos a mencionar o termo freguesia datam do século 13. A palavra freguês seria anterior. Encontra-se uma forma próxima na língua castelhana [...] a palavra freguesia remete mais para a ideia de um habitat concentrado [...] O termo paróquia é originário da linguagem administrativa eclesiástica: é o território e, por inerência, a população que se encontra sob a autoridade de um pároco. O termo freguesia evoca em primeiro lugar a comunidade de fieis, ou seja, a “freguesia é a congregação dos habitantes de uma vila, ou um grupo de vilas, em redor da igreja-mãe [...] a palavra freguesia remete para imagem da pequena comunidade de bairro, unida por laços múltiplos e trocas cotidianas, cujo modo de inserção no espaço urbano se torna impreciso [...] Nos nossos dias, a freguesia corresponde à unidade administrativa de base do território português [...] Num primeiro momento, o uso do termo paróquia foi predominante [...] Durante a segunda metade do século 19, a concorrência entre os termos freguesia e paróquia pode ser vista como uma tradução semântica do processo de secularização e de laicização da sociedade portuguesa. A instabilidade do vocabulário é ela própria uma consequência da dificuldade em dissociar circunscrições religiosas e civis [...] (VIDAL In: TOPALOV; BRESCIANI; LILLE; D'ARC, 2014, p. 346 – 350).

³⁷ O dízimo eclesiástico não se confunde com a dízima, imposto civil de um décimo, cobrado no Brasil imperial. O dízimo eclesiástico era o tributo cobrado a favor do rei em função de sua condição de grão-mestre da Ordem de Cristo, concedida pela Santa Sé pelos serviços espirituais de difusão da fé católica no mundo. Em troca, a Fazenda Real pagava as despesas com o culto e a cômputa dos sacerdotes. Os dízimos civis eram pagos pela décima parte da produção dos súditos e colonos (CARVALHO 2015, p. 148).

Os arraiais se formavam em zonas rurais ou até em sertões residuais. As pequenas ermidas aos poucos iam se instalando. Para isso, recebiam um patrimônio doado para a capela, podendo ser doação de algum fazendeiro. O número de mineradores, fazendeiros e de fiéis aumentava gradativamente quando o arraial prosperava, de modo que os habitantes encaminhavam requerimento à autoridade episcopal para a construção da Igreja Matriz ou Igreja Paroquial. E assim a principal construção era feita e o local elevado à freguesia.

[...] momento da consagração – ou seja, da oficialização - das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção dessas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que estes situavam, mas também dos espaços rurais circundantes (FONSECA 2011, p.84).

Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, havia algumas regras para a construção da matriz:

Conforme o direito Canonico, as Igrejas se devem fundar, edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possivel, de lugores immundos, e sordidos, e de casas particularcs, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não sómente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fóra, quando concorrer ás festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior numero dos freguezes, E quando se houver de fazer ir, será com licença nossa: e feita vestoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no lugar, ande houver de estar a Capella maior, e demarcará o ambito da Igreja, e adro della (CPAB, 1707, p. 252).

A Igreja Matriz, nesse período, era o edifício de maior importância de estruturação de uma sociedade e de uma área urbanizada. Como descrito acima, existiam algumas regras para sua construção, que iam desde a escolha do sítio, até o material a ser utilizado. As casas eram edificadas em seu entorno. A vida social se desenvolvia nos longos largos onde aconteciam procissões, comemorações religiosas. Abaixo continua a descrição das Constituições onde são detalhadas as regras para a

instalação do cruzeiro, das “pias batismais”, “armários”, “confessionários”, “adros”, “cemitérios”, bem como questões como os “dotes”, que eram necessários:

As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurá que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão Pias Baptismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Oleos, pias de agoa benta um pulpito, confessionários, sinos e casa de Sacristia; e haverá no ambito, e circunferencia dellas adros, e cemiterios capazes para nelles se enterrarem os defuntos; os quaes adros serão demarcados por nosso Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos desta demarcação se guardarão no nosso Cartorio, e o traslado no Cartorio de cada uma das Igrejas. E não tratamos aqui do dote que é preciso tenha cada uma das Igrejas Parochiaes: porque como todas as deste Arcebispado pertencem á Ordem de Cavallaria de nosso Senhor Jesus-Christo, de que S. Magestade é perpetuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito catholica providencia mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das Igrejas, que é seis mil réis a cada Igreja, e oito para as que estão em Villas: assim como com muito liberal mão como tão zeloso, e Catholico Rei manda dar grossas esmolos, assim para edificação como para a reedificação das ditas Igrejas (CPAB, 1707, p.252, 253).

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, construir igrejas em honra de Deus é muito louvável, mas estas devem ser construídas em “lugares decentes, que commodamente se possa celebrar; como convêm muito que se edifiquem com tal consideração, que erigindo-se para ser Casa de Oração, devoção, não sejam escândalos pela pouca decência”. Outro fator importante são os aspectos construtivos: “mandaremos fazer, que o lugar é decente, e que obrigão a faze-la de pedra, e cal, não somente de madeira, ou de barro, assignando-lhe dote competente ao menos de seis mil réis cada anno para sua fabrica, reparação, e ornamentos, lhe concederemos licença [...]”. Caso não fossem cumpridas as regras, “se terá particular advertência”. Também é deliberado que as capelas se mantenham sempre limpas e as chaves seriam entregues para uma pessoa devota, que seria responsável em abrir e fechar a capela quando necessário (CPAB, 1707, p.254).

Caso houvesse capelas muito velhas e em ruínas, o local não possuísse recursos para reparar ou restaurar o que fosse necessário, e ainda faltassem fundos para enobrecê-las com ornamentos ou que também não respeitassem as outras regulamentações “fazendo-se todas as diligencias para que se reedificasse, e

conservasse, por não poder ser, pareceu maior serviço de Deos mandal-a derribar” (CPAB, 1707, p.255).

Quando alguém falecia, “nem-um defunto póde ser enterrado sem primeiro ser encomendado pelo seu Parocho, ou outro Sacerdote [...]”. O pároco seguia o desejo descrito em testamento pelo finado, onde é dito o local que gostaria de ser enterrado, por exemplo. Os finados que gostariam de ser enterrados fora de suas freguesias, sempre deveriam ser acompanhado pelos seus párocos (CPAB 1707, p.288). Era costume os corpos serem enterrados na igreja “e Cemiterios dellas: porque como são lugares, a que todos os fieis contento á vista as sepulturas, se lembrarão de encommendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos”. Portanto, todos os que faleciam deveriam ser enterrados nas igrejas e cemitérios³⁸ que eram considerados lugares sagrados (CPAB 1707, p.295).

Segundo Fonseca (2011), a urbanização e a formação da rede eclesiástica não ocorreram de modo linear, lógico ou previsível. Ao contrário, trata-se de um processo complexo, no qual estratégias e interesses individuais, em muitos casos, exercem um papel determinante, lembrando que a Igreja era unida ao Estado. As atribuições hoje exclusivas do Estado pertenciam à Igreja. Fonseca (2011) reafirma questões já apontadas por Marx (1991):

A promoção de arraiais na hierarquia eclesiástica dependia de muitos fatores: da comodidade e da salubridade do lugar, do número de habitantes, da densidade do povoamento, da riqueza dos fiéis e das capelas, das distâncias entre os povoados e as igrejas matrizes já existentes, e também de conjunturas políticas (FONSECA, 2011).

Quando a freguesia era estabelecida, nesta passava a ter um vigário fixo, que celebrava as missas e cumpria as obrigações religiosas na paróquia. Os vigários podiam

³⁸ Além da religião, havia também um quesito de ordem prática que contribuiu sobremaneira na fixação das pessoas num dado local onde houvesse uma fundação eclesial, qual seja, o sepultamento dos defuntos: a maioria da população setecentista e oitocentista no Brasil era predominantemente católica, e preocupava-se em enterrar os seus mortos dentro de Igrejas, matrizes, capelas, ermidas. A Lei de 1º de outubro de 1828 proibiu os sepultamentos de cadáveres no interior das igrejas. E, depois de 1850, a Igreja criou normas proibindo o sepultamento dentro de criptas na igreja para irmãos das Ordens Terceiras, que seriam também enterrados em ‘campos santos’ fora da igreja. A partir de então, começaram a se organizar os cemitérios, que implicaram um ordenamento urbano diferenciado do que ocorria até então, visto que as Ordens Terceiras procuraram adquirir terrenos livres próximos às suas igrejas (CARVALHO 2015, p. 67).

ser colados ou encomendados. Os Vigários colados eram normalmente mais ilustrados, prestavam concurso público e, se aprovados, recebiam a paróquia por colação e dela só saíam se quisessem, pois eram efetivos e recebiam sua remuneração diretamente da Coroa que, por sua vez, recolhia o dízimo dos fiéis e por isso tinha obrigação de sustentar o culto de seus ministros. Os vigários encomendados eram sustentados pelos próprios fiéis, administravam as paróquias em caráter interino e estavam mais submissos ao poder dos bispos (FRANCO, 2003, p.31).

Para que as igrejas paroquiais fossem postas em concurso para serem providas, os candidatos deveriam passar pelos Examinadores Sinodais, que eram incumbidos de analisar as competências do candidato nas matérias necessárias para a cura das almas:

[...] e não se escusarão deste exame os Doutores, e Mestres, e quaes quer outros sujeitos, que forem notoriamente doutos. E dos aprovados escolheremos o mais digno, cuja idoneidade, e capacidade se não deve regular só pela sciencia, mas também pelas mais partes, e requisitos necessários, e a este proporemos a S. Magestade, para lhe mandar passar carta de apresentação na fôrma de suas Reaes Provisões, que costuma conceder aos Bispos Ultramarinos, e pela tal carta será confirmado, e collado na fôrma de direito (CPAB 1707, p. 201).

As igrejas curadas só deveriam ser providas por sujeitos dignos e beneméritos. Não bastava serem “Clérigos” ou “Sacerdotes”, tinham que possuir a idoneidade requisitada. Conste “honestidade, bons costumes, exemplo, e limpeza de sangue que não são Regulares, nem estão excommungados, suspensos, interdictos, ou Irregulares; nem tem outra alguma inhabilidade, ou Canonico impedimento” (CPAB 1707, p. 202).

Os párocos tinham obrigação de residirem nos limites de sua freguesia “fação pessoal residencia em suas Igrejas, vivendo, e morando dentro nos limites de suas Freguezias, e terá cada um sua casa junto á Igreja, ou mais perto que for possível, em fôrma que sendo a Igreja no campo, não fique a casa distante della mais de um quarto de legoa”. O benefício da moradia é dado em razão do officio, que consiste em curar almas, conhecer suas ovelhas e pregar a elas a palavra divina, administrar sacramentos, oferecer o “Santo Sacrifício da Missa”, remediar com caridade as necessidades dos pobres, conservar os bens das Igrejas, evitar escândalos, pecados entre outras obrigações (CPAB 1707, p.208).

A Coroa Portuguesa controlava a vinda de padres, a escolha de bispos, a criação de paróquias, o pagamento dos vigários, a arrecadação de dízimos, entre outras coisas. Devido às grandes distâncias a percorrer para chegar à sede da paróquia, os fiéis reclamavam, em vão, por providências oficiais. A corte dificultava a criação de novas freguesias, pois isto acarretaria novas despesas para a Fazenda Real. Os bispos então criavam paróquias estabelecendo algum acordo com os moradores da localidade para que garantissem o sustento do vigário e as necessidades da igreja (CARVALHO, 1998, p.179).

A vida religiosa dos habitantes das Minas no século XVIII contou com a constante vigilância da Igreja, que tencionava conduzir a efervescente população das Gerais a uma harmonia com os dogmas católicos e com as leis da Coroa. Usava para isso as Visitas diocesanas³⁹, que como em outras regiões sob o domínio português, primavam por cuidar de que os súditos da coroa ficassem livres de condutas lascivas que escravizavam as pessoas ao pecado (CRUZ, 2005, p. 1).

Muitas situações dificultavam os trabalhos dos vigários nas grandes freguesias: o isolamento, os matos fechados, a falta de caminhos, a precariedade dos meios de transporte, os animais selvagens, as ameaças indígenas e escravos foragidos. A vida adversa dos habitantes tornava-os embrutecidos o que levava o vigário a ensinar-lhes algumas normas de vida. Apesar das primeiras freguesias situarem-se em zona de mineração, havia muita pobreza entre a população. As capelas eram de pau-a-pique e cobertas de sapê. Muitas paróquias ficaram sem sacerdotes porque o pagamento arrecadado pelos vigários não era o suficiente para sustenta-los. (CARVALHO, 1998, p.180).

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia alertam contra a usurpação dos bens das igrejas, “daquelles, que com grande offensa de Deos, e detrimento do Divino culto, e ministério das Igrejas procurão usurpar seus bens, não perdoando nem ainda ao limite dos próprios adros dellas, incluindo os nos pastos, e fazendas”. Os

³⁹ As Visitas eram uma espécie de máquina de inquirições itinerante, compostas pelo visitador-geral, um escrivão e um meirinho. Era comum a Visita ser feita por um visitador nomeado pelo bispo, embora em algumas ocasiões, os próprios bispos realizassem essa função. A fixação das localidades a serem visitadas e o caminho que a mesa percorreria, normalmente era especificado no ato da nomeação do visitador. As Vilas e Freguesias não eram visitadas uma única vez. Após o recolhimento das denúncias numa visita, a localidade era visitada algum tempo depois para a aplicação das penas. Em anos subsequentes, outras mesas passavam, colhiam novos depoimentos e pronunciavam novas culpas (CRUZ, 2005, p. 1).

ministros seculares que não interpunham sua autoridade seriam penalizados, com o pagamento de vinte cruzados para igreja, além de poderem ser excomungados (CPAB, 1707, p.241).

Ninguém do Arcebispado – Senhor secular, Desembargador, Provedor, Ouvidor, Juiz, nem oficial de justiça secular, nem Câmara alguma, Conselho, ou Comunidade – poderia impor tributos ou encargos pessoais ou reais, ou qualquer outra imposição, que não os “obriguem direita, ou indiretamente, a pagar os taes tributos, e imposições, posto que sejam impostas por causa, ou necessidade pública” (CPAB, 1707, p.244). Quando houvesse obras públicas, cujo uso é comum aos clérigos e aos leigos, como fontes, pontes, reparação dos muros e das ruas ou causa pública:

seja justo acudirem também os Clerigos, se nos dará conta, para que com nossa autoridade Ordinaria, nos casos em que bastar, ou do Summo Pontifice sendo necessária, se executar, e prover de maneira, que concorrão os Clerigos, e pessoas Ecclesiasticas a remediar as taes necessidades publicas; sem seres fintados, nem tributados por seculares, contra a prohibição dos Sagrados Canones (CPAB, 1707, p.244).

Os assinados e procurações dos clérigos deveriam ter força de escritura pública, pois as Constituições dizem que se devem conceder aos “Sacerdotes, e Clerigos” um tratamento de nobreza (CPAB, 1707, p.247).

A freguesia, quando era elevada à vila, ganhava autonomia jurídico-administrativa, passando a possuir uma câmara; era também determinado um território que ficaria sob sua jurisdição, o qual abrigava todo o território difuso que podia conter arraiais, freguesias, bairros rurais, pousos, dentre outros.

Desde o tempo d’El Rey D. Affonso III se começou a chamar de villa um lugar grande ou cabeça de concelho, na qual se decidiam causas na primeira instância e hoje é o que em Portugal dizemos Villa. Com efeito, no século 13, as palavras villa e cidade designavam as cabeças de concelhos – mais tarde chamados municípios -, que eram circunscrições dotadas de autonomia judiciária em primeira instância e administradas por uma câmara de homens bons. Os concelhos constituíam as unidades de base de organização político-territorial portuguesa, que foi estabelecida a fim de favorecer o repovoamento das terras do reino e de estabilizar suas fronteiras. Desta maneira, os termos Villa e cidade adquiriram uma forte conotação política, designando as povoações que exerciam seu poder sobre um território circundante. [...] Ao se conferir o título de Villa a uma povoação, esta era emancipada, desmembrada do concelho ao qual pertencia, e passava a ter direito de possuir sua

própria câmara e de exercer sua jurisdição num território determinado – ou seja, a povoação se tornava a cabeça de um novo concelho. Além disso, no mundo português, algumas villas exerciam também a função prestigiosa de sede de comarca (circunscrição judiciária), e de local de residência do ouvidor: estas eram as villas cabeças de comarcas. (FONSECA in TOPALOV; BRESCIANI; LILLE; D'ARC, 2014, p. 655, 656).

O sistema de Portugal que diferenciava o status de um território (vila, freguesia, arraial etc.) foi aplicado no Brasil, mas havia uma importante diferença da metrópole em relação às terras da colônia: as dimensões dos termos das vilas. Na colônia, esses termos eram imensos, pois uma vila podia abarcar o termo de diversas freguesias. Quando uma freguesia conseguia ser elevada à vila, ela acabava contemplando seu termo e de outras freguesias, configurando um extenso território.

2.2 A QUESTÃO ECLESIASTICA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ

Em meados do século XVIII, a região a oeste do rio Sapucaí já havia sido explorada pelos paulistas, e assim principiou o surgimento dos primeiros arraiais em terras onde haveria um grande litígio entre as Capitanias de Minas Gerais e São Paulo. A cada descoberto próximo às fronteiras, aumentava ainda mais o confronto. Segundo Fonseca (2011, p.196), um dos meios de demarcar e de assegurar o controle dessas terras era o estabelecimento de “guardas” e “registros” que serviam como bairros militares e alfandegários. Havia, porém, outra forma: fundar freguesias.

A fundação de paróquias nos limites meridionais da capitania (Santana do Sapucaí, Ouro Fino, Itajubá e Jacuí) fez parte de manobras utilizadas pelas autoridades eclesíásticas acessíveis de Minas Gerais e São Paulo, com o intuito de legitimar sua possessão da zona compreendida entre o Rio Sapucaí e o Rio Grande - onde ricas minas de ouro haviam sido descobertas nas primeiras décadas do século por aventureiros oriundos de São Paulo. Em Ouro Fino, a paróquia encomendada (curato) foi inicialmente, instituída pelo bispo de São Paulo, em 1749, um ano mais tarde, os representantes do poder temporal e religioso de Minas Gerais tomaram posse do novo arraial e, em 1756, o bispo de Mariana instituiu novamente a paróquia (FONSECA 2011, p.120).

Com a criação dos Bispados de Mariana e São Paulo, surgiram controvérsias a respeito dos limites de cada bispado, assim como na questão civil, tratada no primeiro capítulo. A Bula *Candor Lucis Aeternae* do Papa Bento XIV criou, em 1745, os Bispados de

São Paulo, Mariana e a prelazia de Goiás, demarcando os limites dos dois primeiros em termos que admitiam diversas interpretações. A mais favorável para o Bispado de São Paulo era a da divisão pelo curso do Rio Grande, e em 1746, o vigário de Guaratinguetá, em nome do Bispado de São Paulo, tomou posse das igrejas que ficavam ao leste do rio Sapucaí – Aiuruoca, Baependi, Campanha, Pouso Alto e Carrancas.

A Paróquia de Santana do Sapucaí foi criada em 1748 pelo primeiro Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, sendo o orago, Senhora de Santa Ana, escolhido em homenagem à padroeira da Vila de Santa Ana do Mogi das Cruzes. Como relatado no capítulo 1, o português Francisco Martins de Lustosa, que residia nesta vila paulista, foi um dos fundadores do descoberto de Santana do Sapucaí e seu guarda-mor, nomeado pelo governador da Capitania de São Paulo. A paróquia foi provida em novembro do mesmo ano, tendo como seu primeiro vigário o Padre Lino Esteves de Abreu (PIPPC, 2015, p.32). No ano seguinte, criou a paróquia de Ouro Fino. Com a morte do primeiro Bispo, no mesmo ano, a posse do Bispado de São Paulo não chegou a ser efetivada, ficando o Bispado de Mariana responsável pelo território a oeste do rio Sapucaí.

Em Carta do Padre João Roiz de Amorim ao Ver. Dr. Gaspar de Souza Leal, Vigário da Vara da Comarca de Guaratinguetá, em 1747, o padre classifica qual seria a melhor solução para as fronteiras dos bispados:

Não há divisão mais genuína que a do Rio Grande, porque sendo pelo Caxambu, ou pela Mantiqueira, havendo descobertas de ouro, se povoam os sertões, e havendo dúvidas em que altura fica por força se segue contendas em uma e outra jurisdição eclesiástica, o que se evita sendo a demarcação que Vmcê, me diz assinam as bulas, e não por outra. Pela Serra da Mantiqueira correndo para o poente se acham as minas de Itajubá, dominadas por São Paulo, e outras para o Norte, Sapucaí, Campanha do Rio Verde. Segue-se um grande vão de sertão entre estes e aqueles em que andam bandeiras de São Paulo até o mesmo Rio Grande, sertão que chega a Mogi Guaçu (APESP, 1896, p. 188).

Em 15 de outubro de 1748, Dom Frei Manoel da Cruz foi transferido de São Luís do Maranhão para o Bispado de Mariana. A delimitação entre as dioceses paulista e mineira pela parte do rio Grande e do rio Sapucaí estava cada vez mais em debate. O governador da Capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, que determinara pôr limites entre ambas às capitanias pela Serra da Mantiqueira, morro do Lopo e Serra de Mogi-Guaçu, avisou ao bispo de Mariana que a região a oeste do rio Sapucaí pertencia

ao seu bispado (FRANCO, 2003, p.21). Essa demarcação é a que foi efetivada por Thomas Rubin.

O bispo de Mariana revê as questões da divisão civil de São Paulo e Minas pelos limites de Santana do Sapucaí e São Francisco de Paula do Ouro Fino, que seguem a demarcação referida pelo governador da capitania. Em 1749, vai à freguesia de Santana do Sapucaí um procurador de Dom Frei Manoel da Cruz, o Vigário da Vara do distrito de Campanha, João Bernardo da Costa Estrada – ligado ao Bispado de Mariana -, que recebe poderes para tomar posse da freguesia. O mesmo procurador, em 1750, vai à freguesia de São Francisco de Paula do Ouro Fino e manda abrir as portas da capela, pois no período não havia pároco na freguesia, motivo pelo qual ele realiza todos os atos possessórios e necessários em presença da população e sua vizinhança.

[...] ficarão por esta posse subdital, e sufraganeos do Bispado Mariannense: assim ficarão sujeitas a todas as suas Pastoraes do m. Ex.^{mo} S.^r Bispo desta Dioceze de Marianna, por lhe pertencer na forma do motu próprio de Sua Santidade, posta a diviza que por Ordem de S. Mg. Cometteu o Ex.^{mo} e Ill.^{mo} General desta Capitania ao D.^r Ouvidor desta Comarca, Thomaz Robim de Barros Barreto, o qual tinha empossado ao d. R.^{do} Procurador não só da Freguezia de St^a Anna, mas ainda desta de S. Francisco de Paulo⁴⁰ [...].

Dessa forma, a igreja da Freguesia de São Francisco de Paula do Ouro Fino passou a fazer parte efetivamente do Bispado de Mariana. Em 1751, Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão foi nomeado o segundo Bispo de São Paulo e sabendo da posse mineira das freguesias, iniciou contestações através de correspondências com o Bispo de Mariana entre os anos de 1755 a 1759.

Em carta de 1759, o Bispo de Mariana, que já havia mencionado a dificuldade de interpretar as delimitações feitas por Rubin, colocou a decisão nas mãos do Bispo de São Paulo:

[...] poderá Vossa Excellencia nomear parochos para a freguezia de Santa Anna, e entregar-lhe a carta incluza em que ordeno ao parochos d'ella, que em chegando o novo parochos nomeado por Vossa Excelecia lhe entregue a igreja, e se retire para sua Comarca [...](APESP, 1896, p.191).

⁴⁰ Revista do APM. Documentos Ecclesiasticos sobre divisas do Bispado de Mariana. Edição: Imprensa oficial de Minas Gerais, ano/volume 11, vol./número/fascículo 1, p. 434.

Com isso, as duas igrejas voltaram a pertencer ao Bispado de São Paulo. A paróquia de Santana do Sapucaí foi recuperada em 1759, tendo como vigário o Padre Caetano José Soares e para a de Ouro Fino, que já havia sido restaurada, foi nomeado frei Manoel Rodrigues de Jesus. Tendo retomado suas igrejas no Sul de Minas, a diocese de São Paulo tratou de fortalecer sua jurisdição na região e criou mais uma paróquia, em 1762, em Soledade do Itajubá (atual cidade de Delfim Moreira, leste do rio Sapucaí) (FRANCO, 2003, p.23).

Quando se iniciou a ocupação de território de Cabo Verde, o vigário de Ouro Fino visitava o local e logo comunicou o ocorrido ao Bispo de São Paulo, pois, com o crescimento da população, era necessária a assistência religiosa. Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, Bispo de São Paulo, determinou, com provisão em 1762, levantar altar portátil, administrar sacramentos e benzer os cemitérios nos novos descobertos, tanto em Camanducaia quanto no descoberto de Cabo Verde. O altar portátil era a forma acertada da penetração da igreja católica em territórios recém-ocupados; por meio dele, o capelão celebrava a missa cotidiana ou domingueira. Em seguida, este impulso religioso ganhou corpo nas capelas e nos curatos estabelecidos nos ribeirões de ouro, possibilitando arraiais estáveis (no sentido que a população permaneceu nesses locais), muitos deles precursores de povoações definitivas (CARVALHO, 1998, p. 35).

No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, também encontramos um documento referente a um pedido de altar portátil, no ano de 1814. Nele um morador do termo da freguesia de Cabo Verde fala da distância até a sede da freguesia, e por isso faz a solicitação:

Diz Vicente Alves de Araujo, morador e freguês de Cabo Verde, que elle Sup. mora distante da freguesia mais de cinco legoas pello que ve lhe fas muito dificultoso sapstisfaser os preceitos da Santa Madre Igreja com aquella promptidão de Catholico; e tambem se fes homem fasendado e siso de família sendo o seu caminho por passagens de córregos e ribeiroens quer em alguns tempos pegão as suas passagens, pelloquen ainda mais deficulta ao Sup. as sapstifaçoens dos preceitos Eclesiásticos e como sabe muito bem que V. Exa com Pas [ilegível] de juis: attende muito as necessidades de voços filhos e ovelhas: por isso meio de submição.

C. B. Exa R^{ma} seja servido conceder Altar portatil ao sup. para q. qualquer R. Sarcedote celebrar, e este não só na sua fasenda como em qualquer parte que por deveras devoção sua queiras faser com arregalia de poder cumprir com as obrigaçoens quadragésimas toda e qualquer renda, e assim mais fares [ilegível] precedendo a licença do Parocho e seu

prejuízo /gosando destas mesmo esmollas os seus visinhos. Assim mais pede pello anno de Deus lhe de alguma oração com indulgencias para mais gosto e devoção⁴¹.

No livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, também existe menção a altar portátil. O Reverendo Vigário da Vara concede o levantamento de altar portátil nas casas dos fregueses de Santana do Sapucaí, devido às longas distâncias percorridas pelos moradores para ir até a sede da freguesia:

Copea de hum requerimento que se fes ao Prelado para poder fazer Missa e desobrigar nas cazas distantes deste Arrayal do que, menos a atestação do Reverendo Vigário da Vara , o mais he o seguinte = Reverendissimo Senhor Doutor Vigario Capitolar = Dizem Bento Ferreira de Toledo, Antonio Luiz da Costa, Manoel da Silva, e outros moradores da freguezia de Santa Anna de Sapucahi, que elles supplicantes por serem assistentes em paragens longas daquela freguezia; como se bem como mostram pela incluza atestação do Reverendo Parocho da mesma; motivos por que senão podem hir desobrigar da quaresma de Matris pelo imcomodo grande em somma pobreza em que vivem se desfaz vez em servidão de andarem, dois, tres e mais annos sem satisfazerem aos Prelados quaes mais: e assim se recorrem a Vossa mercê para que se digne conceder Vossa faculdade para que o Reverendo Parocho em qualquer caza dos seus freguezes que achar sufficiencia faça levantar Altar portátil para suas desobrigas por isso (= Boanler) pede a vossa merce seja servido atentar as razoens de conceder-lhes a facilidade pedida do que recebera mercê Attendida, as distancias alegadas pelo Reverendo Parocho atual ás quaes já se teria dado a devida providencia se tiverem sida Requeridas o mesmo Reverendo Parocho ou seus sucessores poderam levantar Altar em huma e mais cazas em que houver a comodidade e decência devida para se levar e satisfazer os Preceitos da Igreja nossa e nos mais annos futuros em quanto se não mandar o contrario: este se rezide no livro do toambo da freguesia; contribuindo-se ao mesmo Reverendo Parocho com os em envolvimentos devidos para o seu transporte e trabalho, que se aumenta em beneficio dos supplicantes e dos mais que se aproveitarem da prezente graça. São Paulo cinco de setembro mil sette centos noventa e cinco = Souza = a não se continha mais na dita Petição e despacho que aqui bem e fielmente copeei, como nelle se determina do que assigno.

O Vigr João Alves Botão (LTMSS, 1786, p.13,14).

No ano de 1762, o bispo de São Paulo, Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, autorizou também as celebrações de sacramentos e construção de cemitério na capela do arraial de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde. O cemitério recebeu os mortos de todos os cantos do termo de Cabo Verde. Na relação dos sepultamentos,

⁴¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Cabo Verde (6-2-26) 24.

consta em 1821, Ana Nunes Cardoso, mulher do falecido Lucas Borges (vide o capítulo 3) (CARVALHO, 1998, p.36).

Em 1764, faleceram os bispos de São Paulo e de Mariana. Com a viagem do governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, no mesmo ano, o vigário capitular⁴² de Mariana, atendendo aos desejos da Mesa Capitular⁴³, fez seguir na viagem um delegado do cabido⁴⁴ de Mariana - o Cônego João Nogueira da Cruz, com poderes amplos para reivindicar que todas as igrejas que estavam nos limites das capitânicas passassem a pertencer ao Bispado de Mariana (CARVALHO, 1998, p.41). A capela curada de Cabo Verde⁴⁵ e as freguesias de Jacuí, Ouro Fino e Santana do Sapucaí se encontravam sob jurisdição do Bispado de São Paulo até o momento.

Com a posse das igrejas a oeste do rio Sapucaí, em 1764, vários protestos são feitos nos territórios tomados pelo Bispado de Mariana. Segundo Carvalho (1998, p.43), em Jacuí, foi publicado um edital em 18 de setembro de 1764, pelo Padre Marcos Freire de Carvalho, contra os eclesiásticos de Mariana; em Cabo Verde, o vigário paulista, Padre Joaquim Pedroso Almeida fez, de viva voz, “grande defesa” de sua igreja. Em 1764, o bispo de São Paulo envia uma longa carta ao bispo de Mariana levantando várias questões sobre a posse do bispado mineiro, e pleiteia que as igrejas voltem a pertencer à jurisdição do Bispado de São Paulo.

[...] espero que mande restituir as Igrejas, e tirar os Parochos que lá pôs no que obrará V. S. como Catholico, como prudente, e inda como sábio, porque destes he o mudar o parecer conhecida a verdade [...] (APESP, 1896, p.43).

⁴² Padre eleito pelo capítulo de uma diocese para responder por ela durante a vacância causada pela morte ou transferência do bispo.

⁴³ Mesa Capitular era o conjunto dos bens destinados ao sustento do 'cabido'. *Mesa capitular* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acesso: 15/05/2018. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mesacapitular>>

⁴⁴ Cabido é o agrupamento de cônegos ou de outros sacerdotes, instituído para assegurar o serviço religioso numa igreja e também para colaborar no governo da diocese. *cabido* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acesso: 15/05/2018. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cabido>>

⁴⁵ Cabo Verde, ainda não era paróquia, mas tinha vigário. Lá o governador e o delegado do cabido de Mariana obraram do mesmo modo tirando violentamente o vigário posto pelo bispado de São Paulo. (FRANCO, 2003, p.24).

A diocese de Mariana, pouco depois do giro do governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, em 1765, confirmando a posse que tomara, promoveu a instituição canônica da freguesia do novo descoberto de Cabo Verde e de Ouro Fino. Posteriormente as duas paróquias foram anexadas, ficando a sede em Cabo Verde.

Sendo anexado à paróquia de Cabo Verde, Ouro Fino perdeu o bairro de Camanducaia, que passou a pertencer a Santana do Sapucaí. Nessa época, a paróquia de Cabo Verde passou a abranger toda a região que ia de Ouro Fino até os limites da paróquia do Jacuí. Da região de Caconde até o rio Sapucaí (CARVALHO, 1998, p.43).

No ano de 1765, a Capitania de São Paulo reestabelece sua autonomia e, como já mencionado no primeiro capítulo, é criada uma junta no dia 12 de Outubro no Rio de Janeiro, para discutir as questões de limites entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo. Lá foi levantada a divisão feita por Rubin, em 1749, que seria uma possibilidade de demarcação, e também a proposta do Santíssimo Padre, Benedicto XIV:

[...] a divisão dos refferidos dous Governos se devia fazer pelo Rio chamado Sapucahy, o qual se forma de dous rios principais, que ambos tem seu nascimento na Serra chamada a Mantiqueira, um que vem da parte do Poente chamado Sapucahymerim, outros que na parte do Nascente chamado Sapucahy-guassú [...] por entre estes dous Rios assentarão se devia fazer esta divisão [...] até o alto da dita Serra Mantiqueira e vertentes delles, ficando assim pertencendo á Capitania ou Governo de S. Paulo o braço chamado Sapucahymerim, e o chamado Sapucay-guassú as Minas Gearaes⁴⁶ [...].

O Cabido de São Paulo não consentiu que as paróquias a oeste do rio Sapucaí ficassem sob jurisdição do Bispado de Mariana. Disso é prova uma sentença civil de ação de força nova em favor do Cabido de São Paulo contra o de Mariana:

O arcediago⁴⁷ Matheus Lourenço de Carvalho, em 1765, acusou o cabido de Mariana de ter invadido os limites do bispado de São Paulo. O juiz civil do Rio de Janeiro citou o cabido de Mariana pela acusação. O cabido

⁴⁶ Revista do APM. Documentos Ecclesiasticos sobre divisas do Bispado de Mariana. Edição: Imprensa oficial de Minas Gerais, ano/volume 11, vol./número/fascículo 1, p. 442.

⁴⁷Arcediago é um vigário-geral encarregado, pelo bispo, da administração de uma parte da diocese. Na hierarquia da Igreja, o arcediago está acima dos clérigos e abaixo do bispo. O termo é geralmente referido a um dignitário de um cabido. *arcediago* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acesso: 15/05/2018. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arcediago>>

de São Paulo nomeou um procurador para ser enviado a Mariana, doutor Antônio José de Abreu, pessoa capaz de resolver o impasse entre dois bispados. A questão dos limites diocesanos entre São Paulo e Mariana parecia não ter fim. O fato aqui narrado deu-se no dia 17 de abril de 1765 (SOUZA, 2004, p.192).

Primeiramente, fica acordado que a divisão civil seria pelo rio Sapucaí. Mas, diante de informações contrárias enviadas à corte pelo Conde da Cunha, foram aprovados pela Coroa a divisão de Rubin, de 1749, e os demais atos praticados pelo Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, por aviso de 1767, ficando a região a oeste do rio Sapucaí pertencendo a Capitania e Bispado de Minas Gerais.

Foi entregue em Mariana uma segunda carta rogatória cuja finalidade era tratar dos limites entre os bispados. O cabido de São Paulo nomeou, em 1768, um procurador, o doutor Ribeiro do Vale, para a tarefa. Nesse período, o Bispado de São Paulo era governado pelo Dom Frei Manoel da Ressurreição, que foi eleito em 1771 e assumiu o cargo em 1774. O Bispado de Mariana estava sob o governo de um procurador de Dom Bartolomeu Manoel Mendes dos Reis.

A discussão continuou até que afinal, em 1775, por Assento da Mesa do Desembargo do Paço, foi fixado definitivamente o limite dos dois bispados pelo rio Grande e pelo rio Sapucaí (APESP, 1896, p.LXV). O resultado foi este: o Bispado de Mariana teve que devolver as freguesias que estavam sob sua jurisdição, desde 1764, ao Bispado de São Paulo, onde o Dom Frei Manuel da Ressurreição tomou posse em 1774. Os documentos chegariam a Mariana em outubro e só em dezembro de 1775 seria cumprida a ordem de Mariana para a restituição das igrejas para o bispado paulista (CARVALHO, 1998, p.44).

No livro Tombo da Matriz da Freguesia de Santana do Sapucaí, é descrito que o Bispado de Mariana usurpou as freguesias do Bispado de São Paulo de forma violenta, e este mesmo documento diz que as igrejas deveriam voltar a pertencer ao Bispado de São Paulo:

Como de entrega desta Igreja ao Ex^{mo} R^{mo} St Bispo de Sam Paulo D. F. Manoel da Ressurreição o qual estava possuindo o Ex^{mo} R^{mo} Cabido de Mariana pella terem usurpado violentam^{te} do Bispado de S. Paulo, o que obrigou os D. Berd^o Aos nove diaz, do mês de Dezembro de mil e sete centos e cincoenta e cinco annos neste Arraial de Santa Anna de Sapucahy tomou posse por parte do Bispado de San Paulo como nosso Parocho della Irmandada do dito Sr Bispo o P^e Ant^o Antunes de Campos

**DIVISÃO JUDICIÁRIA E POPULAÇÃO DA
 PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS EM 1826.**

COMARCAS	TERMOS	HAB.	COMARCAS	TERMOS	HAB.
1 OURO PRETO	1 OURO PRETO	70.000	4 SANTA RITA	15 U. DO PRÍNCIPE	60.000
	2 MARIANA	55.000		16 MINAS NOVAS	50.000
	3 SABARA	60.000		17 U. DO RIO DAS VELHAS	44.000
	4 CACHOEIRA	30.000		18 PARACATUBA	10.000
2 RIO DAS VELHAS	5 JIJIRANGA	25.000	5 PARACATUBA	19 S. RITA	2.000
	6 S. JOÃO DEL REI	15.000		20 S. PAULO	4.000
	7 S. JOÃO DEL REI	15.000		21 BRAGA	8.000
	8 S. JOÃO DEL REI	15.000		22 DESEMPAQUE	6.000
3 RIO DAS MORTES	9 QUELUZ	11.000	6 S. FRANCISCO	23 BRAGA	10.000
	10 MARABACENA	11.000		24 SÃO CARLOS	10.000
	11 TANQUE	11.000		25 CAMPO LARGO	6.000
	12 CAMPANHA	42.000		26 CAPUINHABA	3.000
	13 DEPENDÊNCIA	5.000			
	14 JACUÍ	15.236			
TOTAL :					593.571
JULGADOS					

+ ... INCLUDE EN SABARA
 + ... INCLUDE EN U. DO PRÍNCIPE

Figura 17: Recorte da legenda “Divisão Judiciária e População da Província de Minas Gerais em 1826 do Mappa da Província de Minas Gerais. Levantado pelo Coronel Barão de Eschwege em 1821. Augmentado por Luiz Maria da Silva Pinto em 1826. Nele foi destacado pela autora o número 3: Comarca do Rio das Mortes. 12: Número de moradores no termo da Vila de Campanha: 42.000 habitantes (as três últimas casas decimais estão ilegíveis). 14: Número de moradores no termo da Vila de Jacuí: 15.236 habitantes.

De 1764 a 1775 os vigários de Cabo Verde foram nomeados pela diocese de Mariana. A igreja de Santana do Sapucaí foi restituída ao bispo de São Paulo, Dom Frei Manoel da Ressurreição, em dezembro de 1775. Nessa mesma ocasião, foram nomeados vigários paulistas para Cabo Verde e Ouro Fino, sendo restabelecida a autonomia dessas paróquias. Para Cabo Verde, foi nomeado o Padre Antônio João de Carvalho, natural de Mogi das Cruzes que, desde 1770, já residia em Cabo Verde em companhia de seus pais⁴⁸, o guarda-mor e fundador, Veríssimo João de Carvalho e Maria Godói Moreira.

Antes da década 1770, os batizados e casamentos dos moradores dos bairros da freguesia eram celebrados na Matriz de Cabo Verde. O vigário de Cabo Verde então, Antônio João de Carvalho, passou a ir até as sedes de fazendas para batizar, celebrar os casamentos e missas e distribuir comunhões. Não era raro os padres andarem armados

⁴⁸ Não era raro um jovem buscar o sacerdócio para obter o prestígio social e uma renda fixa. A imposição dos pais também falava alto. Nas grandes famílias, era comum designar um filho para padre (FRANCO, 2003, p.35).

no período, pois havia muitos conflitos nas freguesias. O padre de Ouro Fino Joaquim Borges, vigário até 1840, andava armado até mesmo durante as cerimônias religiosas (FRANCO, 2003, p. 72).

O trabalho do vigário era árduo: além dos perigos que enfrentava nos trajetos, as condições dos caminhos dificultavam o percurso. No livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí há uma recomendação aos párocos quando se ausentarem de suas freguesias:

E como temos noticia, que muitos Parocos se auzentão das suas freguesias, vem necessidade mandamos, que nenhum Paroco, daquellas freguezias que estiverem distantes desta cidade sete legoas, se não ausentem por mais de oito dias sem licença nossa e das demais longe, por mais de quinze dias sem licença nossa ou dos Reverendos Vigarios da Vara, que examinarão as cauzas que tem para se auzentarem [...] (LTMSS, 1786, p.15).

Então, para que os párocos se ausentassem por oito dias ou mais, seus superiores deveriam examinar o motivo do afastamento e deste modo, decidiam se era pertinente. Além dos deveres dos vigários, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, todo cristão batizado deveria participar da missa aos domingos entre outras obrigações:

Conforme ao preceito da Santa Igreja Catholica todo o Christão baptisado de qualquer estado, ou sexo que seja, tanto que chegar aos annos da discrição, e tiver capacidade para peccar, é obrigado a ouvir Missa intera nos Domingos, e dias Santos de guarda, e deixando de ouvir sem justa causa pecca mortalmente. Pelo que mandamos a todos os nossos súbditos observem este preceito com toda a diligencia, e cuidado, e estejam presentes a toda a Missa, por quanto não cumpre com ella quem deixar de ouvir alguma parte notavel, ou essencial da Missa, E não ficão livres deste preceito as donzellas recolhidas, nem as casadas de novo, nem as viuvas. E declaramos por abuso, e corrupte1a os costumes em contrario, e encarregamos muito aos Parochos, e Pregadores, que nos Sermões, e estações, que fizerem o declarem assim ao povo, e que assistão ao soberano Sacrificio da Missa com muita quietação, respeito, e devoção.

Conformando-nos com o costume geral, mandamos a nossos subditos, que oução Missa Conventual nos Domingos, e dias Santos de guarda na Igreja Parochial, onde forem freguezes, e ella fação ir seus filhos, criados, escravos, e todas as mais pessoas, que tiverem a seu cargo, salvo aquelles, que precisamente forem necessarios para o serviço, e guarda dc suas casas, gados, e fazendas, mas a estes revesarão, para que não fiquem uns sempre sem ouvir Missa antes, vão ouvil-a uns em um dia, outros cm outro, procurando porêem, que quando não poderem ouvir Missa Conventual, oução outra, se se disser na mesma Igreja ou em alguma Capella (CPAB, 1707, p.145).

Então, qualquer pessoa, independente de qualquer estado ou sexo, sendo donzelas, as que se casaram mais de uma vez, viúvas, filhos, criados, escravos, enfim, pessoas que forem capazes de pecar, deveriam ouvir a missa inteira aos domingos e dias santos, pois quem não ouvisse seria um pecador, salvo aqueles que tenham justificativas, mas que deveriam assistir em outro dia ou em outro lugar. Os párocos eram responsáveis por darem sermões sobre a ida das pessoas a santa missa.

Segundo as mesmas constituições, se o cristão descuidasse desta obrigação, o pároco poderia multar “em um vintém por cada falta” e em alguns casos a pena poderia aumentar. A pena não seria aplicada aos que estão ausentes da freguesia, aos que estão doentes ou tem algum impedimento irrefutável. Além da obrigação em assistir as missas, o cristão deveria guardar os Domingos e dias Santos, jejuar em algumas ocasiões específicas, não comer carne durante a quaresma e também efetuar o pagamento de dízimos.

“Na sociedade Civil todo o homem nasceo soldado para defender assim como todo o fiel tem obrigação de defender a religião por isso pessoadimos e aimamos a todos que defendas com as armas temporaes aos nossos Nossos Augustos Principes” (LTMSS, 1786, p.31).

Um fato curioso encontrado no livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, cuja data é de nove de agosto de 1799, é a cópia de um requerimento que um morador e sua mulher fizeram ao Reverendo Vigário desta Comarca do Sapucaí, nele diz que são possuidores de casas na freguesia de Santana do Sapucaí “as quais casas os suplicantes, deverão, e como de feito os tem dado ao Reverendo Vigario desta freguezia, para elle, e seus sucessores os tratarem como suas”, porém os vigários tinham

“a obrigação de dizer em Missas”[...] “convem o saber a metade; pelas almas e a outra parte pelas almas Supplicantes igualmente; tudo depois dos seus falecimentos: e para contas este ajuste = Pedem a vossa merce muito Reverendo Senhor Vigario da Vara, seja servido mandar que o Reverendo Paroco atual desta freguezia passe este Requerimento ao livro do toambo para a todo [ilegível] tempo constar = E recebera mercê [...]” (LTMSS, 1786, p.14).

Sendo assim, os fregueses faziam “suas boas ações” em troca de reconhecimento por parte da Igreja, pois esse tipo de atitude demonstrava uma forma positiva de essas pessoas serem bem vistas na freguesia. Essas doações de bens imóveis eram favoráveis à Igreja, pois ajudavam a ampliar seu patrimônio.

Dadas as longas distâncias que separavam as fazendas das sedes das freguesias e as obrigações que todos os cristãos deveriam cumprir com a religião, os moradores da região solicitaram ao bispo de São Paulo as provisões das capelas para a celebração dos officios religiosos e enterramento de seus mortos. Assim foram construídas e providas as respectivas capelas localizadas no termo da freguesia de Cabo Verde: Patrocínio das Caldas (Caldas, MG), São José e Dores de Alfenas (Alfenas, MG), Santo Antônio do Machado (Machado, MG), São José dos Botelhos (Botelhos, MG), São Joaquim da Serra Negra (Alterosa, MG) e São José da Boa Vista (Muzambinho, MG). Várias fazendas e bairros distantes da sede da paróquia conseguiram seus cemitérios. Assim surgiram os cemitérios de Vanglória (não se sabe a localização), Borda do Mato em Campestre (Campestre), Bom Sucesso (não se sabe a localização), São Bartolomeu (não se sabe a localização) e Santo Antônio do Pinhal (não se sabe a localização).

No livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, consta uma cópia de carta recebida da Câmara Episcopal, de 1808, que trata da necessidade da existência de novas paróquias nos territórios de algumas freguesias. A carta trata da elevação de uma nova paróquia na Capela do Douradinho⁴⁹, localizada na freguesia de Santana do Sapucaí. Para isso, ordena que, com a possível brevidade, forneça as seguintes informações sobre a capela:

1º que distancia tem a Capela referida da Matriz e tem rios, que impedem a passagem; = 2º Quantos fogos se devem applicar essa nova Matriz; caso sua Alteza se digna enviála, e quantas pessoas de confissão existem na quelles fogos; e por onde se devem constituir os limites; e que distancia fica comprehendendo huma a outra Paroquia. = 3º se convenio nesta divizão por ser do serviço de Deos, e de sua Alteza Real= Espera o mesmo Excelentissimo Senhor, que eu deponha todo o interesse próprio, e de sua informação capas de aparecer na Real prezença. Camara Episcopal de São Paulo vinte de Maio de mil oitocentos, e nove. = Manoel Joaquim de Ornelas. = Nada mais se tinha na dita Carta; a qual dei resposta aos trinta de Julho do mesmo anno, que pessoalmente a entreguei na Camera; por mim feita e assignada.

Declaro que dei resposta e por ti estes limites = na estrada pello Turvo e no sertão pela casa de Custodio Pereira da Silva; e para constar nesta declaração. O Vigrº João Alvares no Botão (LTMSS, 1786, p.28).

Os itens dizem respeito ao número de fogos (residências) e de pessoas que habitam aquele local, pois esses dados eram essenciais para a construção da Matriz.

⁴⁹ São Baptista do Douradinho, hoje Douradinho, é um distrito da cidade de Machado-MG, fica a aproximadamente 30 km de distância da sede do município.

Além da definição dos limites, a distância entre outras paróquias e se os rios, localizados neste território seriam impedimentos para o trânsito de pessoas, pois, com a construção da nova Matriz, habitantes de outros arraiais, fazendas ou outros pontos urbanizados poderiam frequentar a nova paróquia.

A respeito da capela de São Baptista do Douradinho, no mesmo livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, foi encontrada uma cópia feita pelo Vigário João Alvares Botão - que ressalta no final “Nada mais se continha na dita Provisão, e Certidão que aqui finalmente da própria copiei a qual me reporto e por verdade me assigno”- de “huma Provisão para se benzer a Capella de São João Baptista do Douradinho”, de junho de mil oitocentos e oito, nela o Cônego, Joaquim José Mariano da cidade de São Paulo inicia:

Aos que esta provisão virem saúde, e paz para sempre em o senhor, faço saber que attendendo ao que por sua petição representarão a sua excelência Reverendissima, os moradores do Bairro do Douradinho da Freguesia de Sapucahy, que a Capella de São Baptista ereta no Bairro se achava concluída, preparada, e paramentada; e sendo remetida por sua excelência, mandei proceder á vistoria, e achando-se a dita Capella decentemente ornada, paramentada, e patrimoniada Hei por bem conceder faculdade para nella se celebrar o Santo Sacrificio da Missa e Divinos Officios, em quanto se não mandar o contrario: Salvos os Direitos Paroquiais, sendo primeiramente bento na forma do Ritual Romano; bem como o seo competente Advdo, pelo Reverendo Luis Gomes de Oliveira, a quem dou commissão para esse effeito, de que [ilegível] certidão nas costas desta, que será registrada a no Livro do Tombo da Freguesia, para a todo o tempo constar (LTMSS, 1786, p. 27, 28).

A Capela do Douradinho, então, foi avaliada e foi concluído que ela estava apta para celebrar missas e outros officios, pois estava devidamente “ornada, paramentada e patrimôniada”. Então a Capela do Douradinho foi provida a freguesia. Abaixo está a “Cópia do Regio Alvará da Freguezia do Douradinho”, na qual consta sua elevação à freguesia. O Príncipe Regente de Portugal, representando o Reverendo Bispo de São Paulo:

[...] surge nessedidade que há de dividir-se naquelle Bispado a Freguesia de Santana de Sapucahy evidenciando que era esta divisão exgigida pelo Parocho, e indispensável para o bem Espiritual dos moradores daquelle território que pellas grandes distancias, aperezas de caminhos, e perigozas passagens de Rios caudalozos, não podem ir a dita Freguezia [...] Hei por bem desmembrar das Freguesias de Santa Anna de Sapucahy e [ilegível] Freguezia Colada a Capella de Sam João Baptista do Douradinho, o qual confinará pellos lados com a Freguezias da

Campanha da Princeza, e das trez Pontas, e na de Cabo Verde pella Capella dos Alfenas, ficando devidir há de que he desmembrada pello Ribeirão chamado Turvo, e no sertão pella Caza de Custodio [ilegível] da [ilegível] excluzive. Pello que mando a todas as pessoas, a quem o comprimento deste Alvara compelir, o cumprirão e guardam como nelle se contino sendo passado pella chancellaria da ordem e Registrado nos Livros da [ilegível] do Bispado de Sam Paulo e da Freguezia sobre ditas. Rio de Janeiro dia nove de outubro de mil oito centos e treze (LTMSS, 1786, p. 47, 48).

No documento consta que foi necessário o desmembrando da Freguesia de Santana do Sapucaí, pois a nova Freguesia do Douradinho possuía uma grande distância e caminhos complicados para se chegar a sua antiga sede. Os limites da nova freguesia confrontavam com os de Campanha, Três Pontas, Cabo Verde (pela Capela de Alfenas), ribeirão Turvo e pela casa de Custódio. Foi provida pelo Bispado de São Paulo.

Segundo Franco (2003, p.27), entre outras questões, a distância entre as paróquias fez com que surgissem outras freguesias: Pouso Alegre (desmembrada de Santana do Sapucaí) e Carmo do Rio Claro (1810) (desmembrada de Cabo Verde), Caldas (era filial de Ouro Fino) e Douradinho (1813) (desmembrada de Santana do Sapucaí) e Alpinópolis (1813) (desmembrada de Jacuí)⁵⁰. Todas foram criadas por Alvarás Régios na categoria de freguesias coladas.

Foi encontrada, também no livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, uma cópia do “Regio Alvará da Freguesia das Caldas”, de mil oitocentos e quatorze, na qual o Príncipe Regente de Portugal desmembra Rio Verde das Caldas da freguesia de Ouro Fino, por estar tão distante de sua sede:

Eu o Principe Regente de Portugal e do Mestrado Cavalleria, Ordem de Nosso Senhor Jesus Chisto Faço saber que Attendendo apresentação dos moradores do lugar denominado Rio verde das Caldas freguezia de Ouro Fino do Bispado de São Paulo, em que ...o quanto ...origem até huma nova freguesia na Capella se Nossa Senhora do Patrocinio desmembrando-se da dita freguesia de Ouro Fino, e a mandava a nova parte dos fregueses das Paróquias de Santa Anna de Sapucahy e do Cabo Verde, a fim destes Parochianos serem mais bem do decorridos do Posto Espiritual, o que [ilegível] estando a suas Parochias tão distantes Exista a representação, que o Reverendo Bispo de São Paulo me dirigio sobre o mesmo objeto as informações dos Parochos respectivos, e as respostas dos Procuradores Geral das Ordens e da Minha Real Coroa, e Fazenda, que tudo sábio e Minha Presença consulta do Meu Tribunal da Mesa

⁵⁰ Importante ressaltar que esses desmembramentos mencionados não foram de vilas e sim de freguesias.

Consciencia e Ordens Hey por bem Erigir em mera Freguezia Colada a Capella de Nossa Senhora do Patrocinio erecta no Lugar do Rio Verde das Caldas Desmembrada da de Ouro Fino no Bispado de São Paulo (LTMSS, 1786, p. 38, 39).

O Príncipe manda o Reverendo Bispado de São Paulo que seja designado à nova “Freguesia Colada a Capella de Nossa Senhora do Patrocinio erecta no Lugar do Rio Verde das Caldas no Bispado de São Paulo” e manda registrar nos livros da câmara do bispado as freguesias que foram eretas e as que foram desmembradas para registrar seus limites. “Nada mais se continha no dito Alvará, que fielmente copiei do próprio digo fiz copiar do próprio ao qual me reporto. S Anna de Sapucahy 18 de Janeiro de 1814. O Vigro Antonio [ilegível] Chaves” (LTMSS, 1786, p.39).

O vigário da freguesia de Ouro Fino cedeu uma parte do patrimônio de sua paróquia para a capela de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas para a criação da nova freguesia e então foram discutidos os limites do termo da nova freguesia. Rio Claro (próximo a atual cidade de Carmo do Rio Claro, MG) “possui duas léguas” de Caldas, a Freguesia de Ouro Fino “distão sette leguas, e que lhes [ilegível] a ditta Serra Fejoal perder quase intranzitavel e do Cume della Thê a ditta Freguesia de Caldas [...]”. As freguesias de Santana do Sapucaí e Cabo Verde “que vendo tudo por nos attendido, mandarmos juntar aos tantos de divizão onde proferimos nossa sentença [...]”. “Alvará Regio de vinte, de sete de Março de mil, e oito centos, e treze, por que erigio esta nova Freguesia” (LTMSS, 1786, p, 42 e 43). Então o termo da nova freguesia passa a fazer divisa com a Serra do Feijoal, e com os limites das freguesias de Ouro Fino, Santana do Sapucaí, Rio Machado, Cabo Verde, Serra do Frepohy, Ribeirão Dom Miguel, Rio das Antas:

[...] Nos presente o dito Alvará de Oração daquella nova Paroquia, e a mesma Sentença que os confirma, e authorizados pello ditto Alvará fazemos a divizão desta nosa Paroquia de Nossa Senhora do Patrocinio do Rio Verde das Caldas com outras antigas de onde sai desmembrada se pela forma seguinte = será o termo distante da nova Freguesia de Caldas com a de Ouro Fino a Serra do Fejoal em [ilegível] ereta thé as cabeceiras do Rio Jaguari Mirim: com a de Santa Anna de Sapucahy o Rio Machado, com o de Cabo Verde a Serra do Frepohy, e seguindo por Ella abaixo thé as cabeceiras do Ribeirão Dom Miguel, seguindo por este abaixo thé o Rio das Antas, cortando o Ribeirão grande, e Rio do Jaguari. Passe-se Edital para ser publicado e resgistrado nos Livros do Tombo de cada huma das Freguezias referidas, e de pos remettido com suas respectivos certidoens a nossa camara, onde será tão bem registrado. Pague o Reverendo Vigario de Ouro Fino as castas a que [ilegível] e o Reverendo Vigario de Caldas as [ilegível] de 18 [ilegível] mande São

Paulo primeiro de 8º de mil e oito centos e treze [...] (LTMSS, 1786, p.42 e 43).

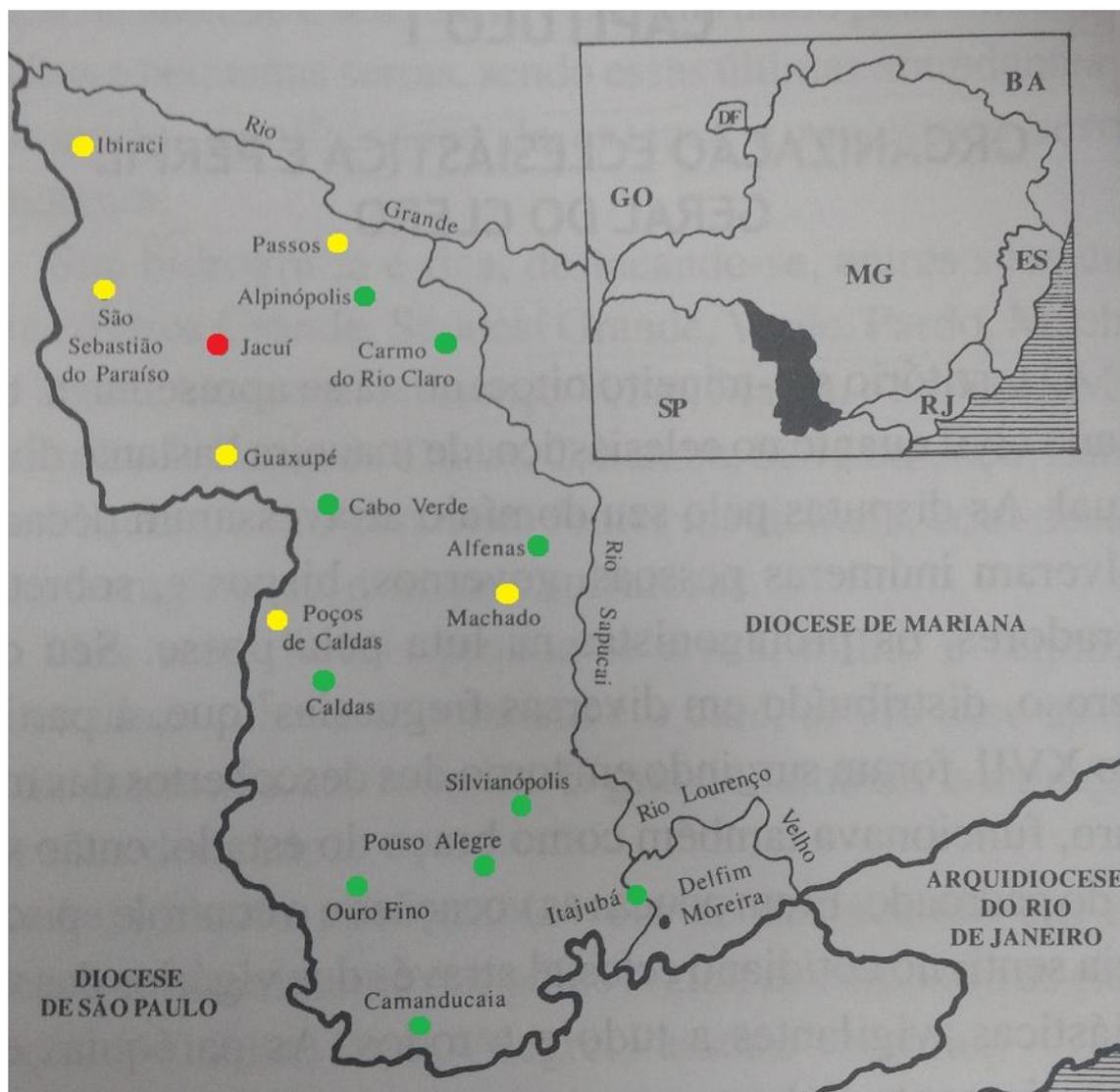


Figura 18: O território sul-mineiro que pertenceu ao Bispado de São Paulo, de 1745 a 1900. Mapa original elaborado por Hiensen Vieira Franco. Destacados pela autora em “vermelho” o núcleo elevado a vila, em “verde” freguesias, em “amarelo” capelas, considerando a data final do recorte da presente pesquisa, de 1833. Fonte: FRANCO, 2003, p.13.

A capela era nomeada de acordo com algumas questões: se no dia do descoberto era o dia de algum santo, a capela passaria a contemplar o nome deste santo; o santo de devoção do fundador do arraial; o padroeiro da cidade de origem do fundador; ou em alusão ao nome ou ao patrono do doador do patrimônio. Assim, São Francisco de Paula do Ouro Fino, em alusão a Francisco Martins Lustosa, seu fundador; Santana do Sapucaí,

em homenagem a Santana das Cruzes do Moji; Cabo verde, Veríssimo João quis dedicar a nova terra à Virgem da Assunção (CARVALHO 1998, p 30).

2.3 O PAPEL DAS FREGUESIAS E DAS IRMANDADES NO COTIDIANO DOS MORADORES

Existiu na região do rio Sapucaí a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, criada pelos Homens Pretos, como era costume em todos os povoados de Minas Gerais. Segundo Carvalho (1998), os negros vindos da Bahia para o arraial de Cabo Verde junto, ou antes, de Veríssimo João, construíram no ano 1766, a capela do Rosário⁵¹, que foi ereta pela diocese de Mariana. Em Santana do Sapucaí, a irmandade também se fez presente, fundada em 1780, pelo padre Manuel Negrão, dando oportunidade aos negros, trabalhadores de suas minas, de orarem para a santa.

Na década de 1830, a freguesia de Cabo Verde recebia provisão do Bispado de São Paulo para construção do cemitério da irmandade do Rosário. Em Ouro Fino é feito um pedido para construção da capela do Rosário:

Remetteda ao N. M. Redo Dor Conego Provedor. Paço Epal 13 de abril de 1802

Dizem os Irmãos se servidão do Rozario dos pretos da Freguesia de Ouro Fino deste Byspado, q. elle em petição de V. Ex^o hão poucos annos com promisso para Irmandade a qual por eles novamente e desta consta de poucos Irmãos he muito pobre, por que alem dito e da freguezia he de pouco comércio, e de pouca gente, e como os sup. dezeja para meu Culto de Ds. dae Irmandade do Rozario fazer huma Capela nomysmo Deretorio do Arrayal, e o não podem fazer sem licença de N. Ex^a para a qual hade ser nessessária alguma despeza muito dificultoza a elles pela pobreza, e mais couzas expostas por tanto.

N. de ordem [ilegível] Paulo 13 de abril de 1802 [ilegível].

Procede de V. Ex que atendendo assume pobreza dos sup. ao dezejo q tem de serveriam a Santis^o se digne conceder por despacho normalmente que o Reverendo Parocho da dita freguesia assignale o

⁵¹ Em 1884 a capela foi destruída por um vendaval. Afirmações estas que confirmam a tradição que diz: havia uma capela que se localizava no local do parque infantil Ataliba Navarro. Em março de 1907 a igreja adquiriu por doação da Câmara Municipal e a requerimento do irmão Cel. Oscar Ornelas, um terreno vago no Largo do Rosário desta cidade. Aí com esforços exclusivos da igreja foi construído um novo templo terminado em 1909 (ASM, 1870).

lugar convincente para Capela, e depois dada ter feita [ilegível] ele mesmo [ilegível] o que feito sepossa celebrar nela cada ministros os sacramentos todos na forma do estilo.
São Paulo 13 de Abril de 1802⁵².

Também havia em Cabo Verde a irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, da qual foi procurador o Padre Francisco de Paula Assis, em 1831. A reforma da Igreja no Brasil enfraqueceu essas irmandades, uma vez que procurou submetê-las ao rígido controle do clero. Aos poucos, as antigas irmandades foram cedendo lugar aos novos movimentos religiosos vindos da Europa, tais como o Apostolado da Oração⁵³, Filhas de Maria⁵⁴, entres outros. A independência que as irmandades possuíam fazia com que houvesse indisposição com os clérigos, tendo algumas desavenças entre os padres e as irmandades resolvidas na justiça civil ou eclesiástica (FRANCO, 2003, p. 101).

As irmandades tiveram um papel importante nos séculos XVIII e XIX. Davam apoio na administração da vila ou cidade, na colaboração material para manter os templos religiosos e nas ações assistenciais da Igreja. As irmandades eram associações de leigos, muito bem organizadas, podendo ser ‘irmandade devocional secular’ (confirmada pela Coroa, fiscalizada pela Justiça secular), ou ‘irmandade eclesiástica’ (confirmada pela Igreja, fiscalizada por autoridade eclesiástica). Conforme as possibilidades financeiras, os membros de irmandades cooperavam na construção, manutenção e ornamentação dos templos religiosos. As irmandades alojadas dentro de uma igreja matriz tinham direito a uma cota de sepultamentos dentro e fora da igreja. Conforme o caso, as irmandades mantinham um capelão na capela da irmandade. As irmandades que ajudavam financeiramente nos templos religiosos eram chamadas de “friqueiras” das igrejas da vila (CARVALHO 2015, p. 149).

⁵² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Ouro Fino (1-2-8) 82.

⁵³ Movimento Eclesial, que procura viver a espiritualidade apostólica e Eucarística, brotada do Sagrado Coração, e fundamentada na releitura do Mistério da Paixão de Jesus. É uma união de fiéis que se oferecem, de forma cotidiana, para a continuidade da obra de nossa redenção. Disponível em: < <http://diocesedesaojoaodelrei.com.br/voce-sabe-o-que-e-o-apostolado-da-oracao/>>. Acesso novembro de 2018.

⁵⁴ O objetivo desta associação era fazer com que jovens mulheres tornassem obedientes e respeitadas para com seus pais, de forma que quando fossem solicitadas por Deus fossem capazes de reconhecer a sua vocação e cumpri-lá da melhor forma possível, independente de serem esposas, ótimas mães, religiosas no claustro, ou como leigas piedosas no meio do mundo. Disponível em: < <http://piauniaodasfilhasdemaria.blogspot.com/2017/03/historia-da-pia-uniao-das-filhas-de.html>>. Acesso em novembro de 2018.

No Bispado de São Paulo, no século XIX, como em todo o país, havia três formas de remunerar o serviço do clero: cômguas, conhecenças e pés-de-altar ou direito de estola. Cômguas eram destinadas aos vigários colados, os padres que recebiam cômguas formavam uma espécie de “alto-clero”. O primeiro pároco colado ao oeste do rio Sapucaí, que recebeu a colação do Bispado de São Paulo, foi o Padre Inácio Ribeiro do Prado e Siqueira de Cabo Verde de 1801 a 1837, o Padre Francisco Moreira de Mello recebeu a colação na igreja paroquial de Jacuí em 1820 (FRANCO, 2003, p.91).

Nas paróquias também eram cobrados as conhecenças ou aleluias, que eram um dízimo pessoal que cada fiel pagava ao seu respectivo vigário por ocasião da confissão anual e da comunhão pascal. Era uma diminuta contribuição, da qual grande parte do clero oitocentista dependia para complementar o seu orçamento (FRANCO, 2003, p.92).

A remuneração chamada de pé-de-altar ou direito de estola consistia nas contribuições relativas a casamentos, batizados, cerimônias fúnebres e intenções de missas. Era o pagamento que ajudava a sustentar a grande maioria dos padres (FRANCO, 2003, p.93). Segundo Franco (2003, p.94), o que os padres ganhavam era muito pouco, e portanto praticavam outras atividades que não eram relacionadas à igreja para completar suas verbas.

Em decorrência da união entre Igreja e Estado, o cargo de pároco era eminentemente político⁵⁵, pois a freguesia era a célula para manter a vida civil, política e religiosa. Muitos membros do clero ascenderam na vida política (FRANCO, 2003, p.124). O Padre José Bento Leite, por exemplo, pároco de Pouso Alegre (Mandu), Deputado Geral, em 1829, levantou a necessidade de dar a todos os brasileiros instituição primária, mencionando a região a oeste do rio Sapucaí, na qual havia quinze freguesias sem uma única escola primária (FRANCO, 2003, p.113).

Não era raro também os padres ocuparem-se de funções burocráticas civis. Em 1831, uma lei da Assembleia Legislativa de Minas Gerais determinou que os párocos

⁵⁵ Dentro do Padroado, o clero recebia proventos do Estado, exercendo algumas funções para auxiliar o governo na administração pública, como o censo eleitoral da população nos núcleos urbanos e na zona rural e o cadastro territorial das paróquias. O papel dos párocos na definição dos contornos geográficos das freguesias e paróquias teve rebatimentos na organização das informações cadastrais da administração civil lusa, em terras brasileiras (CARVALHO 2015, p. 148).

fizessem a estatística das suas freguesias (FRANCO, 2003, p.77). No Arquivo Público Mineiro, na série mapas de população, se encontra o recenseamento feito pelos párocos que contém nome, ocupação, idade, sexo, entre outras informações dos habitantes.

No início do século XIX, havia cinco paróquias a oeste do rio Sapucaí que pertenciam ao Bispado de São Paulo; Dentro do termo de Campanha: Santana do Sapucaí (1748), Ouro Fino (1749) e Camanduacaia (1779). Dentro do termo de Jacuí: Jacuí (1762), Cabo Verde (1765). Todas estavam providas, sendo seus párocos, respectivamente, os Padres João Alves Botão, Antônio Leme da Silva, Inácio de Almeida Lara, José de Freitas Silva e Bernardo José Ferreira. Esses seis presbíteros tinham, juntos, uma região pastoral de 28.024,0 km², e atendiam com a ajuda de poucos coadjutores.

A maior parte do território a oeste do Sapucaí era composta pelo termo dessas freguesias. Somente Jacuí, como já mencionado no primeiro capítulo, conseguiu elevar-se a vila no início do século XIX, ganhando autonomia jurídico-administrativa, e também facilitando o domínio da Coroa Portuguesa em toda a extensão do seu termo.

O território que compunha a rede eclesiástica a oeste do rio Sapucaí era muito extenso, conforme os locais iam se ocupando, a dinâmica territorial se modificava. Sendo assim, muitos arraiais conseguiam o status de freguesia. Algumas freguesias já consolidadas acabavam perdendo parte de seus termos com a elevação desses novos locais. A atual cidade de Pouso Alegre, MG, que por muito tempo foi conhecida como Mandu, é um exemplo, pois sua ocupação foi posterior, porém, teve um desenvolvimento progressivo comparado a alguns núcleos urbanos, ao contrário de Santana do Sapucaí (Silvianópolis), que perdeu grande parte de seu termo. Por conseguinte, em maio do ano de 1832, foi comunicado pelo Presidente da província de Minas Gerais que os fregueses de Santana do Sapucaí passariam a “pertencer” a Pouso Alegre:

Havemos por bem designar termo de vidente entre a Freguezia de S. Anna de Sapucahy, e Pouso alegre, a Serra des. Domingos de Campos, e ordenamos ao M^{to} R^{do} Parocho da Freguesia de Sapucay lance esta no seu livro do tombo, as que do seu [ilegível] Fregueses que devem pertencer a Pouso Alegre na forma dava de marcação de Districto. Logo não mandará para execução desta. Palacio Apiscopal de S. Paulo 18 de Maio de 1832 = Manuel Bispo Diocesano Por mandado de S. [ilegível] Rm^{ma} = Antonio Paes de Camargo =Pro secretaria = P S. Anna de Sapucahy (LTMSS 1876, p.87).

É mencionado também no Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí um pedido de construção de uma capela no distrito de Santana do Sapucaí. Acredita-se que a construção seja no local que hoje corresponde à cidade de Alfenas, MG. “Il^{mo}, Re^{mo} Sr Doutor Visitador Dr Luis [ilegível] Teixeira, que elle deseja erigir huã Capella no Districto de Santa Anna do Sapucahy com a invocação de Senhora das Dores, para cujo fim desse já os meios necessários, e como não o pode fazer sem lecença”. O pedido foi feito em Douradinho, em vinte e nove de agosto de 1838 (LTMSS, 1786, p.91).

A resposta vinda do “Doutor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Presbítero Secular Visitador ordinário em todo este Bispado de São Paulo” aprova o pedido:

[...] hei por bem pela presente conceder-lhe faculdade para poder irigir uma Capella com envocação de Nossa Senhora das Dores dentro da Freguesia de Santa Anna do Sapucay com Santo que seja em lugar alto, e tenha os mais quizitos exigidos em Direito ... cujo fim será essa appresentada sobre dito Paraocho para demarcar o lugar [...]. Ouro Fino, digo Douradinho, vinte e nove de Agosto de mil oito centos e vinte e oito: O Visitador = Andrade Nada mais se continha novos ditos Requerimentos Provisão, certidam e a penço, que a que fielmente fis copiar, sendo tudo conferido por mim abaixo assignado aos desaseis de Janeiro de mil oito centos e quarenta e hum.

O Vigari^o Antonio de ... Carvalh^o (livro Tombo de Santana do Sapucaí de 1786, p.92)

É interessante entender a relação entre o poder civil com a igreja, apesar do oeste do rio Sapucaí pertencer a Capitania de Minas Gerais, por muitos anos pertenceu ao Bispado de São Paulo. Mesmo assim, o Bispado de São Paulo deveria passar algumas informações requeridas pela capitania mineira como forma de controlar o território. A documentação abaixo, que foi transcrita do Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí, datada de 6 de setembro de 1805, comprova essa informação. Nela o Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano ordena ao Reverendo Senhor Vigário que remeta ao Secretario da capitania “huma certidão jurada = capaz de subir ao Real trono da Sua Alteza = na qual certidão, ou Atestação Satisfaça aos itens seguintes”:

1^o = Quanto percebe o Reverendo Paroco de Congrua da Real Fazenda = 2^o Quanto percebe de offerta de cada baptizado, de livro ou Escravo, e quanto o valor da vela estabelecida na sua freguesia = 3^o = Quais são os ... Paroquiais de cada enterro de livre ou escravo e demenor, ou adulto; e quais os ofertas funerárias, que Se competem em cada officio de riqueza e por que qualidade de pessoas se costuma fazer este officio = 4^o = Quando se estabelecido por cada Matrimonio, os contratantes sejam livres, ou escravos. = 5^o Quanto o que cada noivo paga por cada proclamação. = 6^o = Quanto paga cada pessoa a titulo já de conhecenças,

e já de Aleluias. = 7º = Quanto recebe de cada festa so tem na sua Igreja ou Capellas filiais, e qual o numero dellas. = 8º = se tem dos títulos acima designados, o Reverendo Paroco, por algum outro titulo percebe mais algum ... proveniente do Ministerio Paroquial; e a titulo de Direitos Paroquiais me compete alguma porção ou rendimento, já de Capellas filiais, já das caixas de devoção, e promessas estabelecidas na sua freguesia = 9º = Qual a mayor distancia da sua freguesia tanto em comprimento, como em largura. = Os muito Reverendo Senhor Vigario, que receber esta, sem perda de tempo ... no livro competente, ... certidão nas costas desta, de como assim o cumprio, e remetera, com a devida segurança ao Muito Reverendo Senhor Vigário vizinho na forma do Roteiro nas castas desta; e pelo ultimo será remettida á Camera Episcopal = Deos guarde a nossa mercê felizmente = São Paulo vinte, e hum de Março de mil oito centos, e cinco = De vossa mercê muito atento venerador e servo = Antonio ... de Camargo. = Escrivão Ajudante da Camara Episcopal = Nada mais se continha na dita carta circular, que aqui fielmente copeei da própria ao que me reporto. S^{ta} Anna de Sapucahy 6 de Setembro de 1805.

O vigrº João Alvares Botão (LTMSS, 1786, p.25).

Através desse documento, percebemos a submissão da igreja em relação ao estado. O Bispado de São Paulo deveria passar todas as informações que demonstram a realidade de suas freguesias, como dados de valores que a igreja recebia de batizados, enterros, casamentos, valor das “conhecenças e aleluias”, quando a igreja recebia por suas festas, em relação ao termo da freguesia medido “tanto em comprimento como em largura”. Todas essas informações eram pertinentes à política de controle que a Capitania de Minas Gerais exercia sobre o território.

A região a oeste do rio Sapucaí pertenceu ao Bispado de São Paulo até a criação da diocese de Pouso Alegre, em 03 de agosto de 1900. O Bispado de São Paulo erigiu 59 paróquias na região, sendo cinco no século XVIII e 54 no século XIX (FRANCO, 2003, p.141).

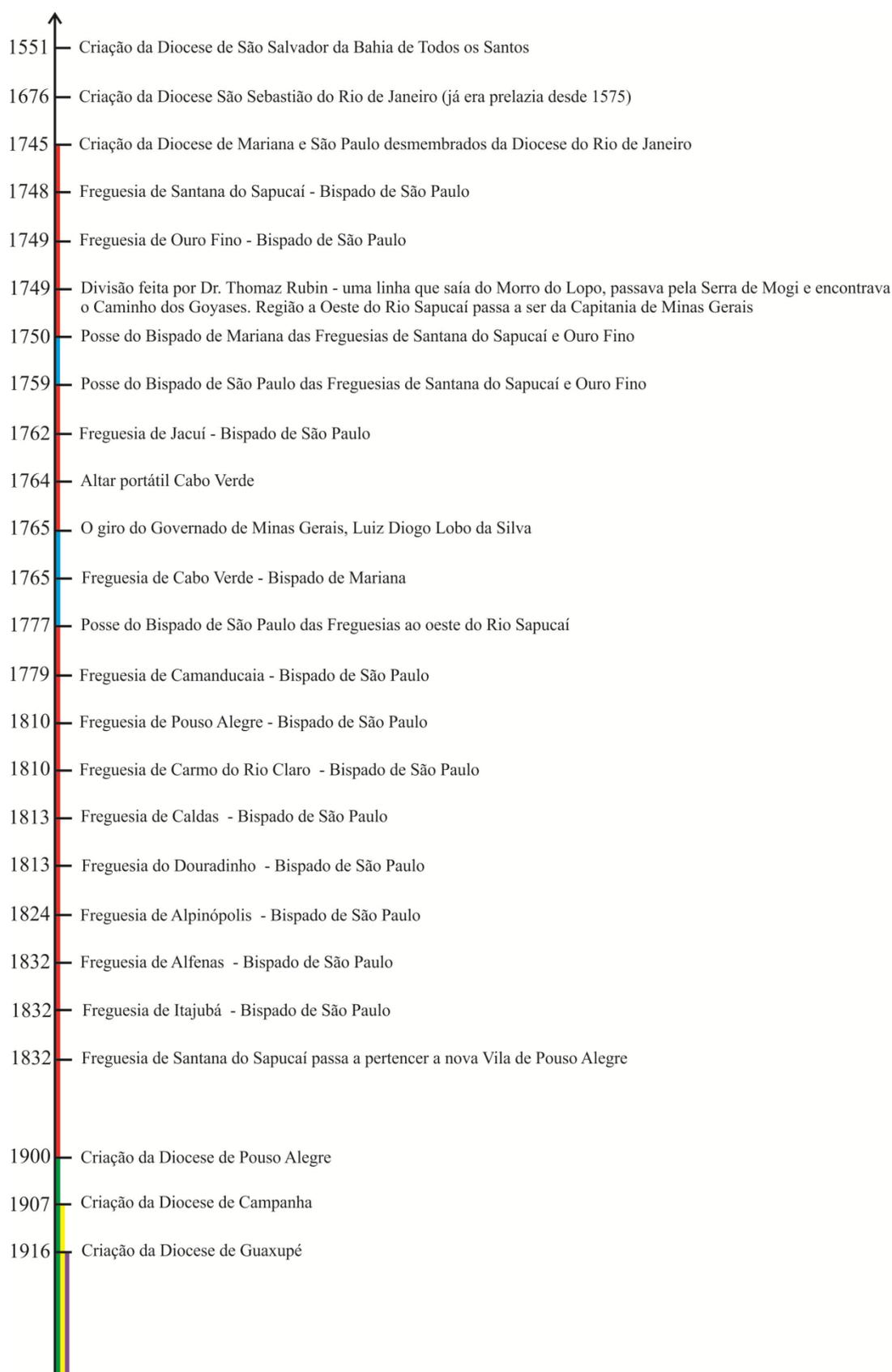
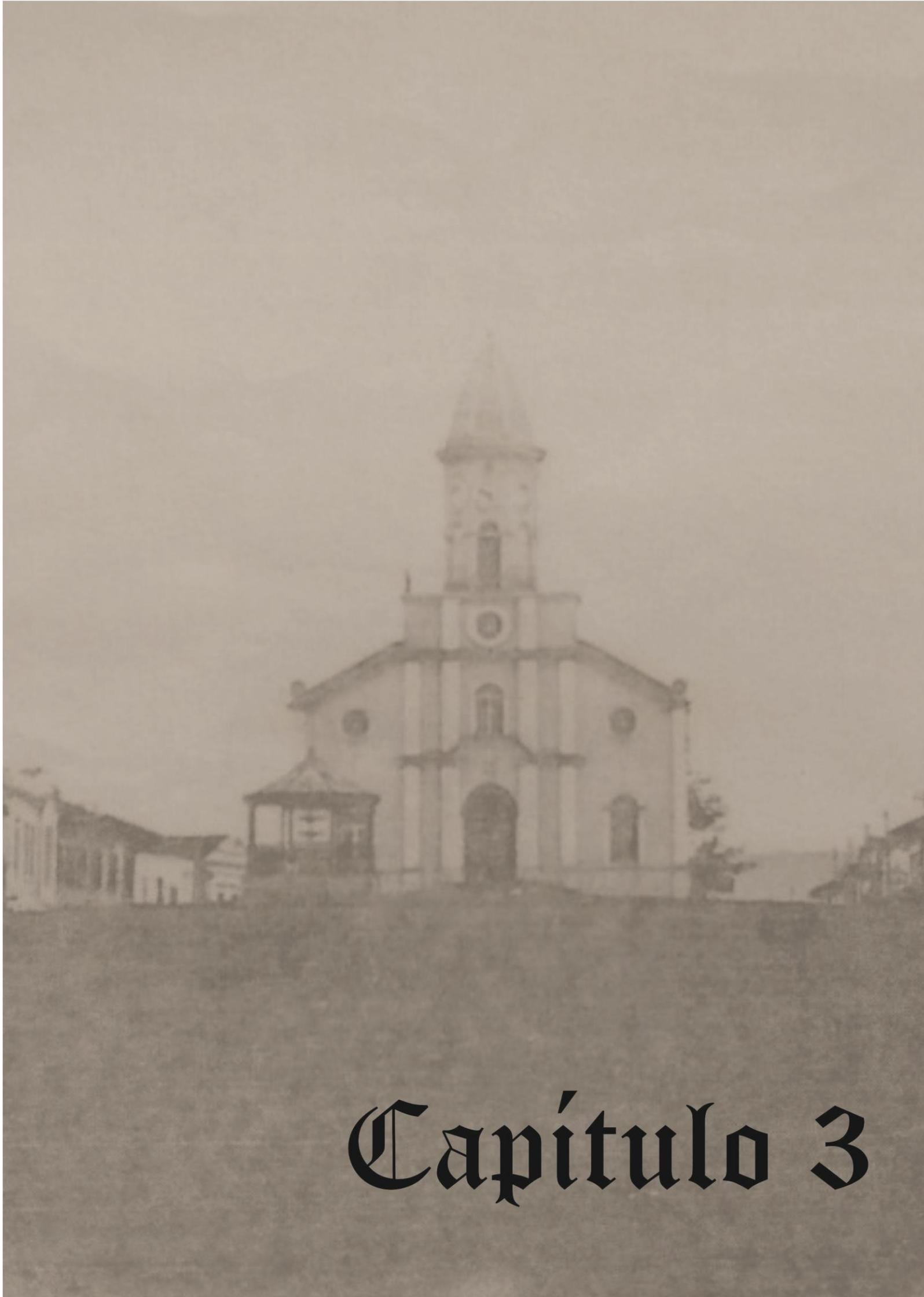


Gráfico 2: Linha do tempo referente aos Bispados, sendo destacado em “Vermelho” o período em que as freguesias a oeste do rio Sapucaí pertenceram ao Bispado de São Paulo e em “Azul” o período em que pertenceram ao Bispado de Mariana. Posteriormente os novos Bispados criados no estado de Minas Gerais. Elaborado pela autora.

O período colonial foi uma época marcada por grandes disputas no território em questão. Os poderes civil e religioso frequentemente conflitavam em busca de exercer seu poder perante os descobertos. Denúncias e acusações foram formas constantes de alguns governadores demonstrarem a Sua Majestade que estavam atentos à fidelidade que lhe prestavam no ultramar. O bispo, na maioria das vezes, exerceu seu controle sobre os párocos e as freguesias por meio de cartas pastorais. O clero exercia grande influência no cotidiano das pessoas. (SOUZA, 2004, p.238). A Coroa portuguesa utilizava a influência da religião como forma de domínio sobre a população.

O poder civil tinha autoridade para anular a atuação da igreja. O bispo tinha o dever de manter a disciplina do clero e fazer a pregação às populações. Quando o Brasil se torna Independente de Portugal, a Igreja continua dependente do Estado e ainda utiliza o Regime do Padroado. Somente com a primeira Constituição Republicana, em 1891, houve a separação dos poderes civil e religioso.

A formação dos núcleos coloniais está inteiramente ligada aos agentes civis e religiosos e às questões geográficas do lugar. As primeiras ocupações fixas se dão ao redor dos templos religiosos. Depois de compreendida a força da igreja no período, passaremos, no próximo capítulo, à análise dos principais pontos da rede urbana a oeste do Rio Sapucaí.



Capítulo 3

A REDE URBANA DO OESTE RIO SAPUCAÍ: AS FREGUESIAS DE 1748 A 1833, OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS E OUTROS PONTOS DE URBANIDADE

3.1 ASPECTOS NATURAIS

O povoamento do sudoeste do presente estado de Minas Gerais está vinculado à abertura de caminhos pelos sertões, pois essa dinâmica foi marcada, sobretudo, pelo constante deslocamento em virtude da busca por minérios. Trilhas indígenas foram importantes para o conhecimento e exploração do território, além dos cursos d'água que marcavam a região, servindo como norteadores para a exploração desses sertões. O surgimento de novos caminhos fez com que neles fossem construídos pousos, fazendas, arraiais etc. A Rede Urbana do oeste do Rio Sapucaí teve suas primeiras ocupações em meados do século XVIII. Por questões naturais, era uma região difícil de ser explorada, pois as barreiras físicas, como o relevo e a hidrografia, envolviam todo aquele imenso território, e por mais que trouxessem identidade, servindo como orientação, não era fácil suas transposições. Os caminhos e a implantação dos núcleos urbanos se deram principalmente pelas condições físicas do território, os caminhos normamente seguindo as linhas de vales e os núcleos urbanos dessa região, implantados em relevos mais acidentados, em sua maioria, no topo das colinas.

O sul de Minas Gerias possui três grandes rios: rio Grande, rio Verde e rio Sapucaí. O rio Grande nasce da serra do Itatiaia (Aiuruoca). O rio Verde nasce na Serra da Mantiqueira. O rio Sapucaí é afluente do rio Grande. Segundo o Almanaque Sul Mineiro (1874), o rio possuía um comprimento de 340km. Seus afluentes são: "Sapucahy-mirim, Água-Limpa, Lourenço Velho, Servo, Machado, Pirangussú, Douradinho, Mozambo, Cabo-Verde, e Rio-Verde; e por meio deste último os rios Baependy, Lambary e do Peixe, etc" (ASM, 1874, p.24). O rio Sapucaí "foi descoberto em 1596, pelo sertanista João Pereira Botafogo. Durante os séculos XVII e XVIII, serviu de rota para bandeiras em busca do ouro. Até o princípio do século XIX, viviam às margens do Sapucaí indígenas das tribos Puris e dos Coroados" (PEREIRA 2003, apud FARIA, 2007, p.92).

Para melhor entendimento da localização do Rio Sapucaí, buscaram-se informações atuais disponíveis no site do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)⁵⁶. O Rio Sapucaí atravessa os estados de Minas Gerais e São Paulo. Sua nascente está localizada na Serra da Mantiqueira, mais precisamente na cidade de Campos do Jordão-SP. No período estudado, o Rio Sapucaí desaguava no Rio Grande, próximo à cidade de Alpinópolis, MG, depois da construção da Repesa de Furnas, o rio deságua nela. O Rio Sapucaí é a artéria principal do corpo de 46 cidades: 43 no Estado Minas Gerais e 3 no Estado de São Paulo. Em sua Bacia, vivem mais de meio milhão de pessoas (BERALDO, 1996 *apud* FARIA, 2007, p.76).

O Rio está dividido em três fragmentos distintos: curso superior (Alto Sapucaí), curso médio (Médio Sapucaí) e curso inferior (Baixo Sapucaí). O Alto Sapucaí atinge uma área de 50 quilômetros, inicia na nascente em Campos de Jordão-SP e vai até a confluência com o Rio das Bicas próximo a cidade de Wenceslau Brás-MG. O Médio Sapucaí estende-se da confluência com o Rio Bicas até o encontro com o Rio Sapucaí Mirim em Pouso Alegre-MG. O Baixo Sapucaí, com 143 quilômetros, vai do encontro com o Sapucaí Mirim até a represa de Furnas (BERALDO, 1996 *apud* FARIA, 2007, p.77).

O rio Sapucaí teve grande importância para a região, era um marco físico norteador das expedições e aparece mapeado em todas as cartografias históricas que abrangem o território. Em suas cabeceiras, foi encontrado ouro, mas não em abundância, comparado a outras regiões minerais, como por exemplo, em Vila Rica (Ouro Preto).

É notável o Sapucahy só por ser um dos rios mais caudalosos de Minas e que na nossa geographia merece um lugar mais esclarecido, não só pelas vantagens que pode oferecer, como também por ser o primeiro confluente do rio Grande, na província de Minas (VEIGA, 1874, p.24; 25).

Segundo Queiroz⁵⁷ (2014), “o conhecimento dos caminhos e das passagens dos rios é garantia e vantagem que leva quem anda pelos sertões” (QUEIROZ, 2014, p.50).

⁵⁶ Página que disponibiliza conteúdos relacionados aos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/index.php>>. Acesso: outubro de 2018.

⁵⁷ Essa citação é do livro “Catas” de Queiroz (2014), o livro descreve a ocupação pelos sertões na região de Santana do Sapucaí em forma de romance, mas com embasamento em dados históricos, portanto, as citações desse autor poderão ter uma linguagem diferente em relação a forma do texto dissertativo.

“Antigamente os sertanejos que desciam a serra do Mogi, ou pelas vertentes da Amantiqueira, nas nascentes do Sapucaí, e paravam para admirar, do alto, a vista grandiosa que se apresentava” (QUEIROZ, 2014, p.59). A transposição do rio Sapucaí seria no ponto de cruzamento com o ribeiro⁵⁸ de Santa Bárbara (mapeado na próxima cartografia). Polito (2018) ressalta a profunda relação dos indivíduos com as águas, seus assentamentos eram sempre próximos aos rios e à navegabilidade. Fala a respeito do rio Sapucaí e de outros rios próximos, como o rio Pardo e o rio Verde. Em maior ou menor escala, todos os rios desse território apresentam a característica de terem uma plasticidade serpenteante muito marcada – e isso era decorrente das condições do relevo (POLITO, 2018, p.35). Interessava à Coroa conhecer os seus percursos e potencialidades, fazendo com que, desde o século XVIII, tivessem início estudos de navegabilidade fluvial. A permeabilidade pelo sertão promovida por esses cursos d’água contribuía também para a rotatividade do mercado interno, que se destinava a abastecer as zonas mineradoras. Nesse período, a canoa era um objeto valorizado, seu valor era decorrente do próprio contexto social, paisagístico e necessidades de deslocamento da população local (POLITO, 2018, p.135).

Delfino (2010) relata a viagem de dois alemães, Spix e Martiuns, que foram do São João de Ipanema, interior de São Paulo à Vila Rica. Os viajantes descrevem com riqueza de detalhes, o penoso trajeto de uma viagem que consumia em média 60 dias, da província de São Paulo ao destino final das minas. Ao chegarem às proximidades do arraial que estava sendo ocupado, os alemães relataram a dificuldade da travessia do rio Mandú (próximo a cidade de Pouso Alegre, MG), afluente do Sapucaí, que cortava o povoado, o que obrigava muitos de seus transeuntes a ali se estabelecerem em períodos forçados, até as águas baixarem para o prosseguimento da viagem. “Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem” (SPIX & MARTIUNS, 1976, p. 159 *apud* DELFINO, 2010, p.34).

Entre vales, campos e serras, na região de fronteira entre os territórios administrativos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, eleva-se um complexo de

⁵⁸ Rio pequeno; regato, riacho, arroio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/ribeirao>>. Acesso: novembro de 2018.

maciços rochosos, cuja altitude atinge os dois mil metros acima do nível do mar e é denominado por serra da Mantiqueira (POLITO, 2018, p.24). Além do rio Sapucaí, a serra da Mantiqueira é outro elemento físico norteador do território. A expedição de Fernão Dias Pais Leme, em 1637, facilitou a transposição da serra em direção ao sul de Minas Gerais e assim vários arraiais se formaram. “A serra da Mantiqueira tem seu extremo meridional localizado ao norte da cidade de São Paulo e seu extremo setentrional localizado à margem direita do rio Doce no estado do Espírito Santo” (FARIA, 2007, p.95).

Esta cadeia de serras torna-se gradativamente mais amena à medida que alcança as porções mais interioranas a oeste, servindo de baliza natural entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista. Este prolongamento a oeste, que atualmente é referenciado como “maciço de Poços de Caldas”, “serra do Caracol” ou “serra de Poços de Caldas”, era frequentemente identificado nas cartografias do século XVIII por “serra do Mogyguassu” (mapeada na próxima cartografia), por nela estar localizada a nascente do rio de mesmo nome (POLITO, 2018, p. 24).

A serra do “Mogyguassu” era um marco na região. É composta por grandes vales, onde correm os rios Pardo e o rio Mogi Guaçu. Suas vegetações abrigavam a transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Próxima a ela, estava a serra do Muzambinho, localizada ao norte e ao sul da serra do “Mogyguassu” e o rio Camanducaia.

O tempo das águas e da seca, o tempo da floração, o tempo do plantio e as ervas medicinais, o reconhecimento da boa caça, os tipos de solo e os recursos hídricos serviam-lhes de orientação espacial e, desse processo marcado pela associação, acabam por atribuir sentido e significado aos elementos observados. Daí então as designações que associavam a fatura de espécies ao relevo no qual se encontravam: “rio das antas”, “vale do cervo”, “serra negra”, “rio das cobras”, “rio do jaguari”, entre tantos outros. Nomes que provinham da língua geral – a forma de comunicação mais recorrente e que mesclava elementos da grafia portuguesa à indígena, com a prevalência desta última (POLITO, 2018, p.28).

A geografia da região foi um dos importantes partidos para implantação dos núcleos urbanos, porém a exploração desses sertões não era tão simples, pois poucas pessoas tinham conhecimento sobre “o curso dos rios, os confins das campanhas nem a localização das zonas florestais do sertão mineiro” (QUEIROZ, 2004, p.40). Portanto, os rios e as serras exerciam papéis estruturadores, não só nos aspectos naturais, como nos

culturais. Desde 1720, o leito do rio Sapucaí já era entendido como a baliza natural dos territórios administrativos da Capitania de Minas Gerais e da Capitania de São Paulo. Portanto, uma fronteira estabelecida à luz da compreensão dos acidentes geográficos, associada a uma compreensão de território acordada entre governos (POLITO, 2018, p.144).



Figura 19: Recorte sobre o “Mapa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, em 1778. Nele foi destacado os rios e as serras mencionados no texto. FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em 12/05/2018.

3.2 A REDE URBANA A OESTE DO RIO SAPUCAÍ

Para o entendimento do território proposto, é indispensável compreender que nenhum dos núcleos urbanizados sobrevive sem ligação com outros. Nas palavras de Fonseca (2011, p.31): “nenhum organismo urbano pode viver desconectado dos seus congêneres”. A ideia de rede desmonta a tese da “colonização arquipelágica”, rompendo com a ideia de “fragmentação” e “descontinuidade” entre as partes do Brasil (BUENO 2017, p.244).

[...] desde os primeiros tempos, os mais íntimos e pequenos assentamentos, com baixas densidades demográficas e aparência aquém do estereótipo citadino, por sua capacidade de irradiação de urbanidade em escalas regional e até intercontinental, deveriam ser considerados na chave da hipótese de um Brasil-Colônia mais urbano e menos arquipelágico do que nos parecia à primeira vista (BUENO 2017, p.247).

Bueno (2017) faz uma compilação de trabalhos que desconstruem “narrativas” e “lugares comuns” para fazer uma releitura do Brasil colônia. Revela que havia um “compartilhamento dos hábitos, dialetos e costumes que subvertiam as fronteiras políticas que lhes foram impostas”. Questiona as “narrativas e ideologias emanadas dos Institutos Históricos e Geográficos regionais que, ao construírem as identidades dos Estados da República Federativa, então em gestação, isolaram-nos do conjunto”, pois essa “regionalização” não isola o contato entre núcleos de povoamento que não estão configurados no mesmo grupo de território. Demonstra que havia “uma diversidade de pontos de enraizamento e mobilidade de uma rede urbana mais plural e interiorizada do que nos parecia”. A autora rompe com algumas categorias inertes como “sertão, homogêneo, vazio, incógnito”, mostra a “pluralidade de paisagens culturais resultantes da interação entre homens e naturezas”. Explicita algumas questões dos caminhos, “como ‘onde’, ‘quem passava’, ‘o que se transportava’ e ‘como’ funcionavam as comunicações entre as partes colônia”, oferecendo pistas sobre diferentes tipologias de rotas e de núcleos de enraizamento e mobilidade que garantiam pouso e abastecimento nas jornadas. Além de ressaltar a “interdependência entre os mundos urbano e rural que hoje nos permitem reconceituar a noção de rede urbana, incluindo-se novos núcleos além das tradicionais cidades, vilas, capelas e freguesias” (BUENO 2017, p.244, 445).

Portanto, todos esses pontos levantados pela autora têm que ser considerados para que se compreenda que a rede urbana é muito mais complexa do que se apresentava até então. Existem muitas questões a serem examinadas para se assimilar que, no processo de formação do território, apesar de a população ocupar diferentes

pontos urbanizados, mesmo com dificuldade de acesso, estes não se isolam e que por mais que exista certa “regionalização”, não deixam de se relacionar, além de influenciarem uns e outros com seus costumes, culturas, e manter relações ligadas ao comércio e trocas, entre tantas outras.

Carvalho (2015) divide a rede urbana em três categorias: a rede civil, a eclesial e a judicial. A rede civil abrange um conjunto de povoados, podendo ser arraiais, as vilas e seus termos. A rede eclesial é composta por Igrejas Matrizes, capelas, capelas curadas, curatos, ermidas, com suas respectivas freguesias, além das missões indígenas para catequese. Já a rede judicial⁵⁹ possui em sua trama comarcas e seus termos, distritos policiais, distritos de paz e etc. A criação dessas redes se dá por atos políticos, civis ou canônicos. O Brasil era regido pelo regime do Padroado. Então, a fundação urbana era civil e canônica, os atos civis (da fundação urbana) eram confirmados pela Igreja Católica (CARVALHO, 2015, p. 49). Portanto, a rede se constitui pela sobreposição das tramas, que se interligam de forma hierarquizada. Porém, todos seus componentes têm sua importância nessa composição.

A rede urbana a oeste do Rio Sapucaí é caracterizada pela existência de um grande número de fragmentos plurais, como vilas, julgados, freguesias, arraiais, registros e guardas, mas também fazendas, pousos, ranchos, quilombos etc. A forma de organização dos territórios mineiros, principalmente dos que ficam próximos a fronteiras, como é o caso da rede foco de estudo, passou por processos de controle por parte da Coroa. Dessa forma, algumas freguesias foram elevadas a julgados⁶⁰ e outras elevadas a vila.

No momento de sua formação, o território a oeste do Rio Sapucaí tinha como sede a Vila de São João del-Rey. Com o desmembramento da Vila de Campanha, em 1798, todo o território passou a pertencer à nova vila. Conforme os arraiais foram se desenvolvendo e assim foram elevados a freguesias, Jacuí acaba sendo elevada a vila em 1814 e parte do

⁵⁹ “Presídios”, nessa época, tinham uma atribuição mais militar que judiciária, eram fortificação e não “cadeia”, tal como hoje conhecemos. Presídio era também local dos guardas militares, destinados à defesa ou civilização dos índios e também às patrulhas de soldados que cuidavam da supressão do contrabando (CARVALHO 2015, p.48).

⁶⁰ Conforme como já foi relatado no Capítulo 1, em 1744 foi criado o julgado de Campanha, em 1746 o julgado do Sapucaí e em 1778 o julgado de Jacuí.

território da Vila de Campanha passa a pertencer Jacuí. Dessa forma, o extenso território a oeste do Sapucaí é dividido, tendo em sua rede hierárquica duas vilas que administravam toda sua extensão.

A rede urbana das Minas coloniais, se entendida apenas sob a lógica administrativa e política da Coroa Portuguesa, expressa as estratégias com as quais se intentou controlar processos de centralização e descentralização do poder, o que se evidencia no contexto em que foram forjados seus principais pólos, basicamente suas vilas e sua cidade. No entanto, ela se revela muito mais complexa e dinâmica na imbricada dialética entre urbano e sertão, na qual ganham importância outros núcleos, pela sua localização estratégica; outras atividades produtivas que não a mineração; os espaços produzidos na subversão da ordem vigente – os dos motins, dos quilombos, do contrabando – e, até, as práticas de gestão das questões cotidianas, que não podiam aguardar a intervenção de uma administração ou justiça muitas vezes geograficamente tão distantes (MORAES, 2006, p.38).

É importante compreender que as atividades de mineração e agropecuária, junto à dinâmica mercantil, tiveram um papel importante na consolidação de diversos núcleos urbanizados ao longo dos caminhos e, por conseguinte, deram origem à formação da rede urbana. A atividade econômica preponderante definia o raio de alcance da rede de trocas e os fluxos entre os núcleos. “Comércio e povoamento formaram, na história mineira, um binômio complementar. Foi através destes dois processos que surgiu a malha de relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais” (FONSECA, 2011, p.70).

Portanto, os núcleos não exerciam uma autonomia. Eles interagiam entre si, pois cada um possuía suas características e desenvolviam atividades complementares e tipos de serviços diferentes, o que determina uma série de relações entre os diferentes núcleos, configurando uma estrutura de fluxos de mercadorias, de capitais e de pessoas que caracteriza a chamada rede urbana (SOARES, 2009, p.36).

[...] o caráter de centralidade do núcleo urbano o responsável pela coordenação e direção das diferentes atividades no espaço que se organiza ao seu redor. Os diferentes graus de centralidade entre os núcleos, materializados principalmente pela qualidade e quantidade de bens e serviços que oferecem, determinam a hierarquia urbana e a conformação de suas áreas de influência (SOARES, 2009, p.36).

A rede urbana ao oeste do rio Sapucaí abrigava um imenso território que foi paulatinamente sendo ocupado. Conforme as redes de caminhos iam se desenvolvendo, facilitavam a ligação entre os núcleos e o escoamento de mercadorias, fazendo com que a

relação entre eles fosse estabelecida. Os locais urbanizados se diferenciam entre si. Alguns eram os pontos centrais, que possuíam representações do poder civil e religioso, como as vilas e as freguesias, por exemplo. E, deste modo, a rede era composta por uma miríade de vários tipos de ocupação. “Rede urbana é, portanto, a soma de núcleos urbanos e seus fluxos de interligação num dado meio físico e no tempo” (CARVALHO 2015, p.49).

3.3 A MINERAÇÃO E O SURGIMENTO DE ARRAIAIS

A descoberta de minerais na região a oeste do rio Sapucaí foi o aspecto decisivo para a implantação de diversos núcleos urbanos sul mineiros. A exploração por esses sertões tinha finalidade de encontrar minérios, e isso fez com que surgissem cada vez mais pontos urbanizados complementares neste extenso território, como: pousos, fazendas de abastecimento, capelas.

Foi encontrado ouro entre as nascentes do Sapucaí e os campos do Rio Verde, e as jazidas exploradas nessa região deram origem a vários arraiais. As notícias que se espalhavam sobre “as campanhas do Rio Verde” (atual Campanha, MG) ao leste do rio Sapucaí fizeram com que o território fosse ocupado. Segundo Queiroz (2014) havia um pouso do Rio Verde, onde havia plantação e venda de mantimentos. Era terra “onde correm os riachos em todas as direções”... “E adiante, fechando os céus, escondendo os horizontes, por cima dos abismos da Mantiqueira, o monte Caxambú”(QUEIROZ, 2014, p. 38, 39).

O sertão a oeste do rio Sapucaí começou a ser povoado definitivamente quando foi encontrado ouro à margem esquerda do rio Sapucaí, por volta de 1745, iniciando-se assim, a exploração de uma jazida localizada em Santana do Sapucaí, que também foi nomeada de Descoberto do Ouro do Sapucaí e Arraial do Ouro. A notícia do novo descoberto foi se espalhando pelos arraiais mais próximos. Enquanto as datas ainda não haviam sido distribuídas, foi feito a construção de um rancho que serviu de alojamento.

Levantou-se a primeira habitação nas margens do córrego do ouro: numa choupana alongada e baixa, com uma só divisão interna, servindo

ao mesmo tempo de dormitório, cozinha e depósito de tudo quanto pertencia ao rancho. (QUEIROZ, 2014, p. 121).

O local de exploração de Santana era a serra dos Folhetos. Além deste, existem outros locais que marcam ainda hoje o período de mineração do arraial, como o pico do Coroado, que tem aparência de uma cabeça de monge, onde existe uma cruz de pedra sobre o túmulo de um bandeirante, além da cachoeirinha e o Tanque, que era o antigo lago dos Bandeirantes. Santana do Sapucaí foi apenas o início da ocupação a oeste do rio Sapucaí. A descoberta de ouro no território propiciou a chegada de exploradores, constituindo-se assim os primeiros arraiais. Essas pequenas aglomerações também eram denominadas de “descobertos”.

A exploração na região não findou com a descoberta das jazidas em Santana. Por volta de 1746, iniciou-se a ocupação de Ouro Fino, devido ao encontro de ouro nesse novo território. A denominação alude à forma como se apresentava o precioso metal, isto é, ouro fino, nas bateias dos mineradores. Desse modo, mais um arraial ia se formando a oeste do rio Sapucaí.

Em momento próximo à formação dos arraiais de Santana do Sapucaí e Ouro Fino, foi que se iniciou a formação de Itajubá. A descoberta das minas de “Nossa Senhora da Soledade do Itagybá⁶¹” se deu no local que hoje constitui a cidade de Delfim Moreira, que fica a margem leste do rio Sapucaí, enquanto a atual cidade de Itajubá fica distribuída nas duas margens leste e oeste do rio Sapucaí. Segundo o levantamento de Barbosa (1995), Delfim Moreira é uma das mais antigas povoações próximas ao Rio Sapucaí. Chamou-se a princípio de Descoberto de Itajubá, Soledade de Itajubá, Itajubá Velho, e por fim, Delfim Moreira. A descoberta dessas minas foi antes de 1723. As minas estavam mais ou menos isoladas e praticamente não tinham comunicação com outros povoados mineiros. Depois de 1740, novos descobridores transpõem o vale do Sapucaí, local que teve as primeiras ocupações da presente cidade de Itajubá (BARBOSA, 1995, p.158).

Jacuí também surgiu devido ao encontro de minérios em seu território. Sua ocupação efetiva foi por volta de 1750. Segundo mencionado no primeiro capítulo, suas

⁶¹ Disponível em: <http://www.itajuba.mg.gov.br/secut/cidade.php>. Acesso: 14 de outubro de 2018.

minas foram encontradas pelo mesmo explorador de Santana e Ouro Fino. O arraial se forma quando o novo descoberto passa a ser do conhecimento de um grande número de pessoas, e ali se inicia a atividade mineradora e a construção do arraial.

A exploração com finalidade de encontrar novas jazidas sempre esteve presente no território a oeste do rio Sapucaí. As explorações não findaram e assim um novo descoberto aurífero foi encontrado, no Ribeirão Assunção, em 1762, local hoje que corresponde a cidade de Cabo Verde.

O que levou as primeiras ocupações dos sertões sul mineiros foi o ouro. Os arraiais mais antigos tiveram suas primeiras ocupações após o encontro das jazidas auríferas em seus territórios. Segundo Leite (1940) esses sertões já haviam sido explorados tempos antes (LEITE 1940, p.19), porém, a dissertação contempla o início desses arraiais de acordo com as primeiras documentações encontradas. Sendo assim, o que marca o surgimento deles é quando se comunica o descoberto a autoridades da Capitania de Minas Gerais ou São Paulo, e assim o arraial se forma dentro das leis ditadas pelo governo e pela igreja.

Existem outros arraiais que se formaram no território, mas não tiveram como finalidade a mineração, como as atuais cidades de Pouso Alegre e de Caldas, por exemplo. Em Pouso Alegre não foram encontrados metais preciosos, mas as terras eram propícias para a prática de atividades agropecuárias. Em função da exploração do território em busca de minérios, em meados do século XVIII, foi construído um pouso às margens do Rio Mandu, afluente do rio Sapucaí, lançando, assim, o primeiro marco de civilização na atual cidade de Pouso Alegre. Desta forma se iniciou o crescimento do número de moradores no local, denominado na época de Pouso do Mandu, que também foi conhecida por Arraial do Bom Jesus de Matozinhos do Mandu (BARBOSA, 1995, p.267).

Na atual cidade de Caldas, região que econômica e geograficamente constitui o "Planalto da Pedra Branca", no período das minerações, a preocupação dominante era a descoberta do "ouro" e, por esse motivo, a região de Caldas, que era pobre de minas, somente começou a ser ocupada mais tarde. O início do povoamento iniciou-se na fase do ciclo pastoril, ou seja, em 1780, quando o seu fundador comprou a "Fazenda dos Bugres", assim denominada, segundo alguns, por terem sido encontradas, perto de um

ribeiro que banhava o município, algumas panelas de pedra ou de barro, sinais evidentes de que ali foi aldeamento de índios (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 280).

3.4 AS ATIVIDADES DE AGROPECUÁRIA NA FORMAÇÃO DA REDE URBANA

Algumas partes do território das “Minas Gerais” foram ocupadas em virtude da mineração, mas é importante salientar que todo esse processo não foi isolado das atividades de agricultura e pecuária, que sempre estiveram presentes nos núcleos que iam surgindo. Muitos povoados tiveram uma origem mista. “Os arraiais que tiveram como origem a mineração são minoritários em relação aos estabelecimentos que nasceram ligados às atividades agropecuárias” (FONSECA, 2011, p.69). “Os arraiais mineradores e agrícolas encontravam-se bastante próximos uns dos outros – para não dizer contíguos, visto que a distância que os separava por vezes chegava a ser inferior a uma légua” (FONSECA, 2011, p.73,74).

Nos arraiais do ouro, as pessoas não viviam isoladas. Havia comércio, sobretudo ofícios ligados à mineração, pois quase não havia tempo para cultivar o solo, nem domesticar animais. Com a possibilidade de comercializar alimentos ao redor dos garimpos e minas, foram se organizando negócios agropastoris, em pequenas propriedades, cujo tamanho era limitado e delimitado porque ali no Rio das Mortes, o objetivo principal da Coroa portuguesa era priorizar o uso do solo para a mineração do ouro (CARVALHO 2015, p. 167).

A agropecuária teve grande importância para o avanço de alguns arraiais e também estimulou atividades comerciais, tendo à frente os tropeiros responsáveis por toda a circulação de mercadorias pelo território e também pelo incentivo à abertura da rede de caminhos entre núcleos coloniais, na movimentação do mercado interno de gêneros de subsistência. Tropeiros é a designação dada aos condutores de tropas ou comitivas de mulas e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no país. Os sertões iam sendo ocupados de acordo com as notícias que iam se espalhando, através de exploradores e de tropeiros. “O tropeirismo foi fundamental para a economia agrícola, a economia mineradora e o mundo do comércio nas Minas setecentistas”

(CARVALHO 2015, p. 131). Muitos dos arraiais de mineração não eram autossuficientes, portanto estavam subordinados aos locais de produção alimentícia.

Entre 1697 e 1698, e entre 1700 e 1701, uma grande fome assolou as regiões mineradoras de Minas (CARVALHO 2015, p. 73). Segundo Silva (2004) o declínio da mineração gerou uma situação caótica em locais onde a mineração era a atividade principal. Multiplicavam-se pelas ruas, indigentes, mendigos vivendo de esmolas e pequenos furtos. Famílias, descendentes de antigos fidalgos ou filhos de antigos mineiros ricos vivendo na miséria acabavam se isolando nas áreas rurais, passando a se dedicar a agricultura (SILVA, 2004, p.104).

O aumento da atividade de agropecuária fez com que a Comarca do Rio das Mortes fosse responsável pelo abastecimento de outras comarcas, assumindo um caráter de rede de abastecimento, atraindo cada vez mais povoações para seu território, aumentando assim as redes de abastecimento e também os caminhos que serviam como rotas comerciais. O comércio, o abastecimento, a produção agropastoril, o tropeirismo, os serviços especializados, os ambulantes, a importação de cavalos e mulas, eram negócios secundários que giravam no entorno da mineração.

O abastecimento urbano estimulava a produção agropecuária nas próprias áreas mineradoras. Muitas fazendas mineiras combinavam atividades diversas – a mineração, a lavoura, a pecuária, o engenho de farinha, o de açúcar, da rapadura, da aguardente. O ritmo da economia estava condicionado ao metal extraído, entretanto as atividades agropecuárias e mercantis dissociavam-se da mineração. Em meados do século XVIII mais de dois terços da população mineira estava ocupada em atividades não diretamente relacionadas à mineração. A extração do metal decrescia, mas a produção agropecuária e o volume de importações se mantinham estáveis durante o terceiro quartel do século XVIII (RESTITUTTI, 2006, p. 24).

O declínio da mineração fez com que a atividade de agropecuária crescesse. O conhecimento do solo e dos recursos hídricos no território permitiu a prática das atividades. “Os fazendeiros mineradores passaram então a usar seus cabedais e a escravaria para erigir roças e lavouras. Ao lado das minerações escassas nasciam os engenhos de cana para a produção de açúcar e aguardente [...]” (CARVALHO, 1998, p.119). O território onde está inserida a rede urbana a oeste do rio Sapucaí possuía grande diversificação da produção, mas esta acabava circulando nas proximidades, fazendo a articulação apenas entre os núcleos urbanos que compunham a rede, pela falta

de conexão com os mercados distantes e pela falta de estradas. Os produtos eram trocados com comerciantes que traziam animais de São Paulo e voltavam com algodão, tecidos e açúcar. O comércio doméstico produzia cachaça, doces, queijos, algodão, couro, milho, feijão, banha, carne de porco, lã, fumo, mandioca, farinha de milho, fubá, rapadura (CARVALHO, 1998, p.120).

Jacuí teve sua população consolidada em 1764, com o giro do governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva. Após alguns anos, suas minas estavam esgotadas, principalmente porque ali era encontrado ouro de aluvião. A população que continuou no território começou a se dedicar exclusivamente a abrir novas roças, cultivando milho e feijão e também à criação de gado, que era levado para o Rio de Janeiro já no século XIX. Ao desenvolver o povoado, implantou-se em Jacuí um rudimentar comércio abastecedor de gêneros de primeira necessidade, tais como sal, tecidos, temperos, ferramentas (SILVA 2004, p. 105, 106).

Segundo Carvalho (1998, p.120) a plantação de algodão e a criação de carneiros eram traços comuns nas paisagens da região, o que fez com que houvesse proliferação dos teares manuais. O mesmo autor descreve que, em meados da década de 1770, o governador de Minas Gerais, Antônio de Noronha, fez relato às autoridades de Lisboa alertando para a multiplicação dos “estabelecimentos fabris”, que no seu entendimento eram uma ameaça para a importação de produtos manufaturados de Portugal. Nesse relato constava uma lista nominativa dos proprietários dos teares existentes nas fazendas cuja data é de 1786, e a lista abrange trinta e três pessoas do “Districtos de Nossa Senhora da Conceição da Barra e do Cabo Verde”. As pessoas que se dedicavam a essa atividade eram a mulher, a filha ou as escravas da casa (CARVALHO, 1998, p.120).

Segundo Restitutti (2006) no início do século XIX, Minas Gerais passou a exportar maiores quantidades de gêneros diversos. Em Minas, a receita fiscal da produção agropecuária para o mercado, o dízimo, ultrapassou o rendimento dos quintos do ouro em 1808 – 1813, e nos anos seguintes a relação destas receitas continuou a aumentar (RESTITUTTI, 2006, p.28). A instalação da família Real na Capitania do Rio de Janeiro, em 1808, fez caducar a antiga proibição de abertura de estradas (antes proibida pelo alvará de 1733, aprovado no intuito de conter os extravios do ouro), acompanhada pela concessão de sesmarias ao longo destas, o que serviu de incentivo tanto à intensificação

do processo expansão de fronteiras, quanto à ampliação do mercado interno de abastecimento, onde o Sul de Minas se estabeleceu como principal polo abastecedor da Corte (DELFINO, 2010, p.40).

A Capitania do Rio de Janeiro era abastecida pela Comarca do Rio das Mortes, que enviava “muitas mil cabeças de gado, muitas tropas carregadas de toucinho e outras de queijos, muita courama de boi, muita sola, muitas mil arrobas de açúcar, muito fumo e também azeite de mamona” (RESTITUTTI, 2006, p. 27). A Comarca do Rio das Mortes, diferentemente das outras comarcas, não decaiu economicamente nos séculos XVIII e XIX, ela se manteve próspera pela atividade da agropecuária e comércio. Carvalho (2015) aponta que os núcleos urbanos da Comarca cresceram em vetores ou em fluxos de polarizações, partindo de São João del-Rey:

- 1) Goiás: Oliveira, Divinópolis, Jacui, Pitangui, Itapecerica, Abaeté
- 2) São Paulo - dois fluxos: um por Lavras, Pouso Alto, Aiuruoca, Baependi; outro por Campanha, Pouso Alegre, Caldas, Alfenas, Guaxupé.
- 3) Rio de Janeiro: Congonhas, Queluz, Barbacena, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mar de Espanha, Leopoldina, Cataguases.

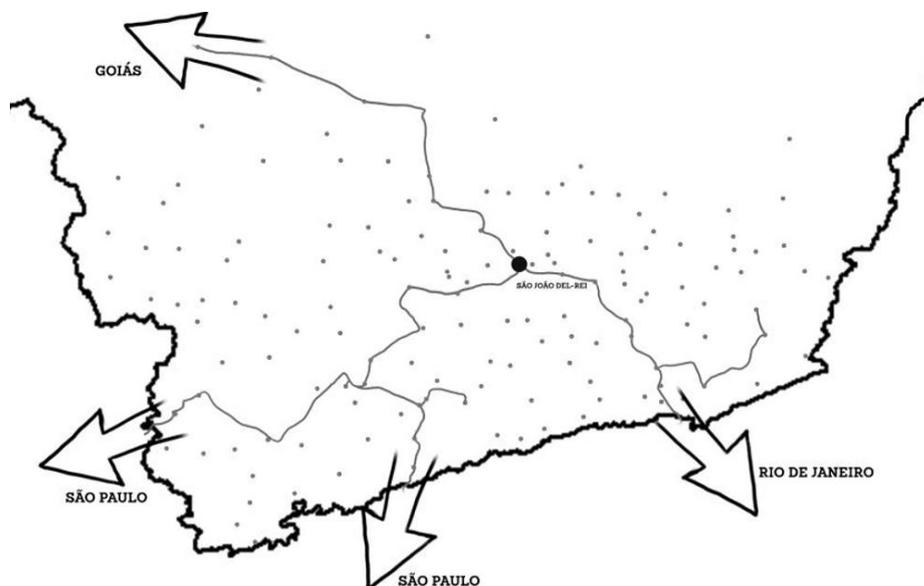


Figura 20: Vetores e fluxos oitocentistas na Comarca do Rio das Mortes. Produzido por Carvalho, 2015, p. 120

A atividade advinda do setor mercantil demandava animais de carga na capitania, pois através deles eram feitas as distribuições do que era produzido. As condições geológicas existentes a oeste do rio Sapucaí eram compatíveis à criação de animais, acarretando em uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Solos irrigados, fartura de peixes, terras apropriadas ao cultivo da mandioca, todos esses elementos atrelados à topografia e ao clima estável viabilizaram o assentamento nessas regiões (POLITO, 2018, p. 59). Restitutti (2006) aponta as mercadorias mais importantes de importação. Em primeiro lugar está o sal, pois era utilizado na subsistência da população e para a engorda do gado. Depois vinho, vinagre, azeite, azeitonas e aguardente do Reino, ferragens, bacalhau, remédios de botica, farinha e aletria de trigo, rapaduras e aguardente, cera e velas, armas de fogo e diversos. Pouso Alegre respondeu por 58,6% do fumo mineiro exportado. (RESTITUTTI, 2006, p. 99 e 152).

As nucleações que se desenvolveram ao longo das três rotas aqui apontadas e se tornaram polarizadoras são as seguintes:

* Na rota dos muares (utilizada pelo tropeirismo), proveniente das províncias ao sul do Brasil, passando por Minas: Pouso Alto, Pouso Alegre, Passa Quatro, Cruzília, Baependi, Campanha, São João Del Rei e prosseguindo em direção a Vila Rica e ao distrito diamantino.

*Na rota do celeiro agrícola, na parte sul da Comarca do Rio das Mortes, em diversas ramificações nas fazendas de: Aiuruoca, Alfenas, Arrepiados, Caldas, Campanha, Barbacena, Queluz, Lavras, São João del Rei, Barbacena. (CARVALHO 2015, p.133).

Os caminhos que os tropeiros percorriam com as mercadorias eram cheios de obstáculos, pois além da falta de estradas, o território possuía grandes acidentes geográficos e também contava com a presença de salteadores, escravos foragidos, indígenas aculturados, mamelucos, portugueses proibidos de acessar as minas e toda a sorte de indivíduos enfeitados do polo minerador.

O estabelecimento de ranchos, vendas e estalagens foi, neste contexto, oferecendo o mínimo de estrutura possível para que a viagem pudesse ser prosseguida. Além de servirem como instalações de descanso para os viajantes, foram, com o tempo, se configurando em entrepostos comerciais de envergadura, na medida em que uma ampla rede mercantil se avolumava continuamente por conta do intenso fluxo migratório que

se direcionou a caminho das minas, fazendo do abastecimento, um problema colocado desde o princípio (DELFINO, 2010, p.33, 34).

Esses locais possuíam estruturas pequenas que serviam como pontos de parada de reabastecimento das tropas, bem como possíveis locais de comércio ou trocas de mercadorias. Foram comuns as atividades agropecuárias que garantiam o estoque de artigos para alimentação e comercialização. Além do suprimento básico, a atividade cada vez mais se tornava a atividade principal na rede urbana a oeste do rio Sapucaí.

A atual cidade de Pouso Alegre é um exemplo de local, que como já mencionado, surgiu dando suporte a arraiais de mineração. Sua primeira ocupação era uma improvisada estalagem que abrigava pessoas que passavam pela região em busca de novas jazidas. Pouso Alegre tinha uma boa localização, se situava entre as capitâneas do Rio de Janeiro e São Paulo, foi se formando junto às estradas tortuosas que compunham o Caminho Velho, primeira via de comunicação que ligou o sul do Brasil aos sertões das Minas. Estabeleceu nos arredores de Pouso Alegre outra estalagem conhecida como Barra do Ouro. Nela havia atividades de extração do minério conjugadas à produção de víveres e outros artigos, como fumo, rapadura e cachaça de consumo local, mas que atendia ao fornecimento dos transeuntes (ALMEIDA, 1994 *apud* DELFINO, 2010, p.40).

O movimento e expansão de fronteira ao sul estiveram intrinsecamente subordinados ao papel primordial cumprido enquanto rota obrigatória aos grandes centros mineradores, juntamente à formação de um incipiente “mercado de retalho” fomentado por vendeiros, taverneiros, tendeiros, caixeiros e mascates ambulantes atraídos para região em função das possibilidades lucrativas que o movimento contínuo de tropas foram oferecendo (DELFINO, 2010, p.40).

À medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, elas perdiam o seu caráter provisório e foram se tornando áreas prósperas, com grande crescimento econômico. Isso fez com que aumentasse o número de pessoas ao redor da atual Pouso Alegre. Neste processo, vale ressaltar que o desmembramento de vilas e o surgimento de novos centros administrativos na região sul foi um advento que acompanhou tanto a intensificação da dinamização da economia local, pela sedimentação de uma estrutura agrária especializada, sobretudo, na produção de mercado interno de abastecimento, quanto pelo incentivo administrativo na ocupação de terras produtivas em localizações estratégicas para o abastecimento da capital promovida pela política de integração, que se impôs após o estabelecimento da corte de D. João VI no Brasil (DELFINO, 2010, p.50).

[...] sua estrutura socioespacial era diferenciada daquela outra presente nas áreas mais rentáveis à Coroa. Não se organizavam em função da “face do rei”. Detinham um “*modus operandi*” próprio, o qual passou a ditar a vida em sociedade. Forjaram com os próprios recursos culturais e em meio à terra um perfil social que lhes permitia a sobrevivência. Estabeleciam vínculos com o local de estadia, cada vez maiores, de tal modo que fizeram do sertão um lugar de se viver (POLITO, 2018, p. 99).

Quando as jazidas auríferas se esgotaram, o que estagnou foi a acumulação de riqueza da Coroa e de alguns mineradores. A economia mineira passou por uma inversão, pois antes o seu foco central era a mineração, e posteriormente transpôs para as atividades de agropecuária. A Comarca do Rio das Mortes continuou bem sucedida nas atividades comerciais, na produção da agricultura e da pecuária. Especificamente em relação à região a oeste do Rio Sapucaí, inserida na Comarca do Rio das Mortes, a agropecuária propiciava para os núcleos urbanos lucros restritos. Esse cenário sofreu alteração quando nas demais regiões se iniciou o cultivo do café no final do século XIX, e o escoamento da produção passou a contar com novas estradas. Portanto, além da mineração, outras atividades foram decisivas para o povoamento das Minas Gerais.

3.5 AS FAZENDAS

Alguns pousos existentes ao longo dos caminhos tornaram-se pontos de encontro de agricultores e comerciantes, e no entorno desses lugares surgiram novos povoados. Pousos compunha-se de um espaço coberto para abrigar as mercadorias dos viajantes, de uma capela rústica e de um punhado de habitações modestas (palhoças, choupanas), feitas de madeira e de barro, e que quase sempre cobertas de folhas e ramagens (FONSECA, 2011, p.70). Laurent Vidal (2016) os define como “filhos dos caminhos”, “forma espacial nascida da espera dos homens em deslocamento” e “dedicada ao acolhimento dos homens em pausa” (VIDAL, 2016, p.400).

Na região existiam várias fazendas nas proximidades das explorações de minérios ao longo dos caminhos que interligavam os centros mineradores. Eram elas que abasteciam os pousos. Desde o início do século XVIII, muitas fazendas surgiram em torno desses polos mineradores. Na cartografia abaixo estão mapeadas algumas delas.

Ambas estão localizadas nos caminhos que faziam ligações entre os principais núcleos urbanos e também à margem dos rios.

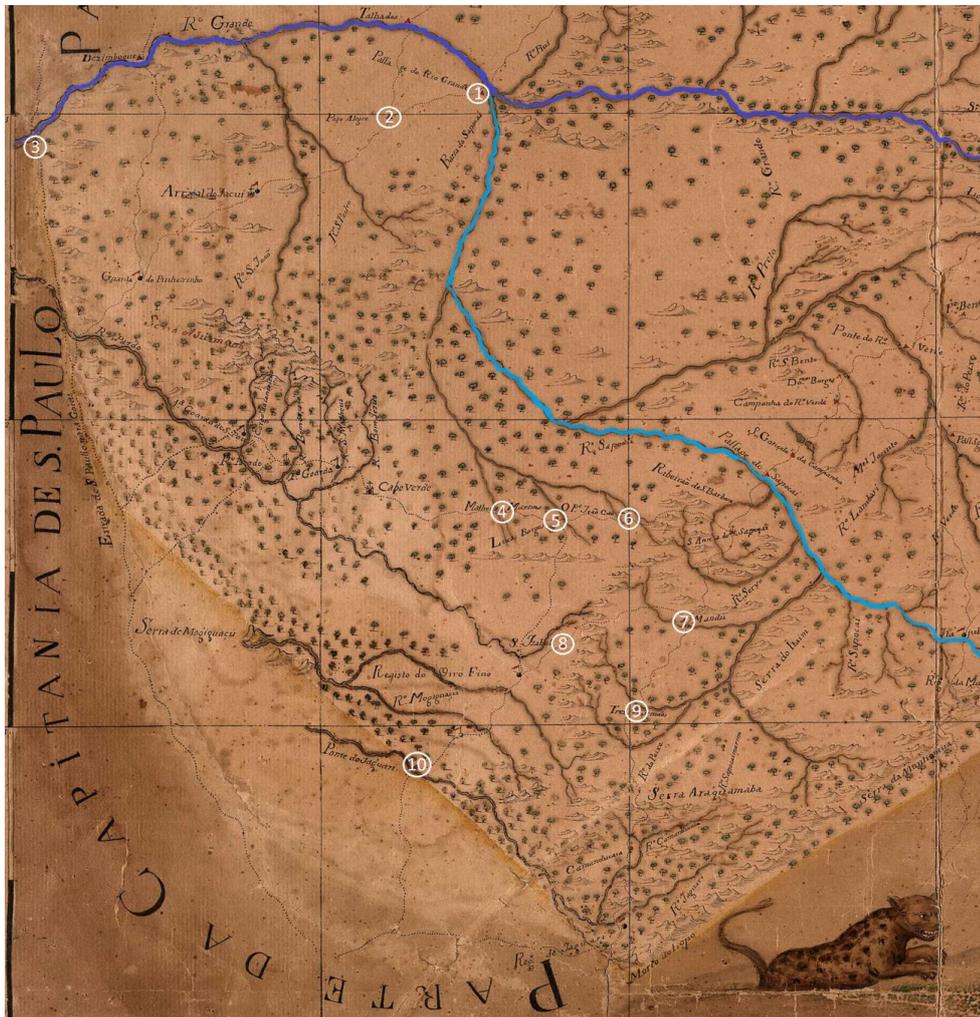


Figura 21: Fazendas. Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, em 1778. 1- sem nome; 2- Pozo Alegre; 3- sem nome; 4- Matheus Martins; 5- Lucas Borges; 6- Padre João Caetano; 7- Mandu (atual Pouso Alegre); 8- Santa Izabel; 9- Tres Irmãos; 10- sem nome. FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em 12/05/2018.

Alguns fazendeiros, instalados nos pontos mais estratégicos dos caminhos, tornavam-se proprietários de pousos e comércios. A fazenda Pouso Alegre de Lucas Borges (número 5), por exemplo, citada na descrição de Pimenta (1998), ficava na encruzilhada do caminho entre Cabo Verde, Ouro Fino e Santana do Sapucaí. Certamente aquele local seria um ponto de encontro, um marco referencial para os que passavam por essa região. É muito provável que havia pouso e comércio por lá, e certamente o

local tinha importância significativa, pois na maioria das cartografias⁶² da época o lugar é mapeado.

Fazendeiros instalados nestes pontos se convertiam também em vendedores e criavam pousos para os viajantes e para os tropeiros que faziam os abastecimentos das Minas. De fato comércio e povoamento formaram na história mineira, um binômio complementar. Foi através destes dois processos que surgiu a malha das relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais (FONSECA 2011, p.70).

FRANCO (1998) resgata a história do condutor de tropas, Lucas Borges de Carvalho⁶³. O tropeiro, que fixou morada na Fazenda Pouso Alegre, no território hoje pertencente à cidade de Campestre, MG, bairro de Campos, tomou posse de uma área vasta de terras, que passaram a ser chamadas por ele de Posses, como uma forma de fazer distinção entre as terras compradas e as posseadas. Essas terras posseadas, até os dias atuais, são conhecidas por Posses, e constituem vários bairros do município de Campestre. A autora encontrou a primeira citação com referência à Fazenda de Lucas Borges, nos assentos de alguns batizados registrados nos livros paroquiais de Cabo Verde, com o início em 1776.

⁶² A cartografia de José Joaquim da Rocha de 1778 é uma das cartografias que nos mostra a Fazenda de Lucas Borges na encruzilhada dos caminhos que de Santana do Sapucaí e Ouro Fino e iam a Cabo Verde.

⁶³ Lucas Borges de Carvalho era tropeiro em terras de São Paulo e Minas Gerais. Nasceu no ano de 1727, na freguesia de Nossa Senhora do Calhau, cidade de Funchal, capital da Ilha da Madeira. Ele se mudou para o Brasil com apenas dez anos. Chegou à cidade do Rio de Janeiro em 1737 onde se envolveu com serviços de tropas. Permaneceu depois em 1747 nos pousos no caminho dos Goiazes, e conheceu os arraiais auríferos de Ouro Fino, Santana do Sapucaí e Jacuí. Casou-se com Rita Corrêa da Luz e tiveram quatro filhos. Após o falecimento da sua primeira esposa Lucas Borges se casa com Ana Nunes Cardoso e com ela teve mais nove filhos e então se mudam de São Paulo, lugar que viveu por um longo período e em 1770, transferiram-se definitivamente para o novo descoberto de Nossa Senhora de Assunção do Cabo Verde, local onde pertenciam suas terras naquela época.



Figura 22: Fazenda Pouso Alegre, sem data, apud FRANCO, Eneiva G. de Souza. Lucas Borges de Carvalho: subsídios históricos e genealógicos. 1^o Ed. São Paulo: EDICON, 1998, p.23.

No total, Lucas Borges teve 13 filhos, e pela localização de suas residências, pode-se avaliar a expansão das terras pertencentes ao tropeiro. As terras iam da região de Botelhos até a Fazenda Pouso Alegre, entre Campestre e Ipiuna da Serra do Tripuy, e da Vangloria ao Taquaral. Os filhos de Lucas Borges deram origem a importantes famílias da região: os Martins, os Correia, os Franco, os Muniz, os Botelho de Carvalho - fundadores ou povoadores de futuras cidades como: Campestre, Caldas, Cabo Verde e Botelhos (ROSSI, 1998, p. 74). Francisco José Muniz, neto de Lucas Borges, casado com Ana Francisca Muniz, foi um dos doadores do patrimônio da capela de Campestre. A filha de Lucas Borges, Rosa Maria de Jesus (1757), foi casada com o açoreano Francisco José Botelho, e foram doadores do patrimônio da capela de São José dos Botelhos (CARVALHO, 1998, p.77). Toda a ampla área que relatamos que compunha a Fazenda Pouso Alegre estava incluída no extenso termo da freguesia de Cabo Verde.

3.6 OS BAIRROS

As freguesias a oeste do Rio Sapucaí possuíam um vasto termo e muitas das atuais cidades do sudoeste mineiro eram pequenos bairros rurais que faziam parte dos termos dessas freguesias. Conforme esses bairros foram se desenvolvendo, através de alguma atividade que trazia certa autonomia, como por exemplo, a agricultura e também com a construção de uma capela, esses locais iam cada vez mais sendo ocupados e conseqüentemente, elevados à freguesia.

Sobre a definição de bairros, temos:

Quartel da cidade, que consta certas ruas. [...] Na América portuguesa, foi no interior do bairro que a partir de meados do século 18 foram organizados corpus de ordenança ou forças militares locais que contribuíram fortemente para a manutenção de uma ordem legal e administrativa, asseguradas pelos regimes de obediência e solidariedade promovidos entre os moradores de cada bairro, e cujos papeis em certa medida equivaliam aos de uma política urbana. [...] ajuntamento de casas nos arrabaldes de uma cidade (TOPALOV; BRESCIANI; LILLE; D'ARC, 2014, p. 85, 87, 89).

A freguesia de Cabo Verde será usada para exemplificar essa questão, pois possuía um extenso território e vários bairros que compunham seu termo e que hoje são cidades. A abertura do caminho do Machado - por Antônio Simões Gomes, morador em Cabo Verde, a mando do governador - paralelo aos caminhos de Santana do Sapucaí, Cabo Verde, São João del-Rei, Rio Claro, fez com que a região ao longo do caminho fosse povoada e bem próximo a região de Alfenas formaram-se algumas fazendas.

Cabo Verde compreendia, de leste a oeste, da barra do bom Jesus e São Mateus, próximo a Barrânia até as barrancas do Sapucaí, nas regiões da barra do Rio Machado, Barranco Alto, região de Alfenas, São Joaquim da Serra Negra (Alterosa), Bom Jesus da Penha e Nova Resende. De norte a sul da região de Ipuina e Poço Fundo, até às proximidades de Guaxupé, limitando com a Freguesia de São Carlos do Jacuí. Os limites então eram, ao sul, com as freguesias do Ouro Fino e Santana do Sapucaí. Ao norte com São Carlos do Jacuí. A oeste com a freguesia do Bom Sucesso do Rio Pardo (Caconde). A leste com a freguesia da Campanha da Princesa tendo como divisa o Rio Sapucaí. Carvalho (1998, p.151) faz o levantamento de todos esses pontos urbanizados. Ele cita

142 núcleos que um dia fizeram parte desse território. Utilizaremos este estudo como referência para compreender o tamanho do termo da freguesia de Cabo Verde.

De acordo com Carvalho (1998), serra dos Lemes era um bairro rural de Cabo Verde. Nos anos de 1770 e 1780, já aprecia o bairro do Palmital, ponto de parada para quem transitava pelo caminho que de Cabo Verde ia até o Rio Machado, passando pelo bairro do Porto e na região da futura Conceição da Boa Vista, hoje Divisa Nova. A comunidade da Serra dos Lemes está localizada próxima à divisa dos municípios de Cabo Verde, Monte Belo, Areado e Divisa Nova. São Bartolomeu, também bairro rural, aparece em cartografia de 1765 em 1767, fica situado ao norte de Cabo Verde, próximo aos limites do município de Muzambinho. O bairro do Sertãozinho era um sertão longínquo ladeado pelos caminhos que de Cabo Verde iam para o Machado e para o Ouro Fino. O segundo passava pelo Taquaral e pelos Campos do Campestre. Mais tarde, o sertãozinho deu passagem para o caminho, que de Cabo Verde vai a Divisa Nova. Quem ia de campestre para Cabo Verde, pelo caminho do Ouro Fino, desde 1762, passava pelo Taquaral e certamente pelo bairro dos Capitães, na Pedreira. O rio Cabo Verde é parte da passagem e da vida do bairro - nascendo na região de Ipuiuna e Campestre, passa pela região de São Gonçalo de Botelhos e Taquaral margeando o antigo caminho do Ouro Fino. Compunha a vasta rede de bairros rurais, São Boaventura e Santo Antônio da Barra, que posteriormente é criado pelo Barão de Cabo Verde, o distrito de Santo Antônio da Barra.

Os bairros mais antigos e longínquos de Cabo Verde transformaram-se em capelas e posteriormente em vilas. O bairro São Bartolomeu e Taquaral foram os dois mais antigos núcleos de moradores, fora do arraial. O bairro do Sapucaí compreendia toda a região as margens e proximidades do rio Sapucaí, a Barra do Machado, Alfenas, Barranco Alto e Carmo do Rio Claro. O bairro do rio Cabo Verde correspondia a Cabo Verde e Muzambo. O Bairro dos Fiéis era formado pela comunidade judaica. O Bairro Anhumas do Rio Cabo Verde, onde nasceu o Barão de Cabo Verde. O Bairro do Campo, no caminho do Ouro Fino, é hoje o município de Campestre, local da Fazenda de Lucas Borges de Carvalho e seu genro Francisco José Botelho.

Os bairros mais distantes dentro do distrito da freguesia de Cabo Verde que se transformaram em capela foram: Campestre e Borda do Mato, distrito de Carmo do Rio

Claro, Alfenas, Vanglória (distrito de Campestre). Posso Fundo, Alterosa, Areado, Santo Antônio do Pinhal, São José da Boa Vista (Muzambinho) e São José dos Botelhos. Parte do distrito de Caldas, Nossa Senhora da Conceição do Monte Belo e Capela dos Figueiredo (Divisa Nova). Muitas capelas, embora não filiadas à matriz de Cabo Verde, ao serem criadas, incorporaram uma parte de seu território, esse foi o caso da capela de Caldas. Elevada à paróquia em 1812, anexando a ela parte do território das freguesias do Ouro Fino Santana do Sapucaí e Cabo Verde. Devido à grande distância da sede da freguesia de Cabo Verde, surgiram outras capelas que foram filiadas a outras paróquias. Nova Rezende, Areado, Serrania e Bom Jesus da Penha.

Habitantes da Freguesia de Cabo Verde (CARVALHO, p.72):

Ano	Habitantes	Domicílios
1788	1.561	152
1793	1.780	185
1804	2.050	-
1809	2.352	555
1823	6.736	1.102
1831	4.532	822

No ano de 1788, Cabo Verde já era uma freguesia e seu território já era configurado por diversas capelas. Até o ano de 1823, houve um crescimento grande da população em seu território, depois os habitantes foram diminuindo em virtude da elevação de outros arraiais a freguesias. Uma delas é a freguesia de Caldas, que após ser elevada, seu termo passou a ser composto de capelas que pertenciam antes a Cabo Verde.

3.7 OS QUILOMBOS

Em Minas Gerais, era comum a presença de quilombos, que eram assentamentos compostos por indivíduos negros fugitivos, livres e seus descendentes. Normalmente os quilombos apresentavam uma lógica de ocupação em áreas de apresamento de índios ou mineração. A natureza se apresentava como elemento de organização desses assentamentos. Praticavam agricultura de subsistência e o comércio clandestino. Era comum se deslocarem conforme as necessidades do grupo. “A preferência por locais de fronteira era uma característica, pois ao passo que isso permitia as investidas dos quilombolas entre as áreas produtoras e economicamente ativas, também oferecia o sertão para onde poderiam fugir em casos de perseguição” (POLITO, 2018, p. 131).

Os caminhos que ligavam Minas a São Paulo também eram conhecidos por serem refúgios de negros fugidos, sempre acusados de cometerem roubos e assaltos. Caminhos estes que obrigatoriamente passavam pelos vales do Rio Mogi Guaçu, Pardo e Sapucaí (POLITO, 2018, p. 133). Como já mencionado no primeiro capítulo, a oeste do Rio Sapucaí existiram vários quilombos, como: Pinheirinho, Santa Ana, Desemboque, Quilombo da Pedra, do Campo Grande, Quilombo Queimado, dos Talhados, Muzambo, Quilombo de Angola, do Zundum, do Caité, do Maribondo, Quilombo das cabeceiras do Rio Pardo e Bambuí. Alguns deles se fazem presentes nas cartografias do século XVIII, como o do Zundum e Dumbá, quilombos que ficavam no caminho que ligava Cabo Verde a Jacuí.

Apesar de os quilombos representarem um espaço libertário para os ritos culturais, eles eram estruturas consolidadas a partir de uma realidade social que colocava o indivíduo negro em papel marginalizado – as dificuldades impostas pelo regime social existente faziam-nos procurar meios de sobreviver. Neste momento nos interessa observar que as suas estruturas de organização não se sustentavam na premissa do isolamento. Ao contrário, a articulação entre grupos sociais, entre as produções econômicas, com a paisagem e demais culturas eram necessárias à sua existência e à manutenção como grupo (POLITO, 2018, p. 133).

Os quilombos eram organizados em grupos, podendo ser grandes ou pequenos. Eles possuíam uma preocupação em se instalar em locais que trouxessem certa segurança, em meio às matas, próximo a rios e perto de montanhas. Possuíam uma imagem negativa e eram temidos perante população local, pois era constante a prática de furto praticado por eles. Geralmente o alvo desses ataques eram os viajantes e tropeiros que passavam por caminhos onde os quilombolas ficavam de tocaia.

3.8 OS REGISTROS

Os registros, que tinham função de cobrar o quinto, combater o contrabando do ouro e também fiscalizar a entrada e saída de mercadorias, já foram citados no primeiro capítulo, porém a finalidade do presente capítulo é analisar os principais elementos que faziam parte da rede urbana a oeste do Rio Sapucaí. Portanto, o assunto sobre registros será retomado se apoiando na dissertação de mestrado de Restitutti (2006), que fez um estudo aprofundado sobre essas repartições fiscais, dando ênfase nas exportações de Minas Gerais no século XIX, através de diferentes rotas de comércio. O território de estudo do autor engloba a rede urbana a oeste do Rio Sapucaí.

As exportações que ocorriam em terras mineiras estavam sujeitas a pagamento de impostos nos registros localizados em pontos estratégicos da capitania. Esses postos fiscais fronteiriços tinham como principais atribuições taxar as importações, através da cobrança de direitos de entrada, e evitar o descaminho do ouro, havendo inclusive um registro específico para sua permuta. Controlavam todo tipo de mercadoria que circulava na capitania, inclusive escravos. Funcionavam também como verdadeiras guarnições militares, a fim de apreenderem mercadorias contrabandeadas, destruir picadas clandestinas (frequentemente abertas para facilitar a circulação ilegal do metal) (RESTITUTTI, 2006, p.37).

Conforme a descrição do primeiro capítulo, após o giro do governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, a região passou a contar com os seguintes registros: o Registro de Jacuí, o Registro de Caldas, o Registro de Toledo, o Registro de Jaguarí, o Registro de Itajubá, o Registro da Mantiqueira e o Registro do Rio Pardo (entre Cabo Verde e Caconde).

O estabelecimento (à força por parte do governador mineiro) de Registro em Jacuhy, Ouro Fino (1764) e Camanducaia (1764) claramente implicava no reconhecimento de um grande fluxo de pessoas pelos vales da Serra do Mogyguassu, denotando a efetiva comunicação existente entre as porções a leste e a oeste da serra, bem como a fartura de mercadorias que por ali circulavam (POLITO, 2018, p. 148).

No registro de Jacuí eram cobrados direitos de entrada das mercadorias destinadas às minas de Desemboque, que foi importante porta de entrada dos mineiros

em solo paulista. Já os povoados do planalto caldense comunicavam-se com São Paulo contornando por Cabo Verde, pelo registro de São Mateus, ou via Ouro Fino, mais ao sul. De Ouro Fino partiam dois caminhos: um, em direção ao sul, ligava Caldas ao registro de Campanha de Toledo; outro se dirigia à Estrada dos Goiases em Mogi Guaçu (São Paulo). Este segundo caminho, a “picada do Moji”, originou a estrada da Samambaia e ligou Caldas diretamente às terras paulistas. A guarda de Caldas era ponto de pouso de tropas; a este local deram sucessivamente os nomes de Samambaia, São Sebastião do Jaguari e Caracol (Andradas, MG) (RESTITUTTI, 2006, p.196, 197).

Os mineiros deslocavam-se em direção a oeste, buscando novas faisqueiras ou campos para criar seu gado. A partir de Franca, em São Paulo, o gado atravessava a fronteira, invernavam em Jacuí e seguia em direção à Corte. A presença dos mineiros e a sua preponderância na população do Nordeste Paulista durou enquanto o gado e a agricultura do excedente dominaram a economia regional. Os campos do Sudoeste mineiro faziam parte do sistema de mercantilização do gado dos sertões do Brasil central para o Rio de Janeiro. No século XIX, o gado servia à subsistência local e, principalmente, abastecia de queijos mercados locais e regionais. (RESTITUTTI, 2006, p.197, 198).

Em documento datado de 1815, consta um Ofício a Sua Majestade requerendo a transferência do registro de Jacuí para o Rio Pardo. Diz que o Registro de Jacuí está com “pequeno rendimento”[...] mandou “estacionar o mesmo Registro na margem do Rio Pardo, expedindo se as ordens necessárias ao desembargador [...] afim de que o dito Registro seja tirado do Arrayal de Jacuhy, central nesta Capitania e se estabeleça no lugar mencionado terá o Sup^o de que se queixar, pois que assim se evitarão os extravios de direitos e produzirão estes hum maior rendimento [...]”⁶⁴.

Porém, em outro documento datado de 1822⁶⁵, nomeado como ofício a Junta de Administração da Real Fazenda informando a quantia que arrecadou Luis Antônio Ribas

⁶⁴ BDLB: transferência do registro de Jacuí para o Rio Pardo, ano 1815. Disponível em < <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/287442>> Acesso: novembro de 2018.

⁶⁵ BDLB: Disponível em < <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/289639>> Acesso: novembro de 2018.

administrador dos direitos de entradas do registro de Jacuí, demonstra que a transferência do registro não havia sido efetivada até aquela data.

Em carta, datada de 1825, onde “Sua Majestade” aponta as causas do baixo rendimento do registro de Jacuí, e sugere algumas atitudes para solucionar os problemas, tais como a ampliação dos limites fronteiriços, e o envio de patrulhas com soldados de 1ª linha para substituir as milícias despreparadas que guarneciam a localidade e ainda a mudança do registro de Jacuí para as margens do Rio Pardo.

[...] Registro que estando portado no centro desta e dista sendo sua colocação aos limites desta Provincia com a de São Paulo em diversos lugares, de catorze, dezeceis, e mais legoas, faz com que alem deverça vem estas estradas, de origem p. vários pontos, e que não passam pelo Regº da ... vem motivos de se extraviarem m^{to} dos gêneros, q^e deveião pagar entradas nesta Provincia. Ainda corre outro Mac, q^e alguns dos Fazendeiros, q^e são moradores, p^a alem dom. Regº mas Provinciais, vão a Corte do Rio de Janeiro e tranzitando, p^a fora desta Provincia, pela de São Paulo, vem entrar em suas casas, sem encontrarem Regº e duvidão pagar os Direitos de Escravos, Bestas e outros generos [...] Ficarã sem duvida evitada esta tortura sendo do agrado de V. M. I. mandar portar este Regº nas margens do Rio Pardo [...]⁶⁶

Essas tentativas de mudanças demonstram um grande esforço de dominação do território. O estabelecimento de registros em pontos em que os fluxos são maiores faz com que as arrecadações sejam maiores e também através dos mapas que contém a lista do que entrou e saiu da capitania, se sabe o que o território produz, o que mais se importa e exporta. Os documentos acima são apenas uma demonstração de remanejamento estratégico para que os rendimentos se mantivessem altos. Não foi encontrado um documento que comprovasse que a mudança do registro de Jacuí foi executada.

O registro no alto da Mantiqueira, na garganta do Passa-Quatro ou do Embaú, foi a grande porta de Minas do tempo das bandeiras até o meado do século XVIII, quando houve a fixação do Caminho Novo para o Rio de Janeiro como principal estrada para as minas. O fluxo neste registro diminui ainda mais a partir da década de 1820 com a abertura da Estrada do Picu, “projeto dos proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alto”. A estrada do Picu ficou pronta em 1822; o registro data de 1829, ligava os

⁶⁶ BDLB: Rendimento do registro de Jacuí, ano: 1825 Disponível em <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/280275>> Acesso: novembro de 2018.

povoados da região de Campanha da Princesa à estrada geral São Paulo – Rio de Janeiro por Baependi e Pouso Alto. (RESTITUTTI, 2006, p. 217, 218).

Os registros eram implantados em pontos estratégicos, nos principais caminhos que ligavam a Capitania de Minas Gerais às outras capitanias, fazendo com que o território mineiro fosse protegido fechando suas fronteiras, resultando no controle total da capitania. Desse modo, desde o início da ocupação do sudoeste do Rio Sapucaí, os registros estiveram presentes, pois, em um primeiro momento, havia atividade mineradora na região e de tudo que era extraído era cobrada uma quinta parte. Esses núcleos urbanos possuíam vocação para agricultura. Pouso Alegre, por exemplo, localizava-se em sítio “favorável para o comércio de Taubaté e Guaratinguetá com Minas” e os paulistas para ali transportavam “mercadorias europeias e traziam de volta queijos, marmelada, algum fumo e tecido grosseiro de algodão” (RESTITUTTI, 2006, p. 217). E assim a rede de registros operava, como uma barreira onde o pagamento das mercadorias deveria ser efetivado. Os Registros fundados entre 1722 e 1776 permaneceram ativos até 1820, quando foram desativados todos os Registros do Brasil (CARVALHO 2015, p. 191).

3.9 A FORMA DOS NÚCLEOS URBANOS A OESTE DO RIO SAPUCAÍ

A formação dos primeiros arraiais a oeste do rio Sapucaí está ligada diretamente a mineração. Quando um novo descoberto era anunciado, era comum à vinda de pessoas de lugares próximos, pois, “a extração das minas não se fazia sozinho, se fazia por uma multidão, em luta com a terra e com a pedra, à força de braço escravo [...]” (QUEIROZ, 2014, p. 87).

Quando se inicia a atividade mineradora, a população não se fixava no terreno das datas, pois o terreno era exclusivo para os mineradores com permissão, que ali erguiam barracos junto às catas. As pessoas que não praticavam a atividade ocupavam o entorno das lavras e também nos caminhos em área rural, os ranchos. Tais ranchos localizavam-se próximo aos arraiais, no entorno expandido, onde se organizavam não só eles, como também pousos de tropas, os sítios e chácaras de atividades agropastoris,

abastecedores das minerações, o entreposto, o local de suprimento e das trocas comerciais (CARVALHO 2015, p. 114).

Queiroz (2014) descreve a formação de Santana do Sapucaí. Segundo o autor os novos moradores, “lidavam enquanto durava a luz do dia e, à noite, reuniam-se em roda do fogo, junto das moradas em construção. Uns dormiam ao relento, outros em barracas ou abrigos improvisados, e por entre todos, reinava a escassez alimentar, o desapego ao conforto” (QUEIROZ, 2014, p. 124, 125). E assim se inicia as primeiras ocupações, essa descrição pode ser aplicada aos primeiros arraiais de mineração a oeste do rio Sapucaí:

Os fundadores das povoações nunca faziam planos a respeito da disposição geral delas, nem ao menos o arruamento era projetado. Formavam-se ao acaso, conforme as conveniências e a vontade de cada um. Mas respeitava-se instintivamente o costume geral de localizar o centro do lugar em um pequeno largo, alinhado aos lados de uma capela com o seu cruzeiro de madeira tosca. Lá se construíam desde os casebres sertanejos até as casas de telhado e paredes altas, separadas umas das outras por espaços abertos de chão agreste.

O arraial do descoberto se iniciava no alto do morro da mina, também num largo já delineado por algumas moradas cobertas de telhas, assoalhos com tábuas ou com pranchas rústicas. Moradas cingidas pelo campo, sem plantação em roda, sem água nem limites, aonde iam dar repisados trilhos abertos no capim (QUEIROZ, 2014, p. 133, 134).

E então, o arraial ia se formando, “no alto, isolado no meio do campo, havia um cercado de varas destinado a cemitério; e logo abaixo dele, a capelinha, humilde casebre com fundo tomado por uma cruz de pau, e a frente, inteiramente aberta, voltada para o largo que se esboçava” (QUEIROZ, 2014, p. 134).

Com a fixação de moradores nos arraiais, era construída a capela pelos habitantes, em geral nas suas roças ou próxima às lavras. Após a elevação do arraial a freguesia, era construída a Igreja Matriz, que era o ícone que melhor representava a prosperidade dos arraiais. A igreja, como já foi relatado, foi um dos agentes que mais contribuiu para a formação do território e pode-se considerar o segundo fator de estabelecimento em um território. Segundo Murillo Marx (1990), “o patrimônio religioso foi fundamental no quadro de terras de Minas, no sentido de acolher e agregar a população que se fixava no lugar” (MARX, 1990, p.390-391),.

Segundo SILVA (2004), existiam algumas formas de origem dos povoados: alguns nasceram pelos antigos caminhos, tendo como ponto de partida o estabelecimento de

pousos – mero terreno para acampar em que os proprietários consentiam que os tropeiros dessem água aos burros e os amarrassem aos mourões. Caso aquele caminho fosse um caminho muito requisitado surgia o rancho, espécie de “barracão” coberto, nos quais faltavam ainda leito, cadeira e mesa. Ali, os tropeiros descarregavam as cargas enquanto os seus animais recompunham-se no pasto ao lado, montavam uma fogueira e penduravam a chaleira à maneira cigana, em um tripé de madeira, e estendiam no chão, como camas, o couro que protegia as cargas. Neste mesmo ponto, poderia ser implementada uma terceira fase: a venda, entreposto no qual se comercializa quase tudo, desde cabeças de alho, até missais. Em seguida, estabelecia-se junto à venda uma Estalagem; na duração desse tempo, já havia na localidade outras casas e outras vendas, e o povoado encontrava-se constituído. Um exemplo que segue essa descrição é o pouso do Rio Verde que foi mencionado acima, segundo Queiroz (2014, p. 38, 39) o local era próximo a Campanha e havia plantação e venda de mantimentos.

Continuando com os esclarecimentos de SILVA (2004), outros povoados surgiram devido à mineração e com a construção da capela os núcleos de povoamento foram se fixando no território. Neste caso, tudo se principiava quando, em determinado lugar, o povoamento se achava mais intensificado, com numerosos fazendeiros estabelecidos. Logo surgia a ideia da construção de uma capela, aonde um padre, periodicamente, vinha celebrar a missa e distribuir os sacramentos. Por vezes, algum rico proprietário doava o patrimônio e as autoridades eclesiásticas concediam a provisão, autorizando a construção da capela. Outras vezes, um fazendeiro construía uma ermida, somente para uso de seus familiares, que tinha provisão temporária e que necessitava ser renovada periodicamente, e o aumento do número de moradores na região levava a que a ermida fosse transformada em capela pública. Levantada a capela, ou tornada pública, iam surgindo casas ao seu redor, construídas dentro do patrimônio eclesiástico, usualmente pelos próprios fazendeiros. Depois, aparecia uma venda, surgia um pouso, outras casas eram construídas e o povoado consolidado. Um exemplo desse tipo de implantação é o presente bairro do Douradinho, que hoje é distrito de Machado, no segundo capítulo descrevemos a documentação em que se pede a construção da capela no território e com a permissão concedida o arraial começa a ser ocupado por novas casas, vendas e etc..

Abaixo, foi extraído um importante trecho em que ROSSI (1991) descreve a formação do núcleo urbano de Ouro Fino.

Os trabalhadores na mineração e os próprios funcionários e donos de datas, ainda se encontravam habitando barracas e ranchos, situação que não podia continuar. Por isso, enquanto trabalhavam nas lavras, deram início ao arraial. Provavelmente em dezembro de 1746.

Em Ouro Fino, no centro, construída às pressas, rústica capela, sob a invocação de São Francisco de Paula, certamente em homenagem ao Guarda-Mor Francisco Martins Lustosa. E desde então o descoberto passou a ser chamado de São Francisco de Paula de Ouro Fino. Ao seu redor, num arremedo de praça, iam sendo construídas as primeiras casas de pau-a-pique, cobertas de folhas de palmito, e nelas foram se abrigando as famílias pioneiras. Como era de costume naqueles tempos, no arraial que crescia e melhorava, iam aparecendo os primeiros oleiros, pedreiros, carpinteiros e ferreiros, dando vida ao local. Não demorou muito e na praça da capela já se viam casas cobertas de telhas e muito melhoradas; tinha sido construído o ranchão para o pouso das tropas e tropeiros. Um caminho nascente poente, ou melhor, das minas de Santa Isabel para as de São Pedro das Caneleiras, atravessava o arraial. Esse caminho, com os tempo, ia se transformando em ruela, orlada de casas rudimentares, sem ordem nem nivelamento. Que o arraial cresceu e prosperou não há dúvida, atendendo-se a que, quatro anos depois de sua fundação, era elevado à categoria de paróquia, pelo Bispo de São Paulo, de cuja autoridade eclesiástica a região era sufragânea. Guindada, pois, à Paróquia, com o provimento do seu primeiro Vigário, com o seu Guarda-Mor e Fiel de Registro, Ouro Fino passou a Freguesia, em 1749 (Rossi, 1981, p. 47, 48).

Quando a mineração prospera, como foi o caso de Jacuí, Cabo Verde, Santana do Sapucaí, Ouro Fino, entre outros, o território passa a ser ocupado definitivamente. Esses pequenos arraiais foram povoados por pessoas provenientes de lugares mais distantes como Aiuruoca, Baependi, Taubaté, Pindamonhangaba, São Paulo, São João do Atibaia, São João Del Rei e Sabará. O trabalho de mineração também exigiu a vinda de escravos negros da Bahia.

No ciclo da mineração, as atenções estavam voltadas para os novos descobertos. A partir do momento em que se constituíram os núcleos populacionais fixos, as atividades comerciais ganharam relevância, assim como as atividades agrícolas.

A exploração do ouro permitira o surgimento de núcleos urbanos. Possibilitara a organização de atividades destinadas a dar-lhe suporte e respaldo, tais como o comércio, as profissões liberais, um aparelho administrativo e de defesa, empregando funcionários, soldados, etc., além é claro, da rede de abastecimento e comércio ambulantes, representada pela atividades dos tropeiros e mascates (SILVA 2004, p 102).

Então, para compreender a forma de implantação desses núcleos urbanos é fundamental perceber os fatores que levaram ocupação desses territórios. Na região a

oeste do rio Sapucaí, as freguesias que foram analisadas no período proposto na dissertação de meados do século XVIII a 1833, seguiram a mesma lógica de ocupação. A forma dos núcleos urbanos dessas pequenas freguesias é o resultado de processos históricos e diferentes elementos articulados. Dentre esses fatores estão: a relação do traçado urbano com os caminhos que ligavam as freguesias a uma rede de núcleos de povoamento mais ampla, a geografia do território, a topografia do sítio, fatores econômicos, políticos, sociais e religiosos.

As freguesias a oeste do rio Sapucaí não tiveram um plano de um Engenheiro Militar que definisse seus traçados, mas certamente existia uma lógica de conformação do território, conforme o estudo de Reis Filho (1964) apontou. Muitos exploradores tinham origem portuguesa e suas experiências em conhecer novos territórios, provavelmente, lhes conferem as habilidades e referências de urbanização que seguem a lógica do traçado das cidades portuguesas, dando uma ideia de ordem ao lugar, mesmo não seguindo um plano geral.

Os núcleos urbanos no Brasil colonial possuem algumas características semelhantes às cidades portuguesas que são sempre pensadas de acordo com os condicionantes do sítio, respeitando as características físicas do território. As freguesias reproduzem esse modelo, suas implantações tem como partido a topografia do território e os caminhos de ligação entre os núcleos urbanos que em vários casos se transformam em via principal do arraial, onde o edifício principal é construído, a capela e seu extenso largo, onde acontecem os encontros sociais dos moradores e no seu entorno as casas e os comércios são construídos.

Quando o traçado da cidade tinha como principal referência a estrutura física do sítio, seus principais elementos geradores eram os locais elevados e as linhas de cumeada e as linhas de vale que os articulavam. Esses lugares, onde se implantavam as principais funções urbanas institucionais e que se assumiam como os locais do poder, juntamente com as ruas que os ligavam, construídas sobre os caminhos naturais, tornavam-se os elementos estruturantes da cidade (TEIXEIRA, 2012, p.87).

A partir dessa perspectiva de análise, a formação dessas freguesias deve ser entendida em uma escala mais ampla, pois suas ocupações não se deram de forma isolada, mas sim a partir da formação de uma rede urbana, por meio de caminhos que faziam a ligação entre os diversos núcleos de povoamento. A cartografia (imagem 3)

utilizada no primeiro capítulo demonstra os principais caminhos que ligam esses lugares, eles ajudam na estruturação e implantação do arraial no sítio, se tornando a principal via que organiza os núcleos urbanos. No período colonial, as rotas podem ser consideradas a primeira fase da ocupação de diversos territórios, na forma da primeira estrutura implantada pelo homem em determinado sítio. (COSTA, NETTO, 2015, p. 203).

Os caminhos são o elemento mais importante na urbanização do território. Antes de iniciar qualquer tipo de ocupação, os caminhos estruturam uma localidade e conseqüentemente trazem consigo as primeiras ocupações. Funcionam como diretriz para a edificação, marcam uma “geometria” de assentamento, uma racionalidade na cidade e com eles se põe a manifesto a relação entre o núcleo urbano e o território envolvente. Os caminhos são a primeira fase de construção de uma cidade (GUERREIRO 2001, p.73)

A segunda fase que estrutura o território é o assentamento das primeiras construções que são feitas respeitando a topografia do local. Segundo Teixeira (2012), “a cidade portuguesa não contraria o sítio que se implanta; em vez disso, tira partido dele e se constrói com ele”. Abaixo a cartografia de 1939⁶⁷ e a planta cidade de Cabo Verde, MG como exemplo. Elas foram sobrepostas e o destaque em “amarelo” representa o que era a cidade em 1939, onde se pode perceber quanto seu crescimento foi limitado comparado aos dias atuais. Nela foram destacadas as rotas de acesso que coincide com a estrada que ligava Ouro Fino a Cabo Verde e que depois se transforma na avenida principal da cidade, a Av. Oscar Ornelas, que estrutura toda a implantação do núcleo urbano.

⁶⁷ Essa é uma série cartográfica que foi produzida em 1939 que abrange todos os municípios mineiros.

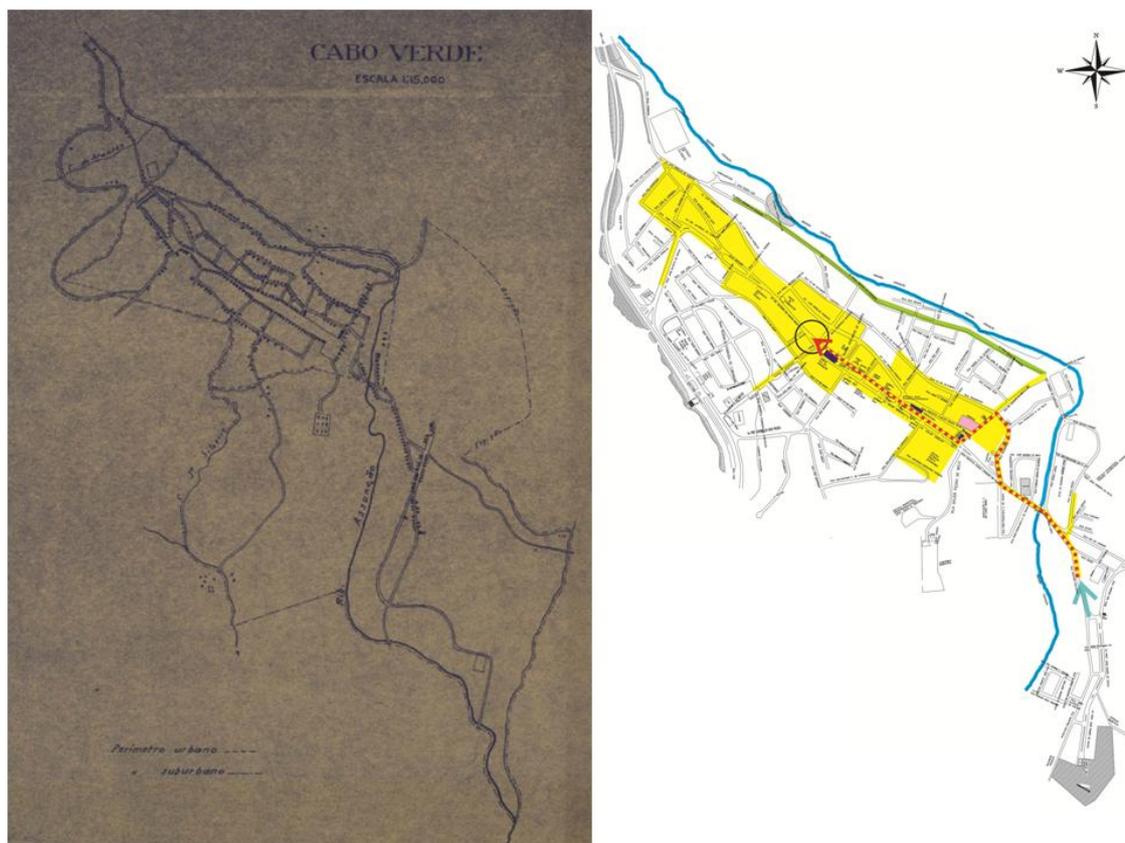


Figura 23: Cidade de Cabo Verde em 1939. Recuperado de:< http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

Figura 24: O destaque em amarelo é a cidade em 1939, portanto, a sobreposição da cartografia de 1939 na base em DWG oferecida pela Prefeitura de Cabo Verde (sem data).

-  Rota de acesso a Cabo Verde no século XVIII, que coincide com a antiga estrada que ligava Cabo Verde a Ouro Fino
-  Primeiras ocupações em «linha de vale»
-  Rio Assunção
-  Antiga residência do Barão de Cabo Verde
-  Perímetro urbano em 1939
-  Entrada principal no século XVIII
-  Prefeitura e Câmara Municipal
-  Matriz Nossa Senhora da Assunção. Antigo local do primeiro cemitério e Igreja do Rosário
-  Largo das Paineiras, depois das ocupações às margens do Assunção, foi o local onde iniciou-se o povoado

O desenvolvimento de uma atividade econômica estável no território pode ser considerado a terceira fase de estruturação territorial, pois é nela que a dinâmica de ocupação se modifica, portanto, há o início de fixação territorial e as apropriações começam a não serem mais feitas próximas às áreas de mineração, para se instalar no ponto principal do território que condiz com a construção da Igreja Matriz, o elemento que estrutura todo o núcleo urbano. Por exemplo, as primeiras ocupações em Cabo

Verde foram ao longo do Rio Assunção seguindo a “linha de várzea”, aonde era praticada a mineração.

A observação do traçado das cidades portuguesas traduz na generalidade a noção de diversidade morfológica. A consciência desta característica resulta da variedade de formas de ocupação que conseguimos encontrar em cada um desses objetos urbanos individualmente. Todavia, esta diversidade dos traçados é recorrentemente consequência de um modo particular de utilização topográfica, expressa na capacidade de ajustamento às condicionantes dos sítios e na integração de suas características morfológicas no desenho da cidade (COELHO, 2015, p.38).

Portanto, para fazer uma comparação com Cabo Verde, foram levantadas as plantas das cidades de Jacuí, Ouro Fino e Silvianópolis (a antiga Santana do Sapucaí) e suas respectivas cartografias de 1939. É considerável evidenciar que esses núcleos urbanos não possuem os mesmos traçados, porém, seguem a mesma lógica de ocupação, respeitando a topografia do território, portanto, seria impossível manter o mesmo traçado para os respectivos lugares, pois cada região tem suas particularidades que foram respeitadas quando as primeiras urbanizações foram surgindo. Segundo o trabalho de Guerreiro (2001), podemos classificar estes núcleos como cidades orgânicas:

A cidade orgânica é um elemento complexo e aparentemente irregular. Não tem uma organização intencional como aquela que resulta de um plano ou desenho pré-estabelecido, mas tem uma organização que resulta da função e respectiva forma de cada uma das partes agregadas. A cidade orgânica tem uma analogia muito forte com um organismo vivo, porque tem uma grande capacidade de agregação das suas partes constituintes, de crescer sempre como um todo [...]. (GUERREIRO, 2001, p.37).

Desse modo, a relação que este tipo de núcleo urbano estabelece com o relevo é a causa primária das especificidades de seus desenhos. Os traçados das ruas acompanham a topografia, dando uma ideia de irregularidade evidenciando o conceito de cidade orgânica. Em ambos os núcleos podemos averiguar tal característica conforme o material levantado:



Figura 25: Cidade de Jacuí em 1939. Recuperado de: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941 > Acesso em Maio de 2017.

Figura 26: O destaque em amarelo é a sobreposição da cartografia de 1939 na base em DWG oferecida pela Prefeitura de Jacuí (março, 2017). Praça da matriz em preto, em marrom, o cemitério.



Figura 27: Cidade de Ouro Fino em 1939. Recuperado de:< http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

Figura 28: O destaque em amarelo é a sobreposição da cartografia de 1939 na base em DWG oferecida pela Prefeitura de Ouro Fino (sem data). Praça da matriz em preto, em marrom, o cemitério.

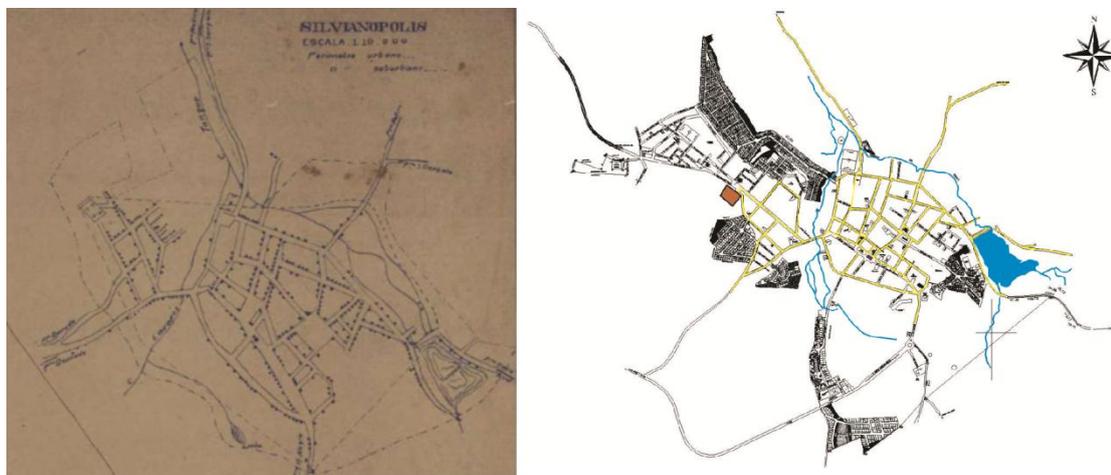


Figura 29: Cidade de Silvianópolis em 1939. Recuperado de:< http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

Figura 30: O destaque em amarelo é a sobreposição da cartografia de 1939 na base em DWG oferecida pela Prefeitura de Silvianópolis (março, 2016).

“Os núcleos menores, mais antigos, instalavam-se, em sua maior parte, em sítios acidentados, no topo das colinas. Seus traçados apresentavam, então, no conjunto, características de acentuada irregularidade. As ruas adaptavam-se às condições topográficas mais favoráveis, e tendiam a se organizar como ligações entre os pontos de maior importância na vida desses núcleos, sem intenção de ordenação geométrica.” (REIS FILHO, 1968).

E foi assim que Cabo Verde, Jacuí, Ouro Fino e Santana do Sapucaí foram sendo urbanizados, se relacionando diretamente com a topografia local, as casas foram construídas acompanhando a ondulação dos terrenos, cheios de morros e depressões, o que ocasionou a formação de ruas de larguras variadas. As estruturas físicas naturais foram determinantes para definir o traçado. Demonstrando tais princípios ordenadores dos núcleos coloniais, as imagens abaixo apresentam seções longitudinais e transversais, nas cidades em questão, e também apontam a localização das atuais igrejas matrizes, construídas nos mesmos locais das primeiras capelas.

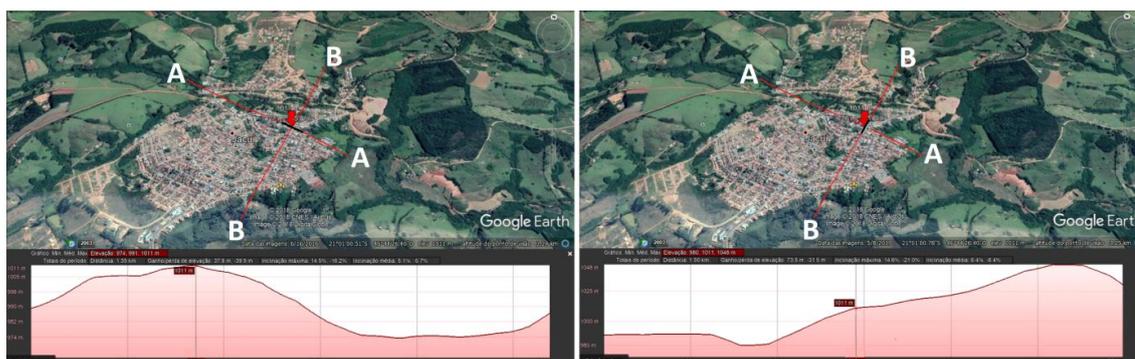


Figura 31: Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Jacuí, mostrando também a localização da igreja matriz. Fonte: “Google Earth Pro”. Acesso em maio de 2018. Imagem manipulada pela autora.

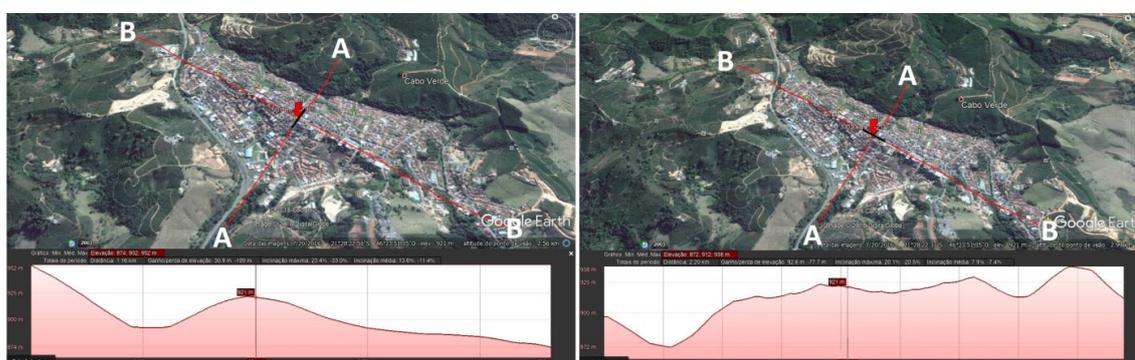


Figura 32: Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Cabo Verde, mostrando também a localização da igreja matriz. Fonte: “Google Earth Pro”. Acesso em maio de 2018. Imagem manipulada pela autora.

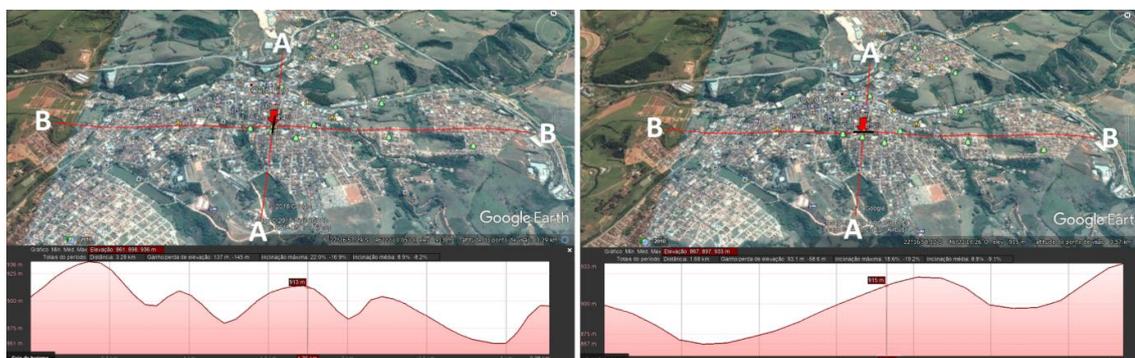


Figura 33: Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Ouro Fino, mostrando também a localização da igreja matriz. Fonte: “Google Earth Pro”. Acesso em maio de 2018. Imagem manipulada pela autora.

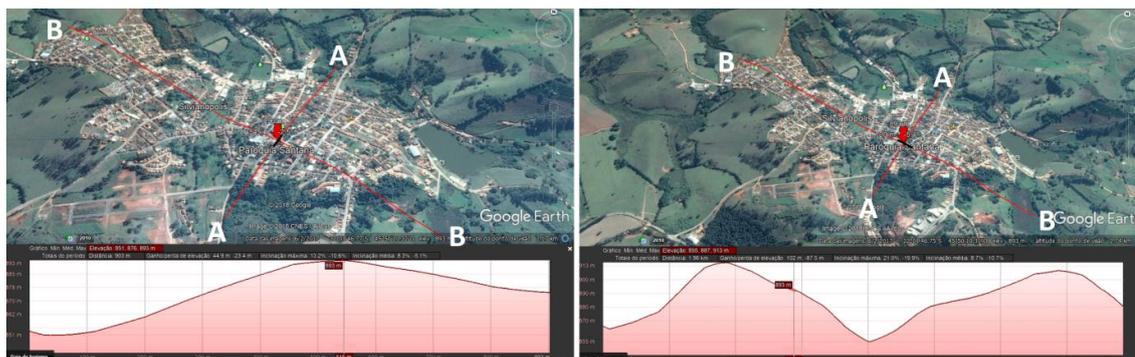


Figura 34: Foto aérea e perfis transversal (A-A) e longitudinal (B-B) da atual cidade de Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis), mostrando também a localização da igreja matriz. Fonte: “Google Earth Pro”. Acesso em maio de 2018. Imagem manipulada pela autora.

A fixação das povoações do território, devido ao estabelecimento de uma atividade econômica efetiva, faz com que uma quarta fase de ocupação se consolide, quando há o início da construção de casas mais resistentes e melhor construídas ao longo da linha de cumeada, abandonando os casebres de pau-a-pique construídos durante a época da mineração. Na fase mais próspera do arraial é pedida a elevação à freguesia, fase onde a antiga capela é substituída pela construção Igreja Matriz.

A implantação das Igrejas Matrizes, muitas vezes construídas nos locais que antes abrigavam as antigas capelas, era feita nas praças, que por sua vez, representavam o local de maior importância, muitas vezes a origem dos núcleos urbanos e, por isto, recebiam maior atenção. A implantação do edifício deveria atender regras ditadas pelo Arcebispado da Bahia que foram descritas no segundo capítulo. A Matriz era implantada em pontos mais notáveis, sendo um o marco estruturador da forma urbana dessas freguesias. A partir da sua implantação se define o extenso largo que acompanha o traçado longitudinal da via principal na linha de cumeada. Quanto às ruas ligavam as casas em pontos de interesse coletivo:

[...] nas povoações mais antigas do Brasil, eram entendidas quase exclusivamente como meio de ligação, vias ou linhas de percurso, ligando os domicílios aos pontos de interesse coletivo ou a um outro desses pontos. Na maior parte dos casos não tinham significado como local de permanência [...]. (REIS FILHO, 1968).

A Igreja é edificada no ponto mais alto do território e é o marco estruturador da forma urbana dessas freguesias. Nos estudos de morfologia urbana, Panerai (2006), apresenta a definição de marcos:

Marcos são, em geral, elementos construídos, edifícios excepcionais, monumentos ou parte de monumentos, dotados de uma forma particular que facilita sua identificação. Uma praça, um cruzamento, um largo, uma ponte, um castelo d'água ou um morro também podem ser marcos. Eles podem balizar um percurso, indicar um núcleo, caracterizar um setor, bem como estar isolados das zonas identificadas. Eles também podem se combinar entre si em um conjunto monumental ou pitoresco (PANERAI, 2006, p.33).

A Igreja além de ter uma simbologia muito forte no período de estudo, por ditar regras, pelo seu amplo poder e tantos outros fatores, sua implantação nos pontos mais altos serviam para marcar um local civilizado. Esse marco era de extrema importância, sobretudo, para os viajantes e tropeiros que passavam pela região, pois, os lugares urbanizados eram os pontos de chegada, de descanso ou de morada.



Figura 35: JACUÍ: Praça com a antiga Igreja Mariz, sem data. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2WrQHTbpwn4&feature=share>> Acesso em 01/05/2018.

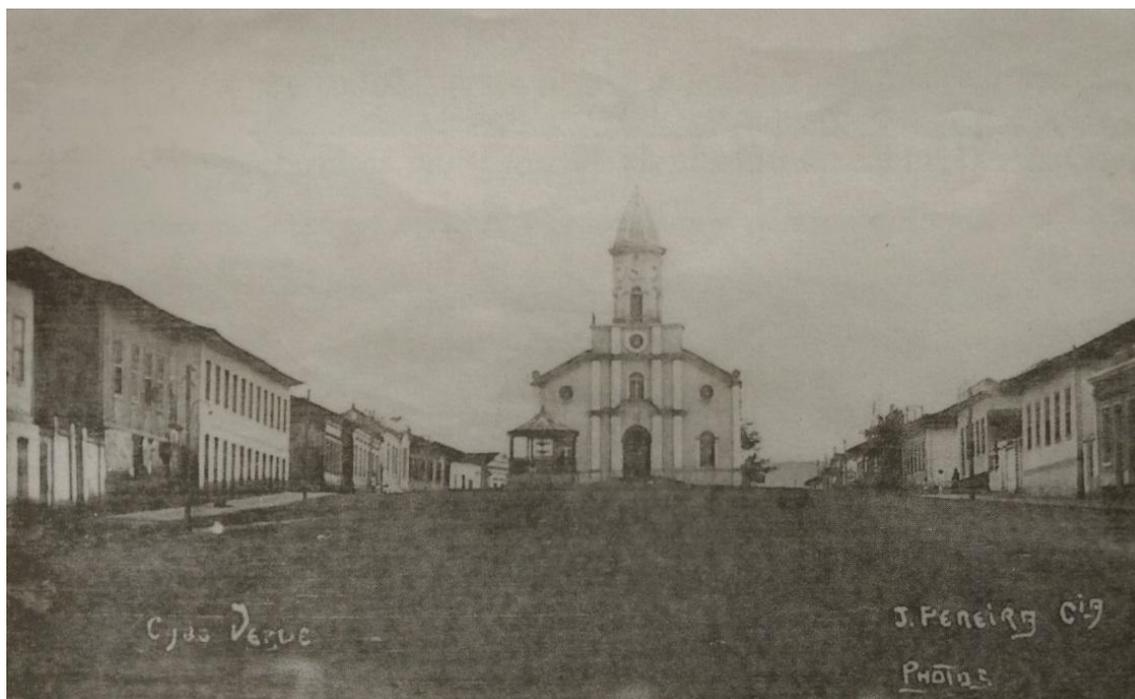


Figura 36: CABO VERDE. Foto extraída do Livro: A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua história, CARVALHO, 1998, p.226. Data estimada: década de 1920. A Matriz de Nossa Senhora da Assumpção, construída no local da capela original.

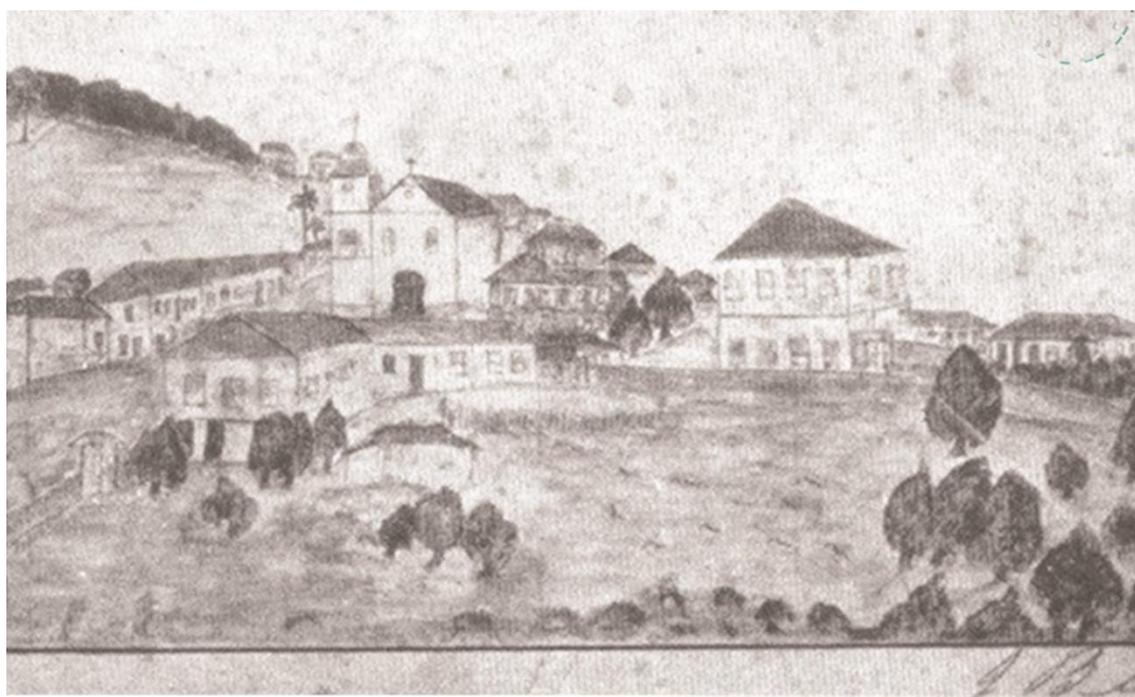


Figura 37: OURO FINO. Vista de Ouro Fino, desenho de L. de Barros Melo em 1862.



Figura 38: SANTANA DO SAPUCAÍ (Silvianópolis). Disponível em <
https://www.facebook.com/pg/Silvianopolis.MinasGerais/photos/?ref=page_internal> Acesso:
15/05/2018

As imagens 37, 38, 39 e 40 refletem como eram as cidades estudadas no início do século XX. Mostram os largos das igrejas matrizes e as vias principais que estruturam a forma urbana. Apesar das imagens serem do início do século XX, são válidas para compreender a gênese da forma urbana, pois ainda refletem como foi a ocupação do território. Como Jacuí, Cabo Verde, Ouro Fino e Santana do Sapucaí (Silvianópolis) não passaram por um processo de crescimento e de industrialização significativo, nas primeiras décadas do século XX, do ponto de vista do traçado urbano, não houve muitas mudanças. Jacuí e Ouro Fino tiveram um crescimento maior, porém o traçado do núcleo original permaneceu.

3.10 OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS E EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

O oeste do rio Sapucaí a partir de meados do século XVIII teve cada vez mais seu vasto território sendo ocupado gradativamente. Por mais dispersos que alguns pontos urbanizados fossem, nenhum vivia isolado. Alguns centros tornaram-se irradiadores do poder religioso e civil e, assim, cada um se desenvolvia de uma forma, tendo como resultado a criação de vilas, julgados, freguesias. Segundo Fonseca (2011):

Quando as distancias entre as sedes e as comunidades periféricas tornam-se excessivas, surge a necessidade de criar novas circunscrições – paróquias, concelhos e comarcas. Dessa maneira, os sertões, foram sendo progressivamente ocupados, nomeados e subdivididos em unidades territoriais de tamanho variável (FONSECA 2011, p.53).

Os quatros núcleos urbanos mais antigos a oeste do rio Sapucaí, Jacuí, Cabo Verde, Ouro Fino e Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis) em meados do século XVIII, eram pequenos arraiais, que estavam germinando. Toda a ampla extensão localizada a oeste do Rio Sapucaí pertencia ao termo de São João del-Rei, na Comarca do Rio das Mortes. Em 1798, quando Campanha da Princesa se desmembra de São João del-Rei, leva consigo: Santa Maria do Baependi, Lavras do Funil, Pouso Alto, Jaguarí (Camanducaia), São Francisco de Paula de Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde, Jacuí, Santana do Sapucaí, São Bom Jesus de Pouso Alegre/ Matozinhos, São Gonçalo do Sapucaí, Santa Catharina (Natércia) e Douradinho (Machado).

No período colonial, os últimos núcleos a serem elevados à vila foram Santa Maria do Baependi e São Carlos do Jacuí, em 1814. A partir de então as freguesias de Jacuí, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Caldas e Douradinho, passaram a fazer parte da jurisdição do termo da Vila de Jacuí, enquanto, as freguesias de Ouro Fino, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Pouso Alegre, continuaram a fazer parte do termo da Campanha da Princesa.

Em 1821, constata-se que Jacuí, na Comarca do Rio das Mortes, possuía uma população de 11.646 pessoas, subdividida nas seguintes categorias:

Comarca do Rio das Mortes	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Pardos	Mulheres Pardas	Homens Pretos	Mulheres Pretas
Jacuí	4.413	4.255	1.252	1.296	193	237

A tabela foi produzida por Silva (2004) e nela está incluso todo o termo de Jacuí: Vila e Matriz de Jacuí (96 casas), Arraial do Aterrado (23 casas), Arraial e Matriz do Cabo Verde (58 casas), Arraial Cascalho ou Pedra Branca (25 casas), Arraial de São José e Dores (25 casas), Arraial e Matriz do Rio Claro (36 casas), Arraial de São Joaquim (30 casas), Arraial de São Sebastião da Ventania (26 casas) (SILVA 2004, p.188).

Jacuí era a sede de um município cuja população encontrava-se prioritariamente na área rural e não possuía uma atividade econômica de grande expressão. Foi nos povoados, aos domingos, que começou a transparecer entre os mineradores maior convivência. Os homens nesse primeiro estágio da vida em sociedade agrupavam-se ansiosos por algum divertimento, indo às festas da igreja ou incorporando-se às confrarias religiosas. Após a missa, percorriam as casas de negócios e faziam as compras para a semana inteira, criando ali também um espaço de contato e sociabilidade (SILVA 2004, p.207). Saint Hilaire observa que em diversos arraiais de agricultura de Minas, as casas só eram ocupadas nos dias de culto. São os povoados que, um século mais tarde, o geógrafo Pierre Deffontaines chamaria, poeticamente, de “vilas de domingo” (FONSECA 2011, p. 445).

A freguesia de Ouro Fino possuía um extenso termo em sua origem, e dele houve numerosos desmembramentos secundários, as paróquias de: Andradas, Cambuí, Borda da Mata, Botelhos, Bueno Brandão, Caldas, Cabo Verde, Camanducaia, Campestre, Crisólia, Ipuina, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas e Ouro Fino. Em 1764, a Paróquia São Francisco de Paula de Ouro Fino sofre seu primeiro desmembramento, com a criação da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Camanducaia, essa última, passa a pertencer a Paróquia de Santana do Sapucaí.

Posteriormente o arraial de Cabo Verde foi elevado pelo Bispo de São Paulo à categoria de Capela Curada de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e a capela existente foi anexada a Matriz de Ouro Fino. Mas essa ação durou pouco tempo, pois, entre 1767 e 1769, a capela curada foi elevada à Paróquia. A terceira capela a ser desmembrada do território de Ouro Fino foi Caldas quando, em 1813, foi erigida em Freguesia a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas. Foram dadas a seguintes divisas: com Ouro Fino a Serra do Feijoaal em linha reta até as

cabeceras do Rio Jaguari Mirim, com Santana do Sapucaí e Rio Machado, com Cabo Verde, a Serra do Tripuí. Ribeirão de São Miguel, Rio Pardo e Rio das Antas.

Em 1831, Pouso Alegre é elevado à vila desmembrando-se de Campanha e leva sob sua incumbência seis freguesias; Santana do Sapucaí, Caldas, Camanducaia, São José do Paraíso, Ouro Fino e Borda da Mata, que passaram a fazer parte do termo da Vila de Pouso Alegre.

Freguesias	Distritos
Senhor Bom Jesus dos Matozinhos (Pouso Alegre)	Pântano Cervo Entre Rios Vargem Grande Capivari/ Itaim
Caldas do Rio Verde	Cabo verde Alfenas Poços de Caldas Caracol Campestre Santa Rita de Caldas
Douradinho	São João Batista Espírito Santo
Jaguari (Camanducaia)	Lopo Rio do Peixe/ Cambuí Itaim / São Domingos Selado
São José do Paraíso (Paraisópolis)	Cachoeiras Sapucaí Mirim
São Francisco de Paula de Ouro Fino	São Pedro Campanha de Toledo S. Isabel
Sapucaí	Coroado Água Limpa Dourado/ Machado Dourado

Tabela 1: Tabela termo da Vila de Pouso Alegre de 1831 (DELFINO, 2010, p.242).

A Vila de Jacuí, sede administrativa e judiciária, englobava todo o território das Paróquias de Bom Jesus dos Passos, São Sebastião da Ventania e Carmo do Rio Claro. No termo de Jacuí surgiram povoados, paróquias e distritos, origem dos atuais municípios no sudoeste do estado de Minas Gerais. Foram desmembrados de Jacuí o distrito de Santa Bárbara das Canoas (Garanésia) em 1838 e Campestre em 1839. Em 1849: Bom Jesus dos Passos, Carmo do Rio Claro, São Sebastião da Ventania (Alpinópolis) e São João Batista do Glória. Em 1850 são adicionados ao seu termo Santa Rita e São Joaquim. Em 1853 foi criado o distrito Nossa Senhora das Dores de Guaxupé. Em 1869 Jacuí é elevado à categoria de cidade.

Cabo Verde fazia parte termo da Vila de Jacuí. No ano de 1798 já era freguesia e se conservou com esse estatuto, até que, depois de dezoito anos pertencendo ao termo da Vila de Jacuí, apresentou um pedido ao Concelho Geral da Província de Minas Gerais, para ser elevada, a Vila em 1832.

No documento, os moradores alegam a grande distância que percorriam para chegar à Vila de Jacuí para tratar de seus direitos, queixam-se da dificuldade de acompanhar os processos jurídicos, e de que esses não tinham fim. Descrevem a dificuldade de transitar pela estrada que fazia a ligação da freguesia de Cabo Verde com a sede da Vila da Jacuí. Por fim, sugerem a delimitação do termo da pleiteada Vila de Cabo Verde através do mapa apresentado abaixo, que compõe o documento original. O mapa apresentado pelos moradores da freguesia de Cabo Verde é desenhado fora da convenção cartográfica – sem escala gráfica, norte e outros elementos - e representa bem a visão dos moradores locais. A proposta delimita o termo junto da divisa com a então Província de São Paulo, confrontado com o termo da Vila de Franca. Até então o termo da Vila de Jacuí é que confrontava com divisa da Província de São Paulo.

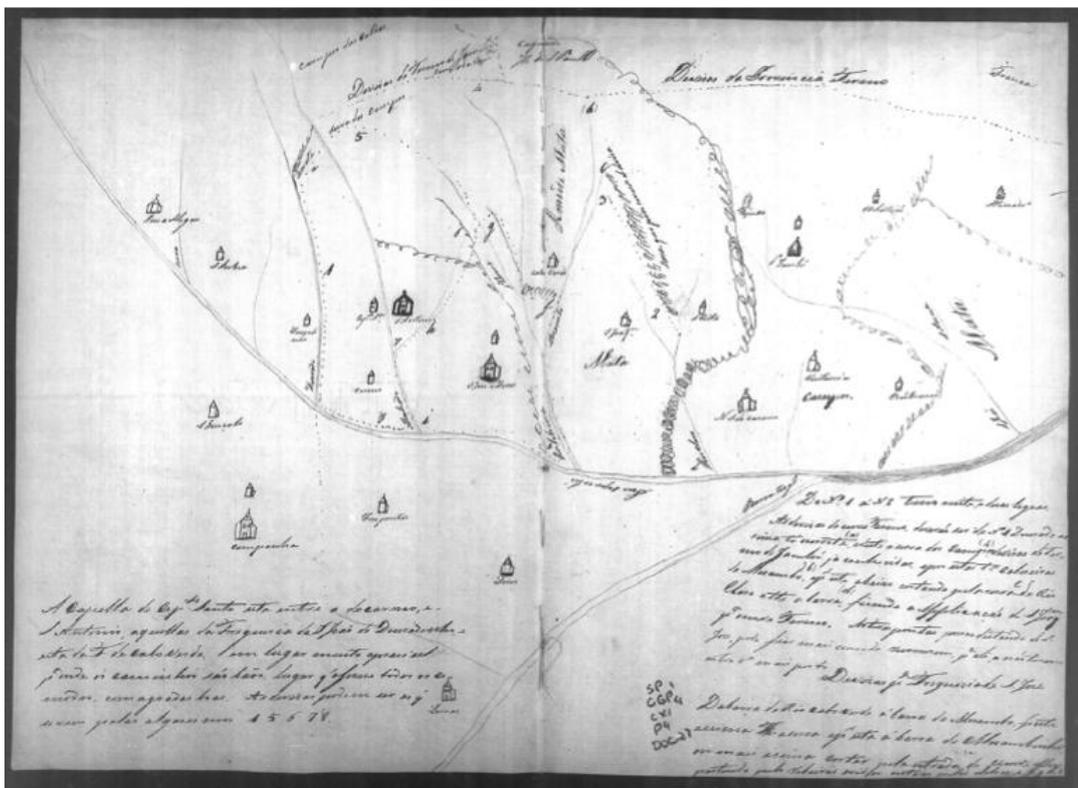


Figura 39: Mapa que compõe o documento: Elevação da Matriz de Cabo Verde à categoria de Vila <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/conselho/brtacervo.php?cid=717>.

[...]A Capella do Espirito Santo esta entre a do Carmo e Santo Antonio, aquellas da Freguesia de São João do Douradinho e esta da F de Cabo Verde. Tem lugar muito aprazível para onde os caminhos são baõs lugar que oferece todos os cômodos com agoas boas. As divisas podem ser as que vem pelos algarismos 1 5 6 7 8.

Do nº 1 á nº 2 tem vinte e duas legoas. As divisas do novo terreno, deverão ser do N 1 Dourado assima do serrote existe a terra dos Campos divisas do termo de Jacuhy já conhecidos: e por estas cabeceiras do Muzambo que este abaixo cortando pela terra com do Rio Claro atté a barra ficando a aplicação de São Joaquim (*atual cidade de Alterosa, MG – destaque dos autores*) o novo termo. As três pontas pouco distante de São José (*atual cidade de Alfenas, MG – destaque dos autores*) mais cômodo⁶⁸ [...]

O documento também veio acompanhado de oitenta e uma assinaturas dos moradores que contavam com a elevação da Freguesia de Cabo Verde a Vila. Somente em 26 de março de 1846, pela lei provincial Nº 290, foi elevada à Vila. Em 5 de novembro se 1877, em virtude da Lei Nº 2416, foi a Villa de Cabo Verde elevada à cidade (CARVALHO 1998). Depois de elevada a vila, Cabo Verde passou a possuir um vasto território, que fazia limite ao norte com o Termo da vila de Jacuí, ao sul e sudeste com os termos das vila de Ouro Fino e Santana do Sapucaí, a oeste o Rio Pardo, a leste, o Rio Sapucaí e a vila de Campanha.

É importante ressaltar que, no recorte temporal e territorial de nosso estudo, somente Jacuí foi elevada a vila, os outros três núcleos urbanos permaneceram como freguesias depois de algumas décadas. Ouro Fino, por exemplo, só conseguiu sua elevação em 1868, apesar de estar fora do recorte temporal; abaixo transcrevemos parte da documentação⁶⁹ que comprova o período em que sua elevação aconteceu:

⁶⁸ APM - Elevação da Matriz de Cabo Verde à categoria de Vila. Documentos Conselho Geral da Província, 1828 – 1834. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/conselho/brtacervo.php?cid=717>> Acesso em 20/07/2017.

⁶⁹ APM - Eleva a freguesia do Ouro Fino à categoria de vila designando as freguesias de que se deve compor o respectivo município, 1869. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=2561&op=1> Acesso em 03/09/2017.

Lei nº 1:570 – de 22 de julho de 1868 - Eleva a freguezia do Ouro Fino á cathogoria de Villa designando as freguezias de que se deve compor o respectivo município.

O dr. José da Costa Machado de Souza, presidente da província de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º Fica elevada á cathogoria de Villa a freguezia do Ouro Fino.

Art. 2º O novo município se comporá das freguezias do Ouro Fino e Borda da Mata desmembradas do termo de Pouzo Alegre, e da do Campo Mystico desmembrada do município de Jaguary [...]

- De Campanha foi desmembrado: Jacuí (1814), Baependi (1814), Pouso Alegre (1831), Itajubá (1848), São Gonçalo do Sapucaí (1878), Três Corações (1888), Lambari (1901).

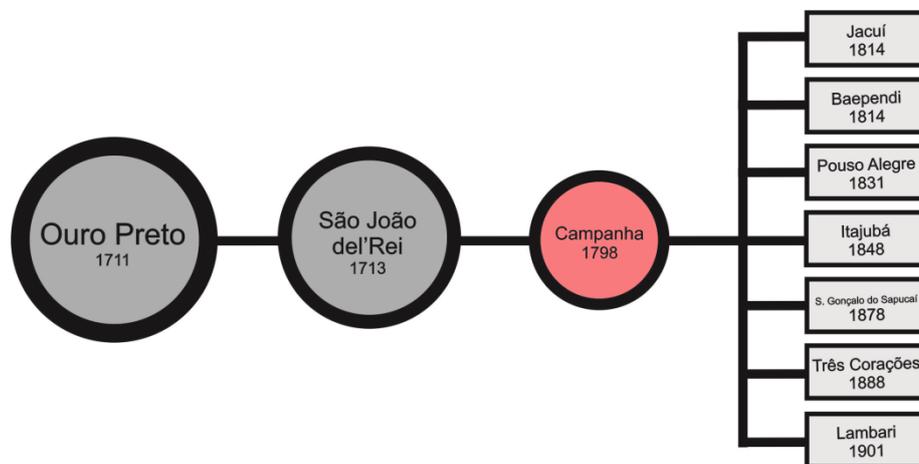


Gráfico 3: Organograma dos desmembramentos elaborado pela autora

- Jacuí foi elevada a vila em 19 de julho de 1814, pelo alvará de 19 de julho de 1814, com o nome de São Carlos do Jacuí. De Jacuí foi desmembrado: Passos (1874), São Sebastião do Paraíso (1870), Monte Santo (1890). De Passos foi desmembrado: Carmo do Rio Claro (1875), Cassia (1890), Nova Resende (1901). De Monte Santo foi desmembrado: Arceburgo (1911).

- Baependi, por alvará régio de 19 de julho de 1814, foi elevada a vila. De Baependi foi desmembrado: Aiuroca (1834), Pouso Alto (1874), Caxambú (1901). De Aiuruoca foi desmembrado: Andrelândia (1864). De Pouso Alto foi desmembrado: Passa Quatro (1888), Virginia (1911).

- Pouso Alegre, a antiga Mandu, foi desmembrada de Campanha em Assembleia Geral, sancionada pela Regência, em 13 de outubro de 1831. Foi desmembrado de Pouso Alegre: Caldas

(1839), Camanducaia (1840), Paraisópolis (1867), Ouro Fino (1868), Jacutinga (1901), Silvianópolis (1911). Foi desmembrado de Caldas: Cabo Verde (1846), Alfenas (1860), Poços de Caldas (1888), Andradas (1888) Campestre (1911). Foi desmembrado de Camanducaia: Cambuí (1889), Extrema (1901). Foi desmembrado de Cabo Verde: Muzambinho (1878), Botelhos (1911). Foi desmembrado de Alfenas: Machado (1880), Areado (1911), Alterosa (1938). Foi desmembrado de Muzambinho: Guaranésia (1901), Guaxupé (1911). Foi desmembrado de Machado: Paraguaçu (1911).

- Itajubá, foi elevada a vila pela lei nº 355, de 27 de setembro de 1848, com denominação de Boa Vista do Itajubá. Foi desmembrado de Itajubá: Cristina (1850). Foi desmembrado de Cristina: Pedralva (1884). Foi desmembrado de Pedralva: Maria da Fé (1911), Silvestre Ferraz (1901).

- São Gonçalo do Sapucaí, antiga freguesia de São Gonçalo da Campanha, foi elevada a vila com a lei nº 2454, de 19 de outubro de 1878, com determinação de São Gonçalo do Sapucaí. Foi desmembrado de São Gonçalo do Sapucaí: Santa Rita do Sapucaí (1888).

- Três Corações, com o nome de Três Corações do Rio Verde, foi criada a vila, pela lei nº 3197, de 23 de setembro de 1884. O município então criado foi desmembrado de Campanha. Foi desmembrado de Três Corações: Cambuquira (1911).

- Lambari, antiga Águas Virtuosas, constituído dos distritos de Águas Virtuosas, como sede, de Lambari e Conceição do Rio Verde, surgiu com a lei nº 319, de 16 de setembro de 1901. Os dois primeiros distritos foram desmembrados do município de Campanha; o último de Baependi. Foi desmembrado de Lambari: Conceição do Rio Verde (1911).

É imprescindível registrar que a estrutura administrativa desses núcleos urbanos, em meados do século XVIII, era inteiramente diferente. No período estudado a maioria eram simples arraiais. No capítulo foram analisados seus termos e seus desmembramentos, porém as relações de dependência até serem elevados à vila ou município foram se modificando. Por exemplo, no caso de Cabo Verde que fazia parte do termo de Jacuí, durante todo o século XIX aconteceram mudanças em sua estrutura, ocasionando que fosse anexado ao termo de Caldas e dele depois se desmembrando. Então, o organograma demonstra a primeira elevação de cada núcleo, mas alguns não se mantiveram e foram anexados a outros termos, até conseguirem sua independência administrativa novamente.

O território a oeste do Rio Sapucaí foi objeto de grandes conflitos onde havia a disputa entre dois bispados e duas capitânicas, São Paulo e Minas Gerais. Conforme os territórios iam sendo legitimados, a Coroa portuguesa implantava seu sistema para arrecadar impostos sobre as riquezas produzidas no território. Conforme a rede de caminhos se desenvolvia, estimulava-se ainda mais a ocupação; muitos fixaram suas raízes nestes territórios por causa da mineração. No início existia grande escassez de alimento na região. A rede urbana do Rio Sapucaí era uma rede hierárquica, que tinha primeiramente como sede administrativa e judiciária a Vila de São João del-Rei, posteriormente a Vila da Campanha e de Jacuí. Campanha possuía os termos das freguesias de Ouro Fino e Santana do Sapucaí. Jacuí possuía a freguesia de Cabo Verde. O território dessas freguesias era extenso, neles já havia ocupações de arraiais, bairros rurais, pousos, capelas, entre outros.

[...] a transitoriedade, a instabilidade e as incertezas da mineração fizeram com que determinados núcleos de povoamento desaparecessem, quase tão rápido quanto haviam surgido. Ou outras vezes caíssem pelo abandono, tendo, não raramente durações efêmeras. Conquanto as atividades centrais tivessem sido inicialmente aquelas ligadas à exploração do ouro, outras foram organizadas para lhe dar suporte e respaldo. Surgiram o comércio, a administração, as forças militares e o setor de serviços (SILVA 2004, p.185).

Portanto, havia grande oscilação entre movimentos de ampliação e reduções territoriais, embora essa última tenha predominado. Com o esgotamento das jazidas, muitos deixaram a região e alguns pontos urbanizados deixaram de existir. A região então passou por uma inversão agrícola, quando o povoamento se intensificou novamente e havia uma conseqüente procura de campos de criação e plantio para formação de fazendas. A nova economia mineira girou em torno da agropecuária e das manufaturas. Segundo Fonseca (2011), o dinamismo econômico e a existência de um comércio ativo não eram condições suficientes para obtenção da autonomia administrativa e judiciária. Muitos territórios por várias décadas não possuíam autonomia, o crescimento demográfico, a distância das sedes das vilas, eram dados que podiam ajudar a convencer as autoridades da capitania e da metrópole sobre a necessidade da criação de uma nova sede de jurisdição.

Quando a vila perde uma parte do seu termo, o resultado pode ser a falência sucessiva de todos os “órgãos” e a “morte” de todo o concelho. A vitalidade do concelho dependia da circulação de produtos e de riquezas entre a vila e seu termo (Fonseca 2011, p 563).

Dessa forma, podemos concluir que a Rede a oeste do Rio Sapucaí possuía uma vasta quantidade de núcleos urbanizados. A relação entre vilas, freguesias e arraiais, passou, durante todo o século XIX, por grandes oscilações, pois quando um território conseguia sua autonomia, outro que tinha estagnado era anexado ao autônomo. Como resultado, alguns desses núcleos urbanos se “congelaram” no tempo e se tornaram pequenas cidades que compõem hoje o sudoeste do estado de Minas Gerais.

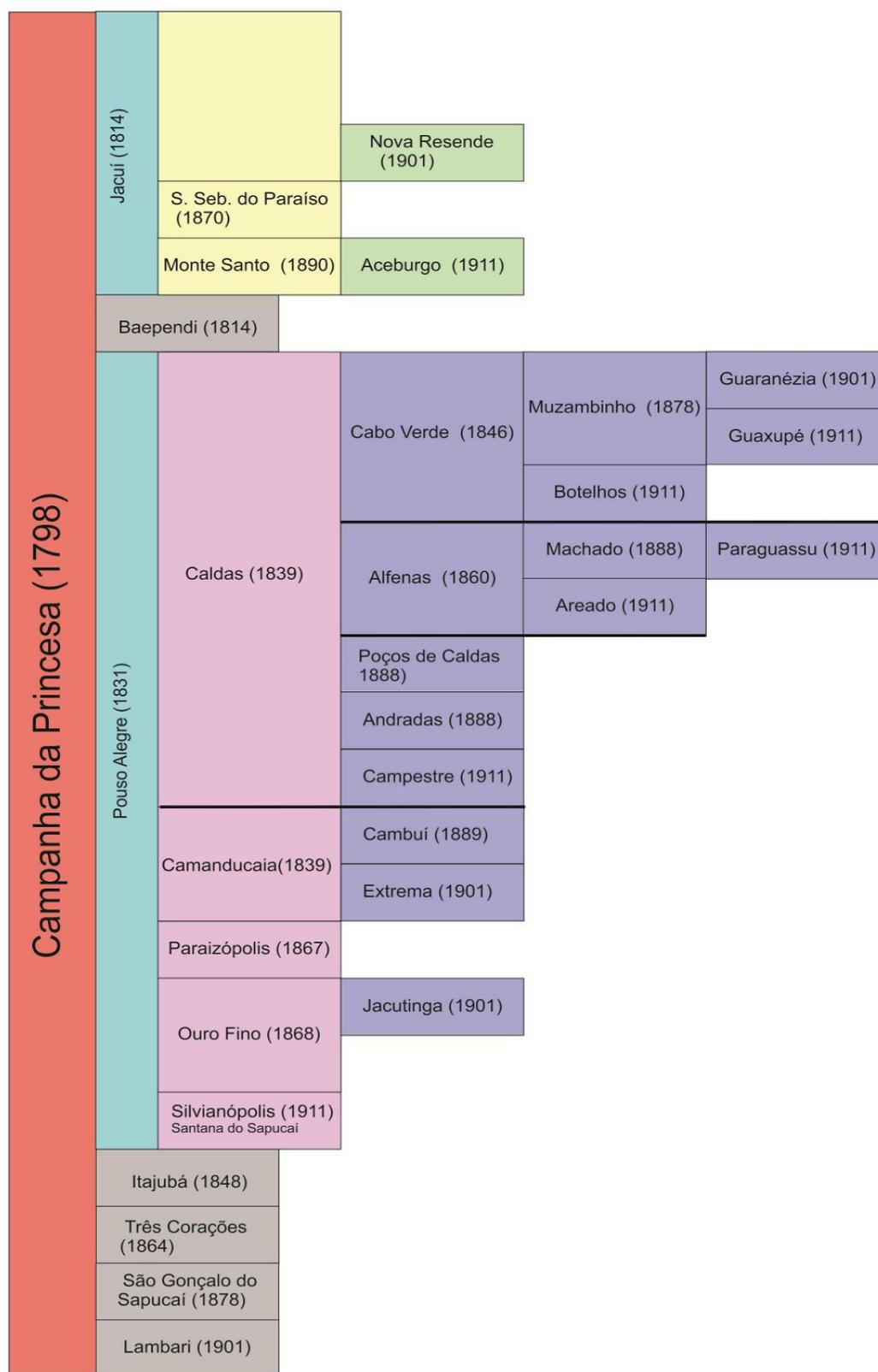


Gráfico 4: Desmembramentos de 1798 a 1911, elaborado pela autora.

3.11 O FIM DE UM PERÍODO, O DESMEMBRAMENTO DA COMARCA DO RIO SAPUCAÍ

O território a oeste do rio Sapucaí, desde sua formação pertencia a Comarca do Rio das Mortes, que por sua vez tinha como limites: a leste, a Comarca de Vila Rica; ao norte, as de Sabará e Paracatu; a oeste, as Províncias de Goiás e São Paulo; ao sul, as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro; e subdividia-se em oito termos: os de Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), São José (atual Tiradentes), São João del-Rei, Santa Maria de Baependi, Camapanha da Princesa, Tamanduá (atual Itapeverica) e São Carlos do Jacuí (VAL, ROSÁRIO, 2014, p.18).

[...] as fronteiras da antiga Comarca do Rio das Mortes chegavam até a Serra da Mantiqueira (entre Minas e São Paulo) e aos contrafortes da Serra da Mantiqueira (entre a região mineradora e a Mata mineira), caminhando em direção à Serra do Mar (esbarrando na divisa entre Minas e Rio de Janeiro). Espalharam-se pelo Vale do Rio Grande e nas bacias do Rio Paraibuna, do Rio Paraíba e do Rio Doce. O limite era aberto a leste, nas terras proibidas do ‘sertão da Mantiqueira’ (no vale do Rio Paraibuna, onde viria a ser implantada Juiz de Fora) e também na Zona da Mata, vazia de colonos brancos até que se ‘pacificassem’ os povos indígenas ali existentes. O limite permaneceu aberto a oeste, em direção às rotas da Picada do Sertão de Goiás, que seguiam a calha do Rio Grande a jusante, em direção ao Rio Paraná. O limite norte de divisa da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca de Vila Rica e Comarca de Sabará era muito vigiado e controlado na Colônia, na linha demarcatória de datas de mineração, e na divisa com a Comarca de Paracatu era difuso (VAL, ROSÁRIO, 2014, p.18).

Abaixo um quadro cronológico da Comarca do Rio das Mortes de 1711 a 1815 que mostra alguns fatos importantes no período:

COMARCA DO RIO DAS MORTES		
DATA	TERMOS	OBSERVAÇÕES
1711	Arraial do Rio das Mortes	Criado em 1699 (atual São João del-Rei)
1714	Vila de São João del-Rei	Elevada a vila em 08.12.1713
1720	Vila de São João del-Rei	
	Vila de José del-Rei	Elevada a vila em 19.01.1718 (atual Tiradentes)
1777	Vila de São João del-Rei	
	Vila de São José del-Rei	
	Julgado Campanha do Rio Verde	
	Julgado da Iruvoça	
	Julgado do Sapucaí	
	Julgado do Jacuí	
1815	Julgado do Itajubá	
	Vila de São João del-Rei	
	Vila de São José del-Rei	
	Vila da Campanha	Elevada a vila em 20.10.1798
	Vila de Queluz	Elevada a vila em 19.09.1791
	Vila de Barbacena	Elevada a vila em 14.08.1791
	Vila de Tamanduá	Elevada a vila em 20.11.1789
	Vila de Jacuí	Elevada a vila em 19.07.1814
Vila de Baependy	Elevada a vila em 19.07.1814	

Tabela 2: CARVALHO, Theophilo Feu de. Comarcas e termos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922 apud VAL, ROSÁRIO, 2014, p.18, 19.

A Comarca do Rio das Mortes foi a comarca mais urbanizada no Brasil no século XVIII. Foi a partir da elevação das vilas de São João del-Rey e São José del-Rey, logo no início do século XVIII, que se deu origem a ocupação desse extenso território. O ouro propiciou as primeiras ocupações na comarca. Nas primeiras décadas do século XIX, a comarca tem um significativo crescimento econômico, a população de seu território cresce consideravelmente. O referencial espacial é o território original da primeira divisão judiciária, a Comarca do Rio das Mortes, que se manteve integral de 1714 até 1833.

Com a Resolução do Conselho da Província, de 30 de junho de 1833, ocorreram os primeiros desmembramentos importantes da comarca, desvinculando os Termos de Barbacena, Baependi, Campanha e Jacuí. No entanto, a vila de Queluz foi associada à Comarca de Ouro Preto. Assim, a Comarca do Rio das Mortes encontrava-se limitada aos

Termos de São João del-Rei, São José del-Rei, Tamanduá (atual Itapeçerica) e Lavras (VAL, ROSÁRIO 2014, p.19)

Na mesma resolução, de 30 de junho de 1833, em execução do disposto no Código do Processo Criminal, dividiu a província em nove comarcas, sendo elas: Ouro Preto, Rio Paraibuna (agrupando os municípios de Baependi, Barbacena e Pomba), Rio das Mortes, **Rio Sapucaí**, Rio das Velhas, Serro, Rio Jequitinhonha, Rio Paracatu e Rio de São Francisco, compreendendo um total de 28 termos (VAL, SOARES, SOARES, VIANA 2010, p.18).

Ano	Área	Livres	%	Escravos	%	Total
1808	Comarca do Rio das Mortes	116.785	75,4	38.084	24,5	154.869*(a)
1821	Comarca do Rio das Mortes	138.517	66,1	71.147	33,9	209.664 (b)
1826	Termo de Campanha	35.157	75,6	11.337	24,3	46.494 (c)
1831	Termo de Campanha	19.663	64,8	10.673	35,2	30.336 (d)
1833	Comarca do Sapucaí	92.382	77,3	27.127	22,6	119.509 (e)
1833-35	Comarca do Rio das Mortes	67.829	61,4	42.636	38,6	110.465 (f)
1833	Minas Gerais	559.591	72,8	209.075	27,1	768.666 (g)
	Termo de Campanha	25.130	69,0	11.335	31,0	36.465 (h)
1833-35	Freguesia de** Itajubá	4.810	72,3	1.840	27,6	6.650 (i)
1833-35	Termo de Pouso Alegre	20.769	73,7	7.396	26,2	28.165 (j)

Tabela 3: Tabela de população (DELFINO 2010, p.74).

Sendo assim, todo o oeste do rio Sapucaí passa a pertencer à nova Comarca do Sapucaí, tendo como sede Campanha, cujo território compreendia os termos das Vilas da Campanha, Jacuí e Pouso Alegre e assim se inicia uma nova fase administrativa da região a oeste do rio Sapucaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa sobre o extenso território compreendido a oeste do rio Sapucaí foi instigador, pois, a dissertação teve o desafio que o estudo histórico engloba como, a dispersão de fontes documentais; a manipulação de manuscritos; a lida com documentos eclesiásticos; o manejo da cartografia histórica não apenas como elemento representativo, mas como um componente de pesquisa que possui em suas entrelinhas informações além do que é possível notar em uma simples análise; e por fim compreender que os diversos acontecimentos históricos se refletiam diretamente no território. Sabe-se hoje, depois do levantamento feito nos dois anos de mestrado, que essa é uma região que ainda tem muito a ser explorada, portanto, a pesquisa não deve se encerrar por aqui.

Como se trata de um território extenso, o estudo se propôs a remontar sua história com uma visão macro e não pontual sobre os acontecimentos ou sobre um núcleo urbano específico, entendendo as relações entre os pontos urbanizados, os agentes que influenciaram diretamente na organização do espaço, desvendando assim, a formação da rede urbana a oeste do rio Sapucaí. O trabalho apresenta, portanto, a compilação de diversas fontes primárias, que ao serem colocadas ao lado de outros estudos já realizados, avançam em relação às discussões históricas de cada núcleo urbano isoladamente.

Minas Gerais, uma extensa área que teve sua ocupação marcada por diversos fatores conflitantes, de manobras exercidas por parte da Coroa portuguesa para dominar o território, da sobreposição do poder civil, eclesiástico e judicial. Desde a descoberta de ouro e pedras preciosas, pode-se destacar sua configuração urbana, salientada por estratégias em estabelecer o controle fiscal e administrativo sobre o território e para isso, são criadas as primeiras vilas no território mineiro. Vários acontecimentos marcaram a história local, gerados por uma série de contestações que fizeram a Coroa tomar medidas para a organização do território.

Portanto, foi necessário abordar o território em diferentes perspectivas, compreendendo a formação da rede urbana a partir da sobreposição das redes civil,

jurídica e eclesiástica, jogando luz às causas dos conflitos que foram relatados sob outra ótica pelos historiadores locais e trazendo um ineditismo na forma distinta de abordar uma região que foi pouco explorada pelos pesquisadores. O estudo propôs demonstrar que esse território estava longe de ser um sertão, que ele se configurou com a presença de diversos pontos de urbanidade, podendo ser: arraiais, freguesias, vilas, fazendas, quilombos, registros, pousos, bairros.

Os primeiros arraiais que estruturaram o território de estudo foram Santana do Sapucaí (Silvianópolis, MG) e Ouro Fino, posteriormente, Jacuí e Cabo Verde. Nos arraiais mencionados, quando houve o descobrimento de ouro, este foi informado ao governador da Capitania de São Paulo, então, era feito o “Termo de Posse” do arraial pela capitania paulista, onde eram feitas as nomeações do capitão-mor, de oficiais, do intendente e do escrivão para o arraial. Deste modo, o arraial ia se organizando conforme as ordens do capitão-mor, que nessas terras, a oeste do rio Sapucaí, era o responsável por dividir as datas além de ser o líder de um grupo de homens que exploravam outras regiões em busca de novas jazidas auríferas.

A pesquisa também se propôs esclarecer os conflitos na região, já que a posse da Capitania de São Paulo a oeste do Rio Sapucaí não foi pacífica, pois, a Capitania de Minas Gerais reivindica a jurisdição do território e assim se iniciam diversos conflitos que perduraram por longos anos. Concomitante a exploração a oeste do rio Sapucaí, foi a criação dos Bispados de Mariana e de São Paulo em 1745 e, desde então, surgiram incertezas a respeito do limite entre os dois bispados também. A elevação dos arraiais a freguesias na região foi um fator determinante para fixação de povoações nesse território, pois, essa manobra é resultante da aliança entre o Estado e a Igreja, que faziam com que as delimitações do termo das freguesias fossem melhor estabelecidas, ocasionando com que a Coroa tivesse o controle efetivo da região.

Com os conflitos, houve diversas tentativas de delimitação entre as capitanias, e uma das que teve maior impacto foi a do Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o Dr. Thomaz Rubin de Barros Barreto. Posteriormente, no governo de Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, também a questão da resolução dos limites de fronteiras foram levantados. O governador, junto ao o vigário capitular de Mariana, toma posse civil e eclesiástica da Capela de Cabo Verde e das freguesias de Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Jacuí, além de

estabelecer novos registros pelos caminhos. Nos registros eram feitos “Mappas” produzidos pelos contangeiros que listavam todos os produtos que passavam por essas repartições fiscais. Os produtos listados variavam, podendo ser produtos de subsistência, vestimentas, escravos, ouro, entre outros.

Outro acontecimento que marcou o conflito de fronteiras entre as capitânicas foi a restauração da Capitania de São Paulo, tendo como novo governador Dom Luiz Antônio de Sousa Mourão, o Morgado de Matheus, que contesta novamente a divisão de limites das capitânicas. Em 12 Outubro de 1765, foi convocada uma junta composta das principais autoridades do Rio de Janeiro e das pessoas que melhor conheciam a região em litígio, mas mesmo assim não houve um acordo, pois os interesses financeiros da Coroa eram prioritários, e era mais vantajoso oficializar limites que determinassem um aumento do território de Minas Gerais, ou seja, os que foram estabelecidos em 1765, pelo governador Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, e que eram materializados pelos marcos e registros construídos ao longo da serra da Mantiqueira.

Quanto a questão dos limites dos bispados, as dioceses de Mariana e São Paulo acabavam seguindo as delimitações feitas pelas capitânicas, porém, em 1775, foi fixado definitivamente o limite dos bispados pelo rio Grande e pelo rio Sapucaí. O resultado foi este: o Bispado de Mariana teve que devolver as freguesias do território a oeste do rio Sapucaí que estavam sob sua jurisdição, desde 1764, ao Bispado de São Paulo. Sendo assim, o bispado paulista se aliou a Capitania de Minas Gerais, cumprindo ordens vindas da capitania.

A dissertação também tratou de compreender o poder judiciário no território, pois, muitas freguesias na Capitania de Minas Gerais pleiteavam a sua elevação ao estatuto de “Vila” com a justificativa de que precisavam de “justiça” e pela distância e caminhos para chegar até as vilas responsáveis pelo seu termo. Porém, quando as autoridades não julgavam o pedido como viável, e para barrar reivindicações, eram criados julgados. Em 1744 foi criado o julgado de Campanha, em 1746 o julgado do Sapucaí (em Santana do Sapucaí) e em 1778 o julgado de Jacuí.

Outro ponto importante tratado foi a elevação da Vila de Campanha, em 1798. Toda a região de estudo que pertencia a Vila São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, passou a compor o termo da nova vila, pois o mesmo passou a compreender

freguesias a leste do rio Sapucaí: Campanha, Baependi, Pouso Alto, Itajubá; e a oeste do rio Sapucaí: Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Cabo Verde e Jacuí.

Conforme apresentado em alguns documentos, os conflitos entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo pareciam não ter fim. Em 1814 é desmembrada a primeira vila do território a oeste do Rio Sapucaí, a Vila de Jacuí, passando a fazer parte do seu termo a freguesia de Jacuí e a de Cabo Verde. As demais freguesias do território continuaram a fazer parte da Vila de Campanha. Jacuí ficava bem próxima ao limite entre das Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, e sua elevação a vila se justifica pelo fato de determinar que aquele território pertencesse a Capitania de Minas Gerais, à vista disso, é comprovada mais uma manobra feita para que essa região fizesse parte da capitania mineira.

Simultaneamente aos conflitos das divisas de fronteiras entre as capitânicas e os bispados, novos arraiais e freguesias iam se formando, além de novos pontos urbanizados que se instalando, como por exemplo, o Pouso do Mandu, que deu a origem da atual cidade de Pouso Alegre, MG. Através do Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí foram levantados dois documentos de elevação de freguesias: da Freguesia do Douradinho e da Freguesia de Caldas.

Outro aspecto importante abordado na dissertação foi à presença forte que a religião católica tinha no dia-a-dia das povoações: ela ditava regras, formas de pensar e, sobretudo contribuía na organização dos territórios. As pessoas que prestavam favores a Igreja eram referenciadas nas missas, fazendo que fossem reconhecidas como pessoas benévolas. Foram levantados documentos onde os moradores pediam o levantamento de altar portátil, próximo ou até mesmo em suas residências, pois, nesse período todos os cristãos deviam conviver com a presença da religião e muitas povoações eram distantes de suas freguesias sedes. Também outro fato levantado foi o trabalho que os párocos tinham, muitos se deslocavam pela região, passando por fazendas ou outros pontos urbanizados para celebrar casamentos, batizados, missas e distribuir comunhões.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que reúnem diversas normas eclesíásticas apontam, por exemplo, como deveria ser a construção da Matriz, se a capela tinha os requisitos básicos para ser elevada a freguesia, entre outras recomendações que deixam clara a influência que a religião exercia no período. A Igreja

Matriz, nesse período, era o edifício de maior importância de estruturação de uma sociedade e de uma área urbanizada. E também foi citada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, criada pelos Homens Pretos, que era um forte costume nos povoados em Minas Gerais, que esteve presente também na região, conforme levantamos, nas freguesias de Santana do Sapucaí, Ouro Fino e Cabo Verde.

O estudo também comprova a grande vocação do território, que iniciou no seu período de formação e que perdura até os dias atuais, para as atividades de agricultura e de pecuária, que foram responsáveis pelo surgimento de vários pontos urbanizados e que hoje são a principal fonte econômica da região. A população dos arraiais mineradores ou de lugares próximos a áreas de mineração se dedicava à agricultura e criava gado, como subsistência ou para comercializar. A presença dessas atividades foi muito forte na Comarca do Rio das Mortes, que foi responsável pelo abastecimento de outras comarcas, atraindo cada vez mais população para seu território. Os caminhos serviam como rotas comerciais e a comarca foi responsável pelo abastecimento da Capitania do Rio Janeiro, principalmente em 1808, quando a família portuguesa se instala na capital.

Outra prática de grande importância foi à atividade de manufaturas, que também são ofícios que ainda são praticados na atualidade. A plantação de algodão e a criação de carneiros eram comuns na região, o que fez com que houvesse proliferação dos teares manuais. Como foi relatada, essa produção gerou uma ameaça para a importação de produtos manufaturados de Portugal, pois essa atividade estabelecida nas povoações era o suficiente para os moradores se vestirem e serviam também como excedentes para as atividades de comércio realizadas com as demais povoações.

O estudo também contribuiu para a investigação da forma urbana dessas povoações, pois, na região, existiu uma maneira muito singular de implantação de núcleos urbanos. O partido, como demonstrado, foi a topografia, portanto, a implantação desses núcleos, era pensada de acordo com os condicionantes do sítio, respeitando as características físicas do território. Os caminhos que ligavam as povoações e que também eram responsáveis pelo surgimento de vários tipos de pontos urbanizados, muitas vezes se tornavam a via principal que estruturava os arraiais.

Como demonstrado, quando o local prosperava era elevado à freguesia, então, se construía o edifício mais importante, a Igreja Matriz, construída nas linhas de cumeeira e as casas a circundavam. Essa característica se repete, pois a região é formada por morros espalhados pelo extenso território. Para análise foram levantadas as plantas das atuais cidades de Jacuí, Cabo Verde, Ouro Fino e Silvianópolis (a antiga Santana do Sapucaí) e suas respectivas cartografias de 1939. Essas cartografias são os registros mais antigos que foram encontrados para fazer a análise da forma urbana, apesar de ser posterior ao recorte da pesquisa, ainda refletem o que foram essas freguesias em outros tempos, pois elas não passaram por nenhuma reforma urbanística e não passaram pelo processo industrialização. Conjuntamente foram usadas suas iconografias do começo do século XX, que segue o mesmo argumento da cartografia como justificativa de seu uso. Também foi traçado o perfil de suas topografias para confirmar que ambas as cidades tiveram sua Matriz instalada no ponto de cumeeira e as residências foram construídas em seu entorno.

O período colonial e o início do período imperial foram épocas marcadas por grandes disputas territoriais, Estado e a Igreja atuavam juntos sob o regime do Padroado e frequentemente conflitavam em busca de elevarem seus poderes perante os núcleos urbanos, porém, o poder civil tinha autoridade para anular a atuação da igreja. A formação dos núcleos coloniais está inteiramente ligada aos agentes civis e religiosos e às questões geográficas do lugar. Os conflitos sobre os limites das capitânicas, a oeste do rio Sapucaí, só foram resolvidos nos anos 1935 e 1936, com o governo de Getúlio Vargas. Quanto à questão eclesiástica, a região a oeste do rio Sapucaí pertenceu ao Bispado de São Paulo até a criação da diocese de Pouso Alegre em 1900.

Sendo assim, a dissertação buscou o aprofundamento sobre as fontes primárias e o levantamento dos estudos sobre a região, tendo uma visão macro da questão da formação da rede urbana. A ampla rede urbana do rio Sapucaí, como apresentado, tinha em sua composição, vilas, freguesias, pousos, bairros, fazendas, registros, quilombos, bairros rurais; que se interligavam através de uma rede de caminhos que se estruturou entre o começo do século XVIII e o final do século XIX. Foi considerado, assim, que rede urbana é o conjunto de núcleos de povoamento e suas conexões estabelecem relações, podendo ser: civil, judicial, religiosa, comercial, social e tantas outras que fizeram todos esses pontos urbanizados se desenvolverem em rede. Todos possuíam relações, mesmo

alguns tendo um título superior a outro ambos são consideráveis e fizeram parte do desenvolvimento da teia. A região pertenceu à circunscrição judiciária da Comarca do Rio das Mortes, até em 1833, quando a comarca sofre seu primeiro desmembramento e deste modo, a região passa a pertencer a outra circunscrição, a Comarca do Rio Sapucaí. Portanto, o estudo buscou compreender o território como um todo, ressaltando os aspectos que mais influenciaram em sua formação, dando luz a uma nova abordagem de estudo regional no período colonial e parte do período imperial.

FONTES DE PESQUISA E BIBLIOGRAFIA

- Fontes Manuscritas

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Cabo Verde (6-2-26) 24

Ouro Fino (1-2-8) 82

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE POUSO ALEGRE

Livro Tombo da Matriz de Santana do Sapucaí (1786)

- Fontes Cartográficas

ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Capitania de Minas Gerais de 1778. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução de Tibério França.

ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente à Capitania das Minas Gerais de 1778. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, Acesso em 12/05/2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão das primeiras comarcas no território mineiro destacadas em vermelho. <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.jpg>. Acesso em: outubro de 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI. Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. Data incerta: 1767 – 1895. “Extrahida da Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes Anno 1767. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=775> Acesso em: 10/03/2018.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI – Carta corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. SI – 003(07). Data 1827-1895.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Carta Chorografica da Capitania de São Paulo..., 1766, encomendada pelo Morgado de Mateus. Documentos Cartográficos – Fundo Secretaria do Interior SI – Carta corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo. SI – 003(01).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Mappa da Provincia de Minas Gerais. Levantado pelo Coronel Barão de Eschwege em 1821. Augmentado por Luiz Maria da Silva Pinto em 1826. Cartografia 027.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Seção Colonial. Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes. Anônimo, séc. 1701-1800 (data provável).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Cidade de Cabo Verde em 1939. Recuperado de:<
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Cidade de Jacuí em 1939. Recuperado de:<
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Cidade de Ouro Fino em 1939. Recuperado de:<
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Cidade de Silvianópolis em 1939. Recuperado de:<
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941> Acesso em Maio de 2017.

SALLES, Capitão de Ordenança Francisco. Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas (ca. 1800), 35 x 41 cm, manuscrito e aquarela, AHU, n. 263 / 1170, originalmente incluído no códice n. 2167, intitulado: “Livro de Creação da Campanha da Princeza” (Reproduzido em Costa 2003) Uma cópia fax similar feita em 1950 a partir do original no AHU encontra-se no Arquivo Museu Regional/Serphan.

Novo Mappa Topografico orientado, e geograficamente exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d’elRey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle compreendidos dos quais a Camera daquella Villa de S. João percebia, e administrava as respectivas rendas, 61 x 54 cm, aquarela, Autoria desconhecida (ca. 1803). *Apud* FONSECA, 2010.

- Fontes Eletrônicas

www.bibdig.biblioteca.unesp.br. Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP (1896). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Divisas de São Paulo e Minas Gerais. Vol. 11. São Paulo: Typografia Espindola Siqueira e Comp. Acesso em: Outubro de 2017.

www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acesso em: abril de 2017.

www.bdlb.bn.gov.br. Acesso em fevereiro de 2018.

www.scielo.br. Acesso em outubro de 2016

www.biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em março de 2018. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958

www.silvianopolis.mg.gov.br. Acesso em: abril de 2018.

www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa. Acesso em: maio de 2018.

www.diocesepontagrossa.org.br. Acesso janeiro de 2019.

www.diocesedesaojoaodelrei.com.br. Acesso novembro de 2018

www.piauniaodasfilhasdemaria.blogspot.com. Acesso em novembro de 2018.

- Bibliografia

ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. **Colonial comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763 -1808)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Salvador, 2009. 189 f.: il.

ARAÚJO, P. V. L. de. **Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais do século XIX (1798-1840)**. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil, 2008.

ARRAES, Esdras. **“Pensar con los ojos sertões, cartografar territórios e representar paisagens”**, em Caderno de Resumos VI EIHC – Encontro Internacional de História Colonial, Salvador: EDUNEB, 2016.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saters, 1995.

BORSOI, Diogo. **Nos traços do cotidiano. Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711 - 822)**. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2009.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dossiê – **Caminhos da história da urbanização no Brasil – Colônia**. An. mus. paul. vol.20 no.1 São Paulo Jan./June 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)**. An. mus. paul. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294, Dec. 2009 .

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **O Brasil-colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista?** Santiago de Chile: 2016.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana**. Labor & Engenho, Campinas [SP] Brasil, v.11,n.3, p.242-262,jul./set.2017.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Tecido urbanos e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, jan.-jun. 2005.

CARVALHO, Adilson. **A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo verde e sua história**. Cabo Verde. Editoração Eletrônica Alexandre Ikuhara, 1998.

CARVALHO, Marília de F. D. de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: Expansão Urbana, nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2015. 298 f. : il.

COELHO, Carlos Dias; COSTA, João Pedro; LEITE, João Silva; SILVA, José Miguel; TRINDADE, Luísa; PEREIRA, Paulo; PROENÇA, Sérgio Barreiros; FERNANDES, Sérgio Padrão; MONTEYS, Xavier. **Os Elementos Urbanos**. Cadernos MUrb Morfologia Urbana. 2º Ed. Argumentum.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela G. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

CRUZ, C. F. **Fazendas do Sul de Minas. Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX.** Brasília: IPHAN, 2010.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Cidade difusa a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2016.

CRUZ, Elias F. de Souza. **As Devassas Eclesiásticas na Comarca do Rio das Mortes (1726-1748).** Anais do I Colóquio do Lahes, Juíz de Fora, jun, 2005.

DELFINO, Leonara Lacerda. **A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)** / Leonara Lacerda Delfino. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil- Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII.** Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, C1979.

DINIZ, Nathália. **Um sertão entre tantos outros.** São Paulo: Versal, 2015.

DUTRA, Carlina de Moraes. **Sant'Ana do Sapucaí atual Silvianópolis.** Pouso Alegre, 2006.

FARIA, Helena Mendonça. **Alto e médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental.** Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 203 p.:il.

FERREIRA, M. César, M. F. M. Ferreira. **Informações espaciais de cartas antigas visualizadas em imagens digitais atuais: uma contribuição do SIG à arqueologia da paisagem.** Revista do Departamento de Geografia-USP, Volume 26(2013),p.1-14.

FERREIRA, Rafael A. Silva. **Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do sertão do Rio Pardo, 1775 – 1865.** Campinas: PUC-Campinas, 2017.

FONSECA, C. D. **Arraiais e Vias D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas setecentistas.** Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Retóricas cartográficas as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas.** Universidade de São Paulo 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia Agendas para História da Cartografia Iberoamericana São Paulo, abril de 2010.

FRANCO, Hiensen Vieira. **O Clero Paulista no Sul de Minas 1801 – 1900**. Passos. Editora São Paulo, 2003.

FRANCO, Eneiva G. de Souza. **Lucas Borges de Carvalho: subsídios históricos e geneológicos**. 1º Ed. São Paulo: EDICON, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 155-187. jul.- dez. 2009.

GOMES, Edgar da Silva. **A Instalação do Bispado de São Paulo (1745): notas para uma reflexão ética na disputas entre os poderes civil e eclesiástico**. ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 61, nº 195, p. 13-20, out./dez. 201

GARCIA, Ana Claudia Alves de Aquino. **Tropeiros e coletores: A passagem das tropas pelas coletorias de Goiás – século XIX**.

GUERREIRO, M. R. P. Guerreiro. **O território e a edificação. O Papel do Suporte Físico Natural na Gênese e formação da Cidade Portuguesa**. (Tese de Mestrado) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa, PT, 2002.

JUNIOR, Dirceu Piccinato. **Terra urbana, patrimônio fundiário: Uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no noroeste paulista (1800-1930)**. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC, Campinas, SP, 2012.

LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro-Fino nas Minas-Gerais**. Rio de Janeiro. Gráfica Sauer, 1940.

MARTINS, Tarcísio José. **O Quilombo Minas Gerais. Bartolomeu Bueno do Prado – descendente confirma o massacre de 1759**. IHGMG, 2012.

MARX, Murilo. **Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos**. Revista Barroco. Belo Horizonte, v; 15, 1990-1992.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987).

MASSIMI, Marina. **Um importante corpo documentário para a reconstrução da história da cultura no Brasil colonial: Os acervos da oratória sagrada**.

Memorandum, 10, 45-64. Retirado em, do World Wide Web
[HTTP://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/massimi04.htm](http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/massimi04.htm)

MORAES, F. Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil, 2006.

NETO, Clóvis Ramiro Jucá. FILHA, Maria Berthilde Moura - organizadores. **Vilas, cidades e territórios – O Brasil do século XVIII.** João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012.

OLIVEIRA, J. G. Rodrigues de. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Kramer. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII),** Doutorado (História Econômica), Universidade de São Paulo, 2012.

PANERAI, P. **Análise Urbana /** Philippe Panerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 reimpressão, 2014.

PESSOTTI, L. RIBEIRO, N. Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América.** Rio de Janeiro: PoD, 2011.

PIMENTA, Reinaldo de Oliveira. **O povoamento do Planalto da Pedra Branca –** Caldas e região. São Paulo: s.ed.1998.

PINTO. Francisco Eduardo. **A hidra de sete bocas. Sesmeiros e Posses em Conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822).** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. 492p.:il.

POLITO, Jéssica de Almeida. **Territórios de civilidade: o papel das Mogis na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX.** 2013. 256 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

QUEIROZ, Amadeu de. **Catas.** 2 ed. Pouso Alegre, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **As Minas de Ouro e a formação das Capitanias do Sul.** Via das Artes. São Paulo;1 ed. 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720).** 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais 1839 – 1884.** (Dissertação) Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista. 2006

ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino; seus fatos, sua gente e suas lendas.** Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.

SALGADO, Ivone. PEREIRA, R. Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** Labor & Engenho, Campinas, SP, Brasil, v.11, n.3, p.218-241, jul./set. 2017.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade Do Século XVIII.** Anais da V Jornada Setecentista Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Cristian J. Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da igreja católica.** Biblioteca digital da câmara, 2005.

SAYEGH, Liliane. **Arquivos Eclesiásticos como fonte para a história das cidades.** 4º Seminário Ibero-americano. Belo Horizonte, nov, 2015.

SANTOS, M. A. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Amália C. dos Santos. **A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 71-98. set.-dez. 2016.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos, Jorge Pimentel Cintra, Friedrich Ewald Renger. **Origem das Longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821.** Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Universidade de São Paulo, SP, Universidade Federal de Minas, UFMG.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Dimensões e Perspectivas Históricas de Jacuí - Minas Gerais.** Passos: Editora Offset São Paulo Ltda, 2004.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, BH, Brasil, 2009.

SOARES, J. Magalhães, MORAES, F. Borges. **Contribuições para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação.** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós graduação do instituto de arquitetura e urbanismo IAU-USP.

SOUZA, Ney de (2004). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo:** Edições Paulistanas; Pia Sociedade Filhas de São Paulo.

TEIXEIRA, Manuel C. VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – séculos XIII – XVIII Portugal Brasil.** Editora Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa.** São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; ROSÁRIO, Rayane Soares, sob a supervisão do Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro. *Jurisp. Mineira*, Belo Horizonte, a. 65, nº 208, p. 13-26, jan./mar. 2014

VAL, Vanessa da Costa; SOARES, Rosane Vianna; SOARES, Shirley Ker; VIANA, Carine Kely Rocha; sob a supervisão do Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro. *Jurisp. Mineira*, Belo Horizonte, a. 61, nº 195, p. 13-20, out./dez. 2010

VASCONCELLOS, Sylvio. **Mineiridade: ensaio de caracterização.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968

VIDAL, Laurent. **A gênese dos pousos no Brasil moderno Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera.** *Tempo* (Niterói, online) | Vol. 22 n. 40. p. 400-419, mai-ago., 2016

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2016.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; D'ARCH, Hélène Rivière. **A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades.** Tradução Alicia Novick. – São Paulo: Romano Guerra, 2004. 696 p. (Coleção RG bolso; 9).

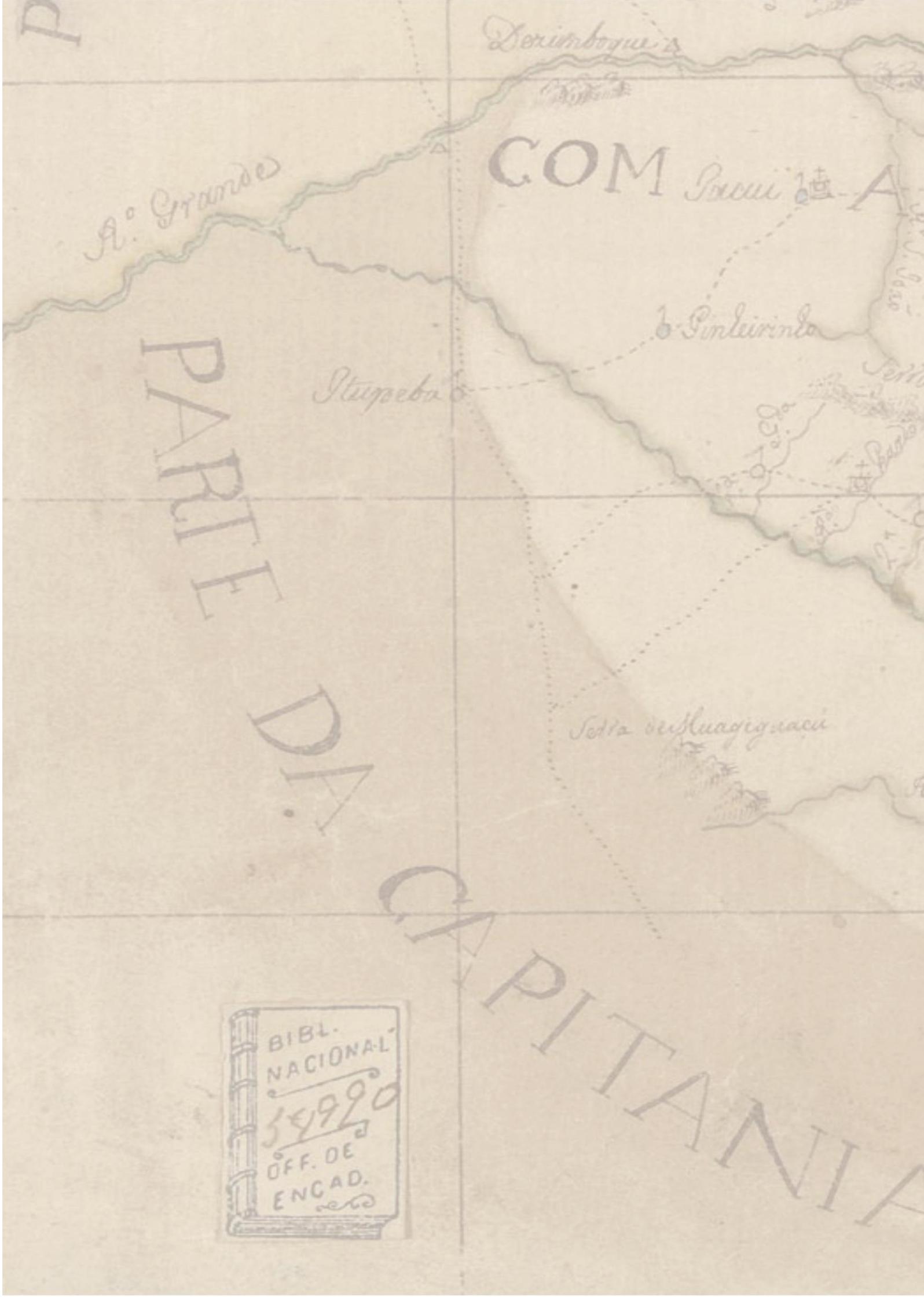
VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências.** Belo Horizonte: Ed. Perspectiva, 1977.

VEIGA, Bernardo S. da: **Almanach Sul-Mineiro, organizado, redigido e edictado por Bernardo Saturnino da Veiga.** Campanha, 1847, 1874.

VIDAL, Laurent. “**A gênese dos pousos modernos. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera.** Tempo (Niterói, online), vol. 22, n. 40, p. 400-419, mai-ago, 2016.

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2016.

ZANON, Dalila. **Os bispos e o poder secular na capitania de São Paulo setecentista.**



COM PARI DE CAPITANIA

PARI

DE

CAPITANIA

Rio Grande

Dourado

Ponteirinho

Stapeba

Sete de Fluagiguaçu



BIBL. NACIONAL

34990

OFF. DE ENCAD.